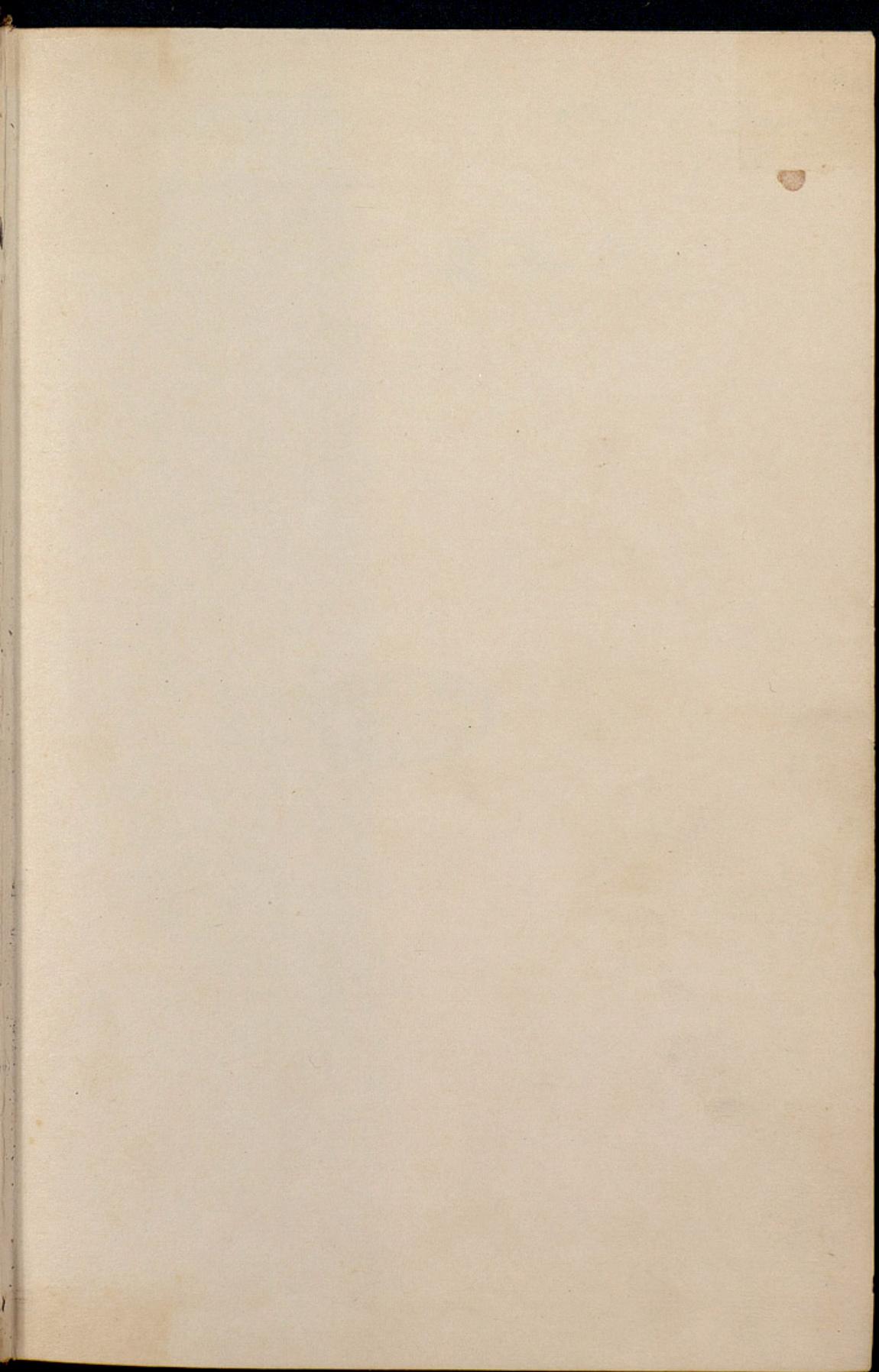
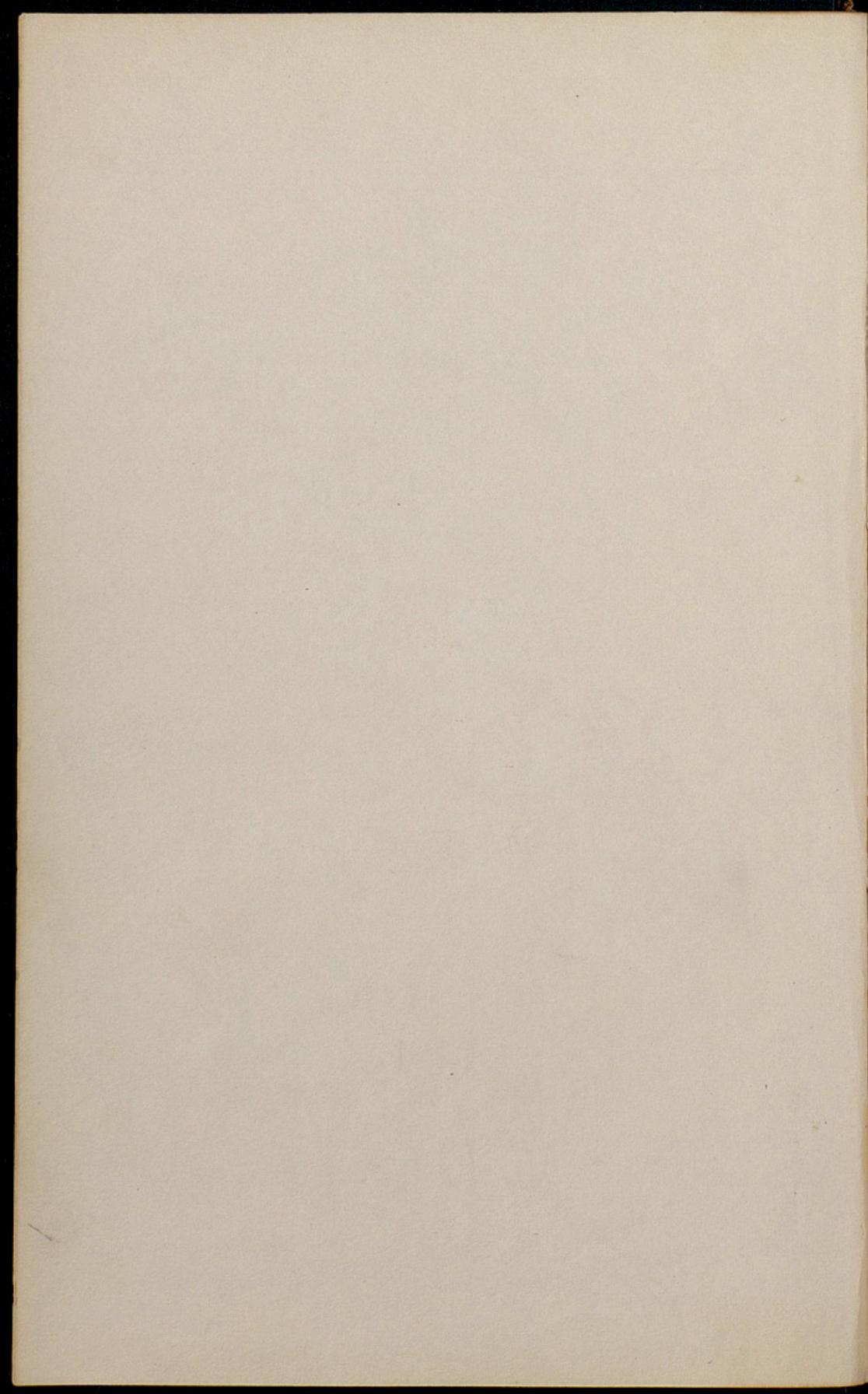


Inst. Bot. de Coimbra

B-76/3-7





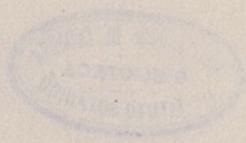


Para a Biblioteca e Instituto de Douro
de Henriques

Ruy Paes



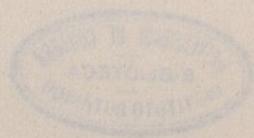
Faint, illegible handwriting at the top of the page, possibly a signature or header.



PLANTAS ÚTEIS
DA
ÁFRICA PORTUGUESA



PLANTAS ÚTEIS
DA
ÁFRICA PORTUGUESA





REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

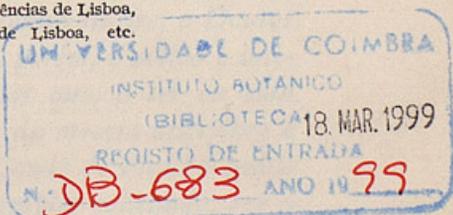
PLANTAS ÚTEIS DA ÁFRICA PORTUGUESA



Por

CONDE DE FICALHO

Lente de Botânica na Escola Politécnica, Sócio
efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa,
Sócio ordinário da Sociedade de Lisboa, etc.



*2.^a edição prefaciada e revista
pelo Prof. Ruy Telles Palhinha*

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E BIBLIOTECA
AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

MCMXLVII





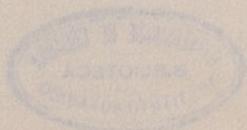
REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

PLANTAS ÚTEIS
DA
ÁFRICA PORTUGUESA

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DE AGRICULTURA

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DE AGRICULTURA
DIVISÃO DE INVESTIGAÇÃO DE AGRICULTURA
LISBOA

*Esta publicação foi autorizada por
despacho de S. Ex.^a o Ministro das
Colónias, de 12 de Julho de 1946*



ANTELÓQUIO

CONVIDADO pela Agência Geral das Colónias a escrever algumas palavras destinadas a preceder a 2.ª edição de «Plantas úteis da África Portuguesa», trabalho devido à autoridade do ilustre botânico Francisco de Melo, Conde de Ficalho, fiz ver ao Ex.^{mo} Sr. Júlio Cayolla, devotado Agente Geral, a vantagem de ser substituído por outrem, que houvesse sido discípulo daquele exímio naturalista e professor, por eu ter seguido outro grande mestre, outro grande professor, também botânico ilustre, o Doutor Júlio Augusto Henriques. Entendeu, porém, o activo e intelligente superintendente das Colónias que, o ter eu sido durante trinta e seis anos professor da mesma disciplina e no mesmo estabelecimento onde o Conde de Ficalho trabalhara, com extremado carinho e exemplar solicitude, era o bastante para aceitar essa incumbência. Só depois de anuir e de ter começado a orientar o meu espírito, é que reconheci a enorme dificuldade em bosquejar qualquer coisa acerca dessa extraordinária figura.

Sou avêssô ao uso de excessiva adjectivação, muito mais se se puder acoimar de empolada, mas quando, referindo-me ao Conde de Ficalho, emprego as palavras — extraordinária figura —, faço-o conscientemente, escrevo-o convicto da verdade e justiça do conceito.



Ramalho Ortigão, tão pouco pródigo de elogios, incapaz de usar expressões menos próprias, chamou-lhe — o homem mais homem da sociedade portuguesa do seu tempo.

De facto, o Mestre foi figura de destaque nessa época, durante a qual a nossa sociedade teve um escol deveras notável. Não é aqui lugar próprio para encarar o Conde de Ficalho nas várias facetas da sua personalidade, politípica e multiforme, como a alcunhou outro grande vulto daquela época, o Conde de Sabugosa, não só porque outros o fizeram, pranteando o seu desaparecimento corpóreo da face da terra, e olhando-o especialmente sob determinados pontos de vista, consentâneos com o seu viver e a sua sensibilidade, mas, também, porque só o encaro, no momento actual, como estudioso, como sábio, como patriota que soube pôr seus numerosos e vastos conhecimentos ao serviço da Terra onde nasceu.

Se desse expansão ao meu sentir e fosse embalado pelas ideias que me acodem ao espírito, teria, neste momento, de me referir a Francisco de Melo, — o douto Conde — focando-o separadamente sob o ponto de vista físico, psíquico e social, teria de admirar o linguista, de me extasiar perante o literato, de me deliciar em face do historiógrafo.

Mas, ponhamos de parte o homem fisicamente perfeito, querido de todos quantos com ele tratavam, que sabia não afastar quem dele se acercava por affecto ou por obrigação, em regra intimidado pelo porte aristocrático, pelo espírito fidalgo que ele emanava; homem que — diziam todos os que com ele conviviam, subordinados, colegas ou amigos — nunca se deixava levar por movimentos impulsivos, nunca emitia palavras mal-soantes, jamais se arrebatava de entusiasmo, de cólera ou de alegria.

Não olhemos para aquele estado de alma que o levava a dizer, como Costa Caldas me contou, que tudo o que era humano lhe interessava, desde que lhe encontrasse beleza. Um problema botânico, geográfico, histórico ou filológico,

um livro em prosa ou em verso, um trecho de música, um móvel ou um quadro, tudo era atraente e simples para a faculdade que possuía de compreender com rapidez e de se exprimir com invulgar facilidade, dons estes que davam a todos os seus trabalhos indiscutível clareza. Educado por uma mãe culta, extremadamente inteligente, pelo capelão do Solar de Serpa e por um refugiado espanhol, coronel de engenharia, de todos eles recebeu conhecimentos basilares de línguas vivas, de humanidades e de matemáticas, bem mais úteis ao desenvolvimento da sua clara inteligência e ao progresso do seu espírito do que aquilo que hoje se pratica em matéria de ensino, geral ou preparatório. Foi essa educação que deu ao Conde de Ficalho a confiança em si próprio, a segurança na sua conduta que o levava a dizer «Sei andar só, e a pé», frase que ouvi, como sua, a José Monteiro Torres, seu Amigo e empregado na Secção Botânica do Estabelecimento que fora criado por iniciativa e valor do sápiente Conde, então professor da Escola Politécnica.

Mas não sou eu quem o tenha de ver — mais uma vez digo — sob essa face.

Não devo também referir-me ao ponto de vista social. Toda a gente conhecedora, por pouco que seja, da história da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX, não ignorará que o Conde de Ficalho desempenhou grande papel, não como político que, felizmente para Ele e infelizmente para a Nação, nunca quis ser, mas como lídimo português que era.

A presidência desse grupo de Vencedores da Vida, que por antonímia se tinham denominado Vencidos da Vida, com a qual o aristocrata erudito se desvanecia, no dizer do Conde de Arnoso, grupo constituído pela fina-flor dos homens de mentalidade da época, amigos, na pura acepção desta palavra por vezes tão deturpada, reunidos para conversar, mostra bem a consideração em que era tido e o lugar que conquistara.

Tão pouco o quero ver como literato, não porque só agora tivesse lido o pequeno volume intitulado *Eleição perdida e seus artigos na «Tradição»*, mas porque me alongaria demasiadamente; pena é que sejam quase desconhecidos. Também não tratarei do historiógrafo, autor de *Garcia da Orta* e o seu tempo e das *Viagens de Pero da Covilhan*, nem do linguista, que tão vastos conhecimentos mostra nas obras que publicou.

Quero apenas apresentar o botânico que trabalhou indefessamente desde o princípio da sua carreira escolar até quase o aparecimento da sua doença, pois que em 1900 se publicava *«Le Portugal au point de vue agricole»*, cuja introdução, por ele escrita, mostra bem que nessa época mantinha firme e forte capacidade de produção, de labor, por tal forma que o saudoso sábio professor Pereira Coutinho a considerava *«quadro admirável da economia rural portuguesa»*, e que é notabilíssima como estudo do que, nesse ponto de vista, interessava ao nosso país. Serão alguns dos manuscritos existentes, e, desventuradamente, ainda não trazidos a público, elaborados ou corrigidos durante o período que decorre desde a época em que o sobredito trabalho foi escrito e a sua morte? No meu íntimo julgo que sim, e que aquela luz se manteve brilhante até quase final.

Pouco depois de Francisco de Melo ter feito parte da comitiva que acompanhou El-Rei D. Pedro V e D. Luís, então Infante de Portugal, nas viagens realizadas em 1854 e 1855 a diversas cortes europeias, sabemos-lo matriculado na Escola Politécnica, a tirar o curso geral, simples estudante a quem não estonteavam a amizade do Rei e dos Príncipes, os entretenimentos com os elegantes daquela época, as festas da sociedade a que pertencia.

Conclui o curso em 1860, premiado em quase todas as cadeiras, concorre pouco depois com Vicente Ferreira de Moura, que desistiu, à vaga de lente substituto, resultante do passamento do Doutor José Maria Grande, primeiro pro-

fessor de Botânica na Escola Politécnica e consequente promoção a catedrático de outro grande espírito, João de Andrade Corvo. Para isso foi necessário o despacho de 20 de Novembro de 1860, a dispensá-lo de vinte e dois meses que lhe faltavam para ter o mínimo de idade exigida para poder concorrer.

São brilhantes as suas provas, e a tal ponto — conta-nos o académico José de Sousa Monteiro — que Sousa Martins, o génio do professorado da Medicina portuguesa, saíra rapidamente da sala «a abafar, com a mão na boca, os bravos que irrompiam dela, bravos em tal momento mais sinceros que discretos», e em 3 de Janeiro de 1861, com pouco mais de 23 anos, é nomeado lente substituto, ascendendo a catedrático vinte e nove anos mais tarde, em Fevereiro de 1890, por morte de Andrade Corvo.

Nos quarenta anos que medeiam entre a sua entrada para a Escola Politécnica e a infausta quinta-feira, 18 de Abril de 1901, na qual se realizava a procissão de Nossa Senhora da Saúde, em que teve os primeiros sintomas do mal que dois anos mais tarde o havia de vitimar, quanto trabalho em prol da Ciência a que se dedicara, da Escola onde professava e do País a que pertencia, foi realizado por ele, por sua iniciativa ou por sua influência!

O estudante Francisco de Melo, ao frequentar as cadeiras de Ciências Naturais da ainda recente Escola Politécnica, devia in mente fazer comparações entre o que então havia e o que tinha visto quando pertencendo à comitiva desse excelso monarca que foi D. Pedro V, grande amante da História Natural e admirador de Museus, o acompanhou nessas visitas. Muito pouco tinham conseguido até então o Dr. José Maria Grande e João de Andrade Corvo para a 9.ª cadeira. Em 1861, ao entrar como lente substituto, os herbários eram muitíssimo pobres; o jardim botânico, então o Real Jardim da Ajuda, onde Brotero fora Director, ficava muito longe da Escola. A Academia Real das Ciências, auto-

rizada pela portaria de 6 de Outubro de 1849, comprara ao Dr. Frederico Welwitsch o herbário geral e o herbário português que este preclaro naturalista coligira e cuja venda lhe oferecera no final de 1848, mas esse material não era aproveitado, como fonte de ciência, e o herbário português era, embora muito bom pelo número e pela qualidade dos exemplares, ainda assás incompleto.

Vemos o Conde de Ficalho, cheio de entusiasmo, dar forte impulso às herborizações, para tornar maior a extensão dos nossos conhecimentos da flora lusitana, para enriquecer os herbários; promover o rápido incremento do Jardim Botânico, junto à Escola, começado em 1858, cujas obras se tinham arrastado; estabelecer relações científicas com outros estabelecimentos similares estrangeiros, em particular com o grande e lindo jardim de Kew, já célebre nessa época; conseguir que a Academia confiasse os seus herbários à guarda da Escola Politécnica, coadjuvado na consecução dessa transferência pelo Dr. Bernardino António Gomes, o segundo dessa trilogia maravilhosa de Bernardinos Gomes, a quem a ciência portuguesa muito deve; provocar a organização do Museu Nacional de Lisboa, com três secções — botânica, zoologia, mineralogia e geologia —; dedicar-se a estudos florísticos.

Eleito sócio correspondente da Academia em 1877, publica no «Jornal de Ciências Mathematicas, Physicas e Naturaes», nesse ano e no de 1879, estudos sobre algumas famílias botânicas, subordinados ao título geral de «Apostamentos para o estudo da Flora Portuguesa» e a «Memoria sobre a Malagueta», primeira de uma série que planeava para dar a conhecer a influência dos descobrimentos dos portugueses no estudo das plantas, e que, infelizmente, não continuou, mas na qual se pode já apreciar o valor do seu cabedal botânico, aliado a vastos conhecimentos históricos, conhecimentos estes que se patenteiam exuberantemente na «Flora dos Lusíadas», publicada por ocasião do tricentenário

da morte de Camões. Sobre flora portuguesa publicou no «Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes» catálogos das espécies das «Labiadas, Asperifolias, Scrophularideas e Rosaceas», elaborando ainda o das Leguminosas, que não chegou a publicar.

Em 17 de Outubro de 1872, o Dr. Frederico Welwitsch, três dias antes da sua morte, ocorrida em Londres, dispondo, como se propriedade sua fossem, das colecções que ao Governo Português pertenciam, fizera no Consulado Austriaco daquela cidade um testamento curioso e significativo, em virtude do qual distribuía por diversas entidades científicas e por naturalistas de nome universal as colecções que levara para aquela cidade, quando fora autorizado «a ir a Inglaterra e outros países do Norte a fim de completar vários estudos necessários à publicação dos resultados da sua exploração em Angola».

Pelos tribunais ingleses, por sentença de 17 de Fevereiro de 1875, após três anos de lutas nas quais prestou, mais uma vez, relevantes serviços, relevantísimos, o Dr. Bernardino António Gomes, foi reconhecido a Portugal o direito às colecções que tinham sido feitas pelo grande naturalista e douto botânico que, a expensas do nosso Governo, explorara grande parte da África ocidental portuguesa.

Ignoro — e os esforços feitos por diversas pessoas e por mim para o saber foram infrutíferos — quando deram entrada na Academia das Ciências essas colecções, reenviadas de Inglaterra, e quando passaram para a Secção Botânica do Museu Nacional de Lisboa, já então existente, mas o que sei é que a última caixa vinda de Londres estava na Alfândega de Lisboa em meados de Outubro de 1878, que no ano anterior já trabalhavam nos exemplares africanos o Conde de Ficalho e Bernardino de Barros Gomes e que até 1883 remessas de material welwitschiano foram feitas para Coimbra, Kew, Paris, Genebra, Berlim, Copenhague, S. Petersburgo, Melbourne e para o Dr. Schweinfurth, que residia

em Alexandria. Barros Gomes, alto espirito, digno herdeiro de seu pai e de seu avô — os dois Bernardino António Gomes —, silvicultor distintíssimo, pouco tempo colaborou com o Conde de Ficalho, apenas até 1879; este foi mais tarde coadjuvado por William Philipp Hiern, do «British Museum», que tendo de vir a Lisboa por causa da parte destinada àquele Estabelecimento, veio encontrar muito adiantado o trabalho de revisão das colecções botânicas de Welwitsch e reconheceu o elevado critério científico com o qual esse trabalho fora feito pelo mestre português.

Ao mesmo tempo, Ficalho e Hiern, estudaram as plantas provenientes de colheitas realizadas por Serpa Pinto, na África Central, e era impresso em Inglaterra, em 1881, nas Memórias da Sociedade Lineana de Londres, o resultado desse estudo com o título — «On Central-African Plants collected by Major Serpa Pinto» —; esta memória, agora redigida em português, foi apresentada à «Academia Real das Sciencias» e por ela mandada publicar em 1883. É de todo esse labor e do exame dos trabalhos de Peters relativos a Moçambique que resulta, como termo final, a publicação do livro do qual ora sai segunda edição.

Digo — como termo final — porque em 1878, no «Journal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes», tinha já aparecido «Noticia de alguns productos vegetaes mais importantes ou pouco conhecidos da África Portuguesa». Este trabalho, sem dúvida elaborado prematuramente, não deixou satisfeito o seu autor, porquanto não lhe deu sequênciã, e em 1881 e em 1882 appareceu, nas 2.ª e 3.ª séries do «Boletim da Sociedade de Geographia», outra tentativa sobre o mesmo tema intitulada: «Nomes vulgares de algumas plantas africanas, principalmente angolenses», que tão pouco lhe agradou, levando-o a não a concluir, a reformá-la, e a publicar em 1884 «Plantas uteis da África Portuguesa». Leia-se a «Advertência» que antecede esta obra e ver-se-ão

as razões provocadoras da insatisfação causada pelos trabalhos a que já me referi e a honestidade científica com que escrevia.

Essa obra foi esplêndidamente recebida no mundo botânico. Alphonse de Candolle, excelso botânico genebrês, ao agradecer o exemplar a ele enviado, escrevia: «J'espère que cette publication encouragera les colons et le gouvernement portugais qui s'occupent des possessions en Afrique». Ascherson, grande botânico berlinês, depois de se referir à notícia bibliográfica que redigira para o «*Botanisches Centralblatt*» e de apresentar o Dr. Buettner, que em Julho de 1884 partia para a África Ocidental em expedição científica alemã, exprime-se dizendo: «Il ne pourrait trouver un manuel plus utile que vos «*plantas uteis*» et c'est pour cela que lui ai cédé votre présent magnifique»; pede a seguir novo exemplar para substituir o que dera ao seu compatriota. Maxime Cornu, do Museu de História Natural de Paris, acha que: «Il renferme un nombre considérable de renseignements très intéressants et très complets sur une foule de plantes curieuses».

Alongaria, em demasia, este já longo antelóquio, a transcrição das opiniões que outros botânicos manifestaram, quando escreveram ao Conde de Ficalho por causa da recepção desta obra, escrita com admirável cuidado; mas não posso deixar de fazer notar que em Setembro de 1884, quere dizer pouco tempo depois de ter saído à estampa, o livreiro berlinense Friedländer pedia a remessa de dois exemplares, prova evidente de que a obra era procurada.

É muito para lastimar que apenas chegasse a ver a luz a parte relativa às Gimnospermas — apenas Tumbo e Ncoco — e às Dicotiledóneas; faltou tratar das Monocotiledóneas para que ficasse feito tudo o que dizia respeito às Angiospermas, e creio que nem mesmo ficou em manuscrito ou em apontamentos. Quem se atreveria a escrever a continuação desse trabalho? Era necessário que esse alguém pos-



suisse conhecimentos firmes de botânica, aliados a vastíssima erudição.

Passaram mais de sessenta anos sobre a época em que «Plantas uteis da Africa Portugueza» foi pensado, elaborado, escrito com solicitude, com desvelo, com atenção, com amor; as condições económicas variaram e trouxeram à nossa África outros elementos de comércio, de indústria; as explorações das riquezas vegetais ainda mais variarão; há espécies novas, cujo conhecimento e cuja utilização são posteriores, quer introduzidas de outros lugares, quer descobertas em novas explorações.

O livro não está consequentemente actualizado, mas continua a ser um repositório de conhecimentos, útil a todos os que quiserem estudar nos campos económico ou botânico as plantas tropicais, uma compilação de ensinamentos que interessam aos que se dediquem a assuntos ligados ao ultramar português. Mas mesmo que se acoime de incompleto e de não actualizado bastaria a «Introdução», que é completíssima e há-de ser sempre actual, para manter o elevado valor da obra.

Como diz Fr. Henrique Florez, na dedicatória do tomo 21 de «España Sagrada»: Ahora solo procuro avivar en el molde la memoria, y perpetuar la con el mas fino respecto, en circunstancia tanto más genial á mi pluma, quanto menos puede rogar se con visos de interés, ni lisonja.

Dezembro de 1944

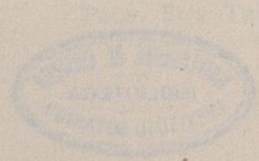
PROF. RUY TELLES PALHINHA

PLANTAS ÚTEIS
DA
ÁFRICA PORTUGUESA



Faint, illegible text at the top of the page, possibly bleed-through from the reverse side.

PLANTAS UTERS
Africa PORTUGUESA
Faint, illegible text in the middle section of the page, including the words "PLANTAS UTERS" and "Africa PORTUGUESA".



ADVERTÊNCIA

PREPARANDO agora para nova impressão os artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, sob o título de Nomes vulgares de algumas plantas africanas, principalmente angolenses, eu tive ocasião de acrescentar muita matéria nova, já intercalando nos seus lugares algumas plantas que haviam sido omitidas, já dando sobre outras mais largas e detidas informações e fazendo preceder a enumeração de uma introdução absolutamente inédita. É pois uma obra pela maior parte nova a que hoje vou dar à estampa. Os nomes vulgares, embora merecessem a minha atenção, deixaram de ser a feição principal deste trabalho, e pareceu-me conveniente substituir o antigo título pelo actual, mais curto e ao mesmo tempo mais compreensivo.

Por motivos que são óbvios, não me demorei na descrição das espécies mencionadas; ou são conhecidas e os seus caracteres se encontrarão facilmente nas obras citadas, ou são novas, e nesse caso a diagnose minuciosa — tal qual hoje se exige nos trabalhos de botânica sistemática — seria completamente deslocada. Abstive-me, pois, cuidadosamente de dar nomes novos a algumas espécies que julgo inéditas, por isso que a simples publicação de um nome, sem descrição



ou Icones que a apoie, nem constitui direito de prioridade nem está de acordo com as regras salutaras hoje estabelecidas. Apenas em alguns casos, — e poucos —, citei os nomes manuscritos adoptados por Welwitsch no seu herbário, quando julguei que se referiam a espécies verdadeiramente inéditas.

Dei, pelo contrário, tōda a atenção à identificação dos nomes científicos já conhecidos com os nomes vulgares de plantas ou produtos utilizados nas colónias, pois que de aí resulta o mais fácil estudo desses produtos. Não me lisonjeio, no entanto, de haver sempre acertado nestas difíceis investigações.

C. de F.

INTRODUÇÃO

I

PLANTAS CULTIVADAS

PERCORRENDO uma lista de plantas úteis africanas, e reparando nas que são geralmente cultivadas, e formam a base da alimentação dos povos de raça negra, ocorre naturalmente fazer um reparo curioso — e vem a ser, que a maior parte dessas plantas são estranhas à África, oriundas de outras regiões, e foram ali introduzidas em épocas mais ou menos remotas.

Já no ano de 1818, Roberto Brown, um dos primeiros botânicos do nosso século, havia notado esta circunstância, e apontado a provável origem asiática ou americana de muitas das plantas cultivadas na África ⁽¹⁾. Não podia então apoiar este parecer sobre provas decisivas e concludentes; o centro do continente era quase desconhecido e as investigações sobre a origem das espécies cultivadas estavam bem longe de haverem sido levadas ao ponto a que depois chegaram. A sua opinião, na época em que a emitiu, era, — na frase justíssima de Schweinfurth — , uma verdadeira profe-

⁽¹⁾ *Narrative of an expedition to explore the river Zaire by Capt. Tuckey. Appendix V. — 1818.*

cia. O certo é que os descobrimentos feitos depois pelos que têm devassado os segredos das misteriosas terras centrais e por outro lado os estudos dos botânicos sobre a origem das formas cultivadas vieram confirmar as suas previsões. Entre esses estudos, dispersos por muitas obras variadas, avultam os de Humboldt, nos seus grandes trabalhos sobre a América e sobre a Ásia, e particularmente os do sr. Afonso de Candolle, que em 1855 e recentemente ⁽¹⁾ tratou essa questão de um modo completo e com muita autoridade.

É, por certo, singular que as plantas cultivadas pelo africano, as que formam a base da sua sustentação, viessem — exceptuando o sorgo e poucas mais — de outras regiões, e parte delas em épocas relativamente recentes. É singular que o milho ⁽²⁾, o massango (*Pennisetum*), a mandioca, a bananeira de frutos alimentares, a batata doce, diversas castas de feijões, a cana de açúcar, a ginguba, o gergelim, os pimentos e outras, isto é, algumas das mais importantes plantas feculentas, oleosas, condimentares de que vive o Negro, fossem introduzidas na África pelos povos de outras regiões e que muitas árvores de fruto, como ateiras, mangueiras, cajueiros, sejam do mesmo modo estranhas à África pela sua origem, se bem que hoje ali vulgares.

Em vista desta circunstância tão notável, somos naturalmente levados a considerar quais seriam as condições da população africana na época em que estas plantas não haviam ali penetrado. Podemos admitir uma de duas hipóteses: ou existiam então outras plantas em cultura, que mais tarde cederam o lugar às introduzidas de fora, mas é difícil imaginar quais fossem, ou a cultura era pobríssima e quase desconhecida. Esta hipótese parece, sob o ponto de vista da

(1) *Géographie botanique raisonnée*, p. 810 a 991 — 1855. *Origine des plantes cultivées*. — 1883.

(2) Sobre a origem de algumas destas plantas podem subsistir dúvidas, e terei de fazer algumas reservas nas páginas seguintes.

botânica pura, a única admissível. Vejamos se o que podemos conjecturar relativamente ao passado africano a confirma ou a destroi.

A África não tem história, exceptuando naturalmente a zona setentrional, o vale do Nilo inferior e a Abissínia. Nesta terra singular, as gerações passam sem deixarem vestígios da sua existência, nem mesmo esses vestígios que na Europa ficaram de populações tão bárbaras como as africanas. Na África não há ruínas, nem quase tradições. As cidades e os palácios dos potentados africanos, — se cidades e palácios se podem chamar —, construídos de madeira e cobertos de capim, apodrecem e destroem-se mais rapidamente ainda do que se apaga a memória dos acontecimentos na mente dos habitantes. A terra, invadida pela exuberante vegetação tropical, não guarda a marca da mão do homem, como o espírito infantil do Negro não conserva a impressão do passado. Todas as conjecturas que fizermos sobre a história africana serão forçosamente vagas e destituídas de provas, mas por isso mesmo pode ter interesse o considerá-la por um lado novo, procurando indícios que venham reforçar os que já existem.

Os viajantes que do norte ou do sul têm penetrado profundamente no continente africano, até às proximidades do Equador, têm obtido informações mais ou menos vagas, mais ou menos entremeadas de circunstâncias fabulosas e inacreditáveis, sobre a existência de povos muito selvagens, geralmente descritos como sendo de pequena estatura, os quais são considerados como representantes dos Pigmeus, conhecidos dos antigos e mencionados em passagens dos seus livros, tão celebradas e tantas vezes citadas, que é desnecessário recordá-las. Foi assim que Krapf teve notícia da existência dos Doco no oriente; Escayrac de Lauture da dos Malagilagé, e Kölle da dos Quencob e Betsan no centro, e que du Chaillu no ocidente viu os Obongo, e depois Stanley viu os Vatua. Já em tempos antigos os Portugueses

havam sabido da existência dos Baca-Baca ou Mimos, subditos do Macoco (1). O Dr. Schweinfurth particularmente teve ocasião de ver, medir e desenhar alguns dos Aca, um dos ramos desta curiosa raça. O capítulo em que ele trata das raças anãs da África equatorial é um dos mais interessantes do seu interessantíssimo livro (2). Este distinto etnógrafo, reconhecendo a afinidade que existe entre aqueles povos e os Bosquímanos da África austral, não hesita em considerar uns e outros como os representantes actuais de uma grande raça aborígene, antes numerosa, hoje decadente e dividida em fragmentos dispersos. Em dois livros modernos portugueses encontramos relatados factos que são uma interessante confirmação deste modo de ver. Refiro-me à existência dos Bacancala, errantes entre as populações negras ao norte do Cunene, de que fala o Sr. Nogueira (3), e à presença dos Mucassequeres, — ou Bacassequere (4) —, na região entre Cubango e Cuando, observada

(1) Veja-se Dapper, *Description de l'Afrique*, p. 358-359, ed. de 1686. As informações transmitidas por Dapper foram obtidas pelos Portugueses, que, segundo ele diz, mandavam os seus pombeiros resgatar marfim ao interior do reino do Macoco.

(2) *Heart of Africa*, II, p. 65. Não tendo tido à minha disposição o original, cito constantemente a versão inglesa, 3.^a ed. — 1878. Veja-se também um longo e completo resumo sobre essas raças, em um artigo *Zwerg-völker in Africa*, inserido em Petermann, *Mittheilungen* — 1871, p. 139. Quanto às viagens posteriores veja-se Stanley, *Through the dark continent*, II, p. 101, 172 e 218.

(3) *A raça negra*, p. 99 — 1881.

(4) Mu-cassequere no singular, Ba-cassequere no plural. Esta prefixa, que designa o plural nos nomes dos povos, e que é usada na forma *Ba*, ou *Ban*, segundo a eufonia, encontra-se escrita na forma *Wa* pelos Ingleses e Alemães em geral, sobretudo referindo-se a povos orientais, mas sem grande regularidade. Assim, quase todos escrevem Ba-suto e Ba-bisa, escrevendo ao mesmo tempo Wa-suáheli e Wa-niamuezi. Não me julgando autorizado a fazer alterações, que podiam parecer pretenciosas, emprego a ortografia tal qual a encontro, tanto neste caso, como no caso das prefixas que designam a língua *qui*, *quin* ou *ki*, e em muitos outros. Únicamente transcrevo o *ou* dos Franceses, e os dois *oo* dos Ingleses por *u*, como os dois *ee* dos Ingleses por *i*.

por Serpa Pinto (1). Nenhuma dúvida pode restar de que estas tribos pertencem aos povos chamados por Pritchard Saabicos abrangidos por outros sob a designação de Coi-Coin. O sr. Nogueira descreve minuciosamente os Ba-cancala e sem repetir aqui todos os caracteres que aponta, notei a estatura pequena, a côr clara amarelada e o uso de uma língua especial, bem diversa dos dialectos dos Negros. O sr. Serpa Pinto descreve os Ba-cassequere quase do mesmo modo e insiste também sobre o tom amarelo terroso da pele e sobre a natureza da língua, não só diversa como afastada dos dialectos da raça negra. A presença destas tribos, no paralelo de 15° latitude sul, ou ainda ao norte, é um facto muito importante. Os Ba-cancala, os Ba-cassequere e também os Ba-cuísse do litoral, são fragmentos disjuntos da grande raça primitiva, são élos que prendem os Bosquímanos do Calaari aos Aca e outros do Equador. Falta-nos, é verdade, uma prova importante, e que seria decisiva, da sua comum origem, a qual resultaria da afinidade das suas línguas. A dos Ba-cancala e Ba-cassequere — e parece que também a dos Aca — é desconhecida. Sabemos, no entanto, que é especial, *sui generis*, e ininteligível para os negros, os quais, com maior ou menor facilidade, compreendem os dialectos variados das suas diferentes nações (2).

(1) *Como eu atravessei Africa*, I, p. 279.

(2) A linguagem dos Bosquímanos tem muitas analogias com o hotentote. Recordarei a propósito uma curiosa indicação dada por Moffat, o conhecido filólogo africano. Diz ele (*Missionary labours in southern Africa*, p. 5) que, dando a um Siriano explicações e exemplos de língua hotentote, este lhe contou que no Cairo encontrara escravos falando uma língua semelhante, os quais vinham muito do interior e eram de cor relativamente clara. Sendo assim, teríamos a prova evidente das relações desses povos do norte central com os da parte austral. Quanto à língua dos Ba-cassequere, que tão estranha impressão fêz no ouvido de Serpa Pinto, é muito provavelmente também um dos dialectos dos Bosquímanos, os quais têm, além das guturais e dos «cliks» do hotentote, um som de garganta semelhante ao grasnar dos corvos — *a croaking sound*.

A hipótese que considera estas tribos nómadas, como formas decadentes e regressivas de várias raças, parece-me inadmissível e partilho inteiramente neste ponto a opinião tão autorizada de Schweinfurth.

Seremos pois levados a admitir a existência de uma raça numerosa e antiquíssima, que ocupou toda a África tropical e austral, a qual hoje está fraccionada, quase destruída e representada apenas pelos povos que foram rechaçados para a zona árida do Calaari, e pelas tribos pouco numerosas, que vagueiam entre as populações de raça negra ou se acoitam nas densas florestas equatoriais.

Dos hábitos dos seus representantes actuais podemos, até certo ponto, concluir qual foi o modo de vida dessa raça primitiva. Os Bosquímanos, — o grupo mais conhecido —, são descritos pelos numerosos viajantes, que os têm observado, como perfeitamente nómadas, não construindo habitações, abrigando-se com alguns ramos de árvores que derribam, ou procurando covas e cavernas naturais, não cultivando a terra e vivendo exclusivamente da caça (1). O mesmo diz Nogueira, dos Ba-cancala, e Serpa Pinto dos Ba-cassequere. Igual reputação de hábeis frecheiros e peritos caçadores têm actualmente os Aca, e tiveram os pequenos Baca-baca, que os Jagas celebravam como os mais dextros e atrevidos caçadores de elefantes. Podemos pois imaginar uma raça ocupando toda a África do Sul; raça de pequena estatura, cor clara amarelada, existência perfeitamente nómada, vivendo da caça, ignorando a agricultura, e cuja alimentação vegetal consistia apenas nas raízes das

(1) Veja-se, entre outros, o que diz Burchell, *Southern Africa*, e também Moffat, *Missionary labours*, cap. IV. Enquanto os Negros constroem *cubatas*, os povos da raça primitiva, Bosquímanos, Ba-cuisse e outros, têm uma certa tendência a procurar as cavernas e abrigos das rochas. É curiosa a aproximação entre este facto, e a asserção de Aristóteles de que os Pigmeus viviam em cavernas.

plantas espontâneas ou nos frutos das árvores silvestres, — o puro ideal do selvagem.

As conjecturas da etnografia confirmam pois as deduções da botânica. Aquela indica-nos a existência de um povo a que as práticas agrícolas eram estranhas, esta a existência de uma época em que faltavam as plantas cultivadas e quase as cultiváveis, — permita-se a expressão (1).

Sobre esta raça primitiva derramou-se depois a raça negra em uma época desconhecida e vindo de um ponto de África igualmente problemático. Sob uma variedade quase infinita de tipos e uma confusão extrema de tribos e nações, que se cruzam, se sobrepõem, se misturam ou se combatem, o viajante pode, todavia, entrever um princípio de unidade, que abraça quase toda a população negra e indica uma origem comum (2). Ao norte do Equador, desde as terras altas da Abissínia pelo Sudão até à costa norte-ocidental, as relações são mais confusas; demais, certos povos de mui diversas origens, como os Fulbe, Berberes e Árabes, têm aí penetrado e modificado profundamente a pura raça negra. Mas ao sul, a unidade da raça é evidente. Ainda aí existem diferenças profundas de índole ou de aspecto entre os variados povos, como são as que afastam um guerreiro Zulo de um pacífico Mu-chicongo. As afinidades, porém, são também grandes e entre elas avulta o próximo parentesco das línguas, o qual se patenteia nos vocabulários e ainda mais na estrutura gramatical, no uso constante das prefixas e na sin-

(1) Este estado de coisas é exemplificado pelo que se dava em uma época relativamente recente, na maior parte da Austrália, onde nem existia cultura, nem quase espécies indígenas aproveitáveis, e onde os progressos agrícolas e a transformação dos campos tiveram por base a introdução de plantas estranhas. Esta introdução fez-se, porém, de modos bem diversos: na Austrália foi rápida e metódica, sendo devida a um povo civilizado; na África foi lenta, gradual e muito imperfeita, pois teve lugar por intermédio de raças quase tão bárbaras como a anterior.

(2) Veja-se sobre este ponto uma página de Schweinfurth magistralmente escrita. *Heart of Africa*, I, p. 148.

gular concordância eufónica que reúne todas essas línguas no grupo denominado aliteral (1).

Esta grande raça negra, destruindo em parte e dispersando a raça que a precedera, parece ter ocupado a África desde pròximamente o paralelo de 20° latitude norte até ao paralelo de 25° latitude sul e ainda além. O grau de adiantamento a que chegou é muito superior ao da sua predecessora. Por bárbaras que sejam as côrtes do Muata-Ianvo ou do Cazembe, de Munsa ou de Camrasi, temos quase a tentação de as chamar civilizadas, quando as comparamos com uma tribo de Bosquímanos. A distância que vai de um soldado do Muzila, já meio disciplinado, a um Mu-cassequere errante, é enorme. Esta superioridade revela-se em dois traços principais: a habitação fixa e a cultura da terra. O Negro em geral não é nómada, fixa-se e constroi habitações a que na nossa África ocidental dão o nome de cubatas, chamando à sua reunião libatas (2). Uma parede habitualmente circular, sobre a qual descansa um teto cónico, e em que se abre uma porta baixa, dando acesso e alguma luz ao interior — porque o Negro ainda não soube inventar a janela, segundo observa Sir S. Baker — ; como materiais, a madeira, o barro amassado e o colmo, tal é o tipo da casa africana. Este tipo modifica-se em variantes numerosas, características das diversas nações. Às vezes o edifício apresenta proporções consideráveis, toma uma certa elegância de formas e

(1) Veja-se Appleyard, *The Kafir language*; Krapf, *Outline of the Ki-suábeli language*, e outros. É justo dizer que antes de Appleyard, Krapf e Boyce, fr. Bernardo de Cannecattim, se não havia penetrado profundamente no mecanismo complicado da concordância eufónica tinha, pelo menos, uma ideia clara do seu princípio (*Col. de observ. grammaticais sobre a língua bunda* — 1805, a p. 19). Veja-se o exemplo que ele dá sobre o modo por que o adjectivo numeral *mochi*, um, varia segundo a forma do nome a que se liga — *riála rimochi* — um homem, — *caíála camochi*, um rapaz; — *quima quimochi*, uma coisa.

(2) *Libata*, ou mais pròpriamente *é-pata*, parece abranger as duas ou três cabanas habitadas por cada família. Nogueira, *A raça negra*, p. 123.

denota singular perícia da parte do operário (1), mas os materiais consistem sempre nas mesmas substâncias pouco duradouras e sob as variantes há traços de notável uniformidade que são mais uma prova da origem comum destes povos. Estas habitações, sendo de fácil construção, são, por isso mesmo, fàcilmente abandonadas e as povoações, — chamadas na nossa África ocidental senzalas —, mudam frequentes vezes de lugar sem que, no entanto, tais deslocações se possam de modo algum assimilar ao vaguear constante do nómada.

O Negro, fixando-se, cultiva. Há, por certo, povos caçadores, alimentando-se em parte da carne dos animais selvagens; há também povos pastores, os quais, como os Dinca do Bar-el-Gazal e algumas tribos no interior de Moçâmedes, se ocupam quase exclusivamente no tratamento dos seus gados; mas, em geral, o Negro, — deveríamos talvez antes dizer a Negra —, é cultivador e vive do produto do solo. Os seus campos, ou, como lhes chamam em Angola, os seus arimos (2), são tratados com um certo esmêro. As relações dos viajantes mostram-nos a cultura da terra generalizada do Atlântico ao mar Índico e do Sudão à Cafraria. Há mesmo regiões que da agricultura derivam o nome;

(1) Veja-se em Schweinfurth, *Heart of Africa*, II, p. 28, o desenho e descrição da sala de baile do rei Munsu.

(2) Este nome, adoptado pelos Portuguezes, pertence às línguas africanas, e procede da raiz *rima* do verbo — *cu-rima*, cultivar — *ngui-rima*, eu cultivo. É uma palavra bastante espalhada; em quílica, língua falada no oriente perto da costa, entre Mombaça e os montes Quilimandjaro, a terra lavradia chama-se *zi ia curima*. Em língua ambunda, cultivador chama-se *muca-curimissa*, ou *muca-curima*; e em dialecto qui-hiau, das proximidades do Niassa, *mcurima*. Em Moçambique a mesma palavra *culima* — com a simples mudança do *r* em *l*, tão fácil na bôca dos Negros — é geralmente adoptada pelos Portuguezes para designar a cultura. É inútil insistir sobre a importância evidente destas aproximações, as quais mostram a semelhança das línguas, e ao mesmo tempo a antiguidade da cultura.

Unianiembe, segundo diz Cameron (1), significa literalmente, a terra da enxada. E a enxada é, de feito, o instrumento geral do Negro que ainda não soube aproveitar o trabalho dos animais.

As plantas em cultura são numerosas, e serão mencionadas adiante nas suas respectivas famílias; não farei mais do que citar aqui um pequeno número das que têm maior importância. Entre estas avultam algumas Gramíneas, e entre as Gramíneas o sorgo, representado por diferentes variedades. No hemisfério boreal o sorgo forma a base da alimentação vegetal de quase todas as populações do Sudão e bacia média do Nilo e seus afluentes (2). No hemisfério austral, é largamente cultivado na parte sul de Angola, em toda a vastíssima bacia do Zambeze e, em geral, entre todos os povos vagamente denominados Cafres (3). Moído à mão pelas Negras, nas duas pedras bem conhecidas e de forma geral em quase toda a África (4), o sorgo dá a farinha de que se fazem as papas, ou os pães chatos, não levedados, cozidos nas cinzas, alimento habitual de vastas populações. Essa farinha serve, também, para o fabrico das bebidas fermentadas de que o Negro usa e abusa, — a *garapa* de Angola e o *pombé* do Oriente.

À cultura do sorgo anda anexa, mais ou menos geral-

(1) *Across Africa*, II, p. 298.

(2) Veja-se relativamente ao Sudão o que diz Barth, *Reisen und Entdeckungen in Nord und Central Afrika*, em diversas passagens; relativamente à bacia do Nilo, Schweinfurth, Speke, Baker e outros.

(3) Sobre a frequência desta cultura nas terras austro-orientais, veja-se Livingstone e outros; e entre os Portugueses, fr. João dos Santos, Lacerda, Sebastião Xavier Botelho, Gamito, etc., que todos falam do milho fino, como fornecendo o principal alimento aos Cafres.

(4) Compare-se a estampa de Schweinfurth, *Heart of Africa*, II, p. 231, com a de Livingstone, *The Zambesi*, p. 543 e 544, reparando em que uma se refere ao Sudão, e outra às margens do Niassa. No ocidente as duas pedras são às vezes substituídas por grandes almofarizes de madeira.

mente por quase toda a África, a de duas outras Gramíneas de menor valor alimentar, o *Pennisetum* e a *Eleusine*. Quanto à cultura do arroz e do milho, é muito importante por certo em algumas localidades, mas não está igualmente generalizada.

Caminhando no hemisfério norte em direcção ao Equador, o dr. Schweinfurth notou uma curiosa substituição de culturas. Enquanto entre os Bongo, os Babucur e outros povos ao norte do paralelo de 5.º latitude norte, os cereais forneciam o alimento principal, mais ao sul, entre os Niam-niam, A-banga e Mombutu, diminuía a sua cultura, — sendo substituídos pelas raízes feculentas —, a mandioca, batata doce, *Colocasia* e *Dioscorea*. Faltam para outras regiões dados tão exactos e dignos de fé como os que reuniu aquele sábio botânico. Todavia, indicações mais ou menos vagas, dispersas por muitos livros, levam-nos a crer que a mesma substituição tem lugar no hemisfério sul. Parece existir aí um limite que mui grosseiramente se pode talvez colocar entre os paralelos 13º e 10º de latitude sul, ao sul do qual predomina a cultura dos cereais, sendo ao norte mais frequente a das raízes feculentas (¹). Estas reflexões não podem de modo algum aplicar-se às terras situadas na proximidade imediata do litoral, onde a intervenção dos Europeus tem mesclado as diversas culturas.

Chegando ainda mais próximo do Equador, encontramos uma zona, não muito larga, onde a bananeira ocupa o primeiro lugar. Já no país dos Mombutu a sua cultura é geral. Na Uganda os campos estão cobertos de bananeiras e uma população rica e densa encontra na banana a sua alimenta-

(¹) Assim nos planaltos da Huila a cultura da *massambala* (sorgo) e *massango* (*Pennisetum*) é frequente; mas no Congo é mais rara, sendo a mandioca a base da alimentação.

ção principal e quase exclusiva. Depois a oeste dos lagos, pelo vale do Lualaba e Congo, continua a ser frequente (1).

Poderia ainda citar mais algumas plantas das famílias das Leguminosas, Cucurbitáceas e outras que entram com frequência na cultura do Negro; mas bastarão por enquanto os exemplos dados.

A área relativamente vasta ocupada pelos campos cultivados, a semelhança dos processos, tanto no imperfeito amanho da terra como na preparação dos produtos, a existência de nomes idênticos, ou pelo menos derivados da mesma origem para designar o cultivador e a cultura em pontos afastados, tudo nos leva a crer que a agricultura é muito antiga na África e contemporânea talvez da dispersão da raça negra.

E agora apresenta-se naturalmente ao espírito a questão de saber quando, como e de onde vieram todas estas espécies vegetais que o Negro cultiva.

É certo que algumas são indígenas do continente africano e portanto puderam ser semeadas e tratadas pelo homem a partir de períodos extremamente remotos; mas o seu número não é muito considerável nem a sua importância alimentar muito grande, exceptuando apenas o sorgo que é, sem dúvida, a planta principal da agricultura africana e parece ser indígena (2).

Entre as espécies introduzidas convém estabelecer dois grupos, relativamente aos quais as coisas se passaram em épocas e de modos bem diversos: o grupo das espécies da

(1) Veja-se, sobre os Mombutu, Schweinfurth, *Heart of Africa*; sobre a Uganda, Speke, *Journal of the disc. of the sources of the Nile*, e mais particularmente Grant, *Trans. Linn. Soc.*, XXIX, pars III, p. 15; e relativamente ao ocidente, Stanley, *Through the dark continent*.

(2) Além do sorgo, poderíamos citar algumas Leguminosas, como *Voandzeia*, *Cajanus*, e um *Phaseolus*; algumas Cucurbitáceas, como *Citrullus*, e várias mais.

Ásia, ou em geral do velho mundo, e o grupo das espécies da América.

A introdução na África das plantas pertencentes ao primeiro grupo pode ser antiquíssima. Todos sabem quanto é remota a existência da cultura no Egipto. A poderosa nação que se estabeleceu no vale do Nilo esteve desde as primeiras origens históricas em contacto com a Europa e com a Ásia, sendo em tempos primitivos invadida pelos exércitos de Esar-adon e fazendo, mesmo muito depois, parte integrante de uma das monarquias asiáticas (1). Que os Egípcios recebessem de fora muitas das plantas que cultivaram nas ricas aluviões do seu celebrado rio é facto perfeitamente fora de dúvida (2). Mas será mais difícil de provar que alguma dessas espécies se introduzisse por este caminho nas terras centrais, de que especialmente nos ocupamos. Os desertos da Líbia que limitam o Egipto pelo ocidente e os da Núbia que o limitam pelo meio-dia opunham à extensão gradual das culturas um obstáculo insuperável. Sobre isso, sucedeu que o Egipto devia sobretudo receber da Europa e da Ásia temperada plantas incompatíveis com o clima tropical e às quais este simples facto vedava o acesso às regiões do

(1) Sobre as relações dos grandes impérios asiáticos com o Egipto veja-se particularmente Rawlinson, *The five great monarchies*, II, p. 192, III, p. 113. Por outro lado são bem conhecidas as transacções comerciais que tiveram lugar entre o Egipto e a Grécia, sobretudo a partir do reinado de Psammético, as quais ainda mais se multiplicaram quando, muito depois, Alexandria, sob o domínio dos Lágidas, se tornou como que o centro da civilização helénica.

(2) E não só plantas de uso comum, introduzidas desde tempos muito remotos, senão também espécies raras que mandaram transplantar alguns dos seus soberanos, sobretudo quando a expansão dos gregos pela Ásia tornou mais conhecidas as ricas produções daquela região. Plínio, falando da árvore do incenso, diz *talesque in Carmania apparere, et in Ægypto satas studio Ptolemæorum regnantium* (*Hist. nat.*, I, p. 484, ed. Littré); e, quando trata da planta que dá o ládano, diz também *Necnon et fruticem esse dicunt in Carmania, et super Ægyptum per Ptolæmeos translatis plantis* (l. c., p. 487). Este zelo científico dos opulentos e cultos Lágidas pouca influência podia ter na rude agricultura do Negro africano.

sul. Foi assim que o trigo, de tão antiga e geral cultura no vale do Nilo inferior, ficou ali limitado. É possível que algumas plantas passassem do Egipto à Etiópia, pois as duas potências rivais estiveram sempre em contacto, e daí penetrassem nas regiões centrais; mas não é provável que o seu número fosse grande.

As antigas relações da África com a Ásia não se limitaram, porém, às que tiveram lugar por intermédio do Egipto. Entre a Arábia meridional e a costa africana fronteira houve comunicações seguidas. Ainda mais, o parentesco ou origem comum dos povos que habitavam as duas margens do Mar Vermelho está perfeitamente demonstrado. As antigas civilizações do Iemen e da Abissínia têm o mesmo tipo; as ruínas de Marebe e de Axum oferecem muitos caracteres de semelhança e as analogias entre o Himiarítico e o Guez são evidentes (1). O contacto íntimo que se estabeleceu desde mui remotas eras entre a Arábia e a África do Nordeste, separadas apenas por um mar estreito e facilmente navegável é, pois, um facto histórico que não pode deixar dúvida.

Nem eram também difíceis as comunicações entre a costa de Oman e a do Malabar, sendo favorecidas pelo fenómeno das monções, que tão importante papel representava na imperfeita navegação dos antigos. Há todos os motivos para supor que os povos da península abriram cedo esse caminho marítimo, e, por certo, conservaram uma espécie de monopólio do comércio com a Índia, pois na época dos Lágidas os produtos indianos se encontravam unicamente nos mercados da Arábia. Relações comerciais muito mais antigas e activas do que por algum tempo se imaginou liga-

(1) Sobre as analogias do Himiarítico com o Guez, e as antigas imigrações de populações semíticas no nordeste da África, veja-se Renan, *Histoire des langues sémitiques*, liv. IV, chap. I.

ram, pois, os habitantes do litoral do mar Índico e das suas grandes enseadas, — o golfo Pérsico e o golfo Arábico (1).

Pelo que diz respeito à África Oriental do sul, sabemos igualmente que os antigos navegadores se não circunscreviam nos apertados limites do mar Vermelho; saíam o estreito, dobravam o cabo dos Aromas e alongavam as suas viagens pela costa oriental até talvez às proximidades do actual Zanzibar. Aí se julga ter estado colocada a antiga cidade de Rapta, de que fala Ptolemeu, empório comercial daquelas regiões, sujeita ao domínio ou influência dos habitantes da Arábia (2). Estava pois aberto o caminho para a África das plantas úteis asiáticas, e caminho muito mais fácil que o do Egipto, primeiro porque do litoral para o interior se estendiam as férteis terras dos Negros, sem zonas desérticas intermédias; segundo porque as espécies introduzidas, provindo da parte quente da Ásia, podiam prosperar na África tropical.

(1) Os Gregos attribuíam a um dos seus,—Hipalo—, o mérito de haver seguido pela primeira vez o caminho directo da Índia e ligavam mesmo o seu nome à monção, — o vento Hipalo —, com que navegou. Na verdade, do tempo de Alexandre datam as noções mais claras que temos sobre o comércio com a Índia, mas o próprio comércio deve ser muito mais antigo. Perto de vinte séculos antes de Alexandre, as naus de Ur, na Caldeia, sulcavam o mar Índico, negociavam com a Etiópia e é bem possível que também com a Índia.

(2) Alguns comentadores têm julgado encontrar a situação da antiga Rapta na baía de Bagamoio, um pouco ao sul da ilha de Zanzibar, que é ainda hoje um dos principais pontos onde vem desembarcar o comércio interior. Segundo o autor do *Periplo do Mar Erythreu*, Rapta estava sujeita ao soberano de Mafartis na Sabeia; por onde se vê que os habitantes da Arábia tinham naquelas regiões a principal influência. Pode ver-se sobre estas identificações geográficas a opinião de D. João de Castro, e as eruditas notas do sr. João de Andrade Corvo, *Roteiro de Lisboa a Goa* — 182, p. 320. Sobre as relações dos Árabes com a África oriental em épocas ante-islâmicas veja-se também o dr. Krapf, *Outline of the elem. of the Kisuâbeli granmar*, p. 9 e seguintes. Deve-se advertir que as relações dos Semitas com esta parte da costa se não podem inteiramente assemelhar às que tiveram lugar mais ao norte, onde houve uma larga imigração de povos que impuseram a sua língua; o Guez e o Amárico são idiomas semíticos. Pelo contrário, no sul, os Semitas encontrando-se em menor número adoptaram a linguagem dos Negros; o Quisuâeli, conquanto tenha arabismos, é um puro dialecto do grupo aliteral.

É, portanto, aos Árabes, — ou melhor aos habitantes da Arábia —, que devem atribuir-se principalmente as primeiras dispersões de espécies vegetais úteis de um para outro continente, as quais tiveram lugar desde as remotas eras da civilização homerita, (*himiarítica*) ou mesmo desde períodos anteriores, não falando das problemáticas viagens das frotas de Salomão em busca do ouro de Sofala, por instigações da Rainha de Sabá (¹).

(¹) Poucas questões têm sido mais largamente debatidas do que a verdadeira situação de Ofir, que alguns colocam na Arábia, outros na Índia, e outros na África Oriental; deixando de parte opiniões singulares, como a que põe Ofir na América, ou na costa de Portugal. Os mais célebres eruditos, tais como Gesénius, Heeren, Lassen, Quatremère, Humboldt e vários mais, se ocuparam desta questão. Também os nossos antigos escritores dela trataram; o cônego Gaspar Barreiros no *Commentarius de Opbyra regione*, que anda anexo à sua *Chorographia*, impressa em 1551; fr. João dos Santos na *Ethiopia orientalis*, parte 1.^a, p. 57; o padre Francisco de Sousa no *Oriente conquistado*, I, p. 810, etc.

Os dois últimos seguiram a opinião que coloca Ofir nas terras de Sofala, a qual tem por si algumas autoridades de grande valor como a de Heeren e a de Quatremère. Bruce, na relação da sua celebrada viagem à Abissínia, também a segue e publica mesmo uma curiosa carta destinada a mostrar como, — atendendo ao fenómeno das monções e ao modo de navegar de então —, a viagem de Aziongaber a Sofala devia durar exactamente o tempo marcado na Bíblia.

Modernamente, o viajante Karl Mauch descobriu, ou antes visitou, umas ruínas importantes em Zimbaoe, o que deu uma espécie de actualidade à questão. E digo visitou porque parece que essas ruínas foram conhecidas dos Portugueses. Pode ler-se a história de uma curiosa informação que mandou tirar sobre este assunto o governo Português, e da resposta que lhe deu em 1723 um fr. Manuel de S. Tomás na interessantíssima nota do sr. João de Andrade Corvo ao *Roteiro* de D. João de Castro, a p. 336. Por ela se vê que tanto os que perguntavam como o que respondia tinham notícia da existencia de ruínas e inscrições, e as referiam ao tempo de Salomão. De feito, mais de um século antes, fr. João dos Santos fêz menção das ruínas situadas na Serra de Fura e notou com muito acerto a sua importância naquela terra onde modernamente tudo se construíra de madeira e colmo, e numa frase graciosa e ingénua apontou a possibilidade de serem os restos de alguma feitoria da Rainha de Sabá. Vejam-se também as conhecidas *Décadas* de Barros.

Se os cultos marinheiros da Judeia e de Tiro correram em repetidas viagens as costas africanas e se demoraram ali, levantando edifícios, de certo introduziram algumas sementes de novas plantas. Tudo isto é muito nebuloso, mas o certo é que alguém levantou os edifícios de que restam as ruínas.

Se a origem da influência árabe se pode assim procurar em épocas muito anteriores ao estabelecimento da religião maometana, é certo que essa influência se torna sobretudo decisiva e preponderante nos séculos que se seguem à Hégira, exercendo-se então pelo norte como pelo oriente. Pelo norte os Árabes, apoderando-se da zona mediterrânica, obrigaram os Berberes a refluírem sôbre os estados da Nigrícia, dominando-os em parte, e encerrando a raça negra nos seus actuais limites.

Foram as tribos berberes dos Tuaregues, — conhecidas dos nossos antigos viajantes pelo nome de Azenegues ⁽¹⁾ —, que, havendo adoptado os preceitos do Islão, introduziram a nova religião entre os puros Negros e os Fulbe, sendo depois seguidos pelos próprios Árabes. Assim se estabeleceu, em resultado de lutas cuja história é absolutamente estranha ao nosso assunto, essa zona de estados maometanos do Sudão, que ainda hoje existe e se estende do Cordofão ao Futadialão ⁽²⁾. Estava pois aberta a comunicação com o centro da África pelo Sudão, por onde desde tempos antigos, e sobretudo a partir do X século, os povos de raça berbere ou semítica puderam introduzir as plantas estranhas nas férteis regiões do Alto Senegal, do Niger, do lago Tsad e do Nilo Branco. Devemos no entanto advertir que a intolerância dos Islamitas e a caça aos escravos estabeleceram então, — como ainda hoje sucede —, uma zona de devastações e contínuas lutas entre os estados maometanos e as

⁽¹⁾ Do nome de uma das tribos ocidentais, Senaga ou Zenaga, junto ao artigo árabe, — *azzenagha*.

⁽²⁾ Veja-se sobre a história do Sudão, Barth, *Reisen*, particularmente, vol. IV, p. 594 e seguintes. E sobre a história dos Fulbe, Felata ou Fulos, como lhe chamavam os nossos Portuguezes, a mesma obra (IV, p. 144 e seguintes). Se estes Fulbe fossem de raça malaia, e uma imigração asiática, como quis Eichwaldt, poderíamos encontrar na sua entrada um meio de introdução de algumas espécies asiáticas; mas tal opinião parece pouco provável. Veja-se também, sobre as relações dos Fulbe com os Mombutu, Schweinfurth, *Heart of Africa*, II, p. 48.

terras ocupadas pelos Negros gentios, o que sem dúvida dificultou a extensão das culturas na direcção do Equador.

Ao mesmo tempo que estes importantes sucessos se davam no Sudão os Árabes continuavam a frequentar a costa oriental, onde fundavam novas e importantes povoações. As coisas parecem passar-se ali de modo um pouco diverso. Os Árabes não puderam ou não tentaram penetrar profundamente no continente; contentaram-se com ocupar ilhas próximas à costa, como as de Pemba, Zanzibar e outras, e vários pontos do litoral. Foram mais mercadores que conquistadores e as suas relações com os Negros parecem ter sido em geral pacíficas. As suas povoações, no entanto, cresceram e multiplicaram-se. Quando Vasco da Gama visitou, pela primeira vez, a costa oriental, encontrou os Árabes ou Mouros, — que assim lhe chamaram sempre os Portugueses —, estabelecidos por toda a parte, desde Sofala até Melinde. As suas vilas eram ricas e prósperas. Quíloa era «uma vila de Mouros de muy fermosas casas de pedra e cal com muytas janellas ha nosa maneira». Mombaça era uma cidade «muyto fermosa de muy altas casas de pedra e cal muyto bem aruadas»; eis o que nos diz Duarte Barbosa poucos anos depois. Melinde era uma bonita vila, parecida com Alcochete, como diz o autor do *Roteiro* ⁽¹⁾. Estas vilas viviam do trato com a Índia, tendo relações seguidas com o Oriente. Vasco da Gama, ao chegar a Melinde, encontrou ali quatro naus de Índios surtas no porto. Havia mesmo colónias de Banianes estabelecidas na África, professando a sua religião, e que os nossos tomaram a princípio por cristãos. Os ricos mercadores árabes deviam conservar ali o amor que

(1) Veja-se o *Livro* de Duarte Barbosa nas *Notícias ultramarinas*, II, p. 251, e o *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama*, ed. de A. Herculano e Castelo de Paiva, p. 49. As vilas árabes bem caiadas, com os seus eirados chatos deviam efectivamente recordar aos nossos as povoações portuguesas, as quais ainda conservavam e conservam o tipo que lhes imprimiu aquela raça.

distinguía a sua raça pela cultura, pelos jardins assombrados, pelos pátios plantados de árvores de fruto (1). De feito, tinham «muyta abastança de hortas e pomares». Haviam introduzido as suas plantas validas, as mesmas que povoavam os jardins de Córdoba ou de Granada, — laranjeiras e limoeiros, cidreiras e romeiras; e juntavam-lhes as espécies puramente tropicais, — mangueiras, bananeiras e coqueiros. Em volta das vilas estendiam-se campos bem tratados, «grandes lavoyras de milho e outros legumes» (2). Quando os Portugueses ali chegaram a prosperidade dos estabelecimentos árabes durava havia séculos (3), e em todo este longo período eles conservaram seguidas relações comerciais com o Oriente, estando, por outro lado, em contacto com os Negros do interior. Isto basta para explicar a introdução de todas as espécies asiáticas. Pode mesmo surpreender-nos que o número das que tomaram lugar na agricultura africana não seja maior.

Devemos no entanto reparar em que o Negro, ou em geral o selvagem, não está apto para aceitar todo o género de plantas. Requer uma alimentação abundante, posto que grosseira, e uma cultura fácil e pronta. Os frutos saborosos

(1) Veja-se o que diz Stanley sobre as culturas dos Árabes em Niangué no Lualaba, a sua mais internada estação na África Oriental.

(2) O milho de que falam os nossos escritores desta época é o sorgo, a que então chamavam simplesmente *milho*, chamando-lhe mais tarde *milho fino*, para o distinguirem da planta americana.

(3) Esta parte da costa frequentada ou ocupada pelos Árabes maometanos recebia o nome geral de Zangibar ou Zanguebar, e era muito mais extensa do que é a que hoje conserva esse nome; pois ia da foz do Juba ao Cabo das Correntes, 24º de costa próximamente. A designação da costa derivava-se do nome de *Zingis* ou *Zingium*, que os antigos davam aos negros. Os geógrafos árabes, como Abulfeda e outros, mencionam Sofala no país dos Zendj, como sendo o ponto extremo das suas viagens. Já no princípio do X século, Maçudi diz o mesmo... *Sofalah, qui est la frontière la plus reculée de ce territoire et le terme de la navigation des bâtiments d'Oman et de Siraf dans la mer de Zendj*. (*Les Prairies d'Or*, tr. de B. de Meynard et P. de Courteille, III, p. 6). Por aqui se vê quanto foi longo o período de influência dos Árabes, antes de serem suplantados pelos Portugueses.

ou as especiarias finas são-lhe bastante indiferentes; as espécies que exigem amanhos cuidadosos não lhe quadram; e difícil será que cultive uma árvore, a qual só ao cabo de muitos anos lhe pode dar produto. Este facto de plantar uma árvore, que por trivial nos parece tão simples, envolve uma série de idéias complexas, estranhas ao espírito do selvagem; supõe a consciência da estabilidade e segurança, bem raras no centro da África; supõe uma certa noção da propriedade, da sua transmissão, e a previdência. Por todas estas razões, muitas das plantas introduzidas ficaram limitadas ao sítio da sua introdução. As laranjeiras e limoeiros, por exemplo, encontram-se nos bosques, tornados selvagens, mas sempre na proximidade de antigos estabelecimentos árabes ou portugueses (1). Pelo contrário as plantas anuais ou de rápida frutificação, de produto abundante e cultura fácil, têm uma certa probabilidade de serem adoptadas pelo Negro, e de se espalharem pelo interior.

De tudo o que levamos dito resulta que os Árabes, antes das viagens portuguezas, haviam introduzido na África Oriental todas ou a maior parte das plantas asiáticas que ali se naturalizaram, tomando lugar na agricultura dos indígenas, como são: a bananeira, que os Egípcios e os Hebreus não conheceram, e trazida depois da Índia fornece alimentação a populações numerosas; a cana do açúcar, da qual os Negros não sabiam extrair o açúcar, mas de que se nutriam em parte, no tempo de fr. João dos Santos e muito antes; a *Eleusine Coracana*, abundante em todo o oriente desde a Abissínia até Moçambique; o gergelim, cultivado e frequente na região oriental, a partir de tempos antigos; o

(1) Os escritores, que não são botânicos, não distinguem em geral as plantas fugidas das culturas, e tornadas subespontâneas das realmente espontâneas. Por isso encontramos nos livros antigos, — e mesmo modernos —, singulares asserções sobre espécies indígenas, e frases como esta do livro de Xavier Botelho «as plantas do Brasil são aqui (África Oriental) indígenas».

arroz que, pelas condições especiais da sua cultura, ficou localizado nos terrenos alagados e pantanosos; o coqueiro que, também pelas suas exigências especiais, se não afastou do litoral, e muitas outras (1).

Quando, pois, no começo do século XVI, os Portugueses se estabeleceram naquelas paragens, pouco lhes restava a fazer sob o ponto de vista especial que nos ocupa. É possível que eles introduzissem uma ou outra planta, útil, asiática, que houvesse escapado à acção dos Árabes; é possível que eles fizessem penetrar algumas culturas no interior, iniciando-as nas suas estações mais internadas da Zambézia, ou Rios de Sena, como então lhe começaram a chamar; em todo o caso a sua influênciã não é dominante, e nesta parte da África unicamente completaram o que havia sido começado e quase levado a cabo pelos seus predecessores.

O mesmo se pode dizer das relações que muitos anos antes tiveram com os Negros da costa norte-occidental. As populações do Senegal e do Geba, a gente do resgate de Cantor, os súbditos do Budomel, os Jalofos e os Mandingas tinham já, quando os nossos os visitaram, recebido a influênciã semítica vinda do norte pelo interior do continente, estando em contacto com o Sonrai, o Meli e outros impérios populosos do Sudão (2).

Mais ao sul, porém, dobrado o cabo das Palmas, os Portugueses encontraram na costa da Mina, no reino de Benin, no Congo, em Angola, povos negros, ao que parece, puros de todo o contacto estranho. Em toda esta vasta extensão

(1) Vejam-se, a propósito de cada uma destas plantas, as indicações mais detidas, dadas ao diante.

(2) A extensão da influênciã maometana, nesta parte da costa occidental, quando ali chegaram os Portugueses, pode ver-se da relação de viagem de Ca da Mosto e das notícias reunidas por Valentim Fernandes, em *Val. Ferdinand's Beschreibung der Westküste Afrika's* von dr. Friedrich Kuntsmann; veja-se tamém *Chronologische Tabellen über der Geschichte von Sonrby*, etc., em Barth, *Reisen*, vol. IV, p. 600 e seguintes.

de costa a influência portuguesa é anterior a qualquer outra e é dominante. Sucedeu naturalmente então que algumas plantas, já cultivadas no oriente, foram de novo introduzidas pelo ocidente, e que a África, — permita-se a expressão —, foi atacada e invadida pelos dois flancos.

Temos provas numerosas de quanto os Portugueses se empenharam em introduzir e cultivar nas novas possessões as plantas úteis, suas conhecidas. Alguns factos bem notórios põem perfeitamente em evidência este empenho. Todos sabem, por exemplo, que o Infante D. Henrique, logo depois do descobrimento da Madeira, se apressou em introduzir naquela ilha as melhores castas de vides e a rica cultura da cana de açúcar, que ali prosperou de modo notável, segundo relata João de Barros; e que mais tarde essa cultura foi também empreendida com bons resultados na ilha de S. Tomé, sendo para ali mandados mestres da Madeira, a fim de dirigirem o fabrico (1).

(1) A cana de açúcar é originária da Ásia. Não foi, porém, daquela região que a levaram para a Madeira, em tempo do Infante D. Henrique, como é fácil de supor. Os Árabes haviam, séculos antes, generalizado a sua cultura na região mediterrânica, introduzindo-a na Sicília e no sul de Espanha e de Portugal. Temos uma prova curiosa da sua existência entre nós, em alguns versos de Gil Vicente; na farsa o *Juiz da Beira*, o pregoeiro abre a praça nestes termos:

Quem quiser vir arrendar
As charneças de Coruche,
Antes que o lance mais puxe
Que se querem arrematar.
São terras novas guardadas
Que nunca foram lavradas
Oh! que matos pera pão!
Que vales pera açafraão
E canas açucaradas!

Sobre a cultura da cana na Madeira veja-se o que diz, entre outros, João de Barros; em relação a S. Tomé o que diz o piloto anónimo, *Not. ultramarinas*, II, p. 91, e também Lopes de Lima, *Ensaio*, II, p. 9, e o sr. João de Andrade Corvo, *Estudos*, p. 17.

Igual solicitude demonstra a seguinte passagem interessantíssima que encontramos na relação da viagem de Ca da Mosto: «N'este reino do Senegal, e d'elle para diante em terra nenhuma da Negraria nasce trigo, nem centeio, nem cevada, nem aveia, nem uvas, e isto porque o pays he tão quente que não tem chuvas nove mezes do anno, desde Outubro até ao fim de Junho, e por causa d'este grande calor não se pode dar o trigo, tendo experimentado semeallo d' *aquelle que nós os Christãos lhe temos levado*» (1). Por onde se vê que os Portugueses logo depois do descobrimento daquela região haviam tentado introduzir esta importante cultura, dando sementes aos indígenas. O resultado havia sido infeliz, como era natural, mas o facto para o qual convém chamar a atenção é sobre a tentativa, qualquer que fosse o seu resultado. Nem eram estas tentativas isoladas, antes se repetiam com frequência em pontos diversos da África. Muitas relações dos nossos antigos escritores se referem demoradamente ao facto de que várias árvores frutíferas, ou hortaliças da Europa, se davam bem e prosperavam, ou, pelo contrário, não podiam desenvolver-se neste ou naquele ponto, o que claramente mostra que a sua cultura havia sido ensaiada (2).

(1) *Not. ultramarinas*, II, p. 35. *Di quelle que han havuto da noi Christiani*, diz o texto. Ramusio, *Delle navigationi*, I, p. 103 v. Nesta palavra Cristãos se envolve Ca da Mosto com os Portugueses com quem navegava, tornando bem claro que se não refere a alguma introdução antiga vinda do interior.

(2) Fr. João dos Santos, *Ethiopia Oriental*, p. 8, fala das *romeiras, figueiras de Portugal*, etc., que ali (Sofala) se cultivavam; e a p. 53 das *parreiras, romeiras, limoeiros e do rabão da casta e semente de Portugal*. O anónimo autor da *Relação da conquista de Benguella (Mem. do ultramar*, por Luciano Cordeiro), a p. 17, encarece o bem que a terra criava as plantas *do nosso Portugal*. Seria fácil multiplicar citações, e acumular provas neste sentido. É particularmente interessante a *Navegação a S. Thomé* do piloto anónimo, dá conta da introdução na ilha da cana, do coqueiro e da banana; das tentativas para cultivar oliveiras e árvores de fruto que medravam, mas não frutificavam; e mesmo da necessidade de renovar as sementes das hortaliças europeias, que degeneravam rapidamente.

Sem dúvida muitas tentativas foram malogradas, como succedeu com a introdução do trigo no Senegal; sem dúvida outras culturas ficaram limitadas às proximidades dos estabelecimentos dos Europeus, aos arimos de certos colonos mais curiosos; mas algumas por certo seriam adoptadas pelo Negro, generalizando-se e estendendo-se para o sertão, e assim se ía pouco a pouco enriquecendo o cabedal de plantas úteis da agricultura africana.

Devemos agora considerar um grande acontecimento que assinalou os últimos anos do século XV, o qual, — mesmo encarado sob o ponto de vista especial e restritíssimo do nosso assunto —, teve uma influência considerável. Refiro-me ao descobrimento do Novo Mundo. A América foi um rico manancial de novas plantas úteis, que atraíram tanto mais rapidamente a atenção, quanto muitas delas eram já cultivadas pelos indígenas na época em que os descobridores ali chegaram. A variadíssima vegetação dos trópicos americanos, e os seus produtos naturais, foram estudados com interesse e por vezes com verdadeiro espírito científico pelos viajantes e escritores espanhóis, Monardes, Oviedo, Hernandez e outros, e também por alguns dos nossos, como José de Anchieta e Gabriel Soares de Sousa. Vieram para a Europa as sementes das espécies interessantes, e algumas prosperaram no clima de Espanha e de Portugal, como succedeu ao milho e aos pimentos ⁽¹⁾. Outras, porém, exigiam maior calor; a sua cultura nos climas temperados era impossível, mas podiam desenvolver-se nos trópicos da África e da Ásia, para onde foram levadas.

(1) Já no ano de 1500 se haviam recebido em Espanha numerosas sementes de milho, destinadas à cultura, segundo consta dos registos da municipalidade de Sevilha, que foram examinados por Fée (citado por De Candolle, *Orig.*, p. 313). Quanto aos pimentos eram frequentes em todas as hortas de Espanha no tempo de D. Nicolau Monardes; e quando Clúcio visitou Portugal encontrou nos arredores de Lisboa diferentes variedades. Chamavam-lhe então *pimenta do Brasil*. Veja-se *Exoticorum*, p. 343, errore 341, ed. de 1605.

A influência dominante dos Portuguezes nesta dispersão de espécies americanas, que teve lugar no decurso do século XVI é tão evidente, que quase não carece de demonstração. Nenhum outro povo percorria então maior extensão dos mares, nenhum frequentava a miúdo as praias da América, da África e da Ásia, nenhum possuía simultaneamente nos trópicos do Velho e do Novo Mundo vastas e férteis regiões. Ao mesmo tempo que podiam obter as plantas americanas, ou indirectamente pelo contacto com os seus vizinhos da península que as traziam das Antilhas, do México e do Perú ou directamente das novas terras do Brasil, occupavam diversos pontos nas costas occidental e oriental da África, dominavam a Índia, e estendiam o seu comércio até à China. Introduziram então na Índia, em Malaca, nas férteis e grandes ilhas do arquipélago malaio várias plantas americanas. Os velhos autores de botânica asiática, como Rheede e o exactíssimo Rumphius, mencionam algumas dessas introduções, attribuindo-as, com razão, aos Portuguezes. Pelo que diz respeito à África, o transporte ainda foi mais fácil pois se achava mais próxima, e por assim dizer no caminho. Todos sabem quanto eram íntimas as relações que existiam entre as províncias portuguezas de Angola e do Brasil.

Nesse século a África, pela mão dos portuguezes, adquiriu algumas das plantas que maior importância têm hoje na sua agricultura, na alimentação dos seus habitantes e no seu comércio.

Uma destas plantas foi o milho, — *Zea mays*. Não obstante algumas opiniões em contrário, o sr. A. de Candolle persiste no seu último trabalho em sustentar, — e com muito boas razões —, a sua origem americana (¹). Relativa-

(¹) *Origine des plantes cultivées*, p. 311. Terei ocasião de voltar ao diante a esta questão e de discutir uma passagem de João de Barros, de explicação um pouco difícil.

mente à introdução desta planta na África, encontramos uma indicação importante na relação de Duarte Lopes, que nos foi conservada por Pigafetta. Diz-nos aquele viajante, que no seu tempo, — fins do século XVI —, se cultivavam no Congo diversos cereais: o *luco*, — *Eleusine Coracana* —, que era conhecido havia pouco tempo e cujas sementes haviam sido trazidas da região do Nilo, onde este rio entra no segundo lago; um grão branco, chamado *Mazza di Congo* ⁽¹⁾, — provavelmente a variedade branca do sorgo —, e o maíz, que chamavam *Mazza Manputo*, ou grão de Portugal. É interessantíssimo esta passagem ⁽²⁾. Em primeiro lugar, dá-nos uma indicação sobre a *Eleusine*, que concorda de modo notável com a hipótese admitida da sua origem asiática, mostrando-nos que só em uma época relativamente recente, havia penetrado na parte ocidental da África, vindo do lado oriental pelo interior. Em segundo lugar, diz-nos que o milho se chamava *massa*, ou espiga, de Portugal, o que indica que viera de Portugal, ou pelo menos fora trazido pelos Portugueses, em um período bastante recente para que a sua

(1) Nas línguas do Congo e Angola, o nome de espiga é *rissa*, no plural *massa*. Daí vem o nome de diversas Gramíneas que têm espigas, — *massambala*, o sorgo, — *massango*, o *Pennisetum*.

(2) A importância da passagem deste livro raro, e o facto de se achar mutilada em algumas versões, obriga-me a transcrevê-la na íntegra:

Tutta la pianura è fruttifera & coltivata & ha prati herborosi & alberi sempre verdi, & produce grani di varie maniere, ma il principale & migliore chiamasi Luco, il quale è fatto a modo delle semente della Senaura, alquanto maggiore, & si macina con molini da mano, & n'esce bianca farina, & fassi pane bianco, & di buon gusto, & sano, ne punto cede a quello di formento, se non che con esso si celebra, & di cotali granelli è copia in tutto il regno di Congo da poco tempo in qua, venendo la semente dal fiume Nilo, in quella parte dove empie il secondo lago.

Vi è il miglio bianco nominato Mazza di Congo, cioè grano di Congo & il Maiz che è il più vile de tutti che dassi a porci, & così anco il riso è in poco prezzo, & al Maiz dicono Mazza Manputo cioè grano di Portogallo, appellando essi Manputo Portogallo. — Relatione del Reame di Congo, etc., tratta dalli scritti & ragionamenti di Odoardo Lopez portoghese per Filippo Pigafetta, p. 40 — Roma, 1591. Há uma boa e fiel tradução em inglês de Mrs. M. Hutchinson, publicada em 1881.

origem não houvesse esquecido. Isto concorda plenamente com a hipótese da procedência americana e da introdução directa pela costa ocidental no decurso do século XVI.

Na mesma época, ou um pouco posteriormente, foi introduzida a planta que hoje ocupa tão importante lugar na agricultura e alimentação do Negro, — a mandioca. A sua origem americana e a introdução feita pelos Portugueses na costa ocidental, — provàvelmente por Angola —, são factos perfeitamente fora de dúvida. Também parece segura a origem americana dos pimentos, — espécies de *Capsicum* —, esse condimento valido do Negro; igualmente a do tabaco, — tanto da *Nicotiana Tabacum* como da *N. rustica* —, espécies bastante espalhadas hoje pelo continente africano.

É bem menos certa a origem americana do mendubi, ou jinguba, — *Arachis hypogæa* —, sendo no entanto admitida pelo sr. A. de Candolle (1) e apoiada sobre provas botânicas bastante valiosas. Se de feito procedesse do Novo Mundo, podíamos sem dúvida atribuir aos Portugueses mais esta notável aquisição para a flora económica da África. Igualmente se lhes deve a introdução da batata doce, — *Ipomœa Batatas* —, se acaso é indígena da América, como admitem alguns botânicos de grande autoridade (2).

Seria fácil alongar esta lista e citar maior número de plantas americanas, hoje mais ou menos frequentes na África; como são, diversas espécies de *Annona*, o cajueiro, a *Bixa orellana*, várias Mirtáceas e ainda outras.

A flora económica da África, que a partir de tempos antigos se havia sucessivamente enriquecido pela introdu-

(1) *Origine des plantes cultivées*, p. 330. Sobre os nomes vulgares desta planta e da *Voandzeia subterranea*, e a complicada e um pouco obscura questão da sua pátria, veja-se o que digo adiante na família das Papilionáceas.

(2) Humboldt, Boissier e De Candolle, porém um pouco em dúvida, *Orig. des pl. cult.*, p. 42.

ção de plantas oriundas da Europa ou da Ásia, recebe pois agora no século XVI e seguintes um notável contingente de valiosas espécies provenientes do Novo Mundo (1).

Esta dupla corrente que da América se dirigia para a costa ocidental e da Ásia para a costa oriental da África, devia tender a povoar o ocidente de espécies americanas e o oriente de espécies asiáticas. É hoje difícil, ou mesmo impossível, observar tal distinção. Primeiro porque muitas espécies, difundindo-se de povo em povo pelo interior do sertão, penetraram de costa a costa; depois porque as introduções se não fizeram regularmente, e uma espécie americana podia ser levada pelos Portuguezes para Angola e ao mesmo tempo para Moçambique, como uma espécie asiática podia ser trazida directamente para o Congo ou para a Guiné. No entanto, as relações mais directas e o contacto mais íntimo e seguido que existiam, por um lado entre a Índia e Moçambique, por outro entre o Brasil e Angola, determinaram um certo predomínio respectivo de influência que ainda hoje se faz sentir, posto que vagamente. Assim a cultura da mandioca, — que veio da América —, parece ser mais frequente na zona ocidental do que na oriental, e pode-se ainda hoje observar, como que caminhando de oeste para leste (2); pelo contrário, a cultura do gergelim, — que veio da Ásia —, é frequentíssima na parte oriental e relativamente rara no ocidente. A mangueira, — de origem indiana —, encontra-se nas duas costas; mas no ocidente é em geral rara (3) e no oriente mais abundante, mesmo em loca-

(1) Em compensação algumas plantas cultivadas hoje na Ásia e na América são indígenas da África; mas o seu número é relativamente pequeno, e a sua importância, exceptuando o *cafézeiro*, pouco considerável.

(2) Cf. Schweinfurth, *Heart of Africa*, I, p. 252. É necessário para fazer esta distinção, considerar as coisas em globo, e não tomar em conta os pontos do litoral de fácil acesso; assim em Zanzibar a mandioca é frequentíssima, por introdução directa mais recente.

(3) Cf. Monteiro, *Angola and the river Congo*, II, p. 297.

lidades do interior ⁽¹⁾; o cajueiro, — que provém da América —, é na verdade comum em cultura na província de Moçambique, mas denuncia em Angola uma naturalização mais completa, pois forma numerosos grupos no estado selvagem ou subespontâneo, sobretudo ao longo da costa que vai da foz do Zaire até ao Ambrizete, a ponto de em algumas localidades ter quase excluído qualquer outra árvore ou arbusto ⁽²⁾. Não obstante, pois, a antiga dispersão das espécies, as introduções sucessivas, a influência prolongada das colónias de diversas nações Europeias, ainda é possível entrever, na actual distribuição das culturas, uma indicação sobre a procedência das plantas.

Temos mostrado como a África, pobre a princípio em plantas alimentares, as foi depois recebendo, primeiro da Ásia ou da Europa desde tempos muito antigos, e, ultimamente do Novo Mundo, a partir do começo do século XVI. Tentámos igualmente demonstrar que as introduções de plantas asiáticas ou europeias foram especialmente devidas aos Árabes, não fazendo os Portugueses e outros povos da Europa mais do que completar a sua obra, e que a introdução das espécies americanas se deve principalmente aos navegadores e colonizadores Portugueses. Resta-nos procurar as causas que influíram para que algumas dessas espécies, introduzidas nas proximidades do litoral pelos estranhos, se dispersassem e penetrassem nos remotos sertões interiores.

Encontramos a principal dessas causas nas migrações dos povos africanos, que tiveram lugar desde épocas remotas e continuam nos nossos dias. Não tentarei fazer a história, nem mesmo o esboço, do pouco que se sabe sobre essas migrações, o que excederia os limites deste trabalho, e, sobretudo, os da minha competência. Limito-me a recordar alguns factos geralmente aceites pelos viajantes e escritores.

⁽¹⁾ Cf. Livingstone, *The Zambesi*, p. 47, e também Gamito, *O Muata Cazembe*, p. 6 e outras.

⁽²⁾ Cf. Monteiro, *Angola*, etc., I, p. 44.

Os povos negros da África encontram-se ainda hoje nesse estado de flutuação que parece ser uma transição necessária entre a vida nómada e a estabilidade relativa das nações civilizadas; estado pelo qual passaram, nomeadamente, os povos da Europa nas épocas pré-históricas e, mesmo, em algumas já perfeitamente históricas.

Indicámos nas páginas precedentes a probabilidade daqueles povos negros se haverem dispersado sobre a África, estando esta já habitada por uma raça mais clara, de pequena estatura e existência nómada. Quanto a indagar a procedência e época de dispersão da raça negra, parece-me difícil, se não impossível. Unicamente notarei que as vagas e nebulosas tradições dos Negros, de acordo com as opiniões dos viajantes, apontam para o nordeste da África como sendo a região de onde procederam diversas tribos (1). E notarei, também, a coincidência existente entre estas tradições e a provável penetração dos primeiros vegetais úteis por essas mesmas regiões do nordeste, não querendo, contudo, dar a esta coincidência outra significação que não seja a de uma aproximação curiosa. Qualquer que fosse, porém, a época e origem destes primitivos movimentos, devemos admitir que sobre as primeiras migrações se derramaram outras e ainda outras de diferentes tribos e variadas sub-raças; migrações que se sobrepuzaram e se misturaram em parte, como se sobrepuem e se misturam as águas das ondas, que sucessivamente vêm quebrar na praia. Fraccionando-se, ou fundindo-se, produziram o labirinto da etnografia afri-

(1) Os Mandingas julgam-se originários das proximidades de Meca (M. de Barros, *Guiné Portuguesa*, no *Bol. da Soc. de Geog.*, 3.ª série, p. 820); mas nesta lenda pode haver alguma influência maometana. Os Fans do Gabão indicam sempre a sua procedência do nordeste (Du Chaillu, *Explorations and adventures in Equatorial Africa*). Os Binbundo ou Bannano de Angola são considerados como vindo da região dos lagos (Capelo e Ivens, *De Benguella*, etc., II, p. 233). A curiosa nação dos Fulbe veio, ao que parece, primitivamente da parte oriental da África, embora nas épocas históricas se tenha estendido de oeste a leste (Barth, *Reisen*, IV, p. 149; Schweinfurth, *Heart of Africa*, II, p. 48).

cana, essa multiplicidade de nações todas diversas e todas parecidas, acusando, ao lado de distinções evidentes, sinais característicos de parentesco próximo. Se das épocas antigas, absolutamente obscuras, passamos a considerar períodos mais recentes podemos encontrar indicações preciosas, posto que vagas, nas tradições mais vivas e frescas dos Negros, ou nas relações históricas dos Europeus, que já então com êles tinham contacto.

Tomemos um exemplo, que de perto nos interessa, na região que constitui e rodeia a nossa província de Angola. Os distintos viajantes Capelo e Ivens, cuja autoridade é incontestável pois percorreram e estudaram toda essa região, admitem aí a existência de três invasões sucessivas: a dos Congos, a dos Bondos e a dos Tembos. Sob as duas últimas designações abrangem tribos bem distintas, mas próximas, e, segundo julgam, de origem comum. A chegada das tribos, designadas colectivamente sob o nome de Tembos, às terras altas daquela parte da África, poderia, — na sua opinião —, colocar-se no XVI século, sendo a invasão dos Bondos anterior e a dos Congos a primeira. Não podemos discutir aqui miudamente a opinião dos ilustres exploradores, a qual se nos afigura perfeitamente aceitável nos seus traços gerais ⁽¹⁾, e que citámos como pondo bem em relêvo um facto principal — a deslocação de povos diversos, que, em épocas sucessivas mais ou menos afastadas, vieram dos sertões interiores de leste ou nordeste ocupar as terras do ocidente.

Os movimentos análogos que se dão nos nossos dias, e

(¹) Cf. Capelo e Ivens, *De Benguella às terras de Iacca*, II, p. 231 e 234, e vol. I, p. 173. Veja-se também Cannecattim, *Col. de obs. grammat.*, p. 8 a 10, e Nogueira, *A Raça negra*, p. 255 a 262. As relações etnográficas destes povos, mesmo dos que já em tempos modernos constituíram os chamados reinos de Angola, Matamba e Ginga, permanecem um pouco confusas. O estudo comparativo do luchicongo, bundo e lunbundo, poderia esclarecê-las muito e deveria tentar algum filólogo português, residente na África.

podem ser observados pelos viajantes, ajudam-nos a compreender o que se passou nos tempos antigos. Todos conhecem, por exemplo, essa invasão curiosa de Basuto, que sob o nome de Macololo, veio estabelecer no alto Zambeze o império de Barotse ou de Lui, visitado por Livingstone no período do seu esplendor e por Serpa Pinto quando já em decadência (1). Ao lado destas longínquas expedições guerreiras, — que sob o mando de chefes intrépidos e inteligentes, como era o que organizou e capitaneou os Macololo, percorrem rapidamente distâncias consideráveis, — dão-se outros movimentos que podem atrair menos a atenção mas cujos resultados finais são talvez mais consideráveis. Refiro-me às deslocações lentas e graduais de certos povos. Tal é a marcha de um singular povo, antropófago e guerreiro, os Fans, que no Gabão avança continuamente de leste a oeste. Mais activos e corajosos que as tribos do litoral, vão estabelecendo, nas terras destas, aldeias após aldeias, aproximando-se sempre do mar, a que em breve chegarão, tendo-as substituído e desapossado (2). Tal é, também, a marcha dos Quiocos, ou Maquioco, que por uma imigração lenta e continua vão invadindo as terras dos Luchazes, como observou Serpa Pinto no planalto central (3). À falta de caça e à insalubridade do seu país atribuem eles a sua emigração; mas, qualquer que seja o motivo que os determina, pode-se prever o momento em que os Maquioco, mais enérgicos, terão substituído os actuais habitantes.

A estes factos, bem averiguados e de resto perfeitamente conhecidos, poderia ajuntar outros, que todos tenderiam a

(1) Cf. Livingstone, *Missionary travels, etc.*, cap. VIII e seguintes; e Serpa Pinto, *Como eu atravessei África*, II, p. 14.

(2) É a que mesmo em alguns pontos já chegaram; veja-se Du Chaillu, *Explorations, etc.*, p. 89; e le Marquis de Compiègne, *L'Afrique équatoriale*, p. 154.

(3) *Como eu atravessei África*, I, p. 235.

provar o que disse a princípio — isto é, que a população negra se encontra ainda em um estado instável e flutuante, e que as suas migrações, começadas em períodos remotísimos, continuam nos nossos dias e sob os nossos olhos.

Seria inútil insistir sobre a influência de tal estado, em relação ao nosso assunto, pois é de si clara e evidente. Quer o povo, que se desloca, leve consigo as sementes das suas plantas úteis e as introduza em uma nova região, quer encontre nas terras onde se fixa plantas que não conhecia, o facto da deslocação alarga o uso da planta; no primeiro caso relativamente à área que habita, no segundo relativamente ao número de tribos ou raças que a empregam.

Seja-me permitido dar um exemplo das interessantes aproximações que se podem fazer entre a deslocação e contacto dos povos e a dispersão das culturas, sendo eu o primeiro a confessar desde já que, no exemplo escolhido, me lanço em um campo perfeitamente hipotético.

Vimos, nas páginas precedentes, que o nosso antigo viajante Duarte Lopes, enumerando os cereais cultivados no Congo, menciona como um dos melhores o *luco*, e acrescenta não haver muito tempo que ali era frequente, tendo sido as suas sementes trazidas da parte do Nilo onde este rio entra no segundo lago.

Em primeiro lugar podemos estabelecer com segurança a identidade entre o *luco* e a *Eleusine Coracana*, pois não só esta espécie corresponde de modo bastante exacto à curta descrição de Duarte Lopes ⁽¹⁾ como é hoje cultivada nas

⁽¹⁾ Veja-se a passagem de Duarte Lopes transcrita na nota a p. 33. Há uma certa exageração em comparar o pão feito de farinha de *luco* — que não passa por ser excelente —, com o de farinha de trigo; mas Duarte Lopes era optimista, como se vê de muitas passagens do livro. Não é fácil discriminar bem nestas exagerações a parte de responsabilidade que cabe a Duarte Lopes da que pertence a Pigafetta. Provavelmente o narrador português encarecia as coisas curiosas e extraordinárias que havia visto, e o transcritor italiano algum tanto as acrescentava também no seu estilo elegante.

terras altas de Angola, e conhecida pelo mesmo nome de *luco*, segundo verificou Welwitsch (1). Esta planta julga-se originária da Índia, e em todo o caso é cultivada ali desde tempos muito remotos, pois tem um nome sânscrito — *Rajika* (2). É frequente em cultura no oriente da África, tanto em parte do Egipto, como nas terras altas da Abissínia, e Speke e Grant encontraram-na por toda a parte na sua viagem de Zanzibar aos lagos e ao Nilo (3). É também bastante comum na província de Moçambique; mas aí suspeito que houvesse introdução directa e relativamente recente da Índia, pois o nome vulgar é *naxenim*, levíssima corrupção de um dos nomes das modernas línguas indianas, *nanchni* (4). Deixando, porém, esta questão, é fora de dúvida que a cultura desta espécie é muito antiga no oriente da África, e daí passou, pelo interior, às terras do Congo, onde chegou no meado talvez do século XVI. Vejamos se é possível indagar quem a levou.

O mesmo Duarte Lopes dá notícia de um povo muito interessante, o qual ocupava a região situada na margem norte do Zaire, por trás do reino de Luango, a nordeste por consequência do reino do Congo. Dá à região o nome de Anzicana e aos habitantes o de Anzicos (5). Não foi Duarte Lopes o primeiro Português que teve conhecimento da sua existência, pois João de Barros falou deles sob o nome de Mundequetes, e Duarte Pacheco também, no seu *Esme-*

(1) O dr. Welwitsch havia suposto a sua planta talvez uma nova espécie, à qual no herbário chama *Eleusine Luco*; mas a inspecção dos exemplares, tanto da Huila, como de Pungo-Andongo, mostram que não difere especificamente da *Eleusine Coracana*.

(2) Cf. de Candolle, *Origine des plantes cultivées*, p. 308.

(3) *Cultivated everywhere*, diz Grant, *Trans. Linn. Soc.*, XXIX, part. III, p. 174.

(4) É chamada na Índia *raggi*, *nagli* e *nanchni*, de onde o nosso *naxenim*. Em outras partes da África tem nomes especiais; na Abissínia chamam-lhe *tocusso*, e os Árabes *telabun*.

(5) *Anzichi* e *Anziques*, diz o texto italiano.

raldo, trata da província de Anzica (1). A notícia dada por Duarte Lopes é, porém, a mais extensa e minuciosa.

Conquanto descreva os Anzicos como extremamente selvagens e crueis, diz também serem sofredores, destemidos, sinceros e leais, a ponto tal, que os Portugueses tinham neles mais confiança que em qualquer outra tribo. Eram activos, dextros, saltando pelas montanhas como cabras e manejavam as suas armas com grande perícia sendo muito valentes e temidos nas batalhas. Todas estas boas qualidades ficavam, porém, obscurecidas pelo facto repugnante de serem antropófagos na mais clara, mais lata e mais definida acepção da palavra, pois não comiam carne humana unicamente nas ocasiões de guerra, excitados pela batalha, ou nos momentos de fome e escassez, mas de um modo constante. O canibalismo era entre eles um uso arreigado e uma prática de todos os dias; e, — exclamava Duarte Lopes ou Pigafetta — comer a carne dos seus amigos e inimigos, súbditos, e mesmo parentes, é um caso sem exemplo, excepto entre estas tribos de Anzicos. Duarte Pacheco era igualmente claro nas suas afirmações a tal respeito, dizendo que comiam não só os mortos na batalha como também *qualquer outro que he doente em tal extremo que lhe parece que morre*.

A prática da antropofagia, levada a este ponto, faz-nos pensar naturalmente em dois povos modernos da África equatorial, notòriamente canibais, os Fans e os Niam-niam. O dr. Schweinfurth, a quem se deve principalmente o conhecimento que temos dos últimos, conta circunstâncias horrosas sobre os seus hábitos e compara-os com os dos Fans, os quais chegam a negociar com os corpos mortos. Os Anzicos não lhes ficavam atrás, — tinham talhos de carne humana, como nós os temos de carne dos animais, diz Duarte Lopes. Tanto os Fans como os Niam-niam vão ao extremo de

(¹) Veja-se a passagem deste importante manuscrito, transcrita pelo sr. L. Cordeiro na *Hydrographie africaine*, p. 57.

desenterrarem os cadáveres para os comerem; mas não é menos horrível comer os moribundos, como diz Duarte Pacheco dos Anzicos. Confrontando outras práticas e caracteres, comuns aos Fans e Niam-Niam, e reparando em que os Fans, — segundo eles próprios afirmam —, migraram do nordeste para as terras ocidentais, o dr. Schweinfurth inclina-se a admitir a identidade dos dois povos (1).

Aceitando esta opinião, e comparando a descrição dos Anzicos feita por Duarte Lopes com o que sabemos dos dois povos modernos, encontramos semelhanças notáveis. Os Anzicos eram antropófagos, valentes, dextros, temidos pelos vizinhos, como hoje são os Fans e Niam-niam; usavam marcar-se ou tatuar-se na face com certos sinais, constantes em todos, isto é, verdadeiros sinais de nacionalidade (2), e aqueles povos conservam esta prática; tinham cabelos crespos, mas ao que parece longos (3), como os Fans, que o trazem dispostos em rabichos, ou os Niam-niam, que os arranjam em penteados caprichosos; eram peritos archeiros, usando de arcos curtos, como hoje usam os Fans; uma das suas armas validas era o punhal ou faca com cabo, que traziam em bainhas, feitas de pele de cobra... *hanno alcuni pugnali corti con levagine d'ella pelle stessa (di biscia) & fatti a guisa de cottelli col manico, i quali portano attaccati al traverso; é curiosíssimo aproximar esta descrição dos desenhos das facas dos actuais Niam-niam e Fans, e do que diz Du Chaillu das bainhas empregadas pelos últi-*

(1) *Heart of Africa*, I, p. 286.

(2) Segundo Duarte Pacheco, no *Esmeraldo*, as marcas seriam linhas espirais «ferrados na texta a modo de caracol». As marcas de que usam hoje os Niam-niam são quadrados cheios de pontos. Esta mudança tem pouca significação, pois é bem sabido que a moda regula na África estas alterações, com tanto despotismo, como em outras regiões.

(3) O texto italiano diz *i crini solti e crespi*, por onde se vê que seriam relativamente longos. Como se sabe, entre as raças tendo cabelo do tipo negro — verdadeiras carapinhas — algumas o têm bastante longo, enquanto em outras não excede nunca limites muito restritos.

mos, — *most of the knives and axes are ingeniously sheathed in covers made of snake-skins...* (1).

Em vista destas semelhanças, a ideia de que os Anzicos fossem os antepassados dos dois povos modernos ocorre naturalmente ao espírito. Vejamos qual é a situação das terras que habitavam e habitam uns e outros.

A região da Anzicana, segundo os limites marcados por Duarte Lopes, tinha uma enorme extensão, pois ia ao longo do Zaire, desde a fronteira do Luango até ao segundo lago, o qual podemos identificar com o Niassa, ou melhor com o grupo equatorial do Niassa, Mutansige e Mwtansige, cuja separação ou distinção era certamente ignorada (2). Esta região é ainda hoje das mais desconhecidas da África (3). A viagem de Stanley, resolvendo o grande problema do curso do Zaire e da sua curiosa inflexão para o norte, deixou de pé muitas questões de etnografia, pois o intrépido americano só viu as tribos marginais, e com essas teve poucas e pouco agradáveis relações. Lançando, porém, a vista sobre uma carta moderna da África e vendo que a Anzicana ficava situada exactamente entre as terras hoje ocupadas pelos Niam-niam, a nordeste, e as habitadas pelos Fans, a oeste, a aproximação entre os dois povos modernos e os Anzicos impõe-se ao espírito como uma verdade demons-

(1) Vejam-se os desenhos das armas dos Niam-niam em Schweinfurth. *Heart of Africa*, I, p. 279; e das dos Fans em Du Chaillu, *Expl. and Adv. in Equatorial Africa*, p. 78-80.

(2) Não podemos admitir que os Portugueses tivessem mais do que a vaga notícia de uma grande extensão de água situada sob o Equador, e já não era pouco. Duarte Lopes é o primeiro a afirmá-lo; quando trata da revolta dos Anzicos ocidentais distingue o lago pequeno, pertencente ao rei do Congo, — talvez o alargamento do Zaire, conhecido hoje pelo nome de *Stanley pool* ou antes o lago formado pelo Cuango e modernamente visitado —, do grande lago central, e diz que desse se sabia muito pouco.

(3) De feito, a maior lacuna que ainda hoje existe na carta da África corresponde exactamente ao território limitado ao sul pelo Zaire e ao norte pelas fronteiras dos estados do Sudão como Adamaua, Baguirmi e outros; sendo também muito desconhecido todo o terreno ao sul do Zaire, abrangido pela grande curva ou asa feita por este rio.

trada (1). E é certo também que a essa mesma estirpe devem pertencer algumas ou a maior parte das tribos guerreiras, selvagens e canibais, que opuseram à passagem de Stanley pelo Zaire tão determinada resistência (2).

Os povos da Anzicana tinham com o Congo relações bastante frequentes, e alguns eram mesmo súbditos do rei do Congo; mas parece que tal domínio se estendia unicamente a certas tribos fronteiriças, e nem aí era muito seguro, como se prova pelas rebeliões de que os nossos historiadores dão notícia. Quanto às excursões comerciais eram unilaterais — isto é, os Anzicos vinham negociar ao Congo, mas os Bachicongo temiam-se de penetrar nos seus sertões. Os Anzicos traziam escravos da sua terra e da Núbia (?), panos e dentes de elefantes, levando em troca sal, lumache (3) e diversas mercadorias de Portugal.

Deixemos, pois, como um facto assentado que um povo, cuja identidade com algumas nações modernas da África equatorial parece provável, se não provada, frequentava o Congo, e estendia para oriente a sua habitação até à região dos lagos, ou pelo menos nessa direcção.

O dr. Schweinfurth na página já citada, onde estabelece a provável identidade dos Fans e Niam-niam, diz que êles são talvez os actuais representantes dos Jagas: «Parecem ser

(1) O limite oriental dos Fans é desconhecido como é também o limite ocidental dos Niam-niam, um ramo dos quais parece habitar toda a região de Dar-Banda. Penetram pois profundamente nos limites prováveis da antiga Anzicana.

(2) O próximo parentesco dos canibais do *Aruwimi*, de Stanley, com os canibais do *Uelle*, de Schweinfurth, é evidente, e já foi indicado por Stanley, *Through the dark continent*, II, p. 276. Quando falo dos canibais do *Uelle*, refiro-me mais especialmente aos Niam-niam, pois que os Mombutu parecem ser uma raça à parte, tendo poucas relações de parentesco com os seus vizinhos.

(3) Lumache, zimbo, ou caurim: a concha de espécies de *Cypræa*, que serve de ornato e moeda em vários países da África, vinha em parte, da ilha de Luanda e também de S. Tomé, e depois do Brasil e de Zanzibar.

os mesmos de que os antigos escritores Portuguezes falaram sob o nome de Yagas».

Seria impossível tratar incidentalmente esta interessante questão dos Jagas como ela deve ser tratada, mas não posso deixar de dizer sobre eles algumas palavras.

A verdade é que nós sabemos muito pouco a respeito dos Jagas. Pelo meado do século XVI foi o reino do Congo invadido por um povo selvagem, valente, feroz e *antropófago*, a que os escritores portuguezes chamam Jagas, e também Iacas. Este povo penetrou pela fronteira de leste, desbaratou as fôrças que se lhe opuseram, tomou e queimou a cidade de S. Salvador e dominou quase todo o território, obrigando o rei a fugir para uma ilha do Zaire, acompanhado dos sobas principais e de alguns Portuguezes ⁽¹⁾. Passados anos foi o rei restituído à posse dos seus domínios, depois de serem derrotados os Jagas, com ajuda dos Portuguezes, capitaneados pelo governador de S. Tomé, Francisco de Gouveia, que fora expressamente mandado ao Congo em seu auxílio ⁽²⁾. Aquele povo não foi, porém, completamente rechaçado e posto fora do território. Batido, dispersado, e tendo perdido grande parte da sua força ficou vivendo em pequenos grupos, tanto no Congo como em Angola, estendendo mesmo as suas correrias até ao sertão de Moçâmedes. Estavam então estes restos dos Jagas mais ou menos sujeitos ao domínio dos Portuguezes, que deles se serviam para manter em obediência e respeito os sobas, os quais continuavam a temer a sua ferocidade. Algumas vezes sentindo-se mais numerosos, tentaram rebelar-se e levantar-se, chegando a fazer-nos muita *sombra e dano*, como diz Baltasar Rebêlo de Aragão que lhes dá o nome de Iacas.

⁽¹⁾ Segundo Duarte Lopes. Aqui o nome encontra-se escrito *Giachas* ou *Giachi*, com a ortografia que muito naturalmente adoptou o italiano Pigafetta.

⁽²⁾ Vários escritores nossos referem este successo histórico; veja-se, por exemplo, Lopes de Lima, *Ensaíos*, III, parte I, p. 1.

Isto sucedia, ao que parece, por culpa dos governadores, os quais, com pouco escrúpulo, se serviam deles para oprimir o Gento, deixando-os assim tomar força e ousadia ⁽¹⁾. Em todo o caso não inspiravam grandes receios, pois Garcia Mendes Castelo Branco, em uma espécie de plano do governo de Angola, apresentado em Madrid no ano de 1620, recomenda um remédio fácil para os manter em boas disposições. *Item que os jagas que nos ajudam e são ferozes, que estão connosco, que são de muito effeito para amedrontar o gentio e não alevantar, lhes mande Vossa Magestade fazer uma mercê de vinho, que elles não querem outra cousa, mandar-lhes dar tres pipas cada um anno nas tres festas principaes* ⁽²⁾... A que decadência haviam chegado os ferozes e temidos conquistadores do Congo!

Até aqui os sucessos históricos, perfeitamente claros. Quando, porém, pretendemos ir mais longe e tentamos indagar qual fosse a origem dos Jagas e as suas relações etnográficas, encontramos, — como era natural suceder — , informações deficientes e até certo ponto contraditórias. As mais completas, de que tenho conhecimento, são fornecidas por Duarte Lopes; e essas — devemos confessá-lo — são contrárias à identificação dos Jagas com os Anzicos e, por consequência, com os actuais Niam-niam. Não só não aponta conexão entre uns e outros, como marca, para os Jagas, uma origem diversa, muito para o sul, em uma província do grande reino de Monemugi ⁽³⁾. E insiste, depois, sobre essa origem quando fala das temerosas batalhas travadas entre os Jagas, ou Agagi, que combatiam pelo lado do Monemugi,

⁽¹⁾ *Terras e minas africanas*, nas *Memórias do ultramar*, p. 16.

⁽²⁾ *Da Mina ao Cabo Negro*, nas *Memórias do ultramar*, p. 16.

⁽³⁾ Veja-se *Rel. del Reame di Congo*, p. 59. Sobre a identificação do Monemugi com o Uniamuezi das cartas modernas, veja-se Burton, *The lake regions of Central Africa*, II, p. 2. U-nia-muezi parece significar *terra da lua*; é curioso que os antigos collocassem nestas proximidades as suas *montanhas da lua*.

e as Amazonas, que defendiam o Monomotapa ⁽¹⁾. Não devemos no entanto exagerar a importância do testemunho de Duarte Lopes. Sobre o Congo e os povos vizinhos, como os Anzicos, podia ter notícias seguras, mas das longínquas regiões centrais e orientais tinha, — como elle próprio confessa —, um conhecimento muito imperfeito, e esse mesmo por ouvir dizer ⁽²⁾. Parece-me pois provável que o nosso escritor, ou antes narrador, grupasse arbitrariamente o que sabia dos Jagas do Congo com alguma vaga notícia que, pelo oriente, houvesse obtido sobre os povos do Uniamuezi ⁽³⁾. A referência às Amazonas e ao modo por que queimavam um dos peitos para as não estorvar no combate — evidentemente derivada de reminiscências clássicas —, mostra-nos que ele reunia, um pouco ao acaso, informações de diversas procedências.

Uma certa confusão, ou mistura de povos, existe igualmente em uma passagem, várias vezes citada, que se encontra

⁽¹⁾ Veja-se *Rel. del Reame di Congo*, p. 77. Segundo aí se diz, os povos chamados Jagas pelos Mocicongui — Ba-chicongo — intitulavam-se Agagi na sua própria língua. Este nome de Agagi não é novo; pelo contrário, é muito célebre, é nada menos que um dos nomes dos Pastores ou Hicsos, que invadiram o antigo Egipto, mais de 2.000 A. C., e o dominaram largo tempo, sendo expulsos por Sesostris e voltando depois em novas invasões. Os Agagi, no singular Ag-ag, constituíam a classe nobre desse povo; veja-se Bruce, *Voyage en Nubie et en Abyssinie*, I, p. 443, tr. française de Castera. Como veio o nome de um célebre e histórico povo semita a ser usado neste sentido pelo nosso Duarte Lopes, não é fácil de explicar. Em todo o caso não é uma aproximação fortuita e isolada. Na compilação de Purchas, encontra-se a seguinte asserção (segundo uma nota da citada viagem, p. 461, pois não pude obter o livro de Purchas, nem creio que exista em Lisboa): que os Galas se chamam também Agaazi, ou Agagi, e invadiram o reino do Congo sobre o Atlântico. Compare-se esta indicação de Purchas relativa aos Galas com o que digo na nota da página seguinte.

⁽²⁾ Diz falando do grande lago: *ne di lui ha veasi per quelle stagioni (E poca etianđio al presente) noitia veruna o conversatione se non per udita.* — *Rel.*, p. 46.

⁽³⁾ A descrição do modo de combater dos Agagi de Duarte Lopes, lembra os hábitos dos Zulos e outros povos Cafres; e também, de um modo notável, o que Burton diz dos *Wa-tuta*, actuais habitantes do Uniamuezi, *The lake regions*, II, p. 75 a 77.

na *Relação annual* dos Jesuítas. Diz-se aí que uma nação de bárbaros canibais havia invadido as terras do ocidente, chegando à Serra Leoa pelo meio proximamente do século XVI; e, acrescenta o autor: «estes em Congo se chamam Iacas, em Angola Gindas, na Índia Zimbás, na Etiópia do Preste João Galas, e nestas partes Sumbas, o qual nome mudaram em Manes». Parece que o Padre Baltasar Barreira, — a quem se deve esta informação —, enfeixou as notícias que tinha de povos bárbaros de diversas regiões, sem grande consciência da sua identidade (¹). Sobre a aproximação entre Jagas e Sumbas insiste, porém, particularmente explicando como aquele povo bárbaro, depois de destruir o

(¹) Todavia, as aproximações feitas pelo nosso Jesuíta são mais plausíveis do que parece à primeira vista. A menção da Índia, que se pode julgar disparatada e causou um certo espanto aos que citaram esta passagem, explica-se facilmente. A Índia está aqui por África oriental, e é uma designação antiga várias vezes empregada; Marco Polo, Benjamim de Tudela e Jordanus também chamaram ao oriente da África, *India media* e *India tertia*. Devemos pois, por Índia, entender Moçambique. Ora, a invasão dos Zimbás, ou Muzimbás, em Moçambique, é bem conhecida. Sobre este povo, os seus hábitos antropófagos, os seus combates com os Portugueses de Sena e Tete, e a sua invasão nas terras de leste até Quíloa, Mombaça e Melinde, pelo ano de 1589, pode ler-se uma larga informação dada pelo padre João dos Santos (*Ethiópia Oriental*, cap. XVIII-XXI). Este povo quis Cooley identificar (*Geography of N'yassi*, p. 7), com os modernos Ba-bisa, ou Muizas. Em todo o caso era um povo bárbaro do centro de África, e a sua identificação com os Jagas, não sendo por certo segura, não é também disparatada.

Quanto aos Galas a questão é mais complexa. É bem sabido que há em Cassange uma tribo de Ban-gala, e sabido também que Stanley encontrou no Zaire um povo guerreiro denominado Ban-gala. Que estes povos sejam da estirpe dos Jagas parece-me perfeitamente plausível. Mas Barreira não fala deles e sim dos verdadeiros Galas, fronteiriços da Abissínia. As relações destes com os antropófagos equatoriais são muito menos prováveis. É verdade que Heuglin une os Galas aos Niam-niam (*Reisen in das Gebiet der Weissen Nil*, p. 207), e Schweinfurth reconhece entre eles uma certa semelhança advertindo, porém, que essa semelhança não é apontada pelos Nubianos, e habitantes do Sudão, os quais devem melhor conhecer uns e outros, (*Reise nach den Oberen Nil-Länder* em Petermann, *Mittheilungen* — 1871, p. 138). Todavia os Galas são geralmente considerados como uma raça especial e a sua língua, — o quigala ou ilmorna —, como diversa dos dialectos nilóticos e pertencendo ao grupo, um pouco vago, chamado sub-semítico. Segue-se pois que a identificação do padre Barreira deve ser errada, mas não é absurda nem surpreende que ele a fizesse no

reino do Congo, havia caminhado ao longo da costa até à Serra Leoa. E diz mesmo que ainda conhecera um régulo ou chefe, já muito velho, o qual viera na invasão e se lembrava bem dos sucessos daquela expedição guerreira. Todas estas notícias concordam nos seus traços principais com o que havia dito André Álvares de Almada dos mesmos Sumbas ou Manes. Estes temidos selvagens, — afirma ele —, procediam das regiões centrais e vieram atravessando o Congo, pela Mina e Costa da Malagueta, até à Serra Leoa. Circunstância curiosa, — traziam consigo um preto das nossas possessões, chamado Paulo Palha, e um alentejano do nome de Francisco Vaz, os quais, havendo naufragado, se incorporaram nas hordas dos canibais e chegaram à Serra Leoa, tendo adoptado o traje, — ou ausência de traje —, e os usos repugnantes dos Sumbas. Estas pequeninas circunstâncias provam-nos que se trata de sucessos reais e bem conhecidos dos que os referem, tendo, por isso, notável significação e importância (1).

seu tempo, como a fez também Purchas, segundo vimos em uma nota precedente.

Uma circunstância curiosa a apontar é que as invasões dos Galas, na Abissínia, quase coincidem com as dos Zimbabué em Moçambique, dos Jagas no Congo e dos Sumbas na Serra Leoa. Há, no meado do século XVI, uma causa qualquer que põe em movimento todos os povos da África central e os lança sobre as nações do litoral, mais cultas ou mais pacíficas.

No que diz respeito aos Ban-gala de Cassange, ao nome de Jaga que dão ao seu chefe efectivo, ao banquete do Quingure, em que se conserva a prova da sua antiga antropofagia, só direi que é uma questão interessantíssima, e bem mereceria investigações especiais. Pode ver-se o que dizem os srs. Capelo e Ivens (*De Benguella, etc.*, I, p. 298 e seguintes); e a relação, um tanto confusa, mas muito curiosa dada por António Rodrigues Neves (*Memoria da expedição a Cassange, em 1850*).

(1) Veja-se a informação, fundada principalmente sobre as cartas do padre B. Barreira, na *Relaçam anal das cousas que fizeram os padres da companhia de Jesus, anos de 607 e 608* a p. 237 e seguintes. Veja-se também *Tratado breve dos rios de Guiné*, p. 81 e seguintes, ed. de 1841. Segundo aqui se lê, o exército que chegou à Serra Leoa vinha engrossado com muitos negros de diversas raças, recrutados pelo caminho. Isto é perfeitamente natural e é o que modernamente se deu em outras partes com os Macalaca, alistados sob os Macololo.

O exame detido destas interessantes informações, a discussão da identidade, verdadeira ou falsa, de Sumbas e Jagas, as aproximações que se podem fazer de uns e outros com os modernos Axantis e Fans, levavam-nos muito longe, e deixo-as a quem tentar esclarecer este importante e enredado capítulo da história africana. Noto unicamente que as notícias relativas ao Congo se referem a uma invasão vinda de leste ou nordeste, enquanto as relativas à Serra Leoa mencionam uma invasão vinda de sueste. Todas, pois, indicam o centro da zona equatorial, — a Anzicana —, como origem destes movimentos.

Modernamente os dois exploradores portugueses, Capelo e Ivens, visitaram as terras de Iaca, situadas nas margens do Cuango, a leste do Congo. A situação destas terras e a coincidência do nome levar-nos-iam a crer que elles penetraram no berço da afamada raça. Há, porém, várias e graves objecções a fazer a esta opinião. Em primeiro lugar os nossos viajantes descrevem os Ma-iaca como um povo selvagem, desconfiado, de aspecto pouco agradável, mas em geral pacífico, e entre o qual não notaram sinal ou prova evidente de canibalismo. Não parece que este povo lhes produzisse a impressão singular, mistura de horror e admiração, que os intrépidos guerreiros equatoriais causaram a outros viajantes e se revela nas páginas de Schweinfurth, Du Chaillu e Stanley e também nas de Duarte Lopes, ao falar dos Anzicos. Depois a parte da Iaca que visitaram é quase despoitada, pouco fértil e, de feito, por tal modo desprovida de água e de mantimentos que os obrigou a recuar, não obstante a sua provada energia e intrepidez. Não é fácil admitir que tal região pudesse nunca ser o berço de uma raça notável, forte, intrépida e numerosíssima. Tenho como muito provável que os Ma-iaca, — como também os *Wyyaka* de que Stanley ouviu falar —, sejam da estirpe dos Jagas ou

Iacas (¹); mas sem dúvida serão algum fragmento degenerado que ficou da passagem da invasão, como que marcando o caminho por ela seguido. Devemos procurar mais longe a sua origem, ou ponto de partida, talvez nessa grande região dos Ba-cundi canibais, a qual entesta a nordeste com as terras de Iaca (²). Mas em tal caso seríamos de novo levados para os lados do Zaire e da antiga Anzicana.

Tomando pois em globo a soma de informações fornecidas por escritores antigos e modernos, vemos: que uma onda ou ondas sucessivas de povos guerreiros e antropófagos invadiram, em épocas passadas, as terras ocidentais; que uma população densa de povos guerreiros e antropófagos ocupa hoje a África central equatorial, desde os limites da bacia do Nilo e da bacia do Chari (³), pela bacia média do Zaire, até próximo do Gabão. Nada mais natural do que identificar uns com os outros, os Jagas com os Anzicos, e

(¹) Sem dúvida a coincidência do nome é notável; mas nada há mais enganador em etnografia africana do que simples coincidências de nome. Cada povo tem habitualmente cinco ou seis nomes: primeiro, o que se dá a si próprio; depois tantas alcunhas, quantas as nações que o rodeiam. O nome de Niam-niam, por exemplo, é uma simples alcunha dada pelos Dinca, a qual significa *comilões*, e, adoptada pelos maometanos do Sudão, se generalizou até na Europa. O verdadeiro nome daquele povo é Zandei. Se acreditássemos em coincidências de nomes faríamos notar que os *Djur* chamam aos Zandei — O-Madiaca.

Quanto ao nome de Jagas, ou Iagas, pode ser uma alcunha dada pelos povos ocidentais aos invasores; porque não seria derivado do seu grito de guerra? E porque não seria esse grito o terrível *Yaba, Yaba-ha-ha*, que Stanley ouviu soar no Zaire?

Aí fica a etimologia, indicada como simples e gratuita suposição.

(²) Cf. Capelo e Ivens, *De Benguella às terras de Iacca*, cap. XVIII e XIX. São interessantes os factos observados, e as observações obtidas de um indígena, que parecem em geral exactas. As referências a um grande rio, a um lago, aos canibais e aos anões são todas perfeitamente plausíveis, e algumas confirmadas por viagens posteriores.

(³) Sem entrar na questão da identidade ou não identidade do *Uelle* com o *Schary* ou com o *Aruwimi*.

ambos com os Niam-niam ou Zandei — tomando estes como tipo, entre os modernos, por serem dos mais conhecidos (1).

Isto posto, voltemos, — que já é tempo —, à *Eleusine Coracana*. Falando desta semente, diz Duarte Lopes, — referindo-se à época em que esteve no Congo, para onde foi no ano de 1578 —, que se encontrava em abundância havia pouco tempo «*da poco tempo in qua*». Se admitirmos que esta frase se refere a um período de dez ou quinze anos, caímos em plena dominação dos Jagas, os quais só foram expulsos no ano de 1570. Diz mais Duarte Lopes que as sementes vinham do rio Nilo, de junto do seu segundo lago, ou lago equatorial, asserção que se pode tomar no sentido vago de provirem de remotos sertões internos para as bandas de nordeste. Tanto a época da introdução como o sítio ou direcção da procedência estariam, pois, de acordo com a ideia de que fosse trazida pelos Jagas, os quais dominaram as terras do Congo e decerto agricultaram parte delas durante alguns anos. Esta suposição seria notavelmente reforçada se nós soubéssemos que a espécie é conhecida dos povos modernos, os quais nos esforçamos por aproximar ou identificar com os Jagas e os Anzicos. Pois é exactamente o que sucede. O dr. Schweinfurth nas suas minuciosas e exactas descrições da agricultura dos povos que visitou, diz o seguinte, falando dos Niam-niam: «*A Eleusine Coracana (a raggi das Índias orientais) que eu havia encontrado pouco espalhada entre os povos que tenho descrito até agora, é aqui a base da cultura (the staple of cultivation)...*»; e passa depois a descrever o processo por que fazem daquele cereal uma bebida fermentada muito agradável (2).

(1) Principalmente pelos trabalhos de Piaggia e de Schweinfurth e algumas indicações posteriores de Miani. Ao referir-me aos canibais observados por Schweinfurth, não tenho falado dos Mombutu, que parecem ser um povo à parte e menos numeroso, enquanto os Niam-niam são evidentemente um ramo de uma raça largamente espalhada pela África central.

(2) *Heart of Africa*, I, p. 281.

Os factos parecem pois encadear-se de um modo claro e bastante plausível: introdução remotíssima da espécie pela costa do mar Vermelho e cultura na Abissínia, onde ainda hoje é frequente; expansão gradual pelo vale do Nilo superior e penetração nas terras dos antropófagos, em parte das quais ainda hoje é a cultura dominante; movimentos destes povos para o ocidente, coincidindo com o começo desta cultura no Congo, facto sobre o qual temos um testemunho histórico. E note-se que, se por um lado o estudo das analogias dos povos veio esclarecer a marcha da cultura, por outro esta marcha e o sentido e época em que teve lugar se podem invocar como argumento em favor daquela analogia ou parentesco.

Demorei-me, talvez demasiadamente sobre este caso particular porque me pareceu próprio para pôr em relevo o modo como estas condições botânicas, históricas e etnográficas se ligam e se podem reciprocamente elucidar.

Depois das invasões guerreiras e migrações dos povos, a circunstância que mais influiu na dispersão das culturas foi, sem dúvida, a tendência de várias tribos africanas para as longínquas expedições comerciais. Numerosas comitivas de Negros percorrem hoje o centro da África para ir a grandes distâncias permutar as suas mercadorias; e é de crer que este hábito seja antiquíssimo ⁽¹⁾. A necessidade de procurar ao longe alguns objectos indispensáveis, como, por exemplo, o sal, incitaram naturalmente a empreender essas viagens. E quando depois os negociantes de povos estranhos se puseram em contacto com os Negros, deram-lhe maior impulso,

⁽¹⁾ Sobre as antigas e activas relações comerciais entre o norte da África e a terra dos Negros veja-se Barth, *Reisen und Entd. in Nord und Central Afrika*, IV, p. 601; sobre as caravanas do sal até às terras dos Negros, e depois dentro dessas terras, veja-se Ca da Mosto, nas *Noticias ultramarinas*, II, p. 20. Conta-se aí aquela famosa história dos Negros, com os quais se negociava sem nunca os ver, a qual desde Heródoto se tem aplicado a povos diversos não só da África como da Ásia.



acompanhando-os e dirigindo-os nestas expedições. Assim os maometanos negociam há muito com o centro da África, conquanto a grande expansão das suas relações comerciais seja relativamente recente. As incursões que, tendo por centro Cartum, se estendem às bacias do Nilo superior e seus afluentes são dos nossos dias; e as que irradiam em volta de Zanzibar também se desenvolveram ultimamente sendo Ujiji, no Tanganica, e sobretudo Niangué, no Lualaba, estabelecimentos de moderna data. Em busca de marfim e de escravos percorrem, hoje, os maometanos toda a África tropical de leste, tendo devastado regiões inteiras, sem que tal facto tenha acordado, tanto quanto se podia esperar, as iras da filantropia europeia, muito susceptível e melindrosa em outros casos. Mas passemos, que tais reflexões são absolutamente estranhas ao nosso assunto.

Logo depois dos descobrimentos marítimos, os Portugueses começaram também a internar-se pelos sertões indo resgatar ao longe. Alguns penetraram, isolados, a grandes distâncias e adoptaram, mesmo, os hábitos dos Negros, ou porque o acaso das viagens e naufrágios os lançasse aí contra sua vontade, ou porque aventureiros e destemidos e fugindo talvez a castigos merecidos, preferira a companhia dos selvagens à dos seus compatriotas. Estes prófugos da civilização, de nível intelectual e moral de certo bem pouco elevado eram numerosos nas terras da Guiné e conhecidos pelo nome singular de *Tangos maus* (1).

(1) Vejam-se diversas passagens da *Relação annual*, dos Jesuítas, e alguns documentos publicados nas *Memorias do ultramar* pelo sr. Luciano Cordeiro. Estes *tangos maus* chamavam-se também *lançados* e quando Ingleses e Franceses começaram a frequentar aquelas paragens, foram os principaes intermediários no comércio que estes faziam com os Negros. É interessante notar que hoje os empregados e caixeiros de muitas feitorias estrangeiras são igualmente Portugueses. Sem comparar por modo algum uma classe perfeitamente respeitável com os *lançados*, tidos em péssima reputação, é forçoso reconhecer que o Português tem conservado um certo tacto especial para tratar com o Africano.

Outras relações comerciais mais sérias e úteis se começaram desde logo a desenvolver. No século XVI já os Portugueses, estabelecidos no Luango e no Congo, iam ou mandavam escravos de confiança resgatar ao interior do reino do Macoco, a Ibare e outros pontos ⁽¹⁾, e a partir dessa época as viagens têm continuado e alargado sucessivamente a sua área. Negociantes portugueses, chamados *funantes*, penetravam e penetram até ao coração da África, ou mandam ali emissários denominados, na África ocidental portuguesa, *aviados e pombeiros*, e na oriental, *moçambazes*. Se alguns sertanejos, pretos, mulatos, ou mesmo brancos, envergonham os apelidos portugueses de que usam, podemos felizmente citar entre êles nomes respeitáveis e respeitados, como o de Gonçalves e o de Silva Porto.

Nem todas as viagens são dirigidas pelos estranhos; os Negros formam por sua iniciativa e conta própria comitivas numerosas, — em algumas partes chamadas *quibucas* —, que vão negociar aos sertões interiores e vem à costa permutar as suas mercadorias. Há mesmo modernamente uma certa tendência para substituir esta prática ao antigo sistema dos *aviados e pombeiros*. Em algumas tribos especiais, mais enérgicas e inteligentes, estas tendências comerciais e aventureiras são muito pronunciadas e geralmente conhecidas. Todos sabem, por exemplo, que as quibucas dos Bangala de Cassange percorrem em demoradas travessias os mais remotos sertões da Lunda; todos sabem também que os viajantes Bienos, ou Ba-bié vão para nordeste até à Urua e proximidades do Banguelo, descendo para sueste grande parte do vale do Zambeze, abrangendo assim, nas suas viagens, uma enorme extensão.

⁽¹⁾ Veja-se Dapper, *Description de l'Afrique*, em uma passagem já citada e também Castelo Branco, *Da Mina ao cabo Negro*, p. 8, nas *Memórias do ultramar*. Dapper já dá aos escravos que iam resgatar ao interior por conta dos negociantes portugueses da costa o nome de *pombeiros*, que ainda hoje é usado e diz que gastavam um e dois anos nas suas viagens.

Outra nação bem conhecida dos Portuguezes é a dos Muizas, ou Ba-bisa. Habitando as terras que demoram entre o Banguelo, o Niassa e a extremidade sul do Tanganica, estendiam as suas viagens comerciais até Quelimane, para sul, e até Quíloa e outros portos, para leste (1).

Assim, dirigidos por negociantes estranhos, ou levados pelos impulsos da sua própria iniciativa, alguns Negros cruzam em todas as direcções o centro da África. Não seria difícil, — como observa um dos viajantes modernos —, encontrar no interior indígenas que têm visitado mais de uma vez as duas costas. Abrem-se pois diante dos Negros um largo campo de experiência e vastos horizontes, mais vastos do que seríamos levados a admitir, atendendo unicamente ao seu estado de rudimentar civilização, mais vastos de certo do que se abrem diante de alguns camponeses da nossa culta Europa, encerrados nos limites estreitos da sua aldeia. Por este modo, eles podem apreciar a importância das plantas alimentares, ou úteis por qualquer modo, que encontram nas suas peregrinações, e levar consigo, para grandes distâncias, as sementes dessas plantas. Dada pois a introdução de uma espécie no litoral, a sua penetração até ao mais remoto canto do sertão é uma questão de tempo, e de tempo não muito longo, no caso, bem entendido, de a planta agradar ao Negro, de não ser uma árvore de longo crescimento, ou que exija cuidados inteligentes de cultura, ou que dê produtos escassos embora finos, ou que, finalmente, seja *feitiço* propagar e crear. Dando-se alguma destas circunstâncias a espécie ficará limitada à cultura dirigida pelos colonos; mas se quadrar ao gosto especial do indígena poderá propagar-se com extraordinária rapidez.

(1) Sobre os Muizas veja-se o dr. Lacerda, *Lands of Cazembe*, p. 45 e outras; Gamito, *O Muata Cazembe*, p. 216 e seguintes, e também Burton, *The lake regions*, II, p. 150.

O facto, pois, de encontrarmos uma planta espalhada por toda a África tropical não pode por si só ser um argumento a favor do seu indigenato. Quando vemos, por exemplo, o tabaco ou os pimentos cultivados em pontos afastados e centrais, podemos a princípio hesitar em considerar essas plantas como americanas, e em admitir que há pouco mais de trezentos anos não existisse um só pé na África; mas pensando depois nos hábitos de comércio e viagens a que me referi, a dúvida deve desaparecer, pois é certo que a dispersão se podia fazer rapidamente. Mais rapidamente ainda se ao influxo do homem se uniram as causas naturais; se a planta, derramando as suas sementes, se tornou espontânea e naturalizada crescendo em liberdade pelos matos. Neste caso será vulgarmente considerada indígena, e poderá mesmo deixar em dúvida os naturalistas, se os testemunhos históricos ou as analogias botânicas não vierem demonstrar qual foi a sua verdadeira pátria. Assim, a origem de um certo número de espécies cultivadas permanece obscura, e sobre a de várias outras podemos fazer conjecturas plausíveis, mas não estabelecer conclusões seguras.

Aceitando em globo as opiniões dos grandes mestres, como R. Brown e A. de Candolle, nós vimos que a África havia recebido do exterior grande parte das plantas que hoje ali se cultivam; procurámos em seguida o caminho por onde penetraram, primeiro em relação às da Europa e Ásia, depois relativamente às da América; e estudámos finalmente as causas que determinam a sua dispersão pelo interior do continente. Indicámos também, posto que de passagem, os motivos que influíram para o Negro adoptar certas espécies e deixar outras, não obstante conhecê-las, ou mesmo cultivá-las sob a direcção dos Europeus. O estudo mais detido desses motivos levava-nos a considerações de ordem especial, que saíam do plano deste trabalho. De feito, a escolha do Negro resulta naturalmente do seu estado social, da sua indolência nativa, da sua infantil imprevidência, das

suas rudimentares necessidades, da instabilidade das suas instituições, da pouca ou nenhuma segurança da propriedade, da pequena consistência nos vínculos de família, de mil causas morais e económicas cujo exame seria aqui deslocado e iria muito além dos limites da minha competência.

II

PLANTAS ESPONTÂNEAS

Pode estabelecer-se como regra que as plantas espontâneas representam na alimentação, na indústria e em geral na economia de um povo um papel relativamente tanto mais importante quanto esse povo é menos civilizado.

Como ponto de partida podemos considerar algumas tribos selvagens — por exemplo, as da Austrália ou de certas raças africanas, já mencionadas — as quais, ignorando ou desprezando absolutamente os processos mais rudimentares da cultura da terra, procuram as substâncias vegetais de que se alimentam, ou de que tiram uma utilidade qualquer, *exclusivamente* entre as plantas espontâneas. Em oposição a este estado primitivo poderíamos imaginar um povo chegado a um período de alta civilização, cultivando *todas* as plantas alimentares, industriais, ou mesmo forraginosas e medicinais que lhe fossem necessárias, com absoluta exclusão de qualquer produto espontâneo ⁽¹⁾. Entre estes termos

⁽¹⁾ A este período hipotético têm quase chegado alguns povos da Europa e de parte da América; no entanto, mesmo entre aqueles onde a cultura é mais geral e mais perfeita, muitos produtos espontâneos, como pastos naturais, madeiras de árvores silvestres, ervas medicinais, etc., são todos os dias aproveitados.

extremos das duas séries, em que os valores das plantas cultivadas e das espontâneas seriam respectivamente iguais a zero, podemos observar como, à medida que a civilização aumenta, aumenta a importância dos produtos da cultura, decrescendo o valor e significação dos produtos espontâneos.

Se bem nós víssemos nas páginas precedentes quanto é geral a prática da agricultura nas terras da África, ocupadas pela raça negra, é claro que essa agricultura se não pode por modo algum comparar em extensão ou intensidade com a das regiões civilizadas. Os produtos da cultura estão longe de satisfazer todas as necessidades — ainda que modestíssimas — do Negro, o qual recorre constantemente aos vegetais espontâneos. As raízes carnosas e os frutos silvestres fornecem-lhe alimento; as madeiras ou as entrecascas fibrosas das árvores dos bosques são empregadas nas construções, no fabrico dos utensílios domésticos e das armas de guerra ou de caça; e as variadas plantas do campo constituem a rica matéria médica de que usam os curandeiros. Assim, no estado de civilização rudimentar em que se encontra a raça negra, as plantas espontâneas têm ainda uma grande importância na sua *Flora económica*.

Seria absolutamente inútil insistir sobre o interesse, reconhecido por todos, que apresenta o estudo desta Flora económica do Africano. A pura curiosidade científica que nos leva a investigar as condições de vida de populações, ainda mal conhecidas, acresce o incentivo da utilidade que para o comércio e para os povos cultos possam ter esses produtos vegetais por eles empregados quando seja bem averiguada a sua natureza e a sua procedência.

A Flora económica de um país é ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil de estudar do que a sua Flora geral. Mais fácil pela simples razão de ser mais restrita. Regiões habitadas por milhares de espécies diversas, podem ter entre elas apenas algumas centenas que por qualquer modo sejam úteis ao homem. É natural supor que essa pequena quanti-

dade de plantas se estudará mais rápida e facilmente do que a Flora geral. Mas devemos advertir que as investigações relativas ao uso das plantas demandam muito tempo e muita paciência. É necessário residir por largo espaço em um país, penetrar na intimidade dos habitantes, familiarizar-se com os seus usos, aprender a sua língua para, pouco a pouco, chegar ao conhecimento completo dos frutos e raízes que comem, das fibras que tecem e das madeiras que trabalham. No caso particular das plantas medicinais é necessário também lutar com a desconfiança do selvagem, com o segredo misterioso guardado pelos curandeiros sobre a composição dos seus remédios, com a ideia de que seja *feitiço* revelar esse segredo a estranhos, e particularmente a brancos. Mais zelosamente ainda escondem a origem dos sucos com que envenenam as armas, ou das substâncias empregadas nas bárbaras provas judiciais. Tudo isto envolve as plantas úteis do selvagem numa espécie de penumbra nebulosa muito difícil de penetrar. É raro que os naturalistas tenham o tempo e o conhecimento da língua necessários para tais investigações. Um botânico, atravessando rapidamente uma região, pode trazer à Europa grande cópia de exemplares, abundância de espécies novas, e lançar assim muita luz sobre a Flora geral, sem ter adiantado um passo relativamente ao valor económico das próprias plantas que figuram no seu herbário. Pelo contrário, os Europeus, que pelas necessidades da sua profissão residem por largo espaço nos sertões, podem adquirir um conhecimento mais íntimo dos produtos vegetais, mas faltam-lhes geralmente as noções de história natural. Dão-nos interessantes notícias sobre madeiras, gomas, ou fibras e longas listas de drogas medicinais, mas acompanhadas apenas de nomes vulgares, cuja identificação com os científicos é impraticável na maior parte dos casos, ou quando muito de alguma curta descrição tão vaga e incompleta, que a espécie, o género, ou mesmo a família, a que a planta pertence, permanecem problemas insolúveis.

Andam assim separados e descontraídos os conhecimentos que seria necessário encontrar reunidos. Pode suceder, e tem de feito sucedido, termos uma espécie cientificamente descrita, catalogada e nomeada, termos por outro lado um produto dessa espécie cotado no comércio sob um nome vulgar, e não sabermos se o produto conhecido procede da espécie igualmente conhecida. Estas investigações sobre vegetais úteis exigem pois duas ordens de conhecimentos raras vezes possuídos pelas mesmas pessoas. Só verdadeiros botânicos, residindo nas terras que estudam, podem satisfatoriamente resolver todas estas questões. Aos botânicos residentes devemos os conhecimentos completos que temos — por exemplo — sobre a Flora económica da Índia inglesa. Mas a África tem tido poucos, e a África portuguesa muito poucos botânicos residentes.

De tudo isto resulta bem claramente qual será a escassez dos materiais que tive à minha disposição e qual será, por consequência, a imperfeição do presente trabalho. Para melhor se avaliar, por um lado, a origem dos nossos conhecimentos, e, por outro, os *desiderata* mais essenciais e instantes, farei um resumo breve e rápido dos principais trabalhos de botânica sistemática, onde se encontram descritas e estudadas as plantas colhidas e reunidas nas terras africanas pertencentes a Portugal.

O arquipélago de Cabo Verde deve à sua posição geográfica o facto de haver sido visitado — ainda que de passagem — por um certo número de naturalistas, os quais, da Europa, se dirigiam a regiões mais afastadas ou regressavam das suas viagens. Chr. Smith, o botânico que acompanhava o capitão Tuckey na sua conhecida viagem ao Zaire, tocou naquelas ilhas no ano de 1818. O distinto naturalista Forbes visitou-as no ano de 1822; o Dr. Brunner em 1838; e no ano seguinte o actual director de Kew, Sir J. Hooker. Também o grande naturalista Darwin ali aportou e herborizou na sua memorável viagem. Finalmente o Dr. T. Vogel

visitou-as na passagem para a conhecida expedição ao Níger, onde faleceu. As colecções formadas por estes naturalistas, entre as quais avultam as de Sir J. Hooker e do Dr. Vogel, foram mais tarde estudadas por Sir P. Barker Webb que, pelo seu conhecimento especial da Flora das Canárias e costa da África fronteira, estava mais habilitado do que qualquer outro botânico do seu tempo a empreender esse trabalho, pois as ilhas de Cabo Verde, não obstante estarem situadas sob os trópicos, manifestam grande analogia com as regiões do norte. Webb pôde também consultar uma colecção formada por ordem do Governo português e que em 1808 havia sido *levada* de Lisboa para o museu de Paris por Geoffroy Saint-Hilaire, o qual viera a Portugal em companhia de Junot ⁽¹⁾.

Tais foram os principais subsídios que serviram a Sir P. Webb para redigir um catálogo metódico de 293 espécies cabo-verdianas ⁽²⁾. Precioso como é, este trabalho, sob o ponto de vista puramente botânico, poucas ou nenhuma indicações fornece sobre usos, importância económica, ou nomes vulgares de plantas. E assim devia suceder, sendo, como foi, formado sobre colecções feitas de passagem, em herborizações rápidas. A antiga colecção portuguesa podia talvez conter notícias curiosas a este respeito, mas estava,

⁽¹⁾ Tenho em meu poder uma nota manuscrita da letra do dr. Welwitsch, dizendo que este herbário fôra coligido por José da Silva Feijó, e continha 562 plantas. Não pude averiguar onde Welwitsch encontrou esta informação, mas é sem dúvida exacta, havendo apenas erro no primeiro nome. João da Silva Feijó, naturalista, botânico, e sócio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, foi nos fins do século passado enviado às ilhas do Cabo Verde em missão científica. Estudou atentamente as produções naturais e particularmente vegetais daquelas ilhas, como provam os trabalhos publicados nas *Memorias economicas* da mesma Academia; é pois natural que fosse encarregado de reunir ali um herbário e o enviasse ou trouxesse para Lisboa antes do ano de 1808, sendo pois este o que, pelos direitos da guerra, se foi incorporar nas colecções de Paris.

⁽²⁾ *Spicilegia Gorgonea*, by P. Barker Webb, incorporada em *Niger Flora*, edited by W. Hooker. London, 1849. A continuação em *Hooker's Journal of Botany*, out., nov. e dez. de 1850.

quando Webb a estudou, desacompanhada de quaisquer listas ou documentos escritos que, sem dúvida, se haviam perdido.

Um pouco mais tarde, um naturalista alemão, o dr. Schmidt, depois de uma visita demorada ao arquipélago, publicou um trabalho importante, no qual, além da enumeração metódica de 435 espécies, se contêm interessantes indicações sobre a Geografia botânica, as plantas cultivadas e úteis e a sua distribuição pelas ilhas do arquipélago (1).

Devemos ainda mencionar as notas manuscritas do herbario de Welwitsch, o qual visitou o arquipélago e coligiu algumas indicações muito úteis (2).

Se pois não temos os resultados de uma exploração metódica e completa, temos algumas bases seguras para julgar da natureza da Flora e dos recursos que oferece aos habitantes.

Passando do arquipélago às terras da Guiné portuguesa, tanto da terra firme como das ilhas próximas ao litoral, encontramos muito poucas informações seguras, e essas indi-

(1) *Beiträge zur Flora der Cap Verdischen Inseln*, von dr. Johann Anton Schmidt, Heidelberg, 1852.

(2) E numerosos subsídios em publicações estranhas à botânica, como na *Corografia cabo-verdeana* de Chelmicki e Varnhagen, no volume 1.º dos *Ensaio*s de Lopes de Lima, nos *Relatórios* dos governadores; em notícias muito interessantes ultimamente publicadas no *Boletim da Soc. de Geogr.*, etc. Estas publicações, porém, necessitam de cautelosas interpretações no que diz respeito a plantas *espontâneas* menos conhecidas que as cultivadas. Ou dão nomes vulgares, sem meios de os referir às verdadeiras espécies, ou, o que é pior, indicam referências aos nomes científicos, sempre sujeitas a caução.

Um exemplo tirado de um livro aliás de verdadeiro valor. Lopes de Lima, quando fala da *bombardeira*, diz «é o *Bombax*»; e quando depois fala do *poilão*, diz muito seguro «não é o *Bombax*». Pois é exactamente o contrário do que ele afirma, a *bombardeira* é uma espécie do género *Calotropis*, que difere *toto caelo* do género *Bombax*; enquanto o *poilão* é sem dúvida uma espécie de *Bombax*, tomado no sentido lineano. Não quero por modo algum dizer que as informações fornecidas por aqueles livros se devam desprezar e, simplesmente, que as obras de botânica sistemática são a única base segura para as interpretar.

rectas. Tais são as que resultam das herborizações de Adanson, na Senegâmbia, no século passado, e de Heudelot, e depois de Perrottet e Leprieur no princípio deste. Leprieur particularmente estendeu as suas viagens para o sul, percorrendo as margens do Casamansa e estudando as vizinhanças do estabelecimento português de Zeguichor. Os materiais então coligidos foram estudados por Guillemin e Richard e publicados em um luxuoso e importante trabalho (1). Algumas espécies das proximidades de Santa Maria de Bathurst e das margens do rio de Nuno Tristão se encontram também publicadas em obras gerais.

Tudo isto é bem pouco; e no entanto a Guiné seria um campo de investigações dos mais interessantes, não só sob o ponto de vista puramente botânico, pois que a Flora é ali rica e variadíssima, como também sob o ponto de vista dos usos e nomes das plantas úteis. A Guiné portuguesa é uma espécie de museu etnográfico. Povos perfeitamente distintos e falando línguas, ao que parece, irredutíveis, habitam ao lado uns dos outros, desde os Bijagós, Papéis, Biafadas e Balantas, até às grandes raças mais cultas dos Mandingas e dos Fulas ou Fulbe. Seria de particular interesse o estudo comparativo da sua agricultura, da sua *matéria médica*, das semelhanças ou diferenças dos nomes pelos quais designam as plantas, sendo apoiadas estas investigações sobre a determinação rigorosa das espécies, sem a qual nenhum valor podem ter. Há ali um valioso estudo etnográfico e botânico a fazer, e seria vergonhoso para nós se o deixássemos a algum naturalista de outra nação.

Caminhando para o sul, encontramos as duas formosas ilhas de S. Tomé e do Príncipe. Os naturalistas que, com singular dedicação, têm explorado as paragens geralmente

(1) *Floræ Senegambiæ Tentamen*, auctoribus J. A. Guillemin, S. Perrottet et A. Richard.

insalubres do gôlfo de Guiné, como Don, o Dr. Vogel, Carlos Barter, Gustavo Mann, tocaram naquelas ilhas e coligiram bastantes exemplares, publicados em obras gerais (1). O Dr. Welwitsch, apesar da sua passagem por ali ter sido rápida e em uma época do ano pouco favorável, reuniu plantas e indicações aproveitadas nas páginas seguintes. No entanto a Flora das ilhas não está feita, e a Portugal incumbe fazê-la como obrigação instante e impreterível e condição indispensável para a regular exploração agrícola daquela rica possessão.

Correndo ainda para o sul, chegamos à importante província portuguesa de Angola. As primeiras noções sobre estas paragens que convém citar resultam da viagem do capitão Tuckey ao Zaire. Os exemplares coligidos então nas margens do grande rio por Chr. Smith, foram estudados pelo célebre naturalista Roberto Brown em um trabalho tão cheio de apreciações justas e novas que o Dr. Welwitsch lhe chamava «o evangelho da Flora africana», talvez com demasiado entusiasmo científico (2).

A fonte principal e quase única dos nossos conhecimentos sobre as terras efectivamente sujeitas ao domínio português é porém a utilíssima exploração feita pelo Dr. F. Welwitsch, a qual honra o explorador, o Governo português que a subsidiou e os homens que mais a promoveram como o marquês de Sá da Bandeira e o Dr. B. António Gomes.

O Dr. Welwitsch, depois de estudar demoradamente a região litoral desde o Ambriz até à barra do Cuanza, internou-se pela província, fazendo uma longa estação nas terras do Golungo Alto e uma detida exploração da região de Pungo Andongo. Passando mais tarde ao sul, herborizou nas

(1) Na *Flora Nigritiana*, by dr. J. D. Hooker and George Bentham Esq.; e também na *Flora of tropical Africa*, by Daniel Oliver, assisted by other botanists.

(2) *Narr. of an exp. to expl. the river Zaire*, by Capt. Tuckey appendix V, by Robert Brown.

terras de Benguela e de Moçâmedes e subindo ao planalto da Huíla aí fez também uma riquíssima colheita. Como resultado do seu trabalho reuniu um herbário precioso do qual, no prefácio da *Flora of Tropical Africa*, diz o sr. D. Oliver: *Without the access to dr. Welwitsch's Herbarium, this region (lower Guinea) would have been a comparative blank in the present work.* Mas o esclarecido explorador não coligiu unicamente materiais para a botânica pura; falava correctamente o português, e na sua estada de dois anos no Golungo Alto, e de alguns meses tanto em Pungo Andongo como na Huíla, pôde adquirir bastantes conhecimentos dos dialectos, assim como dos hábitos e economia doméstica dos Negros. Tanto nas suas publicações como na grande cópia de notas manuscritas que acompanham o herbário, deu-nos pois valiosas notícias sobre a Flora económica de Angola. São essas notícias que formam a base principal deste trabalho, e que eu procurei coordenar tornando mais acessíveis as que já andavam publicadas, dando à estampa as que se achavam inéditas e introduzindo na nomenclatura as correccão exigidas pelos trabalhos modernos (1).

Além dos trabalhos de Welwitsch ainda encontramos

(1) Seria longa e deslocada a lista das publicações de botânica pura em que diversos botânicos estudaram algumas das plantas de Welwitsch; basta recordar a *Flora of Tropical Africa*, os últimos volumes do *Prodrômus*, as *Monographiæ Phanerogamarum*, como as mais importantes.

Entre as suas próprias publicações citarei:

Semina plantarum Africae tropicæ occidentalis, etc. Loanda a 24 de Janeiro de 1854.

Relação das sementes de árvores, etc., remetidas de Loanda em 9 de Setembro de 1854.

Informação do dr. Welwitsch sobre os seus trabalhos, etc. Golungo Alto em 9 de Setembro de 1856.

Apontamentos phyto-geographicos, seguidos de uma carta a Bento Antonio Alves e de um *Catálogo de sementes*, etc., de Junho e Novembro de 1858.

Foram todos estes artigos inseridos nos *Annaes do Conselho Ultramarino*.

Carta dirigida a Sir W. J. Hooker, datada de Loanda, 1860, no *Journal of the Pr. of the Linn. Soc.*, vol. V, n.º 20.

uma publicação interessante, resultado de herborizações feitas na zona litoral do sul ⁽¹⁾; e algumas notícias dispersas por vários livros e artigos de índole diversa ⁽²⁾.

Há sem dúvida muito a estudar no vasto território de de Angola ⁽³⁾; no entanto podemos dizer que — depois da exploração de Welwitsch — as feições principais da sua Flora ficaram bastante bem conhecidas.

Não sucede o mesme relativamente à grande possessão portuguesa da África oriental. É verdade que o Dr. Peters, na sua conhecida viagem a Moçambique e à Zambézia, colheu um número considerável de plantas que, estudadas pelo Dr. Klotzsch e outros botânicos, figuram na sua magnífica obra ⁽⁴⁾; e posteriormente Sir J. Kirk e o Dr. Meller reuniram também na Zambézia uma colecção importante em parte já publicada ⁽⁵⁾; mas estes materiais parecerão de certo escassos quando se comparem com a área vastíssima da região onde foram reunidos. Sucedeu também que aque-

Carta dirigida a M. Alph. de Candolle, datada de Lisboa, 1861, nos *Archives des sciences physiques et naturelles*, livraison de Juillet — 1861.

Synopse explicativa das amostras de madeira e drogas medicinaes, Lisboa, 1862.

Observations on the origin and the Geographical distribution of the Gum Copal in Angola, no *Journ. Linn. Soc.* vol. IX, p. 287 a 302.

The Pedras Negras of Pungo Andongo in Angola, no *Journal of Travel and Natural History*, vol. I, n.º 1, London, 1868.

Sertum Angolense, nas *Trans. of the Linn. Soc.*, vol. XXVII, pars I.

⁽¹⁾ *Sertum Benguellense*, etc., Bearbeitet von Med. dr. H. Wawra und T. Peyritsch, Wien, 1860.

⁽²⁾ Por exemplo, *Angola and the river Congo*, by J. J. Monteiro, onde as indicações botânicas são seguras; as relações das viagens dos srs. Capelo e Ivens, e do sr. Serpa Pinto; e muitos artigos dispersos pelos *Annaes do Conselho Ultramarino e outras publicações*.

⁽³⁾ A prova do muito que resta a fazer e do interesse das novas herborizações resulta da importância das colecções enviadas ultimamente de Caconda pelo sr. Anchieta, assim como da que reuniram em Caconda e Bié os srs. Capelo e Ivens. Motivos independentes da minha vontade têm retardado a publicação dos estudos já feitos sobre essas colecções, mas espero poder aproveitá-los em um apêndice a este livro.

⁽⁴⁾ *Reise nach Mossambique*, von Wilhelm C. H. Peters, Botanik.

⁽⁵⁾ Principalmente na *Flora of Trópicical Africa*.

les naturalistas não fizeram às terras da África portuguesa oriental uma visita bastante demorada para puderem penetrar na vida íntima e costumes dos indígenas, ficando assim por averiguar muitos pontos interessantes relativos às suas plantas úteis.

Deste rápido resumo resulta bem claramente o serem as colónias portuguesas da África um vastíssimo campo aberto a futuras investigações, mesmo no arquipélago de Cabo Verde e em Angola, relativamente mais conhecidos, e sobretudo na Guiné portuguesa, ilhas do Príncipe e S. Tomé e província de Moçambique, que são em grande parte terreno virgem. Aos naturalistas portugueses incumbe naturalmente desempenhar-se deste encargo e resolver milhares de problemas interessantes que encerram as vastas regiões sujeitas ao domínio do seu país. Encontrarão aí facilidades, que os colocam em uma situação privilegiada, no apoio dos seus numerosos compatriotas espalhados pelo litoral e pelo sertão e já familiarizados com os hábitos dos indígenas, no uso da língua europeia mais generalizada pela costa e interior da África, e no prestígio que felizmente ainda rodeia o nome e a qualidade de Português. Poderão assim, em condições especialmente favoráveis, contribuir para afirmar a situação de Portugal como potência civilizada e colonizadora, não desmentindo das tradições legadas pelos seus antepassados.

Tratando das plantas cultivadas tive eu ocasião de mostrar quanto foi activa a antiga influência dos Portugueses no que diz respeito à introdução de espécies úteis nas suas possessões da África. É certo, também, que as suas viagens e descobrimentos contribuíram poderosamente para alargar na Europa o conhecimento geral da natureza e as noções sobre a vegetação e produtos dos climas tropicais. Todavia a sua influência nesta direcção, pelo que diz especialmente respeito às terras de que tratamos, é um pouco menos sensível. A causa principal deste facto reside na própria extensão

das suas viagens. Devemos ter presente ao espírito que em meio século, ou pouco mais, os nossos antigos navegadores descobriram as costas da África tropical e austral, chegaram às desejadas e sonhadas regiões do Oriente e aportaram às praias da América. A África, apenas entrevista, foi como que esquecida pelas riquezas deslumbrantes da civilizada Índia e da selvagem mas fertilíssima terra de Santa Cruz.

A flora da África tropical é, por certo, variada e abundante em valiosos produtos; mas não pode comparar-se nem com a vegetação maravilhosa dos grandes vales americanos do Amazonas e outros, nem com as riquezas da Índia e da Cochinchina, de Java, de Bornéu ou das Molucas. Perante a pimenta e o cravo, a noz-moscada e a cânfora, o sândalo, o pau de aloés e o pau brasil, as mercadorias africanas empalideceram. As atenções desviaram-se a princípio para o Oriente, mais tarde para o Brasil ⁽¹⁾. O número dos homens instruídos e a actividade intelectual de Portugal não estava e não podia estar em equilíbrio com as enormes extensões que se ofereciam ao seu exame. Daqui a necessidade da escolha, quase sempre desfavorável à África. Se o minucioso e inteligente Duarte Barbosa, se o grande Garcia da Orta não investigaram a origem das drogas africanas, foi porque a corrente invencível dos espíritos os levou para o que então se julgava a origem de todas as riquezas, para o fim a que tendiam todas as aspirações — a Índia. Os trópicos africanos começavam apenas a ser explorados quando passaram

(1) Não só nas épocas antigas, em que se estudavam *simples e drogas*, mas também no período mais recente, em que os vegetais se consideravam já sob um ponto de vista puramente botânico, no período que podemos chamar *post-lineano*. João de Loureiro mencionou algumas plantas da África oriental, mas ocupou-se sobretudo da Flora asiática. Vandelli estudou um certo número de espécies brasileiras. Brotero andou quase sempre empenhado no exame da Flora portuguesa e pouco se ocupou da colonial; mas nesse ponto dirigiu sobretudo a atenção para o Brasil. Alexandre Rodrigues Ferreira foi explorar o Amazonas.

ao segundo plano, ofuscados pelas novas conquistas, e particularmente pelas do Oriente. Isto é tanto assim que a nossa antiga literatura sobre a África é sobretudo interessante pela segunda metade do século XV, antes do descobrimento da Índia, e depois muito no fim do século XVI e decurso do XVII, quando já começava a decadência do império oriental.

No entanto, não me seria difícil aduzir exemplos, pelos quais se visse o interesse que merecem os vegetais africanos aos navegadores e exploradores, se não temesse sobrecarregar demasiado este trabalho com citações e discussões históricas. Limitar-me-ei a citar ao diante alguma passagem mais curiosa, ou importante, e apenas recordarei, neste lugar, como Gomes Eanes de Azurara dá no meado do século XV uma exacta informação da *Adansonia digitata* e dos seus produtos ⁽¹⁾; como Ca da Mosto, que, apesar da sua nacionalidade, podemos contar na pléiade dos navegadores portugueses, descreve acertadamente a fabricação do vinho de palmeira ⁽²⁾; como Duarte Pacheco conhece bem o *Amomum grana-paradisi* a ponto de marcar os sítios da costa da Malagueta onde se criavam as melhores variedades ⁽³⁾; como o inteligente e instruído Piloto anónimo distingue correctamente as drogas aromáticas produzidas pela *Xylopiæ Æthiopicæ*, *Piper Clusii* e *Amomum grana-paradisi* que tantas vezes se confundiram ⁽⁴⁾; como Duarte Lopes conhecia a *cola*, as obras de *mabela*, a madeira vermelha da *tacula*, o

(1) Veja-se a *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, a p. 306.

(2) Em Ramusio, *Delle navigationi*, p. 103 v., ed. de 1613; pode consultar-se também a versão portuguesa *Notícias ultramarinas*, II, p. 35.

(3) No seu importante manuscrito. *Esmeraldo*, a fol. 50 a 53 v., da cópia que possui a Biblioteca Nacional de Lisboa. Vejam-se os extractos na minha *Memória sobre a malagueta* — *Memórias da Academia Real das Sciências de Lisboa*, vol. XLVI, p. 35 a 39. (Há duas edições impressas do *Esmeraldo*, feitas posteriormente à 1.ª edição desta obra, em 1892 e em 1905).

(4) *Navigazioni al isole di San Thome*, em Ramusio, *Delle navigationi*, p. 115 v.; ou *Notícias ultramarinas*, II, p. 87.

pau quicongo e os seus usos medicinais, e outros productos (1).

Se pois não temos um especialista para as terras da África, como os Espanhóis tiveram em Oviedo, Hernandez e outros para as suas colónias americanas, ou como nós tivemos em Garcia da Orta para a Índia, e em Gabriel Soares — posto que em plano muito inferior — para o Brasil, podemos no entanto encontrar disseminados pelos antigos livros muitas notícias de valor.

E agora eu necessito acudir a um reparo ou acusação que me podem fazer, — o de insistir demasiado sobre os feitos e escritos dos antigos Portugueses. Se é defeito deixar correr à revelia a reputação do nome que temos, defeito seria também encarecer as suas glórias, além do justo, por estreito e mal entendido espírito de nacionalidade. Mas não creio que em tal culpa tenha caído. As exigências do assunto levam-me muito naturalmente a falar com frequência dos Portugueses. Tratando de terras que eles descobriram, dominaram, e bem ou mal têm administrado há séculos, encontro-os a cada passo no meu caminho. E no exame de muitas questões interessantes sou forçado a analisar ou citar os seus escritos.

Todas as questões que se prendem à origem das espécies e às causas da sua actual distribuição geográfica têm merecido, de modo particular, a atenção dos primeiros naturalistas dos nossos dias. Entre essas causas devemos contar a acção do homem, voluntária e intencional pelo que diz respeito às espécies úteis, casual e fortuita em relação a outras. Começada em períodos remotos, sobre os quais a paleontologia, as investigações da linguística, ou as induções da própria botânica podem lançar alguma luz, esta acção continuou através das épocas históricas, e continua ainda

(1) *Rel. del Reame di Congo*, em diversas passagens.

hoje. É bem claro que, para as épocas relativamente recentes, podemos encontrar nos livros e documentos escritos valiosíssimas indicações. O testemunho histórico constitui um dos elementos principais de que dispomos para esclarecer os problemas de origens e transportes das formas cultivadas, problemas de si complicados e difíceis.

E quando, em questões conexas mas distintas, nós procuramos como nas épocas sucessivas da humanidade se foram alargando as viagens, e com elas o conhecimento do Globo, da sua Flora e da sua Fauna, isto é, a idéia complexa do *Cosmos*, são ainda os livros antigos o nosso guia principal. Esta concepção do *Cosmos*, tal qual hoje a temos, não se formou por uma marcha ou progresso dos conhecimentos, gradual, uniforme e constante; pelo contrário, a largos períodos de estacionamento ou mesmo de retrocesso, sucederam épocas brilhantes, impulsos súbitos e rápidos. Uma destas épocas, e das mais extraordinárias e das mais férteis em descobrimentos de toda a ordem, é sem dúvida a que correu do meado do século XV ao meado do século XVI. Os livros escritos então ou logo depois têm portanto um interesse especial; e entre esses livros têm um lugar eminente os dos Portuguezes, que presenciaram ou tomaram parte em todos os grandes cometimentos daquele período. Quer nós estudemos qual foi o influxo do homem na dispersão dos vegetais, quer procuremos como ele adquiriu noções novas sobre os produtos da natureza, teremos de examinar esses livros.

Este exame é tanto mais interessante quanto os livros portuguezes são, em geral, menos conhecidos. As relações de viagens feitas nos séculos anteriores atraíram, e com razão, as atenções. Os livros de Marco Polo, de Nicolo Conti, dos frades minoritas, e muitos outros, foram vertidos em várias línguas e recentemente estudados, anotados, esmiuçados pelos mais hábeis comentadores. A riquíssima literatura espanhola do tempo da conquista é bastante bem conhecida,

sobretudo desde que Humboldt a estudou a fundo e dela tirou tão grande partido nos seus admiráveis trabalhos sobre a América. Mas a literatura portuguesa, à parte duas ou três obras de maior nomeada, é pouco familiar fora de Portugal, apenas do domínio de um pequeno número de eruditos, ficando ignorados ou sendo passados em silêncio muitos factos capitais nela consignados. E no entanto essa literatura é singularmente rica, e assombroso o número de observações novas e exactas que os historiadores das conquistas e descobrimentos incluíram nas suas obras.

Pelos motivos já expostos, a parte dessa literatura, que podemos chamar africana, é de todas a menos volumosa; no entanto se fôssemos a citar e discutir todas as referências dos nossos cronistas à história natural africana, encontraríamos matéria para um largo trabalho. Não foi esse o meu fim, e apenas citei um ou outro trecho mais notável, insistindo unicamente em alguns casos, nos quais os factos apontados nos nossos livros vinham alterar as conclusões a que chegaram os naturalistas que deles não tinham conhecimento.

Não tive pois em vista encarecer o mérito ou importância dos trabalhos e livros portugueses, mas muito naturalmente me servi deles, sempre que me pareceu necessário para esclarecer a questão de que tratava.

PARTE I

DICOTILEDÓNEAS

1875
The first of these is the
second is the
third is the
fourth is the
fifth is the
sixth is the
seventh is the
eighth is the
ninth is the
tenth is the

DICOTYLEDONAE

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

I

ANNONACEAS

FRUTA DO CONDE. — *Annona reticulata* L. Sp. Pl., I, 537; Oliver *Flora of tropical Africa* I, p. 15.

Esta espécie é originária das Antilhas e América Central, e deve ter sido introduzida pelos Portugueses em Angola, onde é cultivada em muitas localidades e se tornou espontânea em algumas, por exemplo nas matas entre Sange e Undele da região do Golungo Alto. É esta a planta que Welwitsch menciona por equívoco sob o nome de *A. Cherimolia* Mill. (*Apont.*, 554). A verdadeira *A. Cherimolia* do Perú não existe, que eu saiba, em Angola.

O fruto é chamado *custard apple* pelos Ingleses e *cœur-de-bœuf* pelos Franceses. Em Angola dão-lhe especialmente o nome de *fruta do conde*, mas no Brasil este nome é dado indistintamente a mais de uma espécie de *Annona*.

ATEIRA. — *Annona squamosa* L. Sp. Pl., I, 537. Oliver l. c. 16.

Roberto Brown julgou esta espécie de origem americana, A. Saint-Hilaire considerou-a depois proveniente da Índia e transportada pelos Portugueses para a América, porém o sr. A. de Candolle inclinou-se à primeira opinião, que é partilhada por Martius e parece ser hoje a única admissível (*Orig. des pl. cult.*, 133). A dispersão deve, em todos os casos, atribuir-se aos Portugueses; unicamente se fez no sentido inverso daquele que admitia Saint-Hilaire. Os nomes de *ateira*, e *ata* para a fruta, seguiram a planta nas suas peregrinações e são usados tanto no Brasil como em Angola, Moçambique e Goa.

Esta espécie parece ser cultivada com certa frequência em Angola. Na ilha de S. Tiago de Cabo Verde acha-se perfeitamente

naturalizada, pois forma bosques espontâneos no vale de S. Domingos, o que denuncia uma introdução bastante antiga.

É das mais vulgarmente cultivadas nas regiões quentes do velho e novo mundo, e o seu fruto — um dos mais apreciados do género — é a *pomme cannelle* dos Franceses e *sweet-sop* dos Ingleses.

SAP-SAP. — *Annona muricata* L. Sp. Pl., I, 536; Oliver, l. c., 16.

É espontânea nas Antilhas e cultivada em diversas regiões tropicais. Em Angola não é rara; ao norte do Dande próximo a Bondo, na berra do Bengo, Icolo e Bengo, Golungo Alto, Novo Redondo, etc. Encontra-se também na ilha de S. Tomé, onde lhe dão vulgarmente o nome de *coração da Índia*, *coração de preto* e *sap-sap*, o que parece ser uma simples corrupção da designação inglesa de *sour-sop*. O nome francês é *corossol*.

Os seus frutos, de grandes dimensões, são comestíveis e passam por medicinais. Na América aplicam estes frutos, colhidos verdes e reduzidos a pó depois de secos, em casos de disenteria e fluxo intestinal. Em Angola os curandeiros negros empregam, nos mesmos casos, a decocção das sementes, às quais dão o nome de *empebi*, segundo diz Monteiro (*Angola*, etc., II, 252).

Pode-se observar que nenhuma das três espécies mencionadas penetrou pròpriamente na agricultura do indígena nem avançou, portanto, para o sertão, sendo representadas pelas plantações nas hortas e quintais dos Portugueses, nos arredores dos presídios, ou nas antigas cercas de algum convento abandonado. Há no entanto os dois casos curiosos de naturalização a que me referi.

NOPA. — *Annona glabra* L. Sp. Pl., I, p. 537; *A. palustris*. L. Oliver l. c. 16.

Temos no herbário exemplares incompletos provenientes de S. Tomé e com a indicação do nome vulgar de *noça* e *noça concha*. Podem referir-se talvez a esta espécie, porém muito em dúvida, tanto pelo estado imperfeito dos exemplares como pelo facto de Welwitsch os haver colhido em lugares altos, o que não concorda com os hábitos da espécie.

A *Annona glabra* é uma árvore americana, que habita principalmente os sítios apaulados próximos ao mar, e foi introduzida em alguns pontos nos brejos marítimos da Senegâmbia e costa do golfo de Guiné. Os seus frutos não têm grande reputação, passaram mesmo por venenosos, mas são às vezes comidos pelos Negros.

DILÔLO AMBULO ou MAIOLO. — *Annona senegalensis* Pers. Syn. Pl., II, 95; Oliver, l. c. 16.

Esta espécie é perfeitamente indígena e largamente espalhada por quase toda a África tropical, sendo representada por diversas formas e variando muito no porte, desde um arbusto rasteiro até uma pequena árvore.

Encontra-se em variadas possessões portuguesas; na ilha de S. Tiago, em Angola nas terras de Zenza do Golungo, Golungo Alto, Pungo Andongo, Huíla (Welwitsch), e Caconda (Anchieta); igualmente na Zambézia (Kirk). Os nomes acima citados são usados no Golungo Alto; na Huíla chamam-lhe *maiôlo* e em Caconda, segundo me informa o sr. Anchieta, *iôlo*. Nesta localidade a planta está reduzida a um arbusto rasteiríssimo. Os frutos, amarelos alaranjados, são comestíveis, procurados pelos indígenas e extremamente agradáveis ao paladar.

CABELA. — *Xylopiæ æthiopicæ* (Dunal) A. Rich. Ess. Fl. cub. 53; Oliver, l. c., 30.

É uma árvore de dimensões consideráveis cuja habitação, na costa ocidental da África, se estende da Senegâmbia ao Congo e parte norte da nossa província de Angola; encontra-se na ilha do Príncipe, e muito provavelmente também na de S. Tomé apesar de que sobre este ponto não tenho provas (¹).

A droga chamada *cabela* consiste nos frutos desta árvore, que são compridos, delgados, denegridos e um poucos enrugados quando secos, contendo de quatro a dez ou doze sementes, em fieira; a polpa do fruto, seca e aderente às sementes, tem um cheiro aromático a gengibre, e um gosto picante e almiscarado. Encontram-se com frequência pelos mercados, ou *quitandas*, enfiados em cordeis na forma de pequenos rosários, sendo especialmente trazidos pelos Ma-hungo do Hungo, Angoche, e em geral do norte (Welw. *Synopse*, 37). Monteiro fala desta droga (*Angola*, etc., II, 252) dizendo que lhe chamam *jindungo n'Congo*, isto é, *pimenta do Congo*, o que concorda com o seu gosto picante e a sua procedência das terras do norte.

Os Negros empregam estes frutos e sementes como condimento, e também como medicamento estomacal, tónico e carminativo, principalmente nos casos de disenteria. Os frutos de espécies americanas de *Xylopiæ* são empregados no Brasil pelo mesmo modo, segundo refere Martius, e chama-lhe ali *pimenta do sertão*, ou do *mato* (*Mat. med. Braz.*, 100).

(¹) Exell, *Cat. Vase. Pl. S. Tomé*, London, 1944, 102, cita-a na Ilha do Príncipe; quanto a S. Tomé dá-a como existente, *fide* Moller.

Parece que em tempos antigos vinha pelo Sudão e Saára alguma porção desta droga aos portos do Mediterrâneo, e que assim os velhos escritores árabes de matéria médica tiveram dela conhecimento. Supõe-se que o *hab el zelim* ou *fefel es-Sudan* mencionado por Serapião, e também o *hab el zelim* do famoso *Canon* de Avicena fosse esta substância, à qual se refere depois Matthioli, com o nome de *Piper æthiopicum*, e Bauhinio com o de *Piper nigrorum Serapioni*. Não são perfeitamente satisfatórias as primeiras identificações, pois as notícias dos autores árabes estão bem longe de serem claras e explicitas, e se podiam confundir diversas substâncias picantes e aromáticas, como mais detidamente indiquei em outro trabalho (Cf. *Memoria sobre a malagueta*, p. 18, ed. de 1945).

Pelo ano de 1551 temos uma notícia interessante e muito clara da existência desta árvore na costa de Benim, onde lhe chamavam *unias*, notícia na qual se distingue perfeitamente do *Amomum grana-paradisi* e do *Piper Clusii*, drogas com que não poucas vezes têm sido confundida (¹).

No século seguinte vinha alguma desta droga à Europa, sendo vendida em França sob o nome de *poivre long noir*, *poivre d'Ethiopie* e *grains de zelim*; mas era bastante rara, segundo diz o *sieur Pomet, marchand épicier et droguiste* (*His. gen. des drogues* p., 225, f. 140, ed. de 1735).

A madeira da *Xylopia æthiopica* é boa, notavelmente elástica e muito própria para remos e mastros de embarcações, tendo esta aplicação nos estabelecimentos franceses da Senegâmbia. Suspeito que deve ser esta madeira chamada *remo*, de que fazem remos no Príncipe, (*Rel. descriptiva de diff. lenhos, etc.*, por F. de Alva Brandão, publicada nos *Annaes do Conselho Ultramarino*), e à qual dão em S. Tomé o nome de *untué do bó*, isto é — no crioulo da ilha — *untué do bote*, pela sua aplicação às construções marítimas.

INHÉ BRANCO, INHÉ BOBÉ. — *Xylopia africana* (Benth.) Oliver, l. c. 30.

Árvore que habita S. Tomé. A sua madeira, sem ser de muito

(¹) Eis a notícia: «Há também uns arbustos que produzem vagens longas como são as dos feijões, com algumas sementes dentro, as quais não têm sabor algum, mas a vagem mastigada tem um gosto delicado de gengibre, e os Negros lhe chamam *unias*, e lhes serve de tempero junto com a dita pimenta (a pimenta de rabo, ou *Piper-Clusii*) quando comem peixe de que são sobremaneira avidos». Nas *Notícias ultramarinas*, II, p. 85, ed. de 1867. O texto italiano vem em Ramusio, *Delle Navigazioni*, I, p. 115 v., ed. de 1613.

boa qualidade, é no entanto aproveitável. Julgo ser a mesma árvore, uma que vem mencionada na *Relação* acima citada sob o nome de *unué branco*, à qual na ilha do Príncipe chamam *unué bolina*.

O nome e ortografia que adoptei são os empregados por Welwitsch (¹), e sobre a sua identificação com os exemplares do herbário não pode haver dúvida.

INEÉ PRETO, PAU PRETO. — *Polyalthia Oliveri* Engl., Nacht. Nat. Pflanzenf. II-IV, 160 (1897).

Na 1.^a ed. deste livro o Sr. Conde de Ficalho attribuiu a cada um destes dois nomes vernáculos sua indicação: a pág. 85 designou como *Inbê preto* a *Oxymitra patens*, que é uma *Annonácea*; a pág. 214 referiu o nome *Pau preto* a uma *Ebenácea* não determinada, e em ambos os casos antepôs uma interrogação por virtude da imperfeição dos exemplares mais lhe não permitir.

Exell, l. c., pág. 102, dá os dois nomes vernáculos, acima indicados, como pertencendo à *Polyalthia Oliveri* Engl., citando na sinonímia as duas indicações de Ficalho. É uma árvore grande, com o tronco direito e madeira boa e dura, que vive nas florestas densas e elevadas, que também se encontra da Serra Leoa aos Camarões e no território de Tanganica.

NPEPE, plural JIPEPE. — *Monodora Myristica* (Gärtn.) Dun. Mon. Anon. 80; Oliver l. c.: 37.

Uma grande e vistosa árvore, sempre verde. A história desta espécie é bastante curiosa. Foi primeiro conhecida e descrita pelos exemplares que se encontraram cultivados nas Índias ocidentais, onde é chamada *Jamaica nutmeg* ou *Calabash nutmeg e muscades de Calabash*. Depois R. Brown, não tendo ainda visto exemplares espontâneos, suspeitou no entanto que fosse indígena da África, donde as sementes houvessem sido levadas pelos escravos negros para

(¹) Esta questão da ortografia dos nomes vulgares é bastante complicada. É claro que o som empregado pelos Negros deve ferir de modo diverso os diferentes ouvidos, resultando ser a ortografia — forçosamente *sónica* — muito flutuante; o que, seja dito de passagem, não é um argumento em favor da adopção geral do sistema.

Os nomes das ilhas do Príncipe e S. Tomé são particularmente sujeitos a esta flutuação e cada pessoa escreve a seu modo. Estes nomes, com as suas contracções e as suas vogais finais acentuadas, têm o cunho especial que caracteriza o crioulo daquelas ilhas. Enquanto os nomes de Angola são francamente bundos ou portugueses, aqueles são verdadeiramente híbridos. Sobre o crioulo das ilhas vejam-se os interessantes estudos do sr. Adolfo Coelho, *Dialectos romanicos*, etc., publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

a América. Mais tarde as explorações de Welwitsch e de outros demonstraram que esta opinião é perfeitamente exacta, provando ser a planta indígena da zona ocidental da África.

Encontra-se nas ilhas do Príncipe e de S. Tomé, onde lhe chamam *jobó* ou *xipobó*, e também nas matas de Cambondo e Trombeta do Golungo Alto, onde lhe dão o nome de *npepe* ⁽¹⁾, usando mais frequentemente, sobretudo para designar as sementes, do plural *jipepe*. Estas sementes grandes, embebidas na polpa de um fruto volumoso e arredondado, têm o gosto e aroma da *Noz moscada* ⁽²⁾. Encontram-se à venda pelos mercados da costa, e são empregados como condimento e medicamento estomacal e estimulante.

A madeira desta árvore, de que observei exemplares, parece ser de inferior qualidade.

NPEPE, plural JIPEPE DO SONGO. — *Monodora angolensis* Welw. *Sertum angolense* in *Journ. Linn Soc.* III, 151 e 154; Oliver, l. c. 38.

Árvore um pouco menor que a precedente das florestas de Pungo Andongo e região do Songo. Sementes com as mesmas propriedades, empregadas pelos indígenas do mesmo modo e abrangidas pelo mesmo nome que as da espécie anterior.

II

MENISPERMACEAS

CALUMBA. — *Jatrochiza palmata* (Lam.) Miers, in Hook. *Niger Fl.*, 214 — *J. Columba* et *J. Miersii* Oliver *Fl. of Tr. Africa* I, 42 — *Menispermum palmatum* Lam. — *Cocculus palmatus* DC.

(1) Este vocábulo *npepe* ou *pepe* parece-se de modo notável com o nome da pimenta em algumas línguas europeias o que, junto ao facto de ser aplicado a uma substância picante, aromática e empregada como adubo, faria pensar em alguma introdução. No entanto uma derivação do inglês ou italiano é bem pouco provável.

(2) Em 1622 dava Banha Cardoso notícia desta árvore nos seguintes termos: «Há no reino do Congo outras árvores que dão nozes moscadas, e um frade da Trindade, curioso, descobriu este segrêdo, e m'as trouxe, e a massa da Índia, e eu abri e me pareceu tudo mui próprio...» (*Produções*, etc., p. 17, nas *Memórias do Ultramar*). Esta passagem foi referida à espécie do género *Myristica* que se encontra em Angola, mas é muito mais provável que o autor aludisse à *Monodora*. Nem Banha Cardoso, nem o frade trino, apesar de ser curioso, tomavam em grande conta as afinidades da forma botânica, e regulavam-se de certo pelas analogias de gosto e aroma com a noz moscada, que são muito mais pronunciadas na última planta, não obstante ser de uma família afastada daquela a que pertence a legítima *Myristica fragrans* de Banda.

Uma forte planta trepadeira, que se enlaça aos arbustos e árvores altas, vizinhas, tendo grandes folhas palmadas e membranosas.

É indígena do território português da parte norte de Moçambique, habitando as florestas que se estendem desde em frente de Ibo até às bocas e bacias do Zambeze, encontrando-se aí na Chupanga, Morumbala, vizinhanças de Sena e margens do rio junto aos rápidos de Caurabaça. Parece que se encontra também espontânea no interior de Madagáscar. O dr. Peters viu-a cultivada «*angebaut*» nas ilhas de Ibo e de Moçambique.

Foi introduzida na ilha Maurícia no século passado e depois no primeiro quartel deste, e também no princípio do século na Índia inglesa. A cultura, em um e outro ponto, ou se extinguiu, ou não saíu dos jardins botânicos, de modo que a *calumba* do comércio deve proceder quase exclusivamente das terras portuguesas. É porém levada primeiro a Zanzibar e a Bombaim, de onde depois se exporta para a Europa.

Os indígenas das terras onde nasce atribuíam à sua raiz notáveis propriedades medicinais contra diversas doenças, e trazida esta para a Europa, pelos Portugueses, aí chamou a atenção, já no século XVII, entrando depois no uso geral farmacêutico e sendo ainda hoje aplicada como um tónico brando.

Os Macuas colhem as raízes nas florestas do interior, trazendo-as depois à costa para vender. Em Marenje, junto à bacia de Muemba ou Memba, ao norte de Moçambique, encontrou o sr. O'Neil boa porção de mendubi, borracha e *calumba* armazenada para ser entregue aos mercadores que visitam a costa. De Arimba, mais ao norte, também sai certa quantidade deste produto e ainda de outros pontos.

Segundo diz o sr. O'Neil, o motivo principal de não concorrer à costa maior quantidade é a grande oscilação do seu preço, baixando às vezes tanto que não remunera o trabalho da apanha, nem oferece suficiente incentivo aos indígenas (*Relatorio no Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 4.^a parte, p. 23, 1883) (1).

(1) Podem ver-se mais detidas informações sobre esta droga em Peters, *Reise nach Moss. Botanik*, I, p. 172, e sobretudo em Flückiger e Hanbury, *Pharmacographia*, p. 22.

ABÚTUA ou GILE. — *Tiliacora chrysobotrya* Welw. in Hiern, Cat. Welw. Af. Pl. London 1869-1901, I, 15 (¹).

É uma trepadeira robusta, tendo caules tenazes que se enlaçam pelas árvores. Os troncos na base tornam-se lenhosos e adquirem grandes dimensões; possuímos um bonito exemplar de tronco, mostrando a curiosa estrutura particular às Menispermáceas e que mede aproximadamente 1 decímetro de diâmetro. Encontra-se esta espécie nas florestas virgens das regiões de Cazengo, Golungo Alto e Dembos.

Os indígenas empregam as raízes e também caules, folhas e outros órgãos, contra diarreias, doenças sifilíticas, mordeduras de cobras, etc., parecendo ser, em geral, um remédio tónico, sudorífico e diurético.

O nome de *gile* ou *xile* deve ser a verdadeira designação africana; quanto ao nome de *abútua* é de origem brasileira e foi introduzido pelos Portugueses (²).

Os missionários portugueses tiveram antigamente conhecimento no Brasil de uma raiz à qual se atribuíam poderosas virtudes medicinais. Conservaram-lhe o nome de *bútua* ou *abútua*, que lhe davam os Tupinambas, e chamaram-lhe também *pareira brava*, por causa do seu aspecto. Trouxeram ou mandaram esta droga para Lisboa, onde prendeu desde logo a atenção, e de onde a levou para França Miguel Amelot, embaixador de Luiz XIV. O célebre botânico Tournefort obteve também alguns exemplares e deu um ao drogista Pomet, que o descreveu e figurou na sua obra. Pomet cita uma carta de Lisboa — para onde havia escrito a pedir informações — datada de 16 de Outubro de 1692, na qual lhe dizem que a *pareira brava* se encontrava em todas as boticas e a vendiam a 1\$000 réis o arratel «*diz testons la livre, qui sont environ cinq livres de notre monnaye*». A droga tinha então, e conservou por alguns anos, uma grande nomeada, sendo especialmente empregada nas afecções da bexiga.

Parece que a primeira raiz conhecida por estes nomes procedia do *Chondrodendron tomentosum*, mas depois começaram a correr no

(¹) Esta espécie está no herbário designada pelo nome de *Trichlisia chrysobotrya*, mas em uma nota marginal, a lápis, no exemplar da *Flora of tropical Africa*, que pertenceu ao dr. Welwitsch, vem referida por aquele ilustre botânico ao género *Tiliacora*, o que prova que ele reconheceu as suas verdadeiras afinidades.

(²) Há na verdade a conhecida região de Abútua na África tropical, onde se diz — não sei se com bom fundamento — existir a droga deste nome. Creio, porém, que a identidade do nome entre a droga e a região é puramente casual.

comércio raízes de outras Menispermáceas americanas, dos géneros *Abuta*, *Cissampelos* e outros. Lineu deu mesmo a uma espécie de *Cissampelos* o nome de *C. Pareira* por estar convencido que dela procedia a *pareira brava* das farmácias; (Eichler em Martius, *Fl. Bras. Menispermáceas*; e Flück. e Hanb, *Pharmacographia*, p. 25).

Sabendo agora a reputação medicinal da *abútua*, é fácil compreender como algum Português, — talvez algum jesuíta transferido das missões do Brasil para as missões de Angola — conhecendo uma droga americana e encontrando na África uma droga procurada pelas mesmas ou semelhantes propriedades e produzida por uma planta parecida, lhe deu o nome americano, o qual correu entre Portugueses e foi adoptado pelos curandeiros indígenas.

Devemos notar uma circunstância curiosa, e vem a ser que existindo em Angola uma das plantas conhecidas na América pelo nome de *abútua* — o *Cissampelos Pareira* L. — não foi a essa que applicaram o nome. Isto explica-se pelo facto de a *Tiliacora* ter muito superior reputação entre os curandeiros negros.

Suspeito que de Angola viesse, em tempos, a raiz da *Tiliacora* para as farmácias de Portugal, pois na edição da *Pharmacopea* de 1841 vejo a seguinte indicação *habita no Peru, Brasil e Africa*, o que bem se pode referir a alguma importação de Angola. Quanto às indicações da edição de 1876, são evidentemente extraídas da *Flora of Tropical Africa*, na qual nem vem mencionada esta espécie de *Tiliacora* nem a existência do *Cissampelos Pareira* em Angola, pois o autor não havia visto as Menispermáceas do herbário de Welwitsch, quando redigiu esta parte do seu trabalho.

Em todo o caso valeria de certo a pena experimentar a droga angolense, que parece ser mais eficaz e enérgica do que as raízes americanas.

Mucôco.—*Cissampelos Pareira* L. Sp. Pl., 1031; Oliver, l. c. 45.

Esta planta tem nas regiões tropicais uma vastíssima habitação, e nos livros de botânica uma complicada sinonímia, pois tem sido descrita sob vários nomes. Encontra-se na América, na Ásia e na Austrália setentrional e em grande parte da África tropical, nomeadamente em muitos pontos de Angola (Welwitsch) e na Zambézia (Kirk).

Os Negros de Angola fazem da sua raiz, caules e frutos os mesmos usos que dos da planta precedente, tendo-a, porém, na conta de muito menos eficaz.

Devo advertir que o nome de *mucôco* não está no herbário;

mas confrontando as indicações dadas por Welwitsch (*Synopse*, 46) com os exemplares da espécie parece-me segura a sua identificação.

III

PAPAVÉRACEAS

DORMIDEIRA. — *Papaver somniferum* L. Sp. Pl., 508.

Esta planta tomou há poucos anos lugar entre as espécies cultivadas na África portuguesa. Em 1874 organizou-se uma companhia importante em Lisboa para estabelecer em larga escala, nas terras de Moçambique, a cultura desta espécie destinada à extração do ópio. Escolheram-se para esse fim largos terrenos situados nas margens do rio ou canal de Qua-qua, o qual, como é sabido, liga o Zambeze com o chamado rio de Quelimane e forma o limite norte do delta do Zambeze. Aí se fundou o estabelecimento de Mopeia, se montaram máquinas e se introduziram operários habituados ao tratamento da planta e exercitados na extração e manipulação do ópio, continuando até hoje a cultura em larga escala.

IV

CRUCÍFERAS

(*Brassicáceas*)

É esta família escassamente representada na África tropical por vegetais espontâneos. Várias Crucíferas bem conhecidas, como couves, nabos, rábãos, agriões, etc., foram levadas de Portugal, desde os tempos antigos, e continuam a ser mais ou menos geralmente cultivadas em vários pontos das possessões portuguesas. Apesar de algumas se darem bem, não saíram dos limites da influência europeia, e nenhuma — que eu saiba — tem penetrado na agricultura própria do indígena e se tem generalizado pelos sertões.

V

CAPARIDACEAS

MURIANGOMBE. — *Mærua angolensis* DC. *Prodr.* I, 254.

Arbusto ou pequena árvore frequente nas regiões áridas do litoral, desde o Ambriz até Benguela. Tem uma madeira leve, amarelada, bastante bonita e própria para marcenaria.

Gynandropsis gynandra (L.) Briq. in Ann. C. J. Bot. Genève, XVII, 382 — *G. pentaphylla* DC.; Oliver *Fl. of Tr. Africa* I, 82 (*Cleome*).

Uma erva erecta, muito espalhada pela parte quente da África. Encontra-se em Angola, de Luanda até Pungo Andongo, e também na Huíla (Welw.); igualmente na Zambézia (Kirk) e em S. Tomé (J. Henr.). É habitualmente usada pelos Negros como hortaliça ou ervagem, sendo agradável e salubre, segundo nos diz o dr. Welwitsch, o qual não cita nome vulgar.

VI

VIOLACEAS

TESSE (¹). — *Rinorea dentata* O. Ktze. Rev. Gen. Pl., I, 42. — *Alsodeia dentata* P. Beauv.; Oliver l. c. 110.

Arbusto que habita no Golungo Alto, próximo ao pequeno rio Cuango, e se encontra igualmente no distrito de Cazengo.

QUITESSE. — *Rinorea Aucuparia* O. Ktze. l. c., 42. *Alsodeia Aucuparia* Welw. ex Oliver l. c. 111.

Árvore pequena das matas de Pungo Andongo.

SOÁ-SOÁ — *Rinorea Molleri* M. Brandt. in Engl. Bot. Jahrb. LI, 108. *Alsodeia sp.?* in 1.ª ed.

Árvore de 20 a 25 pés de altura das regiões altas de S. Tomé parecida com *Prunus Padus* L. Possuimos no herbário unicamente um mau exemplar que não permite determinar a espécie, e simplesmente supor que pertence a este género. A madeira de soá-soá passa por ser de longa duração, podendo aplicar-se com vantagem em construções; traves, vigas, etc.

VII

COCCLOSPERMACEAS

BOROTUTO. — *Cochlospermum angolense* Welw.; Oliver l. c. 113.

Árvore pequena, extremamente elegante, vistosa e de bonitas e grandes flores, que habita as colinas arenosas do Golungo Alto

(¹) Exell, loc. cit., dá o nome vernáculo *Tesse à Rinorea thomensis* Exell, endêmica de S. Tomé, portanto espécie distinta daquela a que se refere o autor.

entre Sange e Camilungo, em Ambaca, e em Pungo Andongo nas margens do Cuanza. O liber, ou entrecasca, fornece fibras de que os Negros fabricam cordas e outros objectos.

VIII

BIXACEAS

QUISAFÚ ou DITEQUE. — *Bixa Orellana* L. Sp. Pl., 512. Oliver l. c. 114.

Esta pequena árvore é indígena da América, onde tanto nas Antilhas como no Brasil os naturais empregam a matéria polposa da parte exterior das sementes para se tingirem de vermelho ⁽¹⁾.

A substância corante que se extrai das sementes, e tem diversos usos, é conhecida no comércio pelos nomes de *rocú*, *urucú*, *anato*, *arnoto* e ainda outros.

Introduzida em Angola, esta planta encontra-se hoje com frequência, tanto cultivada como já espontânea, pelos territórios do Golungo Alto e Cazengo, onde os Negros lhe chamam *quisafú*, e às vezes *diteque*. Preparam com as suas sementes algumas tintas alaranjadas e vermelhas que lhes servem para dar côr às obras da *mabela* e aos cestos ou *balaios*, fabricados sobretudo em Pungo Andongo.

Também reputam estas sementes um remédio estomacal.

⁽¹⁾ Oviedo, por exemplo, dá conta das pinturas dos Índios da terra firme que se serviam do fruto do *xaugua* — deve ser a *Genipa brasiliensis* — para se tingirem de preto, e da *bixa* para obterem a cor vermelha. Mas a primeira notícia desta planta de que tenho conhecimento, — pode existir alguma anterior nos escritores espanhóis, porém não a vi —, é dada por um português, Pedro Vaz de Caminha; diz ele, falando dos naturais do Brasil, observados na viagem de Cabral: «traziam alguís d'elles huís ouriços verdes d'árvores, que na cor queriam parecer de castinheiros, se nom quanto eram mais e mais pequenos, e aquelles eram cheos de huís graãos vermelhos pequenos, que esmagando-os entre os dedos, fazia tintura muito vermelha da que elles andavã tintos, e quanto mais se molhavam tanto mais vermelhos ficavam». Carta dirigida a El-Rei D. Manuel e datada «Deste Porto seguro da Vossa Ilha da Vera Cruz, Hoje sexta feira primeiro dia de Maio de 1500 — Pedro Vaas de Caminha». Vem publicado nas *Notiicias Ultramarinas*, IV, p. 180.

Esta carta é datada, como se vê, do próprio dia em que Pedro Álvares Cabral mandou para o reino o navio de Gaspar de Lemos, a dar notícias do novo descobrimento; e é um documento de importância excepcional. Resulta também da data, primeiro que os navegadores supunham haver encontrado uma ilha, depois que tencionaram dar-lhe o nome de Vera Cruz, prevalecendo porém o de Santa Cruz, que mais tarde se mudou em Brasil.

IX

FLACURTIACEAS

DIBIXI ou MALIMBOQUE. — *Oncoba spinosa* Forsk. Fl. Aeg.-Arab. 103. — *O. dentata* Oliver l. c. 119.

Pequena árvore dos distritos de Golungo Alto e Pungo Andongo.

X

POLIGALACEAS

BUASE ou BOASI. — *Securidaca longipedunculata* Fres. in Mus. Senck. II, 275; Oliver l. c. 134.

É um arbusto ou pequena árvore muito elegante e vistosa quando está em flor. Encontra-se em Pungo Andongo, Huíla, Caconda, Bié e Zambézia. Nesta última região chamam-lhe *buase* ou *boasi*; em Caconda e Bié dão-lhe o nome de *utata*, segundo os srs. Anchieta, Capelo e Ivens.

Os filamentos extraídos da sua entrecasca são tenazes e muito conhecidos nas margens do Zambeze e do lago Niassa, onde os habitantes fabricam com eles cordas e particularmente as redes de pescar. Não me consta que sejam empregados na zona ocidental onde a planta também existe.

A raiz é bastante venenosa, e é geralmente esta a substância a que recorrem os Ba-nano de Caconda quando pretendem suicidar-se. Tais casos de suicídio, — segundo informa o sr. Anchieta —, não são em extremo raros, sendo geralmente determinados por desgostos amorosos e ciúmes, o que não está de acordo com as ideias dos que pretendem negar a existência do amor nas relações entre Negros e Negras.

XI

PORTULACACEAS

BEMBE. plural JIBEMBE. — *Portulaca oleracea* L. Sp. Pl., 445; Oliver l. c. 148.

As bem conhecidas *beldroegas*. Frequentes nos terrenos arenosos de Luanda, Pungo Andongo e S. Tomé.

XII

TAMARICACEAS

TARRAFE. — *Tamarix gallica*. L. Sp. Pl., 270; Oliver l. c. 151.

Este arbusto tem uma vastíssima habitação; é frequente nos areais marítimos de Portugal, onde lhe chamam *tamargueira*, e encontra-se também nas ilhas de Cabo Verde, dando-lhe aí o nome de *tarrafe*. A sua madeira serve sobretudo de combustível, pois é quebradiça e pouco própria para outros usos.

Parece ser bastante comum, e os bosques, ou antes matos, de *tarrafe* deram o nome a diversas localidades assim há o porto do Tarrafal na ilha de Santo Antão, a baía do Tarrafal na de S. Nicolau e a baía e ponta do Tarrafal na de S. Tiago.

A palavra *tarrafe*, usada pelos Portugueses nas ilhas de Cabo Verde, foi tomada dos Árabes. Na África de nordeste dão, ainda hoje, às diversas espécies de *Tamarix* o nome de *tarf* ou *tarfa*, segundo diz o sr. Cosson, *Comp. Flor. Atlanticæ* I, 209.

Esta origem da palavra, e a sua adopção pelos Portugueses, está nui claramente expressa em uma curiosíssima descrição da ilha de Arguim, escrita por Valentim Fernandes, a qual faz parte da importante colecção de manuscritos portugueses que existem em Munique.

Descrevem-se ali duas pequenas ilhas ou ilhéus próximos à costa, o das Graças e o do Tarrafal, e a propósito deste diz-se: «...e esta he chea de lenha, e esta lenha he proprio como aderno, a qual lenha chamam os Mouros taraff, de que a ilha tem o nome».

CEDRO. — *Tamarix orientalis* Forsk. Fl. Aeg. Arab., 206. — *T. articulata* Vahl; Oliver l. c.

Os Portugueses, chamam a esta planta *cedro* por ter uma vaga semelhança de forma com a *Cupressus*, a que vulgarmente se dá este nome; os Negros adoptaram o nome e imprimiram-lhe mesmo a forma ambunda, chamando-lhe *ncedro*. Frequente nos areais de Moçâmedes, e daí para o sul, até ao Cunene, pois sem dúvida os cedros de que fala o sr. António de Almeida Lima são esta planta. (Cf. *Boletim da Sociedade de Geographia*, 2.^a série, I, p. 14).

XIII

HIPERICACEAS

CABUI ou MUTUNE. — *Psorospermum febrifugum* Spach in Ann. Sc. Nat. II s, vol. V, 163; Oliver l. c. 158.

Uma pequena árvore da qual existem na nossa África diversas

variedades bastante distintas. É frequente pela província de Angola: Golungo Alto, Pungo Andongo, Huíla, Caconda, e encontra-se também na Zambézia. O nome citado é usado no Golungo Alto; em Pungo Andongo chamam-lhe *ambulambia*.

A casca é considerada como um valioso febrífugo; é também aplicada em uso externo contra a sarna.

MUTUNE. — *Harungana madagascariensis* Lam. in Enc. Met. Bot., VI, 314. — *Haronga madagascariensis* Chois.; Oliver l. c. 160.

Este é o verdadeiro *pau mutune*, às vezes pronunciado *mutunje* ⁽¹⁾. É uma árvore mediana, das florestas do Golungo Alto; habita também na Zambézia, no Boror.

A sua madeira é de boa qualidade; e dos troncos, feridos, exsuda com abundância uma resina de cor vermelha intensa, semelhante ao *sangue de drago*. Parece que aplicam também a casca como febrífuga, sendo porém considerada menos eficaz que a do *Psorospermum*.

XIV

GUTIFERAS

MUNGUNDO. — *Symphonia gabonensis* (Vesque) Pierre in Bull. Soc. Lin., Par. II, 1228. — *S. globulifera* non L.; Oliver l. c. 163.

Na primeira edição havia eu, erradamente, escrito o nome vulgar *mussondo*, quando é *mungundo*, segundo claramente se vê em uma nota do herbário ⁽²⁾.

É uma árvore pequena, mas muito vistosa, tendo o porte de um loureiro, folhas coriáceas e luzidias e umbelas terminais de flores esplendidamente vermelhas. Encontra-se nas florestas do Golungo Alto, porém não é frequente.

⁽¹⁾ A esta e à precedente dão o nome de *mutune*, posto que, mais rigorosamente, se deva aplicar a esta. Ambas as árvores produzem resina vermelha, e as cascas de ambas são consideradas febrífugas; mas a resina é mais abundante na *Harungana*, e a acção febrífuga da casca mais pronunciada no *Psorospermum*. O *mutune* ou *mutunje* deve ser o *montonje* de que fala Lopes de Lima (*Ensaíos*, III, p. 16), attribuindo-lhe erradamente a produção da goma copal; e são sem dúvida «as arvorezinhas delgadas que feridas botam de si um óleo como sangue», das quais trata, em 1622, Banha Cardoso (*Produções*, etc., p. 16, nas *Memórias do Ultramar*). Existe nas regiões superiores de S. Tomé, onde é conhecida por *pau-sangue*.

⁽²⁾ Engler attribui-lhe o nome angolano de *mundela*. Existe também nas regiões superiores de S. Tomé, onde lhe chamam *Oleo-Barão*.

Do seu tronco exsuda uma goma amarela, semelhante à *goma-guta* e que poderia talvez ser aproveitada (1).

Foi esta espécie mencionada por Welwitsch sob o nome de *Actinostygmata speciosum* (Apont., 560).

OBÁ ou PAU OVÁ. — *Pentadesma butyraceum* Sabine in Trans. Hort. Soc. V, 457; Exell, l. c., 111.

Uma das maiores árvores das florestas de S. Tomé, a altitudes superiores a 800 metros, dá óptima madeira, que perdura muito tempo debaixo de água. O seu fruto é muito rico de substâncias gordas, butirosas, donde lhe vem o nome específico.

ABRICOT. — *Mammea americana* L.

Alguns pés desta árvore de fruto, introduzidos provavelmente do Brasil, se encontram nas ilhas de S. Tiago e Santo Antão. O nome vulgar *abricot* é usado no Brasil; não sei se o empregam em Cabo Verde.

XV

TEACEAS

CHÁ. — *Thea sinensis* L. Sp. Pl., I, 515 — *Camellia Thea* Link. — *C. sinensis* O. Ktze.

Das tentativas feitas na África Portuguesa para introduzir a cultura e indústria do chá apenas tiveram êxito as de Moçambique, iniciadas muito posteriormente à 1.ª ed. desta obra.

A *Thea sinensis*, originária do Assão superior e Burma superior, encontra-se ainda no estado selvagem no Iunão e na ilha do Hainão, atingindo grandeza considerável, 6 a 15 metros. Em cultura, porém, não se deixa crescer além de 1 metro. Parece ter sido cultivada desde o século IV na China, tornando-se de uso comum naquele país no século VI.

Daí a cultura irradiou para o Japão; actualmente a sua área de cultura é extensíssima. O chá foi conhecido na Europa em meados do século XVII.

Em Moçambique começou a cultivar-se em 1920 ou 1921 com plantas provenientes de sementes importadas e a primeira fábrica

(1) A verdadeira *goma-guta* ou *cambojia* do comércio procede de uma árvore de Sião e regiões vizinhas, que pertence a esta mesma família das Gutíferas — a *Garcinia Hanburyi* Hook. f.

foi instalada em Milange (distrito de Quelimane) em 1924, mais tarde cultivou-se também na Gurué.

Hoje é uma indústria próspera; as exportações, que em 1926 foram apenas de 27 toneladas, atingiram 873.745 Kg. em 1943, com valor superior a 11. 600 contos.

XVI

B O M B A C A C E A S

NBONDO. — *Adansonia digitata* L. Sp. Pl., 1190.; Mast. I. c. 212.

Esta árvore colossal e utilíssima é frequente nas Colónias portuguesas (1). Encontra-se na ilha de S. Tiago e na Guiné, onde lhe dão o nome de *cabaceira* ou *calabaceira*. É abundante em toda a zona litoral de Angola, onde forma uma das feições mais características da vegetação, resistindo viçosa a estiagens prolongadas, e onde os Negros, que atravessam regiões áridas, por exemplo as da Quiçama, aproveitam a água da chuva depositada em cavidades dos seus enormes troncos. Estende-se para as regiões elevadas e chega mesmo a Pungo Andongo, por 1.020 metros de altitude, mas torna-se aí pouco frequente, reaparecendo porém com abundância na planície de Cassange, por 1.012 metros. No sul da província não vai além de 900 metros, pròximamente, de altitude, como observam os srs. Capelo e Ivens, e falta pois completamente em toda a zona elevada de Caconda e Bié. Chamam-lhe os Negros

(1) A *Adansonia* foi naturalmente um dos primeiros vegetais que atraíram a atenção dos navegadores, e na mais antiga relação dos descobrimentos dos Portugueses encontramos uma descrição exactíssima desta notável árvore, assim como dos produtos que dela tiram os naturais.

Diz-nos Azurara: «E naquella ilha onde as armas do Iffante estavam entalhadas (é a ilha de Bisiguiche, veja-se Castilho *Roteiro*, I, 109) acharam arvores muyto grossas destranha guisa, antre as quaes avya hũa que era no pee darredor cviiij palmos. E esta arvor nom tem o pee muyto alto se nom como de nogueira; e da sua antrecasca fazem muy boõ fyado pera cordoalha, e arde esso meesmo como linho. O seu fruiito he como cabaças, cujas pevides são assy como avellaãs, o qual fruto comem em verde, e as pevides secamnas, de que teem grande multidom, creio que seja pera sua governança depois que o verde fallece». (Gomes Eannes de Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, p. 305).

Tal é a curiosa notícia que nos dão os nossos antigos pelo ano de 1447 ou 1448; isto é, mais de trezentos anos antes da descrição de Adanson.

de Angola *nbondo*, nome que os Portuguezes converteram em *imbondeiro*. É também abundante em todas as terras baixas da província de Moçambique, onde lhe dão o nome de *imputeiro*, no sul, e de *molambeira* mais ao norte. Os Franceses chamam-lhe *baobab*, e os Ingleses *monkey-bread tree*.

O seu produto mais importante consiste na entrecasca ou *liber*, a cujas fibras dão em Benguela o nome de *liconte*. Esta entrecasca é tirada da árvore em lâminas grandes, que, depois de uma maceiração breve, são expostas ao sol para enxugar, e sendo batidas e sacudidas ficam reduzidas à parte fibrosa e semelhantes a um tecido grosseiro. Desta espécie de falsos panos fazem sacas, que em Angola servem para enfiar carvão, algodão, café, genguba, etc. Dos mesmos panos de imputeiro usam nas feitorias da costa oriental para envolver os produtos exportados, e os Mendongues de Inhambane occupam-se muito no seu fabrico. As lâminas da entrecasca, rasgadas em tiras, servem para atilhos e sendo desfiadas fornecem material para cordéis, cordas, etc. Há alguns anos o sr. Monteiro fundou no Ambriz estabelecimentos destinados a extrair, preparar e comprimir as fibras da *Adansonia*, que exportava para a Europa como matéria prima da fabricação do papel. Ignoro qual seja hoje a situação desta indústria, que parecia prometer bons resultados.

A madeira desta árvore é extremamente leve e porosa, no entanto fabricam com ela gamelas, pilões e outros objectos de uso doméstico ⁽¹⁾.

Os frutos são grandes, alongados, e contêm dentro da casca, dura e resistente, uma polpa ácida em que estão embebidas as sementes. Esta polpa é refrigerante e agradável ao gosto, — em

⁽¹⁾ E também grandes barcos de um só tronco, como hoje se fazem no Senegal (Baillon, *Hist. des plantes*, IV, 119). Duarte Lopes fala destes barcos usados no Congo... *in certe loro legni cavati in uno tronco d'albero di sformata grandezza, chiamati da essi Lungo, & li maggiori legni tali sono cavati d'un albero detto Licondo, tanto grosso, che sei huomini non lo circondano con le braccia, & lungo a proportionone...* (Rel. del Reame di Congo, p. 12). O *licondo* é seguramente a *Adansonia digitata*, apesar de uma incorrecção na sua descripção, pois os troncos não têm altura que corresponda ao diâmetro. E assim deve ser porque, em 1622, Bento Banha Cardoso fala da *Adansonia* de modo que não pode haver dúbida na sua identificação, dando-lhe o nome de *liquongo* (*Produções*, etc., p. 18, nas *Memórias do Ultramar*). Enquanto ao *lungo*, é a *Ceiba pentandra*, da qual, e dos barcos que dela se fazem, adiante trato largamente.

tempos antigos era expedida para a Europa depois de sêca —, e conhecida com o nome de *terra de Lemnos*, sendo um remédio celebrado contra disenterias, hemoptises e febres pútridas. As sementes servem de alimento. As folhas novas, cozidas ou feitas de esparregado, são também uma comida agradável, e depois de secas constituem o *lalo*, preparação alimentar especial de que usam os Negros do Senegal.

Finalmente a casca dura dos frutos, — a que em Angola chamam *macua* e em Moçambique *molamba* —, é aproveitada para vasos destinados a conter água ou outros líquidos, e a diversos usos domésticos. Cortada obliquamente serve aos Negros da costa, — a modo de vertedor —, para lançar fora a água das canoas.

MUFUMA dos indígenas, MAFUMEIRA dos Portugueses. *Ceiba pentandra* (L.) Gärtn. Fruct. et Sem. Pl. II, 244. — *Eriodendron anfractuosum* DC.; Masters I. c. 214. — *Bombax pentandrum* L.

Esta espécie encontra-se na Guiné portuguesa, sendo quase com certeza a árvore designada pelo nome de *poilão* ⁽¹⁾; devo todavia dizer que não vi exemplares daquelas localidades, e unicamente me guio pelas descrições dos viajantes, o que é sempre um método falível.

É com segurança a árvore denominada em S. Tomé *ocá*, pois temos no herbário um exemplar de *Ceiba pentandra* (n.º 5.411) onde vem o nome vulgar *ocá* da letra de Welwitsch.

Em Angola é frequente em Icolo e Bengo, Golungo Alto, Cazengo e outros pontos. São as *mafumeiras* umas das mais altas, belas e vistosas árvores de Angola, com os seus enormes troncos rectos, a sua folhagem palmada abundante e os seus frutos meio abertos, mostrando os pêlos semelhantes a seda branca em que estão envolvidas as sementes. As *mafumeiras* de Cazengo são parti-

(1) A primeira notícia do *poilão* ou *polão* é dada por A. Álvares de Almada em 1594. Diz ele, falando do rio de Barbacim: «Há outras árvores muito grandes a que se chamam polões; não dão fructa nenhuma; dão umas cabaças pequenas compridas, cheias de algodão por dentro, o qual tem a cor de seda. He em si brando este algodão, e misturado com verdadeiro algodão, fiando-se, fazem uns panos como rajados que parecem de sêda. Estas arvores são molles. D'ellas fazem os negros suas embarcações, a que chamão almadias, em que se embarção mais de cem pessoas de guerra, e atravessão de um rio ao outro pela costa, levando velas mettidas». *Tratado breve dos rios de Guiné*, p. 25, ed. de 1841. Esta descrição é curiosa, exacta, e applica-se bem à *Ceiba pentandra*. Os filamentos contidos nos frutos fiam-se e tecem-se difficilmente; mas não é impossivel que algumas vezes fossem empregados, como diz Almada; quanto às *almadias* vejam-se as notas seguintes.

cularmente belas e colossais, tendo excitado a admiração dos viajantes.

A madeira de *Ceiba* é branca, leve e fácil de trabalhar, sendo especialmente empregada pelos Negros na construção dos barcos escavados em um só madeiro. O uso destes barcos é ou foi comum entre os povos selvagens da Europa, Ásia, África e América (1). Árvores mui diversas são empregadas nestas construções, geralmente feitas com instrumentos imperfeitos, sendo por isso preferidas as madeiras fáceis de trabalhar, e usadas com frequência as grandes Bombacáceas, como espécies de *Ceiba*, *Bombax* e *Pachira*.

Na África são estes barcos de uso geral nos lagos e grandes rios. Em Angola chamam-lhes *dongos*, e preferem para a sua construção a mafumeira, como na Guiné preferem o poilão. No Zambeze chamam-lhe *coches* e *almadias* (2), conforme têm ou não têm

(1) Numerosos barcos escavados em um só lenho têm sido encontrados na Escandinávia, na Suíça e na França, datando em parte da idade da pedra. Eram cortados ou afeiçoados com ajuda do fogo, e de instrumentos cortantes de pedra, e alguns troncos de carvalho, o que não devia ser fácil. Veja-se Gabriel de Mortillet, *Origine de la navigation* — Paris, 1867.

Quanto a testemunhos históricos temos alguns muito antigos. Plínio fala dos barcos de um só lenho, nos quais na Índia carregavam a pimenta... *ex qua piper monoxyllis lintribus Baracen convebunt* (*Hist. nat.*, I, p. 257, ed. Littré). No *Periplo do mar Erythreu* mencionam-se os barcos de Rapta (Zamzibar?), feitos de um só pau, em que iam pescar tartarugas.

Na América, à chegada de Cristóvão Colombo, as grandes *canoas* de um só pau eram comuns, e delas falam vários escritores espanhóis.

(2) A palavra *dongo* parece ser genuinamente africana; diz-se mesmo que o verdadeiro nome do antigo reino de Angola era Dongo, porque sendo muito comprido e estreito, se parecia com a figura destes barcos.

Almadia é palavra arábica, e derivada do modo por que tais barcos se cortavam e escavavam (*Vestigios da lingua arábica em Portugal*, por fr. João de Sousa). Foi muito usada pelos antigos escritores portugueses. Azurara diz «...viram partir XXV almaadyas de paa». Diogo Gomes escreve... *et venerunt Mauri de terra in suis almadiis*. Ca da Mosto explica bem como eram feitas: *tre almadie... che sono tutte d'un pezzo di arbori grandì cavati*. Parece pois que em rigor este nome só devia dar-se a barcos monóxilos mas nem sempre se applicava com tanta correcção. Pedro Vaz de Caminha, na sua célebre carta, chama almadias às jangadas dos índios de Porto Seguro três traves atadas juntas».

A palavra *coche* applica-se em Moçambique aos barcos monóxilos, e às vezes aos de tábuas cozidas, e parece derivar-se de um nome português. Diz Azurara «...e meterom-se em huí pequeno batel, feito de huí pao cavado, sem outra nhuña adycom. Parece-me que deve seer a maneira de coucho, semelhante a alguís que ha nos rijos de Mondego ou de Zezer...» Por esta passagem se vê que os pequenos barcos monóxilos se empregavam nos rios de Portugal, e que lhes chamavam couchos, e talvez almadias.

leme; e não consegui averiguar de que árvores são mais habitualmente feitos.

Alguns destes barcos africanos são de grandes dimensões. Duarte Lopes, tratando dos barcos de guerra do Zaire, diz que os maiores podiam conter talvez 200 tripulantes. Esta asserção não parece muito exagerada. O maior barco que o sr. Stanley encontrou no Zaire levava, segundo as suas contas, 108 pessoas (*Through the dark continent*, II, 271). Oviedo fala também de barcos americanos, que continham 130 Índios.

MAFUMEIRA ENCARNADA. — *Bombax Buonopozensis* P. Beauv. Fl. d'Owar. II, 42; Mast. I. c. 213.

Uma grande árvore muito semelhante no porte, folhas e frutos à precedente. Não parece ser comum, e temos unicamente exemplares do Golungo Alto. O nome que lhe é dado pelos Portuguezes deriva da sua semelhança com a anterior e das suas vistosas corolas escarlates.

É muito provável que esta espécie seja reunida à precedente, na Guiné portuguesa, sob a designação geral de poilão.

Diz-se existir em S. Tomé, e Príncipe uma árvore diferente da *ocá*, que chamam *upá*, *gamela*, *pau gamela* e *pau cadela*. Descrevem-na como sendo uma árvore grande, crescendo muito direita à altura de 100 pés ou mais, dando uma madeira corruptível, mas da qual se podem fazer tábuas applicadas a forros de casas, e tendo frutos cheios de algodão ou lã vegetal, com que às vezes enchem colchões. Estes caracteres tanto se applicariam à planta precedente como a esta; se porém é diversa da *ocá*, que seguramente se pode referir à *Ceiba pentandra*, seria esta *upá* ou *gamela* provavelmente o *Bombax Buonopozensis*. A identificação segura só poderia provir da inspecção de exemplares perfeitos ⁽¹⁾.

Os filamentos contidos nos frutos destas árvores são, de certo, aproveitáveis. A substância bem conhecida no comércio pelo nome de *sumaúma* procede em geral de espécies de *Bombax* e *Ceiba* da América e da Ásia.

⁽¹⁾ Exell., não cita nenhum dos nomes vernáculos acima indicados, nem qualquer espécie do género *Bombax*. J. Henriques também não os cita.

XVII

MALVACEAS

CAPIACANCA. — *Abutilon zansibaricum* Bojer in Oliver, l. c., 186 vel affine. — *Abutilon* sp. na 1.^a edição.

Tinha referido esta planta a uma espécie de *Sida*, mas parece-me antes pertencer ao género *Abutilon*. A distinção entre estes dois géneros assenta sobre caracteres pouco importantes e, — segundo creio —, pouco naturais. Esta espécie abunda na região do Bengo e do Golungo Alto. Empregam-na em cozimentos emolientes e os Portugueses dão-lhe, assim como a outras, o nome geral de *malvas*.

CABEMBIA-HEMBIA. — *Wissadula rostrata* Hook. f. et Benth. in Hook. Nig. Fl., 229. — *Sida* sp. na 1.^a edição.

É aparentemente uma espécie não descrita. Encontra-se com frequência no Golungo Alto. Tem os mesmos usos e o mesmo nome português da precedente.

CAQUIBOSA. — *Urena lobata* L. Sp. Pl., 692; Masters Fl. of Tr. Afr. I, p. 189.

Erva grande, quase arbusto, frequente no Golungo Alto e Pungo Andongo. Encontra-se também no Ambriz, onde lhe chamam *quibosa i ople*. Fornece fibras texteis de grande tenacidade.

Ca-quibosa significa *quibosa pequeno*, pois a partícula *ca* é diminutiva. O nome de *quibosa* aplica-se de modo geral a vegetais que fornecem entrecasas fibrosas. Algumas espécies de *Triumfetta* recebem mais especialmente este nome, que também se dá a esta *Urena*, a um *Hibiscus* e a várias espécies de *Cordia*. Os Negros distinguem-nas por alguma particularidade de porte ou de habitação, chamando-lhes *quibosa pequeno*, *quibosa macho*, *quibosa dos bosques*, como melhor veremos adiante (1).

QUINGOMBÓ. — *Hibiscus esculentus* L. Sp. Pl., 696; Mast. l. c. 207.

Welwitsch indica a existência frequente desta espécie em An-

(1) Em S. Tomé dão-lhe o nome de Ototo grande; à *Sida acuta* Burm. f. o de Ototo pequeno.

gola (*Apont.*, 558), e não tenho dúvida alguma que assim seja, pois é uma planta hoje vulgar em todas as regiões tropicais. Devo no entanto dizer que os exemplares do seu herbário, marcados com o nome vulgar de *quingombó*, pertencem a uma espécie diversa, o *H. Abelmoschus* L.

É provável que se cultivem as duas espécies e sejam abrangidas sob o mesmo nome. No Brasil sucede uma coisa semelhante, e distinguem a última chamando-lhe *quingombó de cheiro*.

O *H. esculentus* é sem dúvida indígena na África tropical, onde é cultivado desde remotas eras, e de onde foi levado para as outras regiões quentes do Globo; o nome africano, na íntegra ou reduzido à forma *gombo*, é também comum por toda a parte ⁽¹⁾. Quanto ao nome brasileiro de *quiabo*, deve ser puramente americano.

Os frutos do *H. esculentus*, colhidos verdes, são uma erva-gem fina e muito apreciada; do *H. Abelmoschus* são mais especialmente aproveitadas as sementes, que têm um forte cheiro a almíscar, — constituem a droga chamada pelos Franceses *ambrette* —, e são empregadas pelos Negros de Angola como perfume.

HUSA. — *Hibiscus acetosella* Welw. ex. Fic., *Bol. da Soc. de Geogr. de Lisboa*, 2.^a série, 208; Hiern, l. c., 73 — *H. Sabdariffa* Fic., (1.^a ed.) non L. ⁽²⁾.

Examinando de novo os exemplares do herbário, n.^{os} 5.270 e 5.271, convenci-me de que a planta de Angola, à qual Welwitsch havia dado o nome de *H. acetosella*, não difere especialmente da antiga espécie lineana, de resto muito variável. Encontra-se esta planta no Golungo Alto, próximo a Sange, nas orlas dos bosques húmidos, e é também cultivada pelos Negros. As folhas e caules novos são comestíveis, agradáveis, salubres e recomendadas por Welwitsch como excelente dieta na convalescença das febres do país. Os colonos portugueses dão-lhe o nome de *azedas*, e nas colónias francesas é também chamada *oseille de Guinée*.

⁽¹⁾ Segundo diz Marcgraf o verdadeiro nome africano seria *quilobo*, do qual os Portugueses, por corrupção, haviam feito *quingombó*. Perdê-nos o ilustre autor; mas foi ele quem estropiou o nome na forma *quiloba*, que não é conhecida na África. *Quingombó* é o verdadeiro nome e o único usado em Angola.

⁽²⁾ O mesmo nome vernáculo, *Husa*, é dado ao *H. cannabinus* L., Hiern, l. c., p. 72.

A mesma planta se encontra na Zambézia e vale inferior do Chire, onde os indígenas a empregam para dar gosto ao caldo, e consideram as sementes afrodisíacas (Kirk).

Temos no herbário outra planta de Pungo Andongo, também chamada *husa* pelos indígenas, e igualmente alimentar, que é uma bem distinta espécie do mesmo género.

QUIBOSA CA-IALA. — *Hibiscus calyphyllus* Cav. Diss., V, 283. — *Hibiscus sp.*, na 1.^a edição.

Esta planta de que temos péssimos exemplares, é próxima mas aparentemente distinta do *H. panduriformis* Burm. f. Fornece fibras texteis, extraídas e aproveitadas pelos indígenas do Golungo Alto. O nome *ca-iala* — incorrectamente escrito em Nomes vulgares etc. — significa homem pequeno ou rapaz e parece pois que chamam à planta *quibosa macho*.

MILOLA. — *Hibiscus tiliaceus* L. Sp. Pl., 694; Mast. l. c. 207.

É uma pequena árvore, abundante nas terras da Zambézia, ao longo das margens do Luabo, e que habita também Querimba. Os indígenas preparam as fibras da entrecasca, com que fabricam cordas muito resistentes, das quais especialmente se servem para prender os harpões com que matam os hipopótamos. Vejam-se os desenhos dos harpões e descrição desta caça ou pesca em Livingstone (*The Zambesi*, p. 38).

MUGINHA dos Negros, ALGODOEIRO dos Portugueses. — *Gossypium sps.*

O algodoeiro é geralmente cultivado em todas as Colónias portuguesas da África.

Existe uma tal confusão na distinção das diversas espécies de *Gossypium*, e tais divergências entre os botânicos que deste género se têm occupado, que não é fácil definir bem quantas espécies existem nas nossas colónias.

Segundo a classificação de Masters haveria na África unicamente três espécies importantes de *Gossypium* — o *G. arboreum* L., o *G. herbaceum* L. e o *G. barbadense* L., às quais se pode referir um número considerável de variedades.

O *G. arboreum* é considerado indígena da África e é singular que esta espécie seja hoje ali a mais rara, pelo menos ao sul do Equador; nem eu tenho notícia, digna de fé, da sua existência em alguma das colónias portuguesas, sendo no entanto provável que se encontre na Guiné e Cabo Verde. O *G. herbaceum* parece ser

oriundo da Asia, sendo ali cultivado desde tempos muito antigos. O *G. barbadense* é originário da América.

No arquipélago de Cabo Verde o algodoeiro é frequente e por tal modo naturalizado que cresce espontâneo pelos matos e vulgarmente se julga indígena. Encontra-se nas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Sal, Boa Vista, Maio, S. Tiago, e provavelmente em outras; mas destas tenho notícia segura. O dr. Schmidt refere tudo o que ali observou a uma só espécie — *G. punctatum* Schum. et Thonn., incluída por Masters no *G. barbadense*. Algumas publicações, estranhas à botânica, mencionam ali diversas espécies, umas que dão algodão branco, outras algodão cor de ganga; mas estas diferenças não constituem sempre caracteres específicos, e à falta de outras indicações admitamos a opinião do naturalista que estudou a questão *in situ*.

O algodoeiro de Angola pode referir-se a duas espécies: o *G. herbaceum*, que parece ser mais raro, e de que temos exemplares só de Moçâmedes, mas que, segundo Welwitsch, é também cultivado no norte: o *G. barbadense* de que temos exemplares de Luanda, Golungo Alto e Moçâmedes, e é representado por diversas variedades. Esta espécie está naturalizada em vários pontos e cresce livremente em volta das povoações (Welwitsch).

Na Zambézia encontra-se o *G. herbaceum* em cultura; e o *G. barbadense*, também em cultura, e tornado espontâneo «*in a wild state*» (Kirk). É sem dúvida a estas duas espécies que se refere Livingstone. Parece pois que o *G. barbadense*, não obstante ser de mais recente introdução, é o que por toda a parte se encontra mais completamente naturalizado.

Além destas três espécies importantes, podemos citar o *G. anomalum* Wawra et Peyritsch, (*Cienfuegosia anomala* Gürke), perfeitamente indígena na zona litoral de Luanda até Moçâmedes, mas que não é cultivado, nem tem qualidades que o recomendem; e o *G. puberulum* Klotzsch, das proximidades de Sena, — espécie mal conhecida e não descrita.

O algodoeiro tem penetrado em muitas partes na agricultura indígena. Os Negros ou o cultivam ou colhem as cápsulas do que cresce já espontâneo, preparando, fiando e tecendo o algodão mais ou menos grosseiramente. Pode ver-se entre outras obras, a descrição desta indústria, em Livingstone (*The Zambesi*), e nas exactas e curiosas notícias dos Maraves e outros povos que encontrou até à Luanda, dadas por Gamitto (*Muata Cazembe*). Às vezes os Negros, não sabendo tecer, só empregam os fios para enfiar as missangas e os búzios com que se ornam.

Esta cultura do algodoeiro na África é antiga, e antiga também entre os Negros a arte de preparar, fiar e tecer o algodão. Parece, porém, que essa arte lhes foi ensinada pelos povos estranhos e que em parte alguma souberam inventá-la. Quando os Portugueses chegaram à África encontraram esta indústria em diversas regiões. No meio do século XV, dizia Ca da Mosto, falando dos Negros do Senegal: «...naquelles payzes nascem algodoeiros, e as suas mulheres fião o algodão, e fazem pannos da largura de um palmo, e não sabem faze-los mais largos por não terem pentes para tecellos...». E mais adiante refere-se também à grande quantidade de algodão que tinham os povos do Geba. No ano de 1516 dizia Duarte Barbosa, tratando da costa oriental: «Na mesma Çofala fazem agora nouamente grande soma dalgodam, e tecemno, de qve se fazem mvytos panos branqvs». Mas tanto no Senegal e no Geba, como em Sofala, os Negros estavam em contacto com os Árabes, de quem tinham aprendido a arte de fiar. Pelo contrário, no Congo, onde nenhum povo estranho havia chegado, a indústria da fiação era absolutamente desconhecida. Duarte Lopes, — dando uma notícia minuciosa sobre o modo de trajar dos habitantes, antes da chegada dos Portugueses, falando dos panos feitos com a entrecasca de uma figueira, encarecendo e exagerando mesmo a beleza dos tecidos de filamentos de palmeira —, não diz uma palavra do algodão, por onde se vê que não era conhecido. Hoje, mesmo, alguns povos do centro, como os Mombutu, que permanecem segregados de todo o contacto com os maometanos ou os cristãos, ignoram completamente a arte de fiar e tecer (Schweinfurth). Parece, pois, que as raças africanas não só receberam de fora algumas das espécies de algodoeiros, — primeiro o *G. herbaceum*, e muito mais tarde o *G. barbadense* —, como também as noções sobre o modo de aproveitar o produto ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ O algodoeiro tornou-se importante cultura em Angola e em Moçambique, e trata-se actualmente com grande actividade do seu desenvolvimento e da sua defeza.

A média anual das exportações de algodão em rama de 1935 a 1943 excede 3.400 toneladas em Angola e 8.100 em Moçambique. Nas condições actuais os valores, que lhe são atribuídos, são muito elevados, tendo passado de 4.500 escudos por tonelada em 1935 a 8.600 escudos em 1943.

É ínfima a exportação de algodão em caroço e muito fraca a de desperdícios; destes tem Cabo Verde também exportado, mas consome todo o algodão que produz.

XVIII

ESTERCULIÁCEAS

QUIBONDO CA-MENHA. — *Sterculia Tragacantha* Lindl. Edw. Bot. Reg., XVI, t. 1353; Mast. l. c. 216.

É uma árvore que pode atingir grandes dimensões de 100 a 120 pés de altura, segundo Elwitsch, e habita as florestas do Golungo Alto. Do seu tronco exsuda uma goma semelhante à legítima *tragacantha*. Parece que entre as gomas do Senegal, provenientes em geral de espécies de *Acacia*, se encontra misturada alguma porção que procede desta espécie. Também se lhe atribui, posto que com certa dúvida, a produção da goma *kuteera* do comércio (*Guibourt*, Drogues simples, etc., III, 453, ed. de 1876). Em Angola não me consta que seja colhida ou tenha aplicação.

O nome vulgar significa *quibondo de água* (1).

QUIBONDO IA-MOLEMBO. — *Sterculia* sp.

Espécie talvez nova. Habita nas florestas do Golungo Alto, próximo ao rio Luinha. Hiern, cat., I, 82 diz que possivelmente pertence à espécie anterior.

CHICHE. — *Sterculia tomentosa* Guill. et Perr. Fl. Senegamb. Tent., 81; Mast. l. c. 217.

Examinando de novo os exemplares do herbário, não me resta dúvida de que seja a espécie citada. É uma árvore pequena, irregular, que se encontra em abundância na região baixa, território do Ambriz e de Luanda. Produz uma goma semelhante à da primeira espécie, que os indígenas chamam *ica ia chiche*, á qual não dão habitualmente emprego, mas que comem nas ocasiões de grande escassez e fome. Desta árvore fala Monteiro dando-lhe o nome de

(1) Na 1.ª edição escreveu Ficalho: «NESPERSA» — *Sterculia* sp.. Há no herbário da Fac. de Ciências de Lisboa algumas folhas da árvore chamada *nêspersa* em S. Tomé; provenientes da fazenda de Monte Café. São estas folhas muito parecidas com as da *S. Tragacantha*, e talvez pertençam àquela espécie.

A madeira de *nêspersa* diz-se ser boa, rija e duradoura, e afirma-se ser a mesma a que no Príncipe dão o nome de *popó*.

Exell, l. c., diz que a *Sterculia Tragacantha* Lindl. existe em S. Tomé e no Príncipe; confirma aqueles nomes vernáculos e acrescenta o de *nêspersa de obó* para S. Tomé.



muxixe; o prefixo *mu*, *m* ou *n* precede muitas vezes as palavras na língua bunda, mesmo quando estas são adoptadas de outras línguas. Ora este nome *chiche* deve ser americano. É dado no Brasil na forma *chichá* a várias espécies de *Sterculia* — tendo sido mesmo cientificamente adoptado para uma, a *S. Chicha*, S.^t Hil. — e parece-me mais natural a introdução na África, do que a inversa.

Esta árvore é conhecida em alguns pontos de África pelo nome de *cola*, e as suas sementes são mastigadas pelos indígenas; mas não é a celebrada *cola* de que adiante falarei.

COLEIRA, e também RICHESÚ, plural MUQUESÚ dos Negros. — *Cola acuminata* (Beauv.) Schott et Endl. Melet. Bot. 33.; Mast. l. c. 220 — *Sterculia acuminata* Beauv.

A coleira é uma árvore vistosa, que se encontra espontânea pelas regiões montanhosas de Angola, sendo também plantada e cultivada pelos Negros. Habita igualmente nas ilhas de S. Tomé e Príncipe.

As suas sementes — chamadas *colas* ou nozes e castanhas de *cola* ⁽¹⁾ — são um pouco parecidas com as castanhas, e têm um sabor amargo, que não é desagradável, possuindo a propriedade de tornar doce e saborosa a água que sobre elas se bebe. São excitantes e contêm — segundo Liebig — uma grande quantidade de *caféina*. Diz-se que sob a sua influência se pode resistir durante um período considerável ao cansaço e à privação de alimento. É um efeito análogo ao que tem o chá, o café, o *mate* da América, e, de um modo mais pronunciado e enérgico, a *coca* do Perú.

Os Negros de Angola usam logo de manhã mastigar uma ou duas destas sementes para *dar força ao estômago*, e os Haussaua do Sudão têm o mesmo costume para, como eles dizem, *quebrar o amargo do jejum*. O apreço em que são tidas manifesta-se em diversos hábitos; assim no Sudão é a *cola* uma das primeiras cousas que se oferece a um estrangeiro como sinal de boa vinda e cordial recepção; em Angola é um presente significativo que trocam entre si os namorados e os noivos, donde vem o ditado:

Quem come cola
Fica em Angola.

O uso da cola é antigo na África, e dele fazem menção os nos-

(¹) Em S. Tomé dá-se o nome de *cola congo*, às sementes de outra espécie: *Cola digitata* Mast. in Oliv. Fl. of Trop. Africa I, 224 Exell, l. c., 120.

sos escritores (1). No século XVI e princípios do seguinte faziam os Portugueses um comércio importante de *cola* entre a Serra Leoa, onde se cria em abundância, e os rios do Norte da Senegâmbia, onde era avidamente procurada, e onde os Mandingas a levavam para o interior (2). Continua a ser um artigo de valioso e activo comércio no Sudão. Concorre em grande quantidade ao mercado

(1) Falando das proximidades da Serra Leoa, diz Almada... «colas que he o principal resgate para o rio de Gambia e mais rios de Guiné, a qual se dá em arvores como castanhas, em eiriços sem espinhos». *Tratado breve*, etc., p. 78.

Do uso da cola no Congo diz Duarte Lopes: *Vi sono altri arbori che producono fruttà nominati Cola: i quali sono grandi, come una pigna, & hanno dentro altri fruttà à guisa di castagne, in cui sono quattro polpe separate di rosso colore, & incarnato: li tengono in bocca, & masticano & mangiono per ispignere la sete e far saporita l'acqua...* (*Rel. del reame di Congo*, p. 41). Esta passagem foi citada — mas incorrectamente — na interessante relação que dá Palisot de Beauvais desta planta. (*Flore de Oware et de Benin*, I, p. 41 e 42).

Do apreço em que era tida na Guiné portuguesa trata largamente o mesmo Almada, dizendo: «Uzão estes negros d'ella como na nossa Índia do Betele; porque com a cola, que he como huma castanha, caminha um negro todo o dia. comendo n'ella e bebendo agoa, e tem-a por medicinal para o figado e ourinar. Uzamos d'elle para o mesmo effeito, mas os negros fazem muito mais conta d'ella do que nós fazemos, e tendo dor de cabeça a mastigão e untão as fontes com o seu bagaço» (*Tratado*, etc., 35).

Também é interessante a seguinte notícia que dá F. de Azevedo Coelho: «Tem os negros Mandingas tanta fé com esta fruta amarga, que tem para si que não pode haver cousa bem feita, nem casamento, nem juizo, em que a cola não vá adiante, nem as suas doenças podem sarar sem ela, e sobretudo dizem, os preserva do peccado, dizendo que assim como hũa fructa trouxe a nossos Pais a culpa, assim hũa fructa nos livra de culpa.» (Citado por Lopes de Lima. *Ensaíos*, I, 2.^a parte, 96).

Por aqui se vê, que a feição da planta, assim como o uso e effeito da semente foram bem conhecidos dos nossos viajantes no século XVI e seguintes.

(2) Pelo ano de 1604 iam habitualmente sete e mais navios carregar este produto à Serra Leoa (*Relação annual* dos jesuitas, annos de 1604 e 1605, p. 158, v.). Era principalmente destinada ao rio Gâmbia e penetrava por aí para o interior, até ao *reino do Granfulo*, como diz Almada «e entre todas (as mercadorias) a mais estimada he a *cola*, fructo que se dá na Serra Leoa e seus limites, e vale tanto n'este rio que dão tudo a troco dela, assim mantimentos, como roupa, escravos e ouro; e he tão estimada que a levam até o reino do Gran-fulo, onde vale muito...» (*Tratado breve*, etc., p. 30). Este comércio entre a Serra Leoa e o Gâmbia continua ainda hoje com actividade, segundo se vê de informações do sr. Berkeley (*Report on the R. Gará. at Kew*, 1880, p. 14).

de Timboctu, onde vai das terras dos Mandingas no alto Niger, principalmente a variedade dos frutos maiores — *Sterculia macrocarpa* Don. —, e também ao mercado de Cano, procedente da região dos Achantis. De Cano passa uma parte para o Bornu e mais estados do Sudão oriental (Barth, *Reisen*). Como, porém, é aí rara e sobrecarregada com grandes despesas de transporte, é um objecto de grande luxo, e só é consumida pelas pessoas ricas, pois vale o seu peso de prata. Chamam-lhe no Sudão *cola* e também *guro*.

O dr. Schweinfurth viu com surprêsa que o uso deste mastigatório havia penetrado na remota região dos Mombutu, e que o rei Munsu mascava talhadas de cola durante a primeira audiência que lhe concedeu. Chamam-lhe ali *nangué*.

De Angola exportava-se cola para o Brasil, enquanto ali existiram escravos procedentes da costa africana e habituados e este excitante, mas creio que esse comércio cessou.

MABUINGUIRI. — *Cola heterophylla* Schott et Endl., Melet. Bot., 33. — *Cola* sp. na 1.^a edição.

Uma árvore vistosa das florestas de Cazengo e Golungo Alto, cujo fruto é comestível.

MUTUTU ou CATUTU. — *Dombeya (Xeropetalum) cuanzensis* Welw.; *Assonia cuanzensis* Hiern, cat. I, 86.

Árvore pequena das regiões de Pungo Andongo, próximo ao Cuanza.

CACAUEIRO. — *Theobroma Cacao* L. Sp. Pl. II, 782.

Esta espécie é originária da parte norte da América do Sul e da América Central, região onde se encontra espontânea e também cultivada e donde foi transportada para diversas partes do Globo, sendo, porém uma planta muito exigente nas condições de clima e temperatura e ficando limitada às proximidades do Equador.

Foi introduzida nas ilhas de S. Tomé e Príncipe no ano de 1822, e prosperou ali pelo que diz respeito à vegetação, pois no que se refere à extensão da cultura e aproveitamento comercial do produto, o desenvolvimento foi muito moroso. Vinte anos depois, em 1842, a ilha do Príncipe exportou a insignificante quantia de 95 arrobas de cacau; e a ilha de S. Tomé — cuja exportação exacta neste ano não é conhecida — quantia de certo pouco superior (Lopes de Lima, *Ensaíos*, II, 30). Diversas causas económicas que então, e ainda depois, contribuíram para o estado de abatimento em

que permaneceram aquelas ilhas, tolhiam o desenvolvimento desta como de outras culturas (¹).

Foi só muito recentemente que o aproveitamento do cacau começou a merecer a atenção dos agricultores, tomando nos últimos anos um desenvolvimento considerável. Em S. Tomé a cultura do café é a mais importante, e ao lado dela o *cacaueiro* tem um lugar secundário; mas no Príncipe é esta última planta que dá o produto principal, e constitui por si só o elemento que começa a levantar da miséria aquela formosíssima possessão portuguesa (²).

EXPORTAÇÃO DE CACAU EM QUILOGRAMAS E SEU VALOR EM ESCUDOS (³)

Colónias	1936	1937	1938	1939
S. Tomé e Príncipe	9.491.081kg 22.909.561\$	8.809.331kg 31.452.859\$	11.151.787kg 24.802.042\$	10.691.832kg 26.763.378\$
Angola	428.787kg 861.631\$	193.541kg 413.336\$	355.606kg 812.420\$	323.850kg 698.155\$

Colónias	1940	1941	1942	1943	1944
S. Tomé e Príncipe	6.972.043kg 32.769.267\$	5.135.798kg 40.413.644\$	4.280.252kg 38.845.365\$	5.009.335kg 23.251.631\$	12.254.194kg 62.137.430\$
Angola	269.600kg 871.915\$	151.080kg 504.072\$	194.980kg 617.360\$	189.100kg 851.743\$	100.010kg 447.745\$

(¹) Sobre a história económica de S. Tomé e do Príncipe veja-se *Estudos sobre as pr. ultramarinas*, I, p. 99 e seguintes, do sr. João de Andrade Corvo.

(²) Sobre o rápido e curioso incremento tomado no Príncipe por esta cultura, veja-se o relatório interessante do sr. Vicente Pinheiro a p. 46 nos *Rel. dos gov. de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe*, etc., Lisboa — 1881.

(³) Estes números são bem significativos do incremento e importância desta cultura; embora a guerra tenha trazido uma grande redução das

TILIACEAS

MUTAMBA. — *Grewia cafra* Meisner in Hook. Lond. Journ. Bot., II, 53; Mast. I. c. 244.

Um arbusto frequente no litoral, especialmente no território de Luanda. A *mutamba*, também chamada *itamba*, fornece fibras, empregadas no fabrico de cordas.

QUIBOSA. — *Triumfetta* sps.

Dão mais particularmente o nome de *quibosa* a diversas espécies deste género, sendo as principais:

— *T. semitriloba* L. arbusto largamente espalhado pelos trópicos; encontra-se no Golungo Alto, margens do Cuango a Camilungo;

— *T. rhomboidea*, Jacq., arbusto frequentíssimo em Angola e S. Tomé;

— *T. orthacantha* Welw., que habita os matos do Golungo Alto.

Todas estas plantas fornecem entrecascas fibrosas, resistentes, de que os Negros fabricam cordas; daí lhes vem o nome de *quibosa*, que, como vimos, levemente modificado se dá também à *Urena lobata* e a uma espécie de *Hibiscus*.

QUISANANA. — *Corchorus tridens* L. Mant., 566; Mast. I. c. 264.

É uma erva anual, muito espalhada pelas regiões quentes do Globo, e muito frequente em Angola, de Luanda até Pungo Andongo. Os Negros comem os caules e as folhas numa espécie de esparregado, temperado com óleo de palma. Encontra-se também na Zambézia.

A fibra, valiosa, bem conhecida no comércio pelo nome de *juta*, é extraída de diversas espécies deste género *Corchorus*, sendo exportada em largas quantidades da Índia, e começando a merecer toda a atenção e cuidados dos Americanos. A cultura destas espé-

quantidades exportadas, redução esta compensada pela grande valorização do produto; aos valores médios de 2.638 escudos por tonelada para o cacau de S. Tomé e do Príncipe e de 2.139 escudos para o de Angola dos anos de 1936 e 1939 contrapõem-se o valor médio excepcional de 5.866 escudos por tonelada para o cacau daquela colónia e o valor, ainda assim elevado, embora muito menos, de 3.638 escudos para os da última.

cies, em várias localidades da nossa África ocidental ou oriental, seria de certo fácil e rendosa (1).

XX

LINÁCEAS

LINHO. — *Linum usitatissimum* L. Sp. Pl., 277.; Oliver *Fl. of Tr. Afr.* I, 269.

Cultivado, porém raras vezes, nas regiões elevadas, como Pungo Andongo e Huíla (2).

XXI

RUTÁCEAS

PACO-BALA. — *Fagara* sps. — *Zanthoxylum* sps., na 1.ª edição.

O nome de *paco-bala*, também pronunciado *paco-balo*, é, como muitos outros, colectivo, e abrange variadas espécies deste género. São em geral árvores elevadas, mais ou menos espinhosas, sobretudo frequentes na 2.ª região de Welwitsch, isto é, nos terrenos montanhosos do Golungo Alto, Dembos, etc.

Entre elas há algumas espécies inéditas, como me parece ser o *Z. horridum* Welw. mss. (3); uma das árvores abrangidas por este nome vulgar é provavelmente idêntica à *Fagara Welwitschii* Engl.

A madeira do *paco-bala* passa por ser excelente, e é mesmo muito bonita, tendo uma cor amarela brilhante com reflexos acetinados. Parece ser semelhante a uma madeira valiosa, conhecida no comércio francês pelo nome de *bois de citron*, que vem das Antilhas e procede em parte de uma espécie do mesmo género (Guibourt *Drogues simples*, III, 536).

MARAPIÃO. — *Fagara macrophylla* (Oliver) Engl.; Nat. Pflanzenf. III 4, 118. — *Zanthoxylum macrophyllum* Oliver; *Fl. of Tr. Africa*, I, 304.

(1) Não tem importância económica a exportação da juta; Angola exportou, em 1941, 26 Kg. e Moçambique, em 1942, 36 Kg.

(2) Em 1938 a exportação de linho, incluindo estôpa, foi em Angola de 12.505 Kg. com o valor de 6.253 escudos, que baixou em 1942 a 10 Kg. com o valor de 350 escudos; mas em 1943 subiu, bruscamente a 13.400 Kg. avaliados em 23.985 escudos. Só os factos que se derem no período posterior à guerra poderão determinar o futuro desta cultura.

(3) *Fagara angolensis* Engl. in Nat. Pflanzenf., III. 4, p. 118.

Temos no herbário unicamente algumas folhas, e portanto a determinação está longe de ser segura; no entanto, o exame detido dessas folhas levam-me a crer que serão da espécie citada. Isto é tanto mais provável quanto o *marapião* habita S. Tomé e a *F. macrophylla* é uma espécie da ilha do Príncipe.

O *marapião* atinge dimensões consideráveis, e a sua madeira pode ser aplicada a diversos usos, e mesmo a construções navais.

LARANJEIRAS e LIMOEIROS. — *Citrus* *sps.*

Todos sabem que nas colónias portuguesas da África, nomeadamente nas ilhas de Cabo Verde, em Angola e em Moçambique, se cultivam laranjeiras e limoeiros, e também cidreiras e outras citrinas, ainda que com menos frequência; no entanto, estas árvores não entram no domínio da cultura dos Negros, pelos motivos já expostos, que os tornam bastante rebeldes à adopção de espécies arbóreas.

A introdução na África destas plantas, — originárias da Ásia —, é devida em parte aos Árabes, e em parte aos Portugueses. José Tavares de Macedo no seu excelente trabalho (*Estudo historico sobre a cultura da laranjeira em Portugal*, p. 18) mostra-se duvidoso sobre o facto da laranjeira, — pelo menos a laranjeira azêda —, ser ou não ser indígena da costa da África occidental. O motivo da sua dúvida é o terem falado antigos autores, como Almada, o padre Guerreiro e o padre B. Teles, da abundância de laranjeiras em sítios onde ele (Macedo) não julga a sua introdução provável. Não há razão para esta dúvida. As passagens que cita referem-se principalmente aos rios da Guiné, de Cabo Verde, à Serra Leoa, e às pequenas ilhas Bravas, junto da mesma Serra Leoa. Em primeiro lugar, se se provasse que a laranjeira existia ali antes da chegada dos Portugueses, não poderíamos concluir deste facto que fosse indígena. É bem sabido que os Árabes haviam anteriormente penetrado no Sudão occidental, e introduzido aí a laranjeira; e sabido é, também, que os régulos e povos da Guiné ou Senegâmbia estavam em contacto com o Sudão, se achavam em grande parte convertidos à religião maometana e tinham Árabes junto de si; os Mandingas, particularmente, zelosos maometanos, negociavam com o interior dos reinos de Meli e Sonrai, e por outro lado com a Serra Leoa. Daqui resulta a possibilidade de uma introdução vinda pelo centro do Continente. Mas não temos necessidade de admitir introdução tão antiga. Os autores citados escreviam pelos fins do século XVI, ou princí-

pios do seguinte, isto é, mais de cem anos depois do descobrimento marítimo daquela parte da costa. É pois perfeitamente admissível que os Portugueses cultivassem os primeiros pés, e, dada a facilidade com que as *Citri* se propagam nas regiões intertropicais, explica-se a grande quantidade que havia cem anos depois. Devemos também ter em conta a tendência dos nossos escritores para encarecerem a fertilidade das terras de que falam e notarem, ou mesmo exagerarem, a abundância das plantas que conheciam, mórmente sendo tão importantes e aparentes como as laranjeiras. Podemos portanto duvidar se foram os Árabes ou os Portugueses que ali introduziram as *Citri*; mas não há razão para supor que estas fossem indígenas.

Quanto às laranjeiras do Luango, de que fala o padre B. Teles, essas foram sem dúvida introduzidas pelos Portugueses, pois o Luango estava afastado de toda a influência estranha anterior. Que os antigos julgassem indígenas estas e outras espécies, explica-se facilmente pela dificuldade que há de distinguir se uma planta é fugida das culturas ou realmente espontânea. Pelo que diz respeito à África ocidental, podemos sobre este ponto citar a opinião do dr. Welwitsch, peritíssimo observador. Diz ele, falando do *limoeiro* em Angola, «encontra-se às vezes espontâneo no meio de matos, mas isso só em sítios onde havia antigamente povoações».

Na costa oriental a cultura das *Citris*, feita pelos Árabes, era extensa quando ali chegou Vasco da Gama. Havia — segundo dizem os escritores contemporâneos — diversas variedades «agras e doces», e algumas excelentes, «melhores que as de Portugal». Também ali as *Citri* se naturalizaram e foram consideradas indígenas. Fr. João dos Santos, por exemplo, fala dos matos de laranjeiras e limoeiros que se estendiam ao longo do rio de Sofala. Uma observação mais detida mostra, porém, que estas plantas só se encontravam nas proximidades das antigas estações árabes ou portuguesas ⁽¹⁾.

(¹) A exportação de frutos de citrinas era importante anteriormente à actual guerra, principalmente em Moçambique; nos anos que se seguiram a 1939 decaiu enormemente, como era de esperar. Angola tem exportado laranjas, tangerinas e alguns limões depois de 1940. Por Cabo Verde e Guiné pouco tem sido exportado.

O valor das exportações saídas de Moçambique em 1939 atingiu 1.651.500 escudos: 64% desta importância foram de laranjas; 35% de toranjas. Em 1940 baixou a 62.000 escudos, no qual as toranjas ocupam mais de 52%.

BURSERACEAS

CALUSANGÉ. — *Commiphora longibracteata* Engl. *Mon. Phaner.* IV, 19.

Sob o nome de *calusangé* abrangem em Angola duas plantas distintas: uma da Barra do Bengo e Icolo e Bengo é a espécie acima citada; a outra das proximidades de Luanda, por exemplo do Alto das Cruzes, é a *C. angolensis* Engler l. c. 24.

Os curandeiros negros applicam cozimentos da casca destes arbustos nos casos de cólicas.

É necessário advertir que dão o mesmo nome vulgar a outra planta absolutamente diversa — uma Umbelífera — de que adiante falarei.

MUDSCHORORO. — *Commiphora edulis* Engl. l. c. 22. — *Hitzeria edulis* Klotzsch in Peters, *Reise Moss. Bot.*, 89.

É uma árvore de mediana altura, observada por Peters nas proximidades de Sena e por Kirk na região de Tete. Os seus frutos são comestíveis, e dão-lhes o nome vulgar citado, o qual transcrevi sem alterar a ortografia, apesar de a julgar pouco correcta.

MULELAME. — *Commiphora Mulelame*. K. Schum. in *Just Jahrb.* XXVII, 479 C. sp. na 1.^a edição.

O *mulelame* do Golungo Alto, e *mungolo* do Libongo, é uma árvore pequena, tendo a casca branca, lisa, destacando-se em lâminas finas. Os nossos exemplares são maus, mas suficientes para mostrar que devem pertencer ao género *Commiphora*, na acepção que lhe dá o sr. Engler, na sua recente monografia das Burseráceas.

MUBAFO ou NBAFO em Angola, SAFÚ, em S. Tomé. *Pachylobus edulis* Don. var. *mubafo* (Fic.) Engler *Bot. Jahrb.* XXVI, 365. — *Canarium edule* Hook. fil.; Engl. *Mon. Phaner.* IV 144 — *Canarium edule* et *Canarium Mubafo* Ficalho *Bol. da Soc. de Geographia de Lisboa*, 2.^o série 611.

Tinha julgado a planta de Angola uma nova espécie, como também julgou o dr. Welwitsch; mas, examinando-a melhor, concordo inteiramente com a opinião do dr. Engler, que a reúne à antiga espécie de Hooker e Don. O *safú* de S. Tomé é pois a mesma árvore que o *mubafo* de Angola.

Em S. Tomé comem o fruto, e extraem dele um óleo que empregam em diversos usos domésticos. Em Angola o fruto oleoso é do

mesmo modo empregado pelos Negros no tempêro das comidas (Welw. *Synopse*, 35).

Do tronco destas árvores exuda uma resina que é tida por um dos mais eficazes e celebrados medicamentos da *farmacopeia* africana. A resina de *mubafo* applica-se ao tratamento das feridas de qualquer natureza e particularmente das úlceras que — sobretudo nas pernas — são frequentes e difíceis de curar naqueles climas. Emprega-se, depois de embrandecida no óleo de palma, em forma de emplastro ou de loção, ou então reduzida a pó fino e misturado com sumo de limão, contando-se maravilhas da sua eficácia. A resina é também queimada como perfume, e afirma-se que as suas fumações facilitam os partos.

Os Portuguezes da África dão-lhe o nome de *mubafo*, e igualmente o de *elemi* ⁽¹⁾.

O dr. Welwitsch observou o *Pachylobus edulis* nas florestas de Cazengo e do Golungo Alto, e foi informado de que era mais frequente nos sertões interiores para os lados de Tala Mugongo (*Synopse*, 35). Efectivamente os srs. Capelo e Ivens encontraram no caminho do Quioco para Cassange, no vale que corre a leste de Tala Mugongo até às vertentes da serra Moenga, bastantes árvores a que davam o nome de *mpafu* (*De Benguela* etc. I, 207) e sem dúvida são a mesma espécie. Da mesma espécie deve também ser o *mpafu*, que Cameron observou desde a margem ocidental do Tanganica até Lovalé, de cujo fruto os indígenas extraem um óleo (*Report on the R. Gard. at Kew*, 1881, p. 50).

Assim o *Pachylobus edulis* parece ter uma larga habitação desde as ilhas do gôlfo de Guiné até ao Tanganica, faltando todavia para oriente da região dos lagos.

BÁLSAMO DE S. TOMÉ, BELAMBO, GOQUI OU PAU ÓLEO. — *Santiriopsis trimera* (Oliv.) Guillaum. ex. Engl. Bot. Jahrb. XLVIII pág. 446. — *Bálsamo de S. Tomé* Pl. úteis, 1.^a ed., pág. 116 e

(¹) E não muito impròpriamente, pois o *elemi* do comércio e das farmacopeias procede, pela maior parte, de espécies de *Icica*, género que pertence à mesma família.

Na relação de drogas de Angola, redigida em 1622 por Banha Cardoso, e recentemente publicada (*Produções* etc. nas *Mem. do ultr.*) fala-se de *anime* de duas castas; o de pedra, que é evidentemente a *goma copal*, e o das árvores. Este pode ser o *mubafo*, mas a indicação é muito curta, e há tantas e variadas gomas e gomas-resinas em Angola, que bem pode ser qualquer outra. Em publicações mais modernas vem muitas vezes mencionado o *mubafo* como um medicamento conhecido.

pág. 277. — *Sorindeia? trimera* Oliver. — *Santiriopsis balsamifera* (Oliv.) Engl.; J. Henriques, Bol. Soc. Brot. X, pág. 106 e XXVII pág. 188.

Na 1.^a edição desta obra escrevia o autor a pág. 116: «Não pude bem averiguar o que seja a célebre árvore do *Bálsamo de S. Tomé*. Não deve ser esta espécie, (*Mubafo* em Angola, *Safú* em S. Tomé), pois falam dela como de coisa diversa do *safú*, mas sem dúvida pertencerá à mesma família das Burseráceas». E a pág. 277, em aditamento, dizia:

Quando escrevi as páginas precedentes, não tinha reparado em uma indicação dada pelo professor Oliver no lugar citado, e disse a pág. 116 que não pudera averiguar o que fosse a *árvore do bálsamo de S. Tomé*, mas supunha pertenceria à família das Burseráceas, conformando-me neste ponto com a opinião do dr. Welwitsch, expressa na *Synopse* a pág. 48.

O professor Oliver diz, porém, que um exemplar, tendo unicamente frutos imperfeitos, colhido por G. Mann nas montanhas da ilha de S. Tomé, e etiquetado «*Balsam of S. Thomas*», lhe parece pertencer à espécie *Sorindeia trimera*. Depois de ler esta valiosa indicação, encontrei em um fascículo de miscelâneas do herbário de Welwitsch uns exemplares da árvore do bálsamo, que foram mandados àquele botânico, por um sr. Veloso, e procedem da roça de Monte Café. Infelizmente são imperfeitíssimos e constam apenas de algumas folhas e fragmentos de folhas; mas estes órgãos correspondem de modo bastante exacto às descrições da *Sorindeia trimera*, dadas pelos srs. Oliver e Engler. Podemos, pois, assentar, com certa probabilidade, em que a árvore do bálsamo pertence àquela espécie. Será no entanto muito interessante obter exemplares com flores masculinas e femininas perfeitas, não só para estabelecer com segurança a identidade da nossa planta e da *Sorindeia trimera*, como também para definir rigorosamente a posição genérica desta espécie, por enquanto um pouco duvidosa.

Em relação ao uso do *bálsamo*, encontrei também algumas informações interessantes, em um artigo do sr. A. Sisenando Marques publicado no jornal as *Colónias portuguesas*, n.º 1, do 2.º ano.

A *árvore do bálsamo* é de mediano ou de elevado porte (60 a 80 pés de altura, segundo Mann, *fidé* Oliver) e tem folhas compostas, pinadas de 5 a 7 folíolos de dimensões consideráveis. Encontra-se mais especialmente nas partes internas e altas da ilha. O bálsamo exsuda naturalmente das fendas da casca, e algumas vezes em tão grande quantidade que se derrama no chão; porém certos agricultores mais cuidadosos e que têm poucado estas árvores

nas derrubadas dos *obós*, nome que dão às florestas da ilha, obtêm o *bálsamo* fazendo incisões nos troncos e adaptando-lhes um vaso em que se recebe o que vai escorrendo da ferida.

Nos tempos antigos eram principalmente os escravos que, nos seus dias de folga, se empregavam na colheita do *bálsamo*, buscando-o pelas florestas virgens da ilha, recolhendo-o nas cascas de côco, e vindo às povoações vendê-lo por um preço módico — de 70 a 100 réis cada um destes coquilhos. Hoje, que a escravatura terminou, os serviçais empregam-se menos neste mister, donde resulta que o *bálsamo* é mais raro e mais caro, regulando por 400 a 500 réis cada côco cheio.

Os naturais da ilha têm o *bálsamo* na conta de um remédio soberano, especialmente no tratamento de feridas e ulcerações. É possível, e é mesmo provável, que haja bastante exageração nas maravilhas que se contam da sua acção; mas é certo que algumas experiências se têm feito, tanto em relação às aplicações internas de preparados do *bálsamo*, como às suas aplicações externas, e, em ambos os casos, com resultado satisfatório.

Generalizando-se o seu uso nas farmácias, não seria difícil obter que em S. Tomé se procedesse a uma exploração metódica, que fornecesse regularmente o comércio; assim se estabeleceria uma nova indústria extractiva que, embora não pudesse ser de grande importância, seria interessante.

Podem ver-se mais informações no citado artigo *O bálsamo e a árvore do bálsamo* do sr. Marques (1).

XXIII

MELIACEAS

BOMBOLO. — *Melia Bombolo* Welw. *Apont.*, 561; C. DC. *Mon. Phaner.* I, 458 — *M. ethiopica* Welw. l. c. 584.

Uma árvore elevada, bonita, de copa dilatada que se encontra com bastante frequência pelas florestas do Golungo Alto, Cazengo,

(1) Exell. l. c., pág. 135 dá a sinonimia da planta que tem aqueles nomes vulgares, e diz que não pode satisfatoriamente separar *Santiriopsis trimera* de *S. balsamifera*. A *S. trimera* encontrou-se na Nigéria, Camarões, Gabão, Congo-português.

Pungo Andongo e Malange. A madeira é leve, muito fácil de trabalhar e, no entanto, bastante resistente, sendo empregada no fabrico de variados objectos de uso doméstico e mobília. Há uma indústria especial e interessante, localizada particularmente no lugar de Cambondo, não longe de Sange, sede do distrito de Gulongo Alto — é a fabricação de pequenas caixas desta madeira de *bombolo*. Livingstone fala de Cambondo e destas caixas, feitas pelos processos mais primitivos, e vendidas não obstante por um preço muito diminuto.

Alguns Portugueses de Angola cultivam a *Melia Azedarach* L.; e os Negros, que reconhecem a sua semelhança com a *Melia Bombolo*, chamam-lhe *bombolo ia nputo*; isto é, bombolo de Portugal.

NGILICA IA MUCHITO. — *Ekebergia senegalensis* A. Juss. Mém. Méliacées, 82.; Oliver, l. c., I, 333.

Árvore elevada, fornecendo madeira de regular qualidade, que habita no sobado de Quilombo. O nome vulgar significa *ngilica* do bosque ou dos bosques.

PAU CAXIQUE. — *Trichilia Welwitschii* C. DC. l. c. 659.

Árvore alta da serra de Queta; madeira de regular qualidade.

Há desta espécie uma variedade bem distinta — *T. grandifolia* Oliv. — da mesma serra de Queta, cuja madeira é, no dizer de Welwitsch, de excelente qualidade (1).

MAFUREIRA — *Trichilia emetica* Vahl Syn Bot. I, 31; Oliver *Fl. of Tr. Afr.* I, 335; C. DC. l. c. 661 — *Mafureira oleifera* Bert.

Esta árvore é bastante espalhada pela África, e encontra-se também espontânea na Arábia, onde lhe chamam *Elcaja*. Habita na Serra Leoa, Senegâmbia, região do Nilo Branco e Abissínia. Segundo informações do major Sales Ferreira, encontra-se nas terras de Engoche e de Tala Mugongo, e chamam-lhe aí *Guimbi*. É frequente pela nossa província de Moçambique, desde o rio Rovuma até à Zambézia, estendendo-se para o Zambeze superior, e habitando para o sul as terras de Inhambane até — segundo parece — Lourenço Marques.

O nome de *mafureira*, que usam em Moçambique, é a adaptação portuguesa do nome indígena *mafurra*, ou melhor *mafura*;

(1) Exell, l. c., pág. 137 considera a *T. grandifolia* Oliv. endémica em S. Tomé; sendo assim, a estação desta planta na serra de Queta não deve estar exacta.

o qual nesta forma, ou escrito *mafuta*, etc., significa simplesmente óleo ou gordura em quase todas as línguas da África oriental (1).

De feito, das sementes desta árvore obtém-se uma espécie de sebo, e um óleo que os Negros empregam no tempêro das suas comidas, tanto nas terras de Madi no Nilo (Grant, *Trans. Linn. Soc.* XXIX, I, 45) como na nossa província de Moçambique. Em Inhambane chamam ao sebo *mafura*, e ao óleo *metiana* (Caldas Xavier, *Bol. da Soc. de Geogr. de Lisboa* I, 484).

As substâncias gordurosas extraídas das sementes da *Trichilia emetica* são por certo susceptíveis de variadas aplicações industriais, e podem obter-se em abundância nas terras de Moçambique. Por ocasião da primeira exposição universal de Paris, o sr. J. M. de Oliveira Pimentel, hoje visconde de Vila Maior, fêz, em colaboração com o sr. Jules Bouis, o estudo químico da *mafura*, sendo este trabalho impresso nas actas da Academia das Ciências de Paris e constando os seus resultados de uma carta publicada no *Boletim do Conselho Ultramarino* de Novembro de 1855. Aí se encontram indicações interessantes para os que tentarem o aproveitamento desta substância (2).

MUCAÇA, NCUMBI. — *Carapa procera* DC. Prodr. I, 625.

Árvore elevada, tendo boa madeira, das florestas do Golungo Alto. Os Cabindas chamam-lhe *mucaça* ou *ncumbi*. Em S. Tomé é denominada *gogó* e *gogó vermelho*.

QUIBABA DE MUSSENGUE. — *Khaya anthotheca* (Welw.) C. DC. *Mon. Phaner.* I, 21 — *Garretia anthotheca* Welw. *Apont.* 587.

Árvore muito elevada das florestas do Golungo Alto, sobado de Mussengue, e mais frequente na região do Hungo. A sua madeira é de excelente qualidade e a sua casca é muito amarga e goza de notáveis e enérgicas propriedades febrífugas. O nome *quibaba* dado a esta espécie e também aplicado à seguinte, parece derivar

(1) *Mafura*, *mafuta*, *mafuba*, *mabuda*, *mabuda* são evidentemente formas da mesma palavra, e significam óleo em vários dialectos africanos. Veja-se Krapf, *Voc. of six east african languages*.

(2) É Moçambique a única colónia que exporta *mafura* e bagaço de *mafura*. A guerra, como aliás sucedeu com quase todos os oleaginosos, aumentou a procura e o valor; em 1942 o valor das exportações dessas duas substâncias atingiu 1.202 contos, que baixou em 1943 a 878 contos. Deve-se notar que, anteriormente à guerra mal excedia 104 contos essa exportação.

da palavra *quiba*, que significa pele ou casca, e portanto ligar-se às qualidades medicinais (1).

QUIBABA DA QUETA. — *Entandophragma angolense* (Welw.) C. DC. in Bull. Herb. Boiss. II, 582. — *Swietenia angolensis* Welw. *Apont.* 587; C. DC. l. c. 744.

Esta árvore, que se encontra sobretudo nas vertentes da serra de Queta, é uma das mais notáveis de Angola, e Welwitsch diz ter observado exemplares que chegavam a 140 pés de altura, e mediam na base do tronco 30 pés de circunferência. A casca é recomendável pelas suas propriedades febrífugas. Quanto à madeira é de primeira qualidade, segundo nos diz Welwitsch (*Synopse*, 11). Não surpreende que assim seja, pois esta família das Meliáceas é rica em boas madeiras, e ao mesmo género *Swietenia* pertence a árvore das Antilhas que fornece o bem conhecido mógono.

Entre as madeiras angolenses, cujo aproveitamento merece toda a atenção, é sem dúvida esta uma das primeiras.

Pteroxylon obliquum Radlk. in. Sitz. Akad. Wiss. Munich XX, 165. — *Pt. utile* E. et Z.; Harv. et Sond, *Fl. Cap.* I, 242.

Esta pequena árvore, que habita a África austral, tem uma madeira de muito boa qualidade, à qual os colonos do Cabo dão o nome de *sneezewood*. Encontra-se também em Angola, tanto na Huíla como no distrito de Zenza do Golungo. Ignoro o nome vulgar usado na África portuguesa (2).

XXIV

OLACACEAS

MUÍNGE. — *Ximenia americana* L. Sp. Pl. II, 1193; Oliver *Fl. of Tr. Afr.* I, 346.

Esta espécie está largamente espalhada pelas regiões tropicais e encontra-se em muitas localidades da África; na ilha de S. Tiago

(1) A casca deve sem dúvida as suas propriedades a um princípio idêntico ou análogo à *caïlcedrina*, substância amarga que se extrai da casca de uma espécie próxima, a *Khaya senegalensis*. A. Juss.

A madeira de *Khaya antiotheca* é chamada mógono branco.

(2) Gossweiler encontrou-o em Catete, junto dos Rios Bengo e Cuanza; onde tem como nome vulgar *paco*.

de Cabo Verde; muito provavelmente na Guiné portuguesa; em Angola, tanto no Golungo Alto, onde os Negros lhe chamam *muíngue*, como no território de Moçâmedes até à base da serra de Chela, onde lhe dão o nome de *umpeque*, e na Zambézia.

É uma árvore pequena, espinhosa, um pouco parecida no porte com as *Citri*, tendo os frutos do tamanho de uma ameixa, amarelos ou avermelhados. A polpa do fruto é ácida, mas agradável, e a amêndoa encerrada no carôço é saborosa e contém um óleo que os Negros empregam no tempero das comidas e também para untarem o corpo e os cabelos.

Segundo C. Smith chamam-lhe no Zaire *gangi*, e R. Brown (*Narr.*, etc., 469) sugeriu a idéia de que fosse esta planta o *Oguegue* de Duarte Lopes. É possível que assim seja, mas a descrição de Duarte Lopes parece-me concordar melhor com outra planta de que falarei adiante.

FIGUEIRA BRAVA. — *Apodytes dimidiata* E. Mey, in Hook. Journ. Bot. III, 155; Oliver l. c. 355.

A árvore a que os colonos portugueses da Huíla dão este nome não é uma figueira, nem coisa que botânicamente a isso se pareça. Produz madeira de excelente qualidade; encontra-se nas florestas de Lopolo e de Humpata.

NONÓ OU PAU PRETO. — *Heisteria parvifolia* Sm.; Henriques, Bol. Soc. Brot. v, 107 e XXVII, 185 (*err. parviflora*).

Árvore das florestas primitivas de S. Tomé e do Príncipe.

XXV

HIPOCRATEACEAS

NGUNHO. — *Hippocratea indica* Willd. Sp. Pl. I, 193; Oliver l. c. 368.

Uma vistosa planta trepadeira, largamente espalhada pelas regiões quentes. Habita as florestas do Golungo Alto.

Diversas espécies do género *Salacia* têm frutos carnosos, que são comidos pelos Negros, tanto na região do Golungo Alto, como nas terras para o interior de Moçâmedes.

RAMNACEAS

MACEIRA BRAVA. — *Zizyphus Jujuba* Lam. Encycl. Meth. III, 338; Hemsley in Oliv., *Fl. of Tr. Afr. I*, 379.

Um arbusto ou uma árvore de medianas dimensões, geralmente espinhoso. É extremamente variável no seu aspecto, e de tal modo que difícil seria incluir todas as formas em uma só espécie, se não existissem transições que as ligam.

Encontra-se em diversas partes de Angola, e com maior frequência em Moçambique, sendo aí abundante em toda a província, segundo observou o dr. Peters. O sr. A. de Candolle supõe esta planta indígena da Índia, donde, pela cultura, se teria espalhado pelas vastas regiões em que hoje se encontra. As indicações fornecidas pelo herbário de Welwitsch não parecem favoráveis à ideia de que esta planta seja introduzida em Angola ⁽¹⁾. Pelo que diz respeito a Moçambique também a sua frequência poderia levantar algumas dúvidas. Vários botânicos têm, no entanto, notado a facilidade com que os caroços se espalham fora dos jardins e culturas, e a espécie se naturaliza. Uma observação, feita pelo dr. Livingstone, — que mui provavelmente lhe foi sugerida pelo dr. Kirk, o qual então o acompanhava —, merece ser notada. Diz ele (*The Zambesi*, chap. X). que até Zumbo encontraram esta planta, e comeram frequentes vezes os seus frutos, mas dali em diante desapareceu. Tendo sido Zumbo o mais internado estabelecimento português, poderíamos atribuir a extensão desta árvore até ali a antigas plantações e culturas, em volta das quais se deram dispersões e naturalizações locais pelos matos. Tomando pois em atenção esta circunstância importante apontada por Livingstone, a falta da planta nas regiões centrais e a grande facilidade com que se naturaliza e semeia espontaneamente, parece aceitável a opinião do sr. de Candolle. Mas devemos admitir uma introdução antiga, e de certo muito anterior à ocupação portuguesa.

O fruto da *Z. Jujuba* tem uma certa semelhança na forma e, particularmente, no gosto com as maçãs, e a árvore poderá talvez assemelhar-se a uma maceira; por isso, os Portugueses de Moçam-

⁽¹⁾ É necessário notar que o sr. A. de Candolle, toma a *Z. abyssinica* Hochst. como uma espécie distinta; e é justamente a esta forma, considerada uma variedade da *Z. Jujuba* pelo sr. Hemsley, que pertencem quase todos os exemplares de Angola. Admitindo a distinção das duas espécies, desaparecem as dificuldades apontadas.

bique dão os nomes de *maçã brava* e *maceira brava* ao fruto e à árvore (1).

Este fruto é, — segundo dizem —, muito abundante, e entra por uma certa parte na alimentação dos indígenas, que o colhem e conservam seco ou pasado ao sol. Do seu sumo fermentado extraem também aguardente.

XXVII

AMPELIDACEAS

QUIXIBUA. — *Ampelopsis urenaefolia* Planch., Mon. Ampel., 385. — *Vitis Schimperiana* Fác., non Hochst.; Baker *Fl. of. Tr. Afr.* I, 395.

Uma planta lenhosa, sarmentosa, tendo folhas lobadas, cordadas, que habita em Angola, principalmente na região de Pungo Andongo. Os seus frutos são comestíveis, posto que bastante ácidos. Diversas outras espécies do mesmo género, habitantes de Angola, têm frutos que se podem comer. De Caconda recebemos exemplares de uma espécie que parece concordar com a *Ampelopsis heracleifolia* Planch. in Monog. Ampel., 397, *Vitis heracleifolia* Welw. (2), mandados pelo sr. Anchieta, e outros da mesma espécie mandados pelos srs. Capelo e Ivens; chama-se ali, segundo Anchieta, *xinjuanjua*, e, segundo Capelo e Ivens; *quinjuanjua*. Dizem-nos os últimos que esta planta é extremamente frequente em todo o trajecto de Caconda ao Bié, e afirmam que os frutos, posto que adstringentes, são geralmente comidos pelos Negros, os quais preparam com eles uma bebida fermentada — isto é, um verdadeiro vinho. O nome vulgar usado em Caconda parece ser colectivo e abranger diversas espécies de *Vitis*, pois o sr. Anchieta enviou exemplares de outra espécie, que julgo ser a *Vitis andongensis*

(1) A semelhança deste fruto com a maçã já havia ferido na Índia o nosso Garcia da Orta, o qual, no título do *Colloquio X*, diz: *Do Ber, que são as maçãs que cá usamos*, e depois insiste sobre a semelhança do *ber* com as maçãs. Ora, *ber* é um dos nomes indianos bem conhecidos da *Z. Jujuba*.

(2) A *Vitis heracleifolia* Welw., mais tarde colocada no género *Ampelopsis*, foi descrita pelo sr. Baker sobre exemplares de Pungo Andongo, descrevendo outra espécie, a *Vitis dissecta*, sobre exemplares de Pungo Andongo, e da Huila, mas observando que serão talvez duas formas da mesma espécie. Esta opinião parece-me perfeitamente exacta, e à mesma espécie pertencerá também a planta de Caconda e do Bié.

Welw., (aliás *Cissus andongensis* Planch.), sob o mesmo nome de *xinjuanjua*.

O género *Vitis* ⁽¹⁾ é representado nas terras da África portuguesa por um número considerável de espécies. Na Guiné portuguesa existem algumas; em S. Tomé também; em Angola encontram-se 32 espécies já conhecidas e descritas; na Zambézia 13, sendo certo que devem existir muitas mais.

A gravíssima doença, que nos últimos anos atacou as vinhas da Europa, chamou as atenções para as espécies de *Vitis* de outras regiões; primeiro para as americanas, e depois para as da Cochinchina, Sudão e Guiné. Procuravam-se aí espécies indemnes, que pudessem fornecer produtos directos, ou pelo menos cavalos para enxertias. Algumas espécies de Angola são dignas de toda a atenção sob este ponto de vista e será muito mais fácil encontrar ali *Vitis* susceptíveis de prosperar na Europa do que no Sudão ou na Guiné, regiões incomparavelmente mais quentes.

Tomando, como exemplo, a *Vitis heracleifolia*, vemos que habita em Pungo Andongo, na Huíla, em Caconda e no Bié ⁽²⁾, quer dizer nas regiões mais elevadas, subindo em Caconda a altitudes superiores a 1.600 metros, nas proximidades do paralelo de 14°. Estas condições de habitação, muito afastadas já das puramente tropicais, deixam-nos prever uma cultura talvez fácil e próspera no sul da Europa. Acresce a isto que a planta é robusta e lenhosa. Nas mesmas condições estão outras espécies de Pungo Andongo e terras altas. Deixo aqui esta simples indicação, destinada unicamente a provar que se procurou mal no Sudão e partes puramente tropicais, o que melhor se podia achar em outra região da África. Quanto ao fundo da questão: não vem para aqui, nem se pode tratar em poucas palavras.

A vinha, ou videira ordinária — *Vitis vinifera* L. — cultiva-se com bom resultado nas terras altas de Angola; mas encontra-se excepcionalmente no quintal ou arimo de algum amador.

CELÉ-ALÉ, CELÉ-CELÉ. — *Leea tinctoria* Lindl. ex Baker J. c. 416.

Um arbusto da ilha de S. Tomé. Produz uma tinta roxa, que tem ali certa nomeada.

⁽¹⁾ Planchon, Monog. Ampel., desdobrou o género *Vitis*, e criou com parte das suas espécies o género *Ampelocissus*, ao qual ficaram pertencendo todas as espécies indicadas neste artigo, com excepção do *V. vinifera*.

⁽²⁾ Admitindo a identidade das plantas destas localidades, a qual me parece muito razoável.

XXVIII

SAPINDACEAS

Blighia sapida Koenig Ann. Bot. II, 571; Baker l. c. 426.

É uma árvore de dimensões medianas, que habita as ilhas de S. Tomé e do Príncipe, onde é cultivada como árvore de sombra. As suas flores são muito cheirosas, e os seus frutos amarelos, e afinal vermelhos, são comestíveis. Ignoro o seu nome vulgar.

PÊSEGO. — *Chytranthus Mannii* Hook. f. in Benth. et Hook. Gen. Pl. I, 403; Baker l. c. 430.

Uma árvore pequena, tendo grandes folhas compostas que chegam a 3 e 4 pés de comprimento. Encontra-se na ilha de S. Tomé (Welw.!) e na do Príncipe (Mann, Barter, Welw.!). Os frutos carnosos são comestíveis, e os colonos portugueses dão ao fruto e à árvore o nome de *pêssego*, ou também à árvore o de *pessegueiro de S. Tomé*. A madeira do *pêssego* é muito rija e aproveitável.

XXIX

ANACARDIACEAS

QUITUNDO. — *Heeria insignis* (Delile) O. Kuntze; Hiern l. c. I, 180. *Anaphrenium abyssinicum* Hochst.; Engler Mon. Phaner. IV, 377 — *Ozoroa insignis* Delile — *Rhus insignis* Oliver Fl. of Tr. Afr. I, 437.

É uma árvore pequena, mas vistosa, sobretudo pelo tom claro e prateado da página inferior das folhas. Encontra-se em Pungo Andongo, Huíla (Welw.!), Caconda (Anchieta!), e uma variedade diversa na Zambézia (Kirk). Os ferreiros indígenas servem-se de preferência do carvão da sua madeira para fabricarem os pequenos ornatos de cobre e de ferro com que os Negros se enfeitam (*Synopse*, 16).

MANGUEIRA. — *Mangifera indica* L. Sp. Pl. I, 200; Oliver l. c. 442.

Esta árvore, cujo fruto — a *manga* — é muito apreciado e tido na conta de um dos melhores das regiões tropicais, é indígena na

Ásia, sendo geral e esmeradamente cultivada na Índia portuguesa, onde existem numerosas variedades (1).

É provável que os Árabes a cultivassem antigamente na costa da África oriental, contudo existe em Moçambique a tradição de que fôra ali introduzida pelos jesuítas (Peters, *Reise, Bot.* 90). Pelo que diz respeito à costa ocidental, a introdução foi de certo feita pelos Portugueses.

Em Angola, sendo bastante espalhada, não é abundante. Monteiro diz que é rara «*scarce everywhere*», excepto na região do Bengo (*Angola*, II, 297). Em Moçambique é muito mais frequente, não só nas proximidades do litoral como no interior (Peters, l. c.). Livingstone fala das viçosas matas de mangueiras da Lupata e da abundância dos seus frutos, e nota também a sua existência até Zumbo, — último estabelecimento que os Portugueses tiveram no Zambeze —, deixando de aparecer dali em diante. Para o norte de Tete, o major Gamito aponta a existência de tapadas ou pomares de mangueiras, mas sempre nas proximidades dos *luanês*, nome que dão às habitações dos Portugueses, arrendatários dos prazos e estabelecidos no sertão.

Vê-se, pois, que não penetrou na pura agricultura indígena, e que a sua presença marca a extensão da ocupação portuguesa. Além das causas gerais, que tornam o Negro indiferente à cultura das árvores frutíferas, há neste caso um motivo especial; segundo conta Livingstone, os naturais de Tete consideram a plantação de uma mangueira como um acto de mau agouro, do qual lhes deve provir uma morte próxima. É muito curioso que em uma região afastadíssima, entre os Negros do Cuanza, exista uma superstição semelhante a esta, à qual se refere Monteiro.

Às mangueiras foram atribuídas diversas propriedades medicinais; em Angola empregam às vezes a casca da raiz em casos de disenteria ou de cólica.

CAJUEIRO. — *Anacardium occidentale* L. Sp. Pl. I, 363; Oliver l. c. 443.

Esta árvore é de origem americana; e do Brasil, onde era indí-

(1) Veja-se uma larga notícia sobre esta árvore e as regiões asiáticas onde se davam melhores variedades, etc., em Garcia da Orta, *Colloquios dos simples e drogas*, etc., p. 133 v., ed. de 1872. Pode também consultar-se, relativamente à sua cultura na Índia, um livro pouco conhecido, mas cheio de notícias interessantes, *Manual práctico do agricultor indiano*, por Bernardo Francisco da Costa — Lisboa, 1874.

gena e abundantíssima ⁽¹⁾, a levarem os Portuguezes para a África e para a Ásia ⁽²⁾. Encontra-se hoje frequente em Angola, tanto em cultura, como já naturalizada e multiplicando-se espontaneamente ao longo da costa, — localidade que afeciona —, particularmente de Luanda para o norte, no território de Mossulo (Welwitsch), e sobretudo do Ambrizete até ao Congo (Monteiro, *Angola*, I, 44). Na província de Moçambique é também muito comum, mas — segundo creio — sempre cultivada ⁽³⁾.

O chamado fruto do cajueiro, que é o pedúnculo carnoso, pode comer-se cru ou em doce e preparado de diversos modos; deixando fermentar-se o sumo destes frutos obtém-se uma espécie de vinho, do qual se extrai aguardente. Em Moçambique fabricam porções consideráveis desta aguardente de caju. O verdadeiro fruto tem por fora um pericarpo contendo um óleo bastante cáustico, e dentro as sementes ou *castanhas de caju*, que são comestíveis. Às diversas partes do fruto atribuíram na América e na Ásia variadas propriedades medicinais; mas não creio que sejam conhecidas na nossa África.

Também dos troncos exsuda em abundância uma goma-resina, susceptível de applicações industriais, mas que não é por enquanto aproveitada.

PAU MUCUMBI. — *Lannea antiscorbutica* n. comb. — *Calesiam antiscorbutica* Hiern. — *Odina acida* Fic., non A. Rich.

Examinando mais demoradamente os exemplares que temos no herbário, julgo que concordam bem com a diagnose da espécie citada, dada por Engler. É uma árvore pequena, ou quase um arbusto; que se encontra no Golungo Alto e também na região do Ambriz, onde lhe chamam *pau encumbi*. A sua casca é medicinal

⁽¹⁾ Segundo o dr. Ernst (citado por A. de Candolle) os escritores espanhóis do tempo da conquista não mencionaram esta árvore, por onde ele julga que só se encontraria nas vizinhanças do Amazonas. O primeiro autor geralmente citado, como fazendo menção da árvore sob o nome de *Acaju* é Piso, *Hist. nat. Brasiliz*, p. 57, ed. de 1648. Mas muitos anos antes Gabriel Soares de Sousa tinha-lhe dedicado um capítulo da sua obra; chama-lhe *cajueiro* e à fruta *caju*, e, além de outras notícias interessantes, diz que os cajus criados nas roças e quintais (da Baía) eram melhores que os silvestres, e não travavam junto do olho, por onde se vê que havia já então variedades culturais. *Notícia do Brasil* do ano de 1587, cap. XLIX, publicada nas *Notícias ultramarinas*, III, p. 155.

⁽²⁾ Rumphius diz claramente *Cadjum non proprie esse fructum India orientalis; sed a Portugallis quondam ex India occidentali huc translatum fuisse*. Segundo diz também, chamavam-lhe em Amboino *boa frangi*; isto é, fruto de Portugal (*Herb. Amboinense*, I, 177).

⁽³⁾ Actualmente encontra-se também naturalizada.

e aplicada no tratamento das afecções escorbúticas. Os troncos servem aos indígenas para a construção das cubatas.

Esta planta foi chamada por Hooker *Odina Oghigee*, e por Don *Spondias Oghigee* (1). Da casca pisada se servem os Negros na região do Niger inferior e golfo de Guiné como ingrediente para pintar a cara.

MUNGUENGUE. — *Spondias Mombin* L. Sp. Pl. I, 371. — *S. lutea* L.; *Oliver Fl. of Tr. Af.* I, 448; Engler l. c. 244.

Esta árvore, de fruto comestível, encontra-se extremamente espalhada pelos trópicos da América, da Ásia e também da África. No Brasil é conhecida esta espécie pelos nomes de *acajá* ou *taperebá*, em Goa chamam-lhe *ambaló* e em Angola *munguengue*.

Na *Flora of Tropical Africa* dá-se esta espécie como introduzida na África, e indígena das Índias ocidentais. Porém o dr. Welwitsch, extremamente cauteloso nas suas afirmações a este respeito, diz que cresce espontaneamente nas matas virgens da região montanhosa, e quando se refere à sua cultura em S. Paulo de Luanda e arredores, fala de uma introdução, não de fora, mas de outros pontos da província, «*in urbe Loanda culta e litt. fluminis Dande et Bengo introducta*». Considera-a pois como uma espécie indígena.

Em todo o caso cultivava-se hoje com frequência, por causa dos seus frutos, semelhantes a ameixas amarelas, de cheiro e sabor muito agradável, cujo sumo, misturado com água e açúcar, dá uma bebida refrigerante e excelente. É também muito apreciada como árvore de sombra, tornando-se copada, e tendo uma folhagem brilhante e bonita; e, como os seus ramos pegam facilmente de estaca, usam plantá-los em volta das cabanas e quintais, formando sebes umbrosas (Monteiro, *Angola*, II, 298) (1).

Além de ter frutos agradáveis ao gosto, foi esta espécie consi-

(1) Não tendo à minha disposição o trabalho de Don, não sei de onde derivou este nome específico *Oghigee*, que parece ser algum nome vulgar usado na Serra Leoa. Em todo o caso não deve ser o *Oguegue* de Duarte Lopes, pois os caracteres do fruto não parecem concordar com o que diz o nosso viajante.

O *Oguegue* de Lopes pode ser a *Ximenia americana*, ou antes a *Spondias Mombin*, como veremos adiante.

(2) A propósito da *Ximenia americana* citei eu a opinião de R. Brown, o qual sugeria a ideia de que aquela planta fosse o *Oguegue* de Duarte Lopes. Parece-me muito mais provável que o *Oguegue* seja a *Spondias Mombin*. A descrição do nosso viajante é a seguinte: *Altri arbori sono chiamati Oghighe, che producono li frutti a guisa di susine gialle, & bonissime a mangiare che tengono dell'odorato. Di questi arbori tagliano i rami & piantando gli spessi tanto che si tocchino allignano & allignano & crescendo grossi fano steccati & pareti d'intorno alle case, ponendogli poscia delle stuore*

derada medicinal, e empregados esses frutos na cura das doenças biliosas, attribuindo-se-lhes também outras propriedades, tanto na América como na Índia, mas sendo, — segundo creio —, desconhecidas na África.

MUSSONDO ou MUÇONDO. — *Pseudospondias microcarpa* (A. Rich.) Engler, *Mon. Phaner*, IV, 259 — *Spondias microcarpa* A. Rich.; Oliver *Fl. of Tr. Afr.* I, 448.

É uma árvore grande, de copa larga, densa e umbrosa, que forma um dos ornamentos dos sertões de Angola, particularmente do distrito do Golungo Alto. Os frutos pequenos, semelhantes na forma á uva ferral, são comidos e estimados pelos indígenas. Na *Flora of Tropical Africa* diz-se que os frutos desta árvore são amarelos, mas segundo Welwitsch são azuis, de um azul escuro, dene-grido. A madeira desta árvore não é aproveitada, e em geral as madeiras das Anacardiáceas são de pouco préstimo.

Em S. Tomé é denominada *Guegue* e *Zenze*.

MORULA. — *Sclerocarya caffra* Sond. in *Linnaea* XXIII, 26; Oliver l. c. 449; Engler l. c. 257.

Uma árvore de folhas glabras e coriáceas das margens do Zambeze e do lago Niassa (Kirk). Os seus frutos drupáceos são ácidos e resinosos, mas as grandes sementes oleosas que contêm são comestíveis.

XXV

PAPILIONÁCEAS

(Faseoláceas)

ANILEIRO. — *Indigofera* sps.

Este género está representado na África tropical por numerosís-

cosi formano un seraglio, & cortile, & anco servono di quasi pergole per far ombra, & difender dal caldo del sole. — Rel. del ream. di Congo, 41. Estas *susine gialle*, de bom cheiro e bom sabor, correspondem bem aos frutos do *munguengue*. Quanto ao modo por que plantavam os ramos, fazendo sebes umbrosas em volta das casas, é notavelmente semelhante ao que hoje usam fazer com o *munguengue*; e nem a *Lanea antiscorbutica*, que hoje a *Ximénia americana*, se prestariam facilmente a estas plantações. Afigura-se-me pois a identificação da planta de Duarte Lopes com a nossa espécie como a mais provável. Se a *Spondias Mombin* é o *Oguegue* era aquella espécie frequente no interior do Congo, durante o decurso do século XVI, o que repugna á origem americana e torna provável a opinião de Welwitsch, que a considera indígena.

simas espécies, das quais só um pequeno número fornece a bem conhecida tinta, sendo as mais importantes destas a *I. Anil* L. e a *I. tinctoria* L. A primeira diz-se indígena da América, mas é geralmente cultivada na África, e tornou-se espontânea em muitos pontos; a segunda é também muito espalhada, e evidentemente indígena. Encontram-se as duas espécies nas ilhas de Cabo Verde, Guiné Portuguesa, Angola e Moçambique.

A extracção da tinta fêz-se desde tempos remotos na Índia, como prova a existência de um nome sanscrito — *nili*. Durante a idade média eram, no Oriente, afamados os algodões tintos de Cambaia, Coulão e vários pontos da costa do Malabar e foi então introduzida esta cultura na Sicília pelos judeus.

Os habitantes do Sudão conheceram também o modo de extrair a tinta desde um período bastante antigo, e do Sudão esta arte passou aos Negros da Senegâmbia, que já a possuíam quando os nossos ali chegaram. André Álvares de Almada, que percorreu os rios da Guiné a partir de 1566, fala dos panos de algodão brancos e pretos que usavam os Jalofos e os Mandingas, diz que os tintos «são tão finos que cegam os que os vêem», e explica detidamente o processo empregado na extracção da tinta ⁽¹⁾. Creio todavia que este processo não foi inventado pelos Negros, e — como a arte de fiar e tecer o algodão, a que andava ligado — lhes foi transmitido ou ensinado pelos Maometanos. Em algumas partes sucedia mesmo que os Negros sabiam tecer e não sabiam tingir. Pelo ano de 1515 ou 1516, dizia Duarte Barbosa que em Sofala não sabiam tingir, e se serviam de um artificio curioso para obterem panos de várias

(1) A passagem é a seguinte: «A tinta com que se tingem esta roupa, he a mesma com que se faz o verdadeiro anil da nossa Índia Oriental, mas estes Negros o fazem por diferente maneira, e não em taboletas. Recolhem as folhas d'estas arvoresinhas, que são pequenas, de altura até 4 palmos, e hão de recolher estas folhas antes d'estas arvoresinhas darem as sementes, que se dão em umas baguinhas pequenas; e recolhidas as folhas as pizão muito bem, e depois de pisadas fazem huns pelouros tamanhos como de hum falcão pedreiro; e hão de entender que não recolhem muita quantidade destas folhas e fazem montes d'ellas para depois d'ahi a alguns dias fazerem estes pelouros; — não se faz assim. Recolhe-se somente aquella quantidade que se ha de fazer n'aquelle dia, porque tanto que seccão as folhas não prestão mais pera isto: e d'aquelles pelouros feitos fazem a tinta com que tingem os seus panos, os quaes, como fica dito, são mui formosos e tão tintos que ficção parecendo setins». *Tratado breve*, etc., p. 13.

Transcrevi este trecho, um pouco longo, por ser a mais antiga descrição deste processo, relativa à África, de que tenho conhecimento.

cores ⁽¹⁾. Não julgo pois que os africanos, segregados do contacto estranho, se soubessem servir da *Indigofera*, empregando aliás outras tintas para diversos fins.

Das terras da Guiné passou o conhecimento do processo de extracção e uso do anil para as Ilhas de Cabo Verde. Da ilha de S. Tiago, pelo meado do século XVI, ou logo depois, levaram a tinta a Sevilha e a Cádiz, onde a acharam boa, segundo diz Almada; e no ano de 1592, tomando os Ingleses uma caravela nossa que vinha daquela ilha, encontraram dentro um barril de anil em tabuletas e «o festejaram muito».

Esta fabricação não se desenvolveu, ou mesmo caíu em desuso, e estes primeiros ensaios foram completamente esquecidos e tanto que em 1702, quando D. António Salgado trouxe daquelas ilhas uma amostra de anil, esta se considerou ser a primeira. Tomaram-se então diversas providências tendentes a desenvolver ali esta indústria. Fundou-se em S. Tiago uma fábrica real, e fundaram também os marqueses de Gouveia uma fábrica na ilha de Santo Antão, de que eram donatários. Mal montadas e pior dirigidas, as fábricas deram péssimos resultados; a de S. Tiago extinguiu-se, e a de Santo Antão estava no fim do século, quando Feijó a visitou, num estado de completa decadência ⁽²⁾. Hoje a extracção da tinta e a sua aplicação acham-se nas Ilhas de Cabo Verde entregues à pequena indústria caseira, que pelos mais rudimentares e imperfeitos processos consegue no entanto tingir com certa perícia e graça os *panos de lei*, de *agulha*, *galans*, etc.

Em Angola ensaiou-se também este fabrico; e na Maianga, próximo a Luanda, viam-se, — segundo diz Fortunato de Melo —, dois tanques, mandados construir pelos jesuítas, e depois abandonados.

Na Zambézia, onde a *Indigofera* é tão abundante que invade as ruas pouco trilhadas de Sena e de Tete, fundou no princípio

⁽¹⁾ «...e porque nam sabem tingir, ou por nam terem tinta, tomaom panos azuis ou de outras cores de Cambaya, e desfiaomnos, e tornaomnos ha juntar, de maneira que fazem hum novelo, e coeste fiado e com outro branco do seu, fazem muytos panos pintados». *Livro de Duarte Barbosa nas Not. ultr.* II, p. 248, ed. de 1867.

⁽²⁾ Sobre a indústria da extracção do anil nas ilhas do Cabo Verde, podem consultar-se: a *Memoria sobre a fabrica real na ilha de Santo Antão* por João da Silva Feijó nas *Mem. econ. da Ac. Real das Sc. de Lisboa*, II, p. 407; Lopes de Lima, *Ensaio*, I, p. 14 e 2.^a parte p. 96; Chelmicki e Varnhagen, *Corografia Cabo-verdiana*, II, p. 11 e seguintes.

deste século o governador Truão uma fábrica, que depois da sua morte foi igualmente abandonada.

Vê-se pois que a cultura das espécies tintoriais de *Indigofera*, e a extracção da matéria corante contida nas suas folhas, não constitui nas colónias portuguesas da África o objecto de uma exploração regular, sendo apenas aproveitada mui grosseiramente pelos indígenas.

CAFOTO ou BAMÉA. — *Tephrosia Vogelii* Hook f. in Hook. Niger Fl., 296; Baker Fl. of Tr. Afr. II, 110.

A prática de pescar lançando nos rios ou lagos substâncias venenosas, que embriagam ou matam o peixe, é extremamente antiga, e muito espalhada pelas várias regiões do Globo. Empregaram-se para esse fim diversas substâncias, por exemplo, a cal viva, sendo porém mais geralmente usadas as plantas acres ou narcóticas. Em Portugal usavam a *coca* — o que deu origem a um ditado conhecido — e também o barbasco, de onde vem o verbo *embarbasco* ⁽¹⁾. Na Ásia empregam a *coca* ⁽²⁾, e outros vegetais; e na América um grande número de plantas diversas, abrangidas no Brasil sob as designações gerais de *timbó* e *tingui*, de onde vem o verbo *tinguijar*, usado no sentido do nosso embarbasco. A *Tephrosia toxicaria* e outras espécies do mesmo género, entram no número das plantas de que se servem na América ⁽³⁾.

Na África emprega-se para este fim a *Tephrosia Vogelii*, em regiões muito afastadas e de modo muito geral.

É um arbusto alto, elegante, tendo cachos terminais de grandes flores vistosas. É espontâneo em várias regiões africanas, mas acha-se sobretudo muito generalizado pela cultura, com o fim de obter a substância empregada na pesca, e também de ornar os arredores das habitações; Gustavo Mann encontrou esta espécie cultivada na ilha do Príncipe; o dr. Schweinfurth observou que os Mombutu a cultiivavam com frequência; na Uganda e Unioro também é plantada e tratada como ornato — *found around villages as a fence*,

(1) Na ordenação de 1 de Junho de 1565 proibe-se sob penas severíssimas que se «lance em rios nem lagoas em qualquer tempo do anno, trovisco, barbasco, cocca, nem cal, nem outro algum material com que se o pexe mata». *Leis extravagantes* coligidas por Duarte Nunes de Leão. Em documentos mais antigos fala-se de outras substâncias «*si piscatio fiat com torvisco, taxo, aliis que herbis venenosis*».

(2) A *coca* aqui referida não é a planta americana do mesmo nome, empregada como droga medicinal.

(3) Veja-se sobre a questão em geral, e particularmente em relação à América o que diz o dr. Ernst, *Memoria botanica sobre el embarbasco*, no tomo I dos *Esbozos de Venezuela*.

diz Grant; em Pungo Andongo os Negros formam com ela sebes à roda das culturas, segundo diz Welwitsch; em Caconda, segundo me escreve o sr. Anchieta, é cultivada geralmente em volta das *libatas*, como ornamento. É extremamente interessante encontrar estes hábitos tão semelhantes, espalhados em regiões afastadas, habitadas por tribos de raça diversa e entre as quais as comunicações não são de certo fáceis. E é também digno de se notar o facto de que o Negro, neste como em outros casos, se mostra sensível a umas certas ideias de beleza e de elegância.

As folhas e caules da planta, pisados e esmagados, são lançados na água para envenenar o peixe, em quase todas as regiões onde ela existe. O seu efeito é enérgico, e — segundo uma observação interessante, que me comunica de Caconda o meu amigo o sr. Anchieta — apenas os bagres (*Clarias*) lhe podem às vezes resistir.

Esta planta chama-se no Gabão *igongo*; no Golungo Alto e Pungo Andongo *cafoto* ou *cafote*; em Caconda *calembe*; e, sem dúvida, uma leguminosa tóxica, chamada *tchingando*, com que pescam no Luando, entre o Bié e o Tchiboco, da qual falam os srs. Capelo e Ivens, deve ser esta mesma espécie (1).

MUTALA-MENHA CAFELI. — *Millettia drastica* Welw. ex Baker in Oliv. l. c. 128.

Árvore pequena do Golungo Alto, Cazengo e Pungo Andongo. A sua madeira, reduzida a pó fino, é aplicada como medicamento drástico e usam para o mesmo fim da água em que cozeram os frutos ou vagens, bebida ainda tépida.

Chamam-lhe também no Golungo *quitenda* ou *ditenda*. A palavra *cafeli* significa pequeno; chamam-lhe pois *mutala menha* pequena, e assim a distinguem de outras árvores de semelhante designação que efectivamente são de mais alto porte.

MUZUMBA. — *Millettia versicolor* Welw. ex Baker l. c. 129.

Árvore pequena do Golungo Alto. A sua madeira é reputada uma das mais bonitas e duradouras de todo o sertão de Angola, e é tão rija que os Negros se servem de cavilhas feitas com ela, em

(1) É provável que o tchingando (*De Benguella* I, 141) seja a *Tephrosia Vogelii*; mas os srs. Capello e Ivens citam também (p. 272) outra planta, empregada para o mesmo fim de envenenar o peixe e chamada *ulo*, a qual é totalmente diversa. Tive efectivamente ocasião de observar exemplares perfectos da última e de reconhecer que é a *Cassia didymobotrya*.

lugar de pregos de ferro. (*Synopse*, 15). A entrecasca é aproveitada para ligamentos na construção das cabanas ou cubatas dos indígenas.

Welwitsch escreve *muzumbo* e *muzumba*, mas parece considerar a última forma mais correcta.

MUTALA MENHA. — *Millettia nudiflora* Welw. ex Baker l. c. 130.

Árvore grande das florestas do Golungo Alto, produzindo madeira de muito boa qualidade.

Veremos adiante que a árvore mais geralmente conhecida pelo nome de *mutala menha*, pertence a outro género, conquanto se pareça talvez um pouco com esta.

PAU CASECO. — *Millettia rhodantha* Baill. in Adans., VI, 223; Baker l. c. 131.

Árvore de dimensões consideráveis, que habita no Golungo Alto, nas matas de Quisuculo e também em Pungo Andongo, próximo a Caugui. A sua madeira amarela e aromática, reduzida a pó muito fino pela fricção sobre uma pedra áspera, é empregada pelos curandeiros negros na confecção de «unguentos tónicos (usados) nas cefalalgias nervosas e reumáticas» (Welw. *Synopse*, 46). É este um dos medicamentos mais celebrados pelos curandeiros africanos, e o *pau caseco* encontra-se à venda em todas as *quitandas*, na costa e no interior.

Parece porém que sob este nome abrangem além da madeira da espécie citada, outros lenhos aromáticos e medicinais.

Welwitsch escreve *quisequa*, *caseque* e *caseco*, mas julga a última forma mais correcta.

BIMBA. — *Herminiera Elaphroxylon* Guill. et Perr. in Fl. Seneg. Tent. I, 201; Baker l. c. 144.

É uma planta singular esta, pois vive dentro da água doce nos remansos dos rios, tomando as dimensões de uma pequena árvore, e formando densas matas aquáticas. No Nilo branco — onde lhe chamam *ambatch* — e particularmente no Bar-el-Gazal cresce em tal quantidade que, junta com algumas Gramíneas e com o papiro, forma barreiras vegetais que oferecem sérios obstáculos à navegação, chegando a interrompê-la.

Encontra-se em Angola nos lugares pantanosos, e margens dos rios, no Lifune, Dande, Bengo e Coroca. Existe também na Zambézia. A madeira de *bimba* é branda, e extremamente leve, de modo que a empregam na construção de jangadas, de que se servem

na pesca e nos desembarques, um pouco difíceis em quase toda a costa de Angola por causa da calema.

JINGUBA (1) — *Arachis hypogæa* L. Sp. Pl. II, 741; Baker l. c. 158.

Esta planta requer um exame um pouco longo, não só por ser actualmente das mais importantes na agricultura, alimentação e comércio do Negro, como por levantar algumas questões interessantes pelo que diz especialmente respeito à sua origem.

O sr. A. de Candolle, discutindo recentemente esta questão, que já tinha estudado em tempo, pronuncia-se abertamente em favor da origem americana (*Orig.* 330). Os principais argumentos que apresenta são: o silêncio dos escritores Gregos (2), Latinos e Árabes a seu respeito; as provas da sua cultura geral e antiga na América; e o facto importante de que todas as espécies de *Arachis*, hoje conhecidas no estado espontâneo, habitam no Brasil. Estes argumentos, — particularmente o último —, são valiosos, e a opinião do sr. de Candolle, além do peso da sua grande autoridade, é a mais geralmente seguida (3). A todos estes argumentos podemos acrescentar mais um, extraído de um livro português, de que o ilustre botânico não tinha conhecimento. Gabriel Soares de Sousa, que habitou o Brasil durante dezassete anos, a partir de 1570 ou de um pouco antes, que foi ali agricultor, e era um observador atento e inteligente, fala da planta e diz «*he cousa que se não sabe haver senão no Brazil*». Esta afirmação é perfeitamente clara e, pelo tempo e qualidade do que afirma, importantíssima (4).

(1) Ao publicar, no Bol. da Soc. de Geogr., *Nomes vulgares de algumas plantas africanas* o Conde de Ficalho escreveu *jinguba*, que é a forma actualmente considerada correcta; na 1.ª ed. desta obra alterou a grafia para *ginguba* por ser essa de uso geral nessa época.

(2) Sprengel (*Hist. rei herb.* I, 98) supôs que Teofrasto tinha falado desta planta. Eis a passagem a que se refere, dada na versão latina de Wimmer... *et si quæ fructuum subterraneum habent ut arachidna et quod in Ægyptum vingum appellatur* (*Theophrasti Eresii Opera*, pag. 2, ed. Wimmer). A *arachidna*, segundo Sprengel, seria o *Lathyrus amphicarplus*, enquanto o *vingum* seria a *Arachis hypogæa*, mas esta identificação é bem pouco segura, e pelas próprias palavras de Teofrasto (l. c. pág. 10) parece ser sem fundamento, pois o *vingum* melhor se pode referir à *Colocasia*.

(3) Geralmente, mas não unanimamente. Flückiger, em um trabalho que não vi (citado na *Pharmacographia*, 163) pronuncia-se a favor da origem africana, e o dr. Schweinfurth, tão grande autoridade nas coisas da África, parece ter a mesma opinião (*Heart of Africa*, I, 105).

(4) O interessante trabalho de Gabriel Soares de Sousa, que parece ter sido escrito pelo ano de 1587, foi primeiro publicado no de 1825, no tomo III das *Noticias ultramarinas*, por ordem da Academia Real das Sciên-

É pois incontestável que em favor da exclusiva origem americana, se pode apresentar um grupo de razões valiosas. Seguindo esta opinião deveríamos admitir — como o sr. de Candolle — que depois de descoberta a América, os primeiros navegadores introduziram a cultura da planta na costa da África e a levaram também para as ilhas e terras asiáticas.

Por outro lado vamos reconhecer que se podem levantar muitas e graves objecções a este modo de ver.

Começemos por examinar a extensão actual da cultura na África. Como todos sabem, na zona ocidental, desde a Senegâmbia francesa e Guiné portuguesa, seguindo pela costa do golfo de Guiné, Congo e Angola, a *Arachis hypogæa* é largamente cultivada, a sua semente fornece uma boa parte da alimentação do Negro, e além disso um dos mais importantes artigos de exportação. Na zona oriental, em quase toda a província de Moçambique, esta planta constitui — com o gergelim — a principal cultura do indígena. Nas terras interiores é um pouco menos frequente, e é natural que assim seja, pois longe dos mercados tem mais limitada procura, mas não desaparece, pelo contrário, encontra-se por toda a parte. É quase ocioso citar autoridades; Capelo e Ivens nas terras de Angola e vizinhas; Schweinfurth na parte ocidental da bacia do Nilo; Speke, Grant e Burton na região dos lagos; Gamito nas terras do Niassa e Luanda; Stanley quase a cada página na relação da sua travessia, todos os viajantes falam da cultura da planta, da presença das sementes nos mercados interiores, e da sua importância na alimentação. Remontando aos fins do século passado vemos que não só o padre João de Loureiro menciona a sua existência na zona marítima oriental, como o dr. Lacerda a cita entre as substâncias alimentares que abundavam nas terras interiores da Lunda (*Lands of Cazembe*, 42). Tudo isto não constitui ainda prova evidente do seu indigenato na África. Na introdução tive eu ocasião de notar quanto deveria ser fácil e pronta a dispersão de uma espécie adequada aos hábitos e necessidades do Negro; e a *Arachis hypogæa* está exactamente neste caso. Mas é forçoso confessar que uma dispersão tão completa e uma cultura tão geral se não conciliam facilmente com

cias. Publicaram-se depois no tomo V as *Reflexões críticas* a esse trabalho do erudito F. A. Varnhagen, e, posteriormente, por iniciativa do mesmo incansável investigador, foi o trabalho de novo impresso — e muito mais correctamente — no tomo XIV da *Revista do Inst. hist. e geog. do Brasil*. Pode ver-se a informação sobre a *Arachis hypogæa* no cap. XLVII.

a hipótese de uma introdução posterior ao descobrimento da América.

Examinemos agora os nomes vulgares. Os de várias línguas europeias derivam evidentemente das qualidades da planta e da sua singular vegetação, como *pistache de terre*, *ground-nut*, ou *erdnuss*, e nenhuma indicação fornecem relativamente à sua origem. Há depois uma série de nomes que parecem ser de procedência brasileira, tais como *manubi*, *mundubi*, *mendubi*, *mendubim*, *mendoim*, *amendoim* (1). Mas há igualmente variados nomes africanos: *mancarra* na Guiné e Cabo Verde; *mpinda* na costa do Congo e Ambriz; *jinguba* (2) em Angola; *caranga* em quisuáli da costa oriental. Isto ainda não constitui prova segura do indigenato, porque os nomes podem ser de invenção moderna. Depois a semelhança da nossa planta com a *Voandzeia subterranea* introduz em toda esta questão mais um elemento de dúvida, pois é possível que os nomes se dessem primeiro àquela espécie e passassem mais tarde a ser

(1) Há aqui uma questão secundária mas interessante. O primeiro nome brasileiro que encontramos é *manubi*; foi empregado por Jean de Lery, que é o primeiro escritor a dar notícia da planta no ano de 1555 (citado na *Pharmacographia* de Flück. e Hanb., edição francesa de 1878). Muito mais tarde os conhecidos autores Marcgraf e Piso, empregaram a forma *mundubi* e *mandubi*. Pareceria que destas formas por derivações e corrupções sucessivas se tivesse passado pela série citada acima até *amendoim*.

Mas há outra derivação também plausível. Gabriel Soares de Sousa, conheceu a planta quase ao mesmo tempo que Lery, de 1560 a 1570, ainda que escreva um pouco mais tarde. O nome que emprega foi impresso na primeira edição da sua obra nas *Noticias ultramarinas* na forma *amendões*; e na edição posterior na *Revista do Instituto*, etc., na forma de *amendois* (XIV, p. 175) que Varnhagen adoptou como a verdadeira, supondo ter havido erro de imprensa na primeira, o que me não parece provado. Tanto de uma como de outra ortografia, e sobretudo da primeira, parece resultar que ele não conhecia nome brasileiro, e deu às sementes esta designação, por as julgar parecidas na forma ou gosto, com as amêndoas. Se de amêndoa vem *amendoim*, pode deste vir *mendoim*, e tomando a série de nomes às vessas chegaríamos a *manobi*, por corrupções e derivações sucessivas. Neste caso os nomes não seriam brasileiros e sim portugueses.

(2) O singular de *guba* deve ser *nguba*, que nunca encontrei escrito. O Negro usa sempre do plural para designar os pequenos objectos reunidos, por exemplo, as sementes. A abstracção pela qual nós usamos do singular, falando de uma colectividade e dizendo, por exemplo, o *milho*, o *trigo* é-lhe desconhecida. O Negro diria os *milhos*, os *trigos*.

aplicados à *Arachis hypogæa* (¹). No entanto esta multiplicidade de nomes africanos, combinada com a frequência da cultura, começa a levantar sérias dificuldades à ideia de uma introdução, relativamente recente.

Continuando o nosso exame, vemos que André Álvares de Almada, escrevendo no ano de 1594, mas referindo-se aos trinta anos anteriores em que percorrera em todos os sentidos os rios e terras da Senegâmbia, é o primeiro a dar notícia da cultura da *Arachis hypogæa* na África. Menciona-a sob o nome de *macara*, dando uma descrição bastante clara, e dizendo que se colhia em quantidade considerável no arquipélago dos Bijagós (²). Seria esta *macara* introduzida do Brasil? Em 1560 ou 1570 é perfeitamente possível, mas não é de certo provável, reparando sobretudo em que os Bijagoz eram negros guerreiros, indômitos, e dos que menos íntimas relações tinham com os Portugueses ou com os estrangeiros em geral, e reparando também na existência, já então, de um nome próprio, semelhante ao actual e bem diverso dos nomes americanos.

Maior dificuldade suscita ainda uma indicação fornecida pelo sr. Burton. Diz este célebre viajante no seu excelente livro (*Lake regions*, II, 52), falando de uma região situada nas margens do Tanganica «*U-karanga signifies etymologically the land of ground-nuts*». Esta Ucaranga pode-se identificar com a terra dos Mocarangas — ou Bacaranga — que era uma província do grande império do Monomotapa, de cuja existência fr. João dos Santos tinha já perfeito conhecimento. Se a etimologia proposta por Burton é a verdadeira, e se a identidade da actual Ucaranga com a antiga Mocaranga se demonstra, cai por terra a origem americana da espécie, pois é absolutamente impossível que uma planta, introduzida da América depois de 1500, tivesse já pelos anos de 1580 a 1590 um nome africano, e tivesse dado esse nome a uma vasta região do interior.

A questão é complicada, pois não podemos também admitir a

(¹) De feito o mesmo nome se tem dado por vezes às duas plantas, e a *Voandzeia subterrânea* chama-se em Angola *ginguba de Cambambe*, e chamou-se no Brasil *mandobi de Angola*.

(²) Eis o que diz Almada: «E assim se resgata muito mantimento de milho e arroz, e macaras, que he hum mantimento redondo, e tem o sabor de favas; e dá-se este mantimento debaixo do chão mettido n'humas baguinhas, nas raizes, e se recolhe muito n'aquellas ilhas» (*Tratado breve dos rios de Guiné*, etc., p. 55, ed. de 1841). A indicação, posto que curta, é bastante clara para não haver confusão possível com outra planta, a não ser com a *Voandzeia*; à qual não julgo provável que se referisse.

exclusiva origem africana e o transporte para a América. O que parece mais provável é que a espécie fosse indígena na América e ao mesmo tempo na África, sendo independentemente posta em cultura em uma e outra região. Os viajantes portugueses não tinham — e compreende-se perfeitamente que não tivessem — notícia da sua existência simultânea nas duas partes do Mundo; nem Gabriel Soares, encontrando os *amendois* cultivados pelos Tupinambas sabia da existência da *macara*, e por isso os considerava privativos do Brasil; nem André Álvares de Almada, observando a *macara* dos Bijagós, sabia da existência dos *amendois* brasileiros. Os testemunhos históricos levam-nos pois a aceitar o indigenato simultâneo na África e na América (¹), embora haja dois factos botânicos que aparentemente contrariam esta opinião: primeiro a extinção da forma espontânea, tanto no Velho como no Novo Mundo: depois a localização no Brasil de todas as espécies espontâneas do género *Arachis*, hoje conhecidas.

Seja qual for a sua origem, a *Arachis hypogæa* é hoje uma das plantas principais da cultura africana. As suas sementes contêm em abundância substâncias feculentas e oleosas que as tornam eminentemente alimentares (²). Pelos seus rudes processos de cultura, os Negros obtêm no entanto quantidades avultadas destas sementes, pois a planta não é muito exigente e prospera nas regiões tropicais quase sem amanhos e cuidados (³). A jinguba forma uma parte importante da alimentação do Negro, que a come crua ou torrada, quando ainda um pouco verde, ou a mistura com as bananas, farinha de mandioca e outras substâncias feculentas, quando já está perfeitamente madura, porque é então demasiado oleosa. Preparam também com a jinguba pisada e temperada com pimentos, uma espécie de pães ou bolos, que conservam enrolados nas folhas do *Phrynium ramosissimum* Benth., dando em parte de Angola a esta preparação o nome de *quitaba*.

(¹) Seríamos pois levados mais uma vez a admitir as conclusões a que chegou Roberto Brown, com tão admirável intuição. É verdade que este botânico illustre se inclina a aceitar uma origem asiática; mas diz também o seguinte: *There is nothing very improbable in the supposition of Arachis hypogæa being indigenous to Asia, Africa and even America* (Appendix v, 473).

(²) Veja-se o longo e importante trabalho do sr. visconde de Vila Maior, *Estudo chymico das sementes de amendobi (Arachis hypogæa)* nas *Mem. da Ac. Real das Sc. de Lisboa*, XVIII, nova série, tomo I, parte 1.ª.

(³) Sobre os processos de cultura em Angola veja-se Monteiro, *Angola*, etc., I, p. 130; e em relação a Moçambique, O'Neil no *Bol. da Soc. de Geogr. de Lisboa*, 4.ª série, p. 25.

Servem-se igualmente do óleo, que sabem extrair destas sementes, para tempero das comidas e outros usos domésticos. A extracção do óleo é feita de modo muito imperfeito. O processo varia um pouco nas diversas regiões, mas, de um modo geral, é o seguinte: as sementes são pisadas em grandes almofarizes de madeira, e reduzidas a uma pasta, que depois misturam com água quente em vasilhas chatas; esperam que o óleo venha juntar-se à superfície da água, e vão pouco a pouco tirando o que sobrenada com colheres de pau, e lançando-o em outra vasilha.

Além das quantidades consideráveis consumidas na África, exportam-se grandes porções, empregadas na Europa, e principalmente em Marselha na extracção do óleo. Dos estabelecimentos franceses da Senegâmbia saem avultadas quantias; na Guiné portuguesa também a *jinguba* — ali chamada *mancarra* — constitui o principal produto de exportação, podendo computar-se a produção em 12.000 toneladas (*Relatório* do governador, respectivo ao ano de 1882 a p. 251); dos portos de Angola e dos de Moçambique exporta-se igualmente este produto vegetal. Parece, no entanto, que o preço não tende a elevar-se e que outros produtos oleosos fazem nos mercados europeus concorrência vantajosa à *jinguba*, o que tem lançado uma certa desanimação nesta cultura ⁽¹⁾.

CAIÁLA CAMOCHI. — *Uraria picta* (Jacq.) Desv. Journ. de Bot. I, 123; Baker l. c. 169

Um vegetal herbáceo, robusto, das regiões do Golungo Alto e Ambaca, e que se encontra também na Zambézia e em S. Tomé.

Os Negros atribuem-lhe notáveis qualidades afrodisíacas, e o seu nome, que significa *um rapaz*, ou de *cada vez um rapaz*, deriva-se das suas supostas virtudes.

GRÃO DE BICO. — *Cicer arietinum* L. Sp. Pl., I, 738; Baker l. c. 172.

Cultiva-se, ainda que não frequentemente, em Moçâmedes, onde a sua introdução deve ser recente. Na *Flora of tropical Africa* diz-se que é «*grown extensively in Angola*»; mas Welwitsch afirma que a sua cultura é pouco geral.

⁽¹⁾ A média anual do amendoim exportado de 1935 a 1939, época que se pode considerar normal, foi para a Guiné 25.465.374 Kg. para Angola 507.872 Kg. e para Moçambique 25.887.585 Kg., a que corresponderam respectivamente os valores 17.870.540\$00, 531.667\$00 e 27.206.401\$00. De 1940 a 1943 apenas a Guiné continuou a exportar grandes quantidades, em Angola manteve-se e em Moçambique decaiu muito.

ERVILHA. — *Pisum sativum* L. Sp. Pl. I, 727; Baker l. c. 174 in adn.

Cultivada em diversas partes da província de Angola, de modo bastante geral e já em algumas localidades tornada subspontânea.

CHÍCHARO. — *Lathyrus sativus* L. Sp. Pl. I, 730; Baker l. c. 174.

Subspontâneo em alguns campos de Moçâmedes onde, sem dúvida foi introduzido, à mistura com outras sementes da Europa. Encontra-se sobretudo esporádico nos campos semeados de *Cicer arietinum*.

Tanto esta, como as duas plantas precedentes, se encontram dentro dos limites da influência portuguesa, sendo cultivadas pelos colonos, e não tendo nome nas línguas de Angola, nem pertencendo propriamente à agricultura do africano.

JIFINGO. — *Abrus precatorius* L. Syst. Nat., ed. 12 II, 472; Baker l. c. 15.

Planta muito espalhada pelas regiões tropicais, cujas sementes de cores vivas são, às vezes, empregadas como ornato. Parece que os Cabindas lhe dão o nome de *nfingo*, no plural *jifingo*.

Encontra-se também na província de Moçambique, nas ilhas de Querimba, onde lhe chamam *muanassa-musambere*.

MOLUNGO. — *Erythrina suberifera* Welw. ex Baker in Oliv. l. c. 183.

Uma árvore pequena do Golungo Alto, principalmente do sobado de Mussengue. Madeira aproveitável, como também poderá ser a espessa camada suberosa, ou *cortiça*, que reveste o seu tronco e ramos.

Os Negros empregam o cozimento da casca e da raiz desta pequena árvore no tratamento das afecções sifilíticas já antigas.

QUICUTA. — *Mucuna pruriens* (L.) DC. Prod. II, 405; Baker l. c. 187.

Planta muito espalhada pelas regiões tropicais, frequente em Angola e também na Zambézia. Os pelos de que está revestida causam na pele um prurido extremamente desagradável.

FEIJÃO. — *Phaseolus* sps.

O *feijoeiro* cultiva-se com frequência nas diversas províncias da África portuguesa, e os *feijões* são alimento ordinário de indígenas

e colonos, no Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, etc. Como, porém, esta palavra feijão designa na linguagem ordinária, não só as sementes das diversas espécies do género *Phaseolus*, como também as de espécies do género *Dolichos*, do género *Cajanus*, e ainda de outras leguminosas, é muito difícil saber quais sejam as castas, espécies ou mesmo géneros, a que as relações de viagens, relatórios, ou outros documentos se referem. Seguindo as indicações de Welwitsch temos que:

— o *Phaseolus lunatus* L. é cultivado, particularmente, nas terras do Golungo Alto, pelos colonos e também pelos Negros. Algumas vezes se encontra espontâneo, mas como resto de antigas culturas, *in arvis relictis prope Cambondo* (Welw.). Chamam-lhe os Portugueses *feijão espadinho*. Não é a sua cultura das mais gerais em Angola, e admira, porque a espécie está hoje largamente espalhada pelos trópicos de todas as partes do Mundo e é frequente em outras localidades de África.

— o *Phaseolus adenanthus* E. Meyer, é cultivado em Pungo Andongo. Não temos exemplares nem notícia de outra localidade.

— o *Phaseolus vulgaris* L., feijoeiro ordinário, é cultivado com frequência em todos os distritos de Angola, em Moçambique e outras províncias da África portuguesa. Em Angola existe um grande número de variedades, diferindo nas dimensões, formas e cores das sementes. A maior parte destas sementes foram de certo introduzidas de Portugal ou do Brasil, mas algumas se formaram talvez já na África, em resultado de uma cultura antiga. Não se tem encontrado esta espécie no estado realmente espontâneo, e a sua origem é bastante duvidosa, conquanto no seu último trabalho o sr. A. de Candolle se incline um pouco à procedência americana (*Origine*, etc., 270).

— o *Phaseolus trilobus* Ait. cultiva-se na Zambézia. É uma espécie muito conhecida e muito cultivada na Ásia tropical, e particularmente na Índia, de onde sem dúvida os Portugueses a levaram para as suas possessões de Moçambique em tempos antigos.

Da existência do *Phaseolus Mungo* L. nas terras portuguesas não tenho notícia, mas é bastante cultivado na África tropical, sobretudo da zona oriental e muito provável que se encontre em Moçambique.

Faltam-me completamente os materiais para deslindar de um modo satisfatório a natureza botânica de outros feijões da África portuguesa, conhecidos sob variados nomes vulgares.

VIGNA NILOTICA Hook fil.; Baker l. c. 204.

Esta pequena leguminosa, trepadeira, cujas sementes são alimentares, cultiva-se nas terras portuguesas da Zambézia; encontra-se

também na Senegâmbia e provavelmente na nossa Guiné. Ignoro o nome vulgar, usado nas colónias portuguesas; na região dos lagos chamam-lhe *cundé*.

MACUNDI. — *Vigna Catjang* Walp in *Linnaea*, XIII, 533. — *V. sinensis* Endl.; Baker l. c.

Esta espécie, muito semelhante à precedente da qual se distingue principalmente pelos frutos mais compridos e sementes mais numerosas, é geralmente cultivada nos trópicos. Na África a sua cultura é muito comum; encontra-se em Angola, no Libongo, vizinhanças de Luanda e Golungo Alto, e cultiva-se igualmente na Zambézia.

Chamam-lhe os Negros *macundi* — que é o plural de *licundi*, forma pouco usada — e os colonos portugueses *feijão macundi*. Pode notar-se que esta palavra *macundi*, suprimida a prefixa, é semelhante ao nome da espécie precedente, empregado em regiões muito afastadas.

VIELO. — *Voandzeia subterranea* Thouars ex DC. Prodr., II, 474; Baker l. c. 207.

Esta pequena planta tem a vegetação singular da *Arachis hypogaea*, desenvolvendo os frutos debaixo da terra. É geralmente cultivada por toda a África tropical, onde sem dúvida é indígena, conquanto se não encontre hoje claramente espontânea. Como, porém, as suas sementes são menos oleosas que as da *Arachis*, e mais duras e indigestas, tem sido um pouco abandonada e substituída por aquela espécie de superiores qualidades.

A sua semelhança com a *Arachis hypogaea* fez com que algumas vezes fosse designada pelos mesmos nomes, o que, como vimos, é mais um elemento de confusão na complicada questão da pátria daquela planta. Assim em Angola chamam-lhe às vezes *jinguba de Cambambe* (Welw. *Apont.* 573), e no Brasil chamaram-lhe *mandubi de Angola* (Marcgraf. *Hist. nat. Brasi.*, 43). Tem no entanto os seus nomes especiais como é o de *jugu maué*, usado na África oriental e que parece derivar da dureza da semente (Grant. *Trans. Linn. Soc.*, XXIX, 8), e o de *vielo*, usado em Angola.

Na nossa província é unicamente cultivado nas terras altas do interior, em Cambambe, Ambaca e Pungo Andongo.

Em uma notícia interessante, sobre os povos da Huíla e margens do Cunene, dada por Brochado (*Ann. do cons. ult.*, Dezembro 1855), diz-se que já mesmo sobre o Cunene alguns cultivam um feijão subterrâneo, parecido com o mendubi, ao qual chamam *lingomene*. Deve ser a *Voandzeia*.

MABALA. — *Psophocarpus longepedunculatus* Hassk. Pl. Jav. Rar., 388; Baker l. c. 208 — *P. Mabala* Welw. *Apont.* 589.

Cultivado geralmente nas regiões tropicais por causa das suas sementes alimentares. Em Angola cultiva-se no Ambriz, Libongo e terras de Luanda. Encontra-se também em cultura na Zambézia.

FEIJÃO CUTELINHO. — *Dolichos Loblab.* L. Sp. Pl., 725; Baker l. c. 210.

Esta espécie cultiva-se em todas as regiões tropicais e é muito frequente na África. Nas colónias portuguesas encontra-se nas Ilhas de Cabo Verde, em diversas partes de Angola, como Barra do Bengo, arredores de Luanda, e vale do Giraúl da região de Moçâmedes e igualmente na Zambézia.

Parece ser perfeitamente espontâneo em variados pontos da África, e a sua habitação na parte elevada do monte Verde da Ilha de S. Vicente, assim como nos montes mais altos da Ilha de Santo Antão (Schmidt *Beiträge*, etc., 333) é bem significativa a tal respeito. Segundo se depreende das notas do herbário, Welwitsch considerou-a também espontânea em vários pontos de Angola.

DONGALUTA. — *Dolichos Dongaluta* Welw. ex Baker in Oliv. l. c. 214.

É uma planta do Golungo Alto e Pungo Andongo, algumas vezes cultivada pelos Negros, que atribuem aos seus rizomas carnosos uma acção eficaz contra as anginas gangrenosas.

JINSONGE. — *Cajanus Cajan* (L.) Millsp in Publ. Field Mus. N. H. Sa II 53. — *C. indicus* Spreng.; Baker l. c. 216.

Cultivado, por causa das suas sementes alimentares, em quase todas as regiões tropicais. Encontra-se nas colónias portuguesas, no Arquipélago de Cabo Verde, na Ilha do Príncipe, em Angola, e na Zambézia. Welwitsch considera este arbusto realmente espontâneo em Angola, tanto no território de Luanda como no Golungo Alto, e de feito a sua qualidade de planta indígena da África parece provável (De Candolle *Orig.* 266).

Welwitsch escreve o nome *quinsonge* e *jinsonge*; a última forma — que deve ser um plural — parece-me mais correcta.

MUXIRI. — *Eriosema Muxiria* Baker l. c. 229 — *Muxiria utilis* Welw. *Apont.* 575.

Um arbusto erecto, pubescente, a que os cachos de flores com cálices sedosos dão um aspecto particular. Espontâneo em diversas localidades, particularmente nas margens do Cuanza, e também

cultivado pelos Negros de Pungo Andongo, que se servem das suas raízes para dar gosto à *oala* ou *oalua*, espécie de cerveja, fabricada geralmente com o milho ou o sorgo e da qual tratarei a propósito destas plantas.

PAU QUIZEMBA. — *Dalbergia hostilis* Benth. in Journ. Lin. Soc., IV Sup., 33; Baker l. c. 232.

Uma robusta planta trepadeira, com o tronco lenhoso, achatado, armado de fortes espinhos. Habita nas florestas do Golungo Alto.

MUMPINGUÉ. — *Dalbergia melanoxylon* Guill. et Perr. l. c. 227; Baker l. c., 233.

É uma árvore de dimensões medianas, que provavelmente habita as terras da Guiné Portuguesa, pois se encontra na região vizinha da Senegâmbia Francesa, onde os Negros lhe chamam *dialambam*. Foi observada pelo dr. Peters nas proximidades de Sena, e depois por Kirk e Meller em outros pontos da Zambézia, onde é conhecida pelo nome acima citado.

A madeira desta árvore é rija, muito duradoura e de cor negra, razão pela qual lhe têm dado em diversas partes o nome de *ébano*. É esta madeira o *ebéne du Sénégal* do comércio francês que tem um valor elevado.

O género *Dalbergia* é rico de boas madeiras, e parece que de alguma ou algumas das suas espécies procede na América, em parte, a bem conhecida e muito apreciada *palissandre*, à qual nós damos o nome de *pau santo*, devendo no entanto advertir que esta última designação se tem aplicado de modo vago a lenhos de mui diversas procedências.

Na Ilha do Príncipe existe uma árvore deste género, de aspecto e porte muito parecido com o das maceiras — a *Dalbergia Ecastaphyllum* (L.) Taub., *D. malifolia* Welw. (1). Em Ambaca existe outra espécie, que é também uma árvore — a *Dalbergia nitidula* Welw. Ignoro completamente os seus nomes vulgares e não sei se as suas madeiras são aproveitadas e recomendáveis, mas é de crer que possam caracteres bastante gerais do género, e portanto poderiam ser exploradas valendo de certo a pena examiná-las e exprimentá-las.

(1) Exell, l. c., p. 164, dá-lhe o nome vernáculo de *popian*, em S. Tomé.

Pelo que diz respeito à *D. melanoxylon* da Zambézia e — provavelmente — da Guiné, o caso é diverso e podemos desde já afirmar o seu valor, pois sabemos que é bem conhecida e cotada no comércio por um preço elevado.

MULUMBA. — *Pterocarpus mellifer* Welw. *Synopse* 14; Baker l. c. 239.

É uma grande e vistosa árvore que começa a encontrar-se de Pungo Andongo para o interior, em direcção às ilhas Calembas do Cuanza, a Sanza, etc., sendo por estas localidades e, ao que parece, pela região do Songo bastante frequente. O dr. Welwitsch notou que as abelhas procuram os grandes cachos de flores amarelas e perfumadas desta espécie, e que os indígenas, conhecendo esta predilecção, costumam pôr as suas colmeias junto dos troncos da *Mulumba*. Desta circunstância derivou ele o nome que deu à espécie.

É bem sabido que a cera constitui um dos importantes artigos de exportação pelos portos de Luanda e Benguela, vindo pela maior parte de regiões muito internadas. Só de Cassange saem anualmente em direcção a Luanda, segundo observaram os srs. Capelo e Ivens, de 200 a 250 cargas — de 4 arrobas — de cera, a qual procede principalmente do Songo e terras dos Ganguelas. Efectivamente aqueles viajantes notaram, que no caminho do Quioco para Cassange pelas proximidades do Songo Grande, havia uma enorme quantidade de abelhas, a ponto de se tornarem um verdadeiro flagelo. Parte destas abelhas é propriedade dos indígenas, os quais colocam os seus cortiços — *uondé* — pelos matos, junto dos troncos das árvores, e mais particularmente da *mulumba*, e os tratam, enxameiam e crestam no tempo competente, vendendo a cera às quibucas, que vêm à costa, e comendo o mel — *uitchi* — ou fabricando com ele uma bebida especial fermentada e intoxicante — o *quin-gunde*. Tanto o dr. Welwitsch como os srs. Capelo e Ivens notaram o respeito religioso que os viajantes indígenas manifestam pela propriedade destes cortiços, mesmo quando os encontram espalhados pelas florestas e longe das povoações.

Além das abelhas domésticas, ou que têm proprietário, há muitas que enxameiam livremente pelas florestas nas tocas das árvores; e parece que estas algumas vezes procuram também os troncos da *mulumba*. Contam Capelo e Ivens que os Negros da sua comitiva travaram um dia combate renhido com as numerosas abelhas, abrigadas nas cavidades dos troncos de algumas velhas *taculas* (*De Benguela*, etc., I, 327). Sob este nome de *tacula* os viajantes indicaram provavelmente o *Pterocarpus mellifer*, que difere da

verdadeira *tacula*, em caracteres botânicos pouco aparentes, nos quais muito naturalmente não repararam.

TACULA. — *Pterocarpus tinctorius* Welw. *Apont.* 584; Baker l. c. 239.

Uma árvore bastante elevada, que se encontra em Angola, no Libongo, Zenza do Golungo, Golungo Alto, Pungo Andongo, e parece estender-se bastante para os sertões do centro e norte. É bem conhecida dos Portuguezes pelo nome de *tacula*, sendo pelos Negros mais geralmente chamada *lucula* ou *hula*, e em Pungo Andongo *muangue* ⁽¹⁾.

A madeira de *tacula* é vermelha ou esbranquiçada com veios vermelhos, sendo de muito boa qualidade e procurada para trabalhos de marcenaria.

Os Negros fazem um comércio activo deste pau, transportando-o em bocados ou achas para grandes distâncias; e é raro o mercado ou quitanda onde se não encontra à venda. Dizem os srs. Capelo e Ivens, falando das terras de Ginga: «A *tacula* é talvez um dos mais importantes artigos de comércio a julgarmos pelos indivíduos que encontrámos carregando pilhas desta madeira...».

Deste pau de *tacula* obtêm, pela fricção prolongada sobre uma pedra, um pó fino, a que dão usos diversíssimos. Em primeiro lugar consideram-no um remédio tónico eficaz, que applicam, como verdadeira panacea, no tratamento de mui variadas doenças; ligando-lhe também certas ideias supersticiosas, pois o fazem entrar na confecção dos seus misteriosos feitiços.

Pela infusão deste pó, ou pela sua simples mistura com um óleo preparam tintas vermelhas, empregadas de modos variados. Algumas tribos usam pintar as carapinhas com esta tinta, enquanto outras só pintam a pele. As elegantes de algumas partes de Angola costumam, em dias de festa, pintar os pés de vermelho, imitando sapatos (Welw. *Synopse*, 33). Explica-se a predilecção por este ornato singular, pelo facto de o calçado ser por aquelas regiões a

⁽¹⁾ A *Tavilla* de Duarte Lopes, que se encontrava, segundo ele diz, na região do Zaire, é talvez a *tacula*... *È gran quantità di sandalo rosso & griso, il rosso è nomato Tauilla, & il griso che è il più pregiato Chicongo* (*Rel.*, p. 14). Do sândalo cinzento ou quicongo falaremos a seu tempo; quanto ao vermelho bem podia ser a *tacula*. Em lhe chamar sândalo vermelho andava o nosso autor mui acertadamente, pois o verdadeiro sândalo vermelho pertence a espécies deste mesmo género *Pterocarpus*.

suprema distinção, a ponto de um preto, depois de calçado, se intitular, gravemente, branco.

À pintura com a *tacula* devem ser dúvida ligar, além das idéias de simples elegância e ornato, alguma significação supersticiosa, para não dizer religiosa, o que se prova pelo facto destas pinturas serem usadas nos actos principais da vida. Assim as crianças são várias vezes pintadas por todo o corpo, logo à nascença. Assim também nas cerimónias do casamento, ou *lembamento*, a *tacula* representa um papel importante; a noiva é encerrada durante oito dias em uma cubata especial, ficando entregue aos cuidados do *nganga*, ou de uma velha perita em tais casos, os quais iniciam a repariga nos seus novos deveres, e a põem completamente nua, untando-a com várias drogas, e pintando-a com *tacula* (Sarmento, *Serviões de Africa*, p. 85). Em algumas partes a cubata especialmente destinada a estas cerimónias ante-nupciais tem o nome de *casa da tinta*.

O principal consumo da *tacula* é, porém, no preparo das fazendas, que se usa geralmente. Na Ginga, por exemplo, fazem uma infusão do pó da *tacula* em um óleo, mergulhando aí os panos durante alguns dias e secando-os depois ao sol. Dizem eles que assim preparados duram mais tempo e ficam mais frescos. Este preparo dá-lhes o aspecto de um encerado, e torna-os talvez impermeáveis, mas comunica-lhes um cheiro insupportável, devido ao óleo rançoso. (Veja-se Capelo e Ivens, *De Benguela*, II, 59).

NGILA-SONDE. — *Pterocarpus erinaceus* Poir. in Lam. Encycl. Meth., V., p. 728; Baker l. c.

Uma árvore de dimensões consideráveis, que habita a Senegâmbia, a região do Níger e a nossa província de Angola. Aqui encontra-se na zona elevada; em Pungo Andongo, onde lhe chamam *ngila-sonde* ou *mutete*, e em maior abundância na Huila, entre a Umpata e Lopolo, onde lhe dão o nome de *miraonde* ou *munhaneca*.

A madeira desta árvore é rija, pesada, de cor vermelha escura, e apta para diversos empregos ⁽¹⁾. Dela fabricam os indígenas alguns objectos de uso doméstico, como também as suas armas de guerra, especialmente as *massas* (Welw. *Synopse*, 20).

⁽¹⁾ É empregada na marcenaria, e sobretudo na tinturaria. Desta madeira, conhecida no comércio pelo nome de *sândalo vermelho de Africa*, se exportam para a Europa carregamentos consideráveis, provenientes das colónias francesas da África ocidental, e particularmente do Gabão.

Dos troncos desta espécie exsuda resina cor de sangue, — ou espontaneamente ou em maior quantidade quando nesses troncos se fazem cortes ou incisões —, a qual os indígenas empregam no tratamento das feridas e levam à costa, vendendo-a aos farmacêuticos e comerciantes que lhe dão o nome de *sangue de drago* (Welw. *Synopse*, 37).

Esta substância não é o verdadeiro *sangue de drago*, mas é, ou pelo menos foi, o verdadeiro «kino».

Pelos meados do século passado, primeiro Moore e, um pouco mais tarde, Fothergill deram notícia de uma resina, procedente das terras de Gâmbia, que dali fora enviada como uma espécie particular e rara de *sangue de drago*, a que os Mandingas chamavam *cano*. Tempos depois, o célebre viajante Mungo Park obteve exemplares da árvore que produzia a resina, e reconheceu-se ser o *Pterocarpus erinaceus* Poir. Foi esta droga usada durante anos nas farmácias, e reconhecida como o verdadeiro e legítimo «kino», mas tornando-se rara, foi pouco a pouco substituída pelo produto do *Pterocarpus Marsupium* Roxb. da Índia, do qual procede hoje todo, ou quase todo o «kino» das farmácias, que é aplicado como medicamento adstringente.

É certo que o «kino» africano possui todas as qualidades da droga da Índia e os autores da *Pharmacographia* dizem que, em solubilidade e caracteres químicos, não encontraram diferença entre as duas substâncias. Sendo a árvore abundante na Huila, seria de certo possível trazer esta droga aos mercados da Europa em condições remuneradoras (1).

MUTALA MENHA. — *Lonchocarpus sericeus* (Poir.) Kunth ex DC. Prod. II, 260.; Baker l. c. 241 — *Millettia speciosa* Welw. *Apont.* 585.

Por este mesmo nome vulgar se designam, como vimos, algumas espécies do género *Millettia*; mas esta é a legítima *mutala-menha*, à qual o nome se aplica mais geral e constantemente.

(1) Sobre esta substância e os *kinos* em geral, veja-se Goibourt, *Hist. nat. des drogues simples*, III, 408 e 426; Flück. et Hanb., *Pharmac.*, 170; e um artigo de Daniell no *Pharmaceutical journal*, XIV, 35. Segundo diz Guibourt a árvore era conhecida na África por um nome português — o de *pau de sangue*.

É uma árvore grande, formosíssima, que constitui um dos principais ornamentos do sertão angolense, sobretudo quando se acha coberta por numerosos cachos de flores roxas, sedosas, e prateadas pela parte de fora.

Encontra-se com bastante frequência nas terras de Angola, particularmente nos terrenos fundos e frescos das margens dos rios; tanto na zona litoral nas margens do Quizembo, do Lifune, do Dande, do Bengo, etc.; como na região alta de Cazengo, ao longo do Luinha e de outras ribeiras. Desta predilecção pelas proximidades dos rios, procede sem dúvida uma parte do seu nome — *menba*, que significa água. Os Negros de Cazengo dão-lhe às vezes o nome de *seca-seca*.

A madeira desta árvore é bastante estimada, empregada no fabrico de cabos de ferramentas, de utensílios domésticos e, sendo particularmente duradoura quando permanece mergulhada, é geralmente preferida para a construção das pontes mais ou menos grossas, lançadas pelos indígenas sobre alguns pequenos rios.

Os cozimentos da raiz de *mutala-menba* são um conhecido e celebrado remédio anti-escorbútico, e a água em que esteve de infusão é empregada com bom resultado na lavagem das feridas de mau carácter. Estas propriedades medicinais — geralmente conhecidas em Angola — não são mencionadas por Welwitsch e, portanto, eu não tenho meio de saber se se referem a esta planta ou a alguma das espécies de *Millettia*, pois a todas chamam *mutala-menba*. É no entanto provável que se refiram ao *Lonchocarpus*, ao qual aquele nome se aplica mais habitualmente.

Temos no herbário um exemplar (n.º 1.841) da árvore a que em S. Tomé dão o nome de *colema*, colhido por Welwitsch nas alturas de Monte Café. Parece-me pertencer à variedade β desta espécie — *L. formosianus* DC. (1) — mas as suas folhas são bastante maiores que as dos exemplares de Angola e, não tendo flores, pode deixar-nos em alguma dúvida.

CAPASSA. — *Lonchocarpus Capassa* Rolfe in Matabele Land. ed. 2, 397. — *L. laxiflorus* Guill. et Perr. var. *sericeus*; Baker l. c. 242. — *Capassa violacea* Klotzsch.

(1) Considerado sinónimo de *L. sericeus*.

É uma árvore de medianas dimensões que se encontra na Zambézia, onde tem o nome vulgar citado. Nas terras de Angola, existe uma variedade da mesma espécie.

Baphia angolensis Welw. ex Baker l. c. 249.

É uma árvore mediana das florestas do Golungo Alto. Não sei quais sejam as propriedades da sua madeira e cito-a unicamente para chamar a atenção sobre o seu valor ou utilidade provável.

Uma espécie vizinha — a *Baphia nitida* Afz. — fornece a madeira de *cam*, ou *cam-wood* dos Ingleses, que é empregada na tinturaria e é objecto de um comércio importante na Serra Leoa. Outra espécie — *B. pubescens* Hook.; *B. laurifolia* Baill. — fornece a madeira de *mpano*, empregada igualmente na tinturaria e sobre a qual se fazem transacções consideráveis na costa da Mina.

É pois possível e mesmo provável que a madeira da *Baphia angolensis* tenha iguais propriedades, e valeria a pena examinar se assim é porque poderia, nesse caso, dar lugar a uma exploração lucrativa.

MUCOMBÉ. — *Swartzia madagascariensis* Desv. in Ann. Sc. Nat. IX, 424; Baker l. c. 257.

É uma árvore mediana, tendo madeira de regular qualidade, que se encontra na Huila e em Pungo Andongo, onde lhe dão o nome citado.

Os exemplares da Huila são completos, e a sua determinação é segura; quanto ao exemplar de Pungo Andongo não tem flores e algum tanto se afasta do tipo, mas é provavelmente uma simples forma da mesma espécie.

MANGA BRAVA dos Portugueses; MUTONDO dos Negros. — *Cordyla africana* Lour. Fl. Cochinc., 412; Baker l. c. 257; Klotzsch in Peters *Reise Moss. Bot.*, p. 17, t. 4.

É uma árvore de tronco grosso, tendo a casca suberosa, cinzenta e dando um fruto do tamanho de um limão, amarelado, succulento por dentro e comestível.

Encontra-se na Zambézia, serras de Lupata, territórios de Tete e de Sena, e também em Sofala. Os nomes vulgares que cito são os dados pelo dr. Peters.

Esta espécie encontra-se igualmente na Senegâmbia e, portanto, é provável que exista na Guiné portuguesa.

CÆSALPINIACEAS

SAGE ou SASSE. — *Mezoneurum angolense* Welw. ex Oliver
Fl. of Trop. Afr., II, 261.

Um arbusto trepador, espinhoso, que se encontra no Golungo Alto, Ambaca e Pungo Andongo. Dão o mesmo nome a uma espécie parecida, o *M. Welwitschianum* Oliver.

O *M. angolense* foi semeado no jardim da Escola Politécnica, onde prospera e floresce — sem ter dado por enquanto sementes perfeitas — sendo muito apreciável como planta ornamental (¹).

Cæsalpinia pulcherrima (L.) Sw. Obs. Bot., 166; Oliver l. c. 22 — *Poinciana pulcherrima* L.

Uma pequena árvore, bem conhecida, que se julga ser de origem asiática e hoje se cultiva nas regiões quentes e temperadas de grande parte do Globo. Em Angola é bastante frequente, e já mesmo se tornou subespontânea em volta das habitações dos indígenas e dos colonos, por exemplo, nos arredores de Luanda ou de Benguela e em Pungo Andongo. É apreciada como planta ornamental e também medicinal. As infusões das suas folhas constituem um dos remédios purgantes mais geralmente empregados pelos curandeiros negros (Welw. *Synopse*, 52) e os cozimentos da raiz são considerados febrífugos (Welw. *Apont.*, 574).

Outro arbusto ou pequena árvore ornamental bem conhecida — a *Delonix regia* Raf., *Poinciana regia* Boj. — é também cultivada com certa frequência. Dizem que as suas sementes foram levadas para Angola de Moçambique e ali haviam provavelmente sido introduzidas da pátria da espécie, que é Madagáscar.

MOSSUÉ. — *Cassia Sieberiana* DC. Prodr. II, 489; Oliver l. c. 270 — *Cassia psilocarpa* Welw. *Apont.* 587.

(¹) Desaparecido.

Esta determinação está longe de ser satisfatória (1), pois os exemplares da planta angolense, procedentes de Pungo Andongo, são muito incompletos, no entanto parecem pertencer a esta espécie, à qual os refiro provisoriamente. Welwitsch refere-se evidentemente a esta planta nos *Apontamentos* a p. 575, mais adiante a p. 587, dando-lhe aí o nome de *C. psilocarpa*, e também na *Synopse* a p. 51.

É uma árvore pequena, mas muito bonita, que habita a região de Pungo Andongo, estendendo-se para o sul à região do Songo. e para o norte às terras do Congo oriental. Parece que os Negros chamam ao arbusto *mossambe* e ao fruto — que é uma vagem bastante longa — *mossué* ou *mossua*; os colonos dão-lhe às vezes o nome de *canafistula*.

Estas vagens são bastante semelhantes na forma às da *Cassia Fistula* L., mas não contêm a polpa adocicada e purgante que se encontra nas desta espécie, nem têm emprego medicinal. São procuradas pelos curandeiros indígenas, mas unicamente com o fim de lhes servirem de vara divinatória nas encantações a que procedem para reconhecerem a natureza e origem das doenças, encantações das quais não poucas vezes resultam acusações de feitiçaria, julgadas pelas provas judiciais de que ao diante falarei.

A *C. Sieberiana* encontra-se também na ilha de Santo Antão de Cabo Verde.

A *Cassia Fistula*, da qual procede a verdadeira *canafistula* das farmácias, é uma espécie aliada a esta. Parece ser indígena da Índia, de onde foi introduzida em vários pontos da região tropical. Encontra-se na ilha de S. Tiago de Cabo Verde, em resultado decerto de antiga cultura, e também em Moçambique.

FEDEGOSO dos Portugueses, MUNHANOCA e MAIOBA dos Negros. — *Cassia occidentalis* L. Sp. Pl. I, 377; Oliver l. c. 274.

É um pequeno arbusto, tendo dois a três anos de duração, muito espalhado pelos trópicos do velho e novo Mundo. Encontra-se no arquipélago de Cabo Verde, nas ilhas de S. Tiago e Santo Antão; é frequente em Angola, particularmente em volta das povoações, por exemplo, no Ambriz, território de Luanda, e Golungo Alto e habita também na província de Moçambique.

(1) Exell, l. c., p. 167, diz que os exemplares welwitschianos são insuficientes para ter a certeza na identificação, confirmando assim a opinião de Ficalho.

O nome empregado pelos Portuguezes, que deriva do cheiro desagradável da planta, é muito espalhado, e conhecido em Angola, Moçambique e também no Brasil. O nome indígena encontra-se escrito na forma citada e também na forma *mudianboca*.

As raízes desta planta são intensamente amargas e empregadas como sucedâneo da quinina, no tratamento das febres intermitentes.

Das sementes torradas se prepara uma bebida semelhante ao café, que parece gozar de propriedades febrífugas (Monteiro, *Angola, etc.*, II, 249). Esta infusão não é tomada simplesmente como remédio, mas parece ser bastante agradável ao gosto. Welwitsch afirma tê-la bebido com prazer «*a me ipso et cum gustu haustum*». Livingstone fala também do seu uso na Zambézia, em substituição do café. Nos estabelecimentos ingleses do rio Gâmbia é conhecida com o nome de *negro coffee* (*Kew report*, 1877, p. 39). Nas Antilhas, na ilha Domínica, a planta tem os nomes de *herbe puante* e de *café marron*; e o dr. Nicholls gaba muito o gosto da infusão das suas sementes, dizendo que mal se pode distinguir do verdadeiro café (*Kew report*, 1881, p. 34).

Cassia obovata Colladon Hist. Cass. Med., 92; Oliver l. c. 277.

Esta espécie, da qual provém, em parte, o *sene* das farmácias e do comércio, encontra-se em diversos pontos da África, particularmente na Núbia, Senaar e Cordofão, de onde é trazida para a Europa. Welwitsch encontrou-a na região litoral do meio dia de Angola, desde Benguela até Moçâmedes. É também comum no arquipélago de Cabo Verde, nas ilhas do Sal, Boa Vista, S. Vicente e Santo Antão.

Cassia angustifolia Vahl Symb. Bot., I, 29; Oliver l. c. 279.

As folhas desta espécie constituem também, em grande parte, o *sene* das farmácias. Encontra-se na Arábia meridional e no norte da Índia, tanto espontânea como cultivada.

É frequente em volta de Tete, e mesmo nas ruas da povoação (Kirk).

SALAMBÁ. — *Dialium guineense* Willd. in Roem. Archi., I, 30; Oliver l. c. 283.

É uma árvore pequena da Senegâmbia, Serra Leoa e costa da Mina, sendo portanto provável que se encontre na Guiné portuguesa; temos exemplares da ilha de S. Tomé, onde os Negros lhe dão o nome de *salambá* (Welw.), e habita também a ilha do Príncipe (Mann).

O fruto, coberto por fora de tomento aveludado, contém uma polpa ácida agradável, e é conhecido na Serra Leoa pelo nome de *velvet tamarind*.

Dialium angolense Welw. ex Oliver l. c., 283.

Uma árvore mediana da região do Pungo Andongo, abundante nas proximidades do Cuanza e ilhas Calembas. O fruto — como em geral toda a planta — é muito semelhante ao da espécie antecedente, sendo geralmente comido pelos Negros e chamando-lhe às vezes os Portugueses *tamarindo de veludo*.

MULOLO. — *Bauhinia reticulata* DC. Prodr. II, 515; Oliver l. c. (errore *articulata*) — *Locellaria baubinioides* Welw. Apont. 588.

Uma árvorezinha bastante copada, muito espalhada pela África tropical. Nas possessões portuguesas encontra-se: em Angola bastante frequente em quase toda a zona elevada do Golungo Alto, Ambaca, Pungo Andongo e Huila; na Zambézia e vale do Chire. Em volta de Luanda é às vezes cultivada por alguns curiosos, por causa das suas propriedades medicinais. O seu nome vulgar mais geral é o de *mulolo*, mas os Negros do Golungo Alto chamam-lhe também *musacanca*.

A sua casca é adstringente e empregada em cozimentos, internamente, contra febres intermitentes, e, externamente, no tratamento de feridas e úlceras. É para este último caso um remédio muito louvado e conhecido, e Welwitsch afirma a sua eficácia por experiência própria (*Synopse*, 32).

A casca contém uma substância corante, e pode também fornecer fibras duras e resistentes.

QUEIRA. — *Bauhinia Serpæ* Fic. et Hiern. in *Trans. Linn. Soc.* 2.^a série II. 20.

Planta de frutos comestíveis — segundo o sr. Serpa Pinto — da região central, margem do Ninda.

PANDA — *Berlinia* sps. et *Brachystegia* sps.

Segundo as observações muito interessantes do dr. Welwitsch, as matas da zona angolense, a que elle dá o nome de 3.^a região — ou região do planalto, nas proximidades de 1.000 metros de altitude — diferem sensivelmente no seu aspecto e constituição das da 2.^a região, ou região montanhosa. Estas são mais ricas de espécies, de composição mais variada, e de vegetação talvez mais valente e luxuriosa; aquelas são mais uniformes, dominando algumas vezes

uma só espécie em vastas extensões. Nos planaltos de Pungo Andongo, e dali para o interior, as árvores da família das Cæsalpiniáceas são particularmente abundantes. Pela sua reunião constituem florestas de uma fisionomia e carácter fitográfico bem diverso das florestas mais densas e muito mais variadas do Golungo Alto, Dembos ou Cazengo. A estas florestas, em que predominam as Cæsalpiniáceas, e particularmente certas espécies, dão o nome de *matas de panda*. De modo que este nome de *panda* é colectivo numa larga accepção da palavra. São, porém, as espécies do género *Berlinia* as árvores que mais habitualmente recebem esse nome, conquanto às vezes se estenda a espécies de *Brachystegia*, ou mesmo de outros géneros. Vejamos quais são as principais:

— *Berlinia paniculata* Benth. *Trans. Linn. Soc.* XXV, 311; Oliver l. c. 295.

Uma árvore de dimensões medianas, não excedendo geralmente 30 pés de altura, mas alargando bastante a sua copa de folhas coriáceas e rígidas. É frequente na região de Pungo Andongo, e também na Huila e Caconda.

É esta — segundo diz Welwitsch no herbário — a legítima e verdadeira *panda*, contudo tem o nome particular de *mutóé* pelo qual se designa mais especialmente e se distingue das variadas *pandas*.

— *Berlinia angolensis* Welw. ex Benth. l. c. 310; Oliver l. c. 296.

Uma árvore mediana, bastante semelhante no porte à precedente, tendo os folíolos das suas folhas compostas maiores e menos rígidos. É frequente pela região de Pungo Andongo, e representada ali por duas variedades que diferem principalmente na forma dos folíolos. Constitui parte das chamadas *matas de panda*, e distingue-se pelo nome particular de *homoé*. Devo no entanto dizer que mesmo estas designações mais particulares se não aplicam rigorosamente e em toda a parte à mesma espécie; de Caconda recebi sob este nome de *homoé* exemplares da espécie precedente.

— *Brachystegia spicæformis* Benth. l. c. 312; Oliver l. c. 306.

É uma árvore pequena, mas copada, frequente no planalto da Huila e serra da Chela. Chamam-lhe ali *mupondo*, *umpanda*, *npanda*, o que prova que é abrangida na numerosa série das *pandas*. A sua madeira é, com frequência, empregada na construção das habitações ou cubatas do gentio e a casca serve-lhes para o curtimento dos couros, indústria que ali tem certa importância, pois os Bandombe, Banhaneca e Bancumbi possuem bastante gado vacum.

— *Brachystegia tamarindoides* Welw. ex Benth. l. c. p. 312; Oliver l. c. 307.

É uma árvore não muito elevada, mas ramificada e larga, tendo folhas compostas de numerosos e pequenos folíolos, e parecendo-se algum tanto com os *tamarindeiros*. Encontra-se não só na Huila, onde a observou Welwitsch, como já na região mais baixa do Dombe em direcção a Quilengues, donde os srs. Capelo e Ivens me trouxeram exemplares, dizendo que forma ali a base das florestas. Em Caconda — segundo exemplares e informações recebidas do meu amigo o sr. Anchieta — constitui igualmente uma das mais comuns essências florestais, e continua a ser frequentíssima pelas terras altas do Huambo, onde lhe chamam *osassa* e *ucuba* (Cap. e Iv. *Benguela*, I, 75).

Temos no herbário (n.º 571) exemplares de uma árvore a que dão em Pungo Andongo o nome especial de *muzamba*, mas é incluída na designação de *panda*, cuja madeira clara é de muito boa qualidade. Forma extensíssimas florestas tanto entre Condo e Quisonde como baixando para o Cuanza em volta de Sanza-manda. Entre os exemplares de Caconda também alguns se podem referir a esta forma. Os exemplares que Welwitsch trouxe à Europa — e também estes que depois recebi — não têm flores, e os seus folíolos são muito maiores que os da *B. tamarindoides* da Huila; no entanto o ilustre botânico Bentham, que os observou, inclina-se a considerá-los como pertencendo a uma simples variedade daquela espécie.

Vê-se pois que os géneros *Berlinia* e *Brachystegia* representam na arborização das terras elevadas de Pungo Andongo, Caconda e Huila um papel importante, sendo de crer que abundem igualmente na região intermédia, por enquanto muito mal conhecida.

TAMARINDEIRO. — *Tamarindus indica* L. Sp. Pl. I, 34; Oliver l. c. 308.

É uma grande e bela árvore, que cresce à altura de 60 ou 80 pés, tem folhas compostas de numerosos folíolos pequenos e cachos de flores cheirosas, amarelas, raiadas de vermelho. Do seu aspecto ornamental e das celebradas qualidades medicinais dos seus frutos, resulta o ter-se cultivado, naturalizado e espalhado por tal forma na zona tropical, que não é hoje fácil saber qual fosse a sua primitiva pátria. Parece ser verdadeiramente indígena na África tropical, e julga-se igualmente indígena em parte da Índia e em Java. Seja como for, é conhecida na África e na Ásia desde épocas antigas e é hoje muito comum na América.

Encontra-se mais ou menos frequente em quase todas as colónias africanas de Portugal; como nas ilhas de S. Tiago e Santo Antão,

onde é talvez naturalizada, e na ilha do Príncipe, onde porventura só existe cultivada. Em Angola é frequente, particularmente na região litoral e também na parte montanhosa até ao Golungo Alto e Cazengo, sendo em geral cultivada, e aparecendo espontânea, — porventura introduzida —, em um ou outro ponto. É do mesmo modo frequente em Moçambique, na ilha de Querimba, nos territórios de Sena e de Tete e região de Inhambane.

Os seus frutos, ou *tamarindos*, são umas vagens longas, que dentro do epicarpo duro, mas fino e frágil, contém uma polpa ácida, agradável ao gosto, que é refrigerante, levemente purgante, entra na constituição de vários preparados farmacêuticos, usados na Europa, e goza de uma grande nomeada em quase todas as regiões quentes, onde a planta hoje habita. Encontra-se no comércio a polpa de tamarindos, proveniente das Índias ocidentais, e conservada com a adição de uma certa quantidade de açúcar, e a que procede das Índias orientais, em geral, não contém mistura de açúcar.

Parece que os Gregos e os Latinos não conheceram os tamarindos; mas são mencionados nos antigos livros sanscríticos e foram depois familiares aos escritores árabes, os quais lhes chamaram tâmaras da Índia — *tamare hindî*, designação de onde procede o nome hoje usado em quase todas as línguas (¹).

(¹) Os tamarindos foram bem conhecidos dos Portugueses tanto na Ásia como na África. Tomé Pires, na sua carta de 27 de Janeiro de 1516, dirigida a El-Rei D. Manuel, menciona a abundância que havia em toda a terra do Malabar (*Jorn. da soc. pharm.*, II, 36).

Anos depois vê-se pelo Tombo do Estado da Índia, escrito por Simão Botelho, que na ilha de Goa os *tamarinhos verdes* andavam unidos à hortaliça, e os *tamarinhos sequos* à especiaria, no arrendamento ou contrato para o privilégio de venda (Felner, *Subsídios para a história da Índia Portuguesa*).

Garcia da Orta dá uma descrição minuciosa e exacta da árvore e do fruto, dedicando-lhe todo o *Colloquio LIII*.

Pelo que diz respeito à África oriental, temos uma menção da existência da árvore na Abissínia no ano de 1520, dada pelo padre Francisco Álvares. Diz êle, descrevendo a sua viagem, e logo nos primeiros dias depois de a embaixada partir do litoral do mar Vermelho para o interior «...caminhão sêpre por ribeiras secas, e dúa pte e da outra serranias muy altas e de grãde arvoredo de diversas nações, e sê fruito as de mais, por q̄ antre ellas ha algũas muy grãdes arvores que dã hũ fruito q̄ chamã tamarindos como cachos duvas q̄ antre os mouros são muy prezados por q̄ fazê delles vinagre e vèdennos em seiras como passas duvas». *Verdadeira informação das terras de Preste Joam*, etc., fol. 4.

Também na costa da África ocidental foram observados. Duarte Lopes diz que eram muito abundantes no Congo, ao longo do rio Zaire. «*Vi sono li tamarindî, & la cassia, & il cedro, in tâta quãtitã nascẽte lũgo il fiume*

Trachylobium Hornemannianum Hayne in Flora, X, 743; Oliver l. c. 311 — *T. mossambicense* Klotzsch in Peters *Reise Moss. Bot.* 21.

É uma árvore de consideráveis dimensões que se encontra na região litoral de Zanzibar, e o dr. Peters observou também nas terras portuguesas de Querimba. Difere muito pouco do *T. verrucosum* Oliver, de Madagáscar, e porventura se deverão unir as duas em uma só espécie, prevalecendo nesse caso o último nome, como mais antigo.

Diz-se que desta planta procede parte ou todo o copal da África oriental e, conquanto não seja a origem do copal da zona ocidental, gruparei neste lugar tudo o que tenho a dizer sobre esta importante substância.

Não vem para aqui a história complicadíssima das confusões feitas por vários escritores entre gomas ou resinas conhecidas pelos nomes de *elemi*, *anime*, *copal* e *tacamaca*, de diversíssimas origens tanto botânicas como geográficas (1). Unicamente notarei que uma das substâncias, a que o nosso João Rodrigues de Castelo Branco, celebrado sob o nome de *Amatus Lusitanus*, se referiu pela designação de *aniimum*, vinha da África oriental e devia ser esta de que estamos tratando. Também o *anime*, de que fala Garcia da Orta, se pode identificar com esta substância. Referindo-se à natureza do *caucamo*, diz ele:

di Congo che se ne potrebono cōporre navilij infiniti, & s'adopra nelle case... (Rel. del reame di Congo, p. 42). Pode haver alguma exageração quanto ao número ou abundância destas árvores, mas é certo que ali se deviam encontrar. Roberto Brown, na enumeração das árvores de fruto, observadas ao longo do Zaire na expedição de Tuckey, menciona o *Tamarindus indica* (Apendix V, p. 468).

Pelo mesmo tempo, André Álvares de Almada diz que os havia nas terras do rio Gâmbia: «Ha muitas fructas silvestres, muita cana-fistula, e tamarindas (*sic*), das quaes vendem a massa feita em grandes pelouros» (Tratado breve, etc., 36). Esta notícia — como todas as do exactíssimo Almada — é muito verídica. No Senaar, Darfur e Cordofão, para conservar a polpa dos tamarindos e poder transportá-la mais facilmente, usam ainda hoje amassa-la em bôlos redondos e um pouco achatados, que secam depois ao sol; seriam de certo estas massas redondas que se vendiam no Gâmbia, e às quais Almada chama com propriedade *grandes pelouros*.

(1) Há numerosos trabalhos dispersos pelas publicações científicas periódicas sobre estas substâncias; mas bastará consultar Flückiger e Hanbury *Pharmacographia*, e mais particularmente Guibourt, *Hist. nat. des drogues simples*, nas últimas edições, onde vem resumidas as indicações principais.

«Nem isso digo, senão que é *anime*; porque é bom pera cheiro e em perfumes usado. Vem a Portugal de Ethiopia, terra confinm á Arabia» (1).

Deixando de parte a suposta identidade do *caucamo* com o *anime*, que não vem para o nosso assunto, vê-se que este procedia das terras orientais da África tropical, onde existe o *T. Hornemannianum*, e donde hoje se exporta grande quantidade de copal.

Um pouco mais tarde, e em resultado dos escritos de Monardes, começou o nome de copal — que é mexicano — a aplicar-se às resinas orientais, acabando por substituir quase completamente o de *anime* e por ser o mais geralmente usado.

Vejamos agora quais são as opiniões que vogam sobre a origem botânica do copal, limitando-nos a considerar o que procede da África.

A propósito do *T. Hornemannianum* diz-na na *Fl. of. Tr. Africa*: «*This tree affords part if not all of the copal of East Tropical Africa*». Com esta asserção concorda o dr. Klotzsch, estendendo-a mesmo a quase toda a África.

É certo no entanto que grande parte do copal mesmo da África de leste não procede directamente, e talvez nem mesmo indirectamente daquela árvore. No livro excelente do sr. Burton (*The lake regions of Central Africa*, II, 403) encontramos uma larga informação sobre a procedência do copal da região de Zanzibar. Descreve-se ali a árvore do copal, que sem dúvida é a espécie citada, da qual se tira uma resina chamada no comércio copal verde ou *sandarusi za miti* — isto é, copal de árvore. Este colhe-se nos troncos, ou no chão onde cai, sob a planta de que exsudou. Procede pois evidentemente daquela árvore, mas é pouco, de qualidade pouco apreciada e de menor valor.

O verdadeiro copal, maduro e de boa qualidade, encontra-se enterrado no solo a diversas profundidades, estando já alterado, como que purificado pelo tempo, e semi-fossilizado. É sem dúvida de origem vegetal, tendo às vezes a marca da casca a que esteve pegado, e contendo fragmentos da mesma casca e, ocasionalmente, insectos embebidos na sua massa. Da sua abundância em vários pontos, hoje quase desarborizados, resulta que foi o produto de vastas e densas florestas, destruídas em épocas mais ou menos recentes. Seriam estas florestas exclusivamente compostas de *T. Hornemannianum*, do qual se encontram ainda pés dispersos?

(1) *Colloquios dos simples e drogas*, p. 117, ed. de 1872.

É possível que assim fosse, mas bem podiam outras espécies extintas ter contribuído para a produção desta resina. Em todo o caso, a maior e a melhor parte do copal exportado por Zanzibar não procede dos troncos do *T. Hornemannianum* hoje vivos, e sim dos resíduos de vastas florestas que existiram em épocas talvez muito remotas, constituídas por esta essência e porventura por outras. O copal fóssil, ou semi-fóssil, encontra-se sobretudo na zona litoral — veremos que o mesmo sucede no ocidente — que se estende do Cabo Gomani ao Cabo Delgado, e penetra para o sul nas terras portuguesas. A exportação desta substância por Zanzibar para a Europa, América e Índia é importante.

Em um escrito especial, o dr. Daniell, que residiu durante alguns anos na África e publicou trabalhos muito importantes sobre várias drogas africanas, estudou a procedência do copal da zona ocidental, e mais particularmente da Serra Leoa. Este, segundo êle diz, é especialmente produzido pela *Copaifera Guibourtiana* Benth., árvore que só se tem encontrado naquela região. Afirma no entanto, que grandes quantidades desta substância se podem acumular no solo durante anos e, sendo depois levadas pelas águas, são apanhadas pelos indígenas nos leitos das ribeiras. Vê-se pois que também ali certas porções do copal se acham no solo e procedem de vegetação mais ou menos antiga.

O dr. Welwitsch estudou detidamente esta questão, pelo que diz respeito à região angolense, e reuniu os resultados das suas investigações em um longo, claro e importante trabalho, que já resumi na primeira edição destes estudos; mas da qual vou dar conta mais largamente (1).

A goma copal é chamada pelos Negros *ocote cocoto* ou *muco-coto*, e a goma vermelha de melhor qualidade chamam no Ambriz *macuata* (segundo Monteiro).

Encontra-se exclusivamente na zona baixa litoral extensíssima, que vai do Zaire ao Cunene, e cuja largura varia segundo as ondulações e colinas da zona montanhosa se afastam ou aproximam da costa. Em algumas partes a zona baixa, com todos os seus caracteres, penetra em depressões da região montanhosa, e o copal pode encon-

(1) A exposição completa de toda esta questão interessante encontra-se no extenso artigo do dr. Welwitsch, *Observations on the Origin and the Geographical Distribution of the Gum Copal in Angola, West Tropical Africa*, By Fred. Welwitsch M. D., F. L. S. — Linnean Society's Journal, Botany, vol. IX.

trar-se em pontos muito distantes da costa; mas nunca aparece acima de um certo limite de altitude. Esta região é pela maior parte arenosa e o seu aspecto bastante árido, estando ali quase todas as espécies arborescentes reduzidas às dimensões de pequenos arbustos, com excepção da *Adansonia digitata*, que parece prosperar especialmente nestas condições de secura e aridez. É claro que este aspecto em alguns pontos se funde gradualmente na vegetação opulenta das terras altas, enquanto em outros casos, ao longo de certos rios, essa vegetação desce até à costa. A riqueza em copal das diversas partes desta zona varia, e Welwitsch aponta como principalmente ricas as terras que se estendem para o sul do Cuanza, por trás de Novo Redondo, Egipto e Benguela. Os pontos onde principalmente é trazido e vendido o copal apanhado, são Ambriz, Luanda, Novo Redondo, Benguela e Moçâmedes.

A goma copal existe, ou à superfície do solo, posto a descoberto pela erosão das chuvas, e acumulada nas depressões e leitos de regatos para onde a levaram as águas, ou enterrada, sendo então necessário cavar na areia, ou camada de argila, para a encontrar, e às vezes a profundidades consideráveis. Como é de crer, estas pesquisas podem ser mais ou menos felizes, e os Negros guiam-se pelos fragmentos de copal, ocasionalmente encontrados, pela natureza ou configuração dos terrenos ou por outros indícios, em que naturalmente se tornam peritos os que fazem desta procura e apanha do copal a sua ocupação principal ou exclusiva.

Segundo a observação directa de Welwitsch o copal é sempre encontrado no solo. Diziam-lhe muitas vezes — e é esta a opinião geral, mesmo em Angola — que procedia de árvores desconhecidas, as quais habitavam em territórios não avassalados; mas nos casos em que pôde observar, ele mesmo viu os pretos cavar e revolver o solo para encontrar a resina. Monteiro, que erradamente atribuiu à goma vermelha uma origem mineral, diz que se encontra no solo; quanto à goma branca, refere a opinião geral de que procede de árvores, mas afirma do mesmo modo que *nunca* viu as tais árvores. Welwitsch fez mais, levou os Negros a mostrarem-lhe as supostas árvores do copal; uma vez mostraram-lhe algumas Combretáceas, cuja goma não tem analogia com o copal; outra a *Cynometra laxiflora*, em cujos troncos não pôde observar vestígios de resina. Devemos notar que os Negros e os sertanejos portugueses de Angola, ao mesmo tempo que afirmam ser a resina produzida por certas árvores, dizem que só adquire todos os caracteres que a tornam procurada no comércio, depois de ter caído e ficado enterrada no solo durante um certo período.

Em resumo toda a goma copal do ocidente parece ter uma origem vegetal, e o seu aspecto e caracteres não diferem consideravelmente dos da goma da África de leste, sendo porém certo que se não têm encontrado insectos embebidos na sua massa, como várias vezes succede na de Moçambique e Zanzibar.

Quanto à origem botânica o resultado a que parece podermos chegar, é que o copal de Angola procede de uma ou mais espécies vegetais, que antes formaram densas e extensas florestas em regiões hoje pela maior parte desarborizadas. A frequência destas espécies é atestada pela grande quantidade de resina soterrada em vários pontos. Que estas espécies diminuíram muito de frequência é também evidente, pois se fossem ainda hoje comuns teriam sido observadas por Welwitsch ou por outros; mas não é possível afirmar que estejam completamente extintas, e bem podem algumas plantas dispersas ter escapado a herborizações de certo muito imperfeitas. Na falta de observações directas, será impossível dizer qual foi a árvore do copal; foi talvez a *Copaifera Guibouriana*, talvez o *Trachylobium Hornemannianum*; é certo que nem uma nem outra foram encontradas por agora em Angola, mas talvez se venham a observar, representadas escassamente por alguns pés dispersos, fragmentos das antigas florestas destruídas em virtude de causas que é difícil de fixar.

A goma copal de Angola exportou-se em quantidades avultadas, sendo destinada à fabricação dos vernizes, e dirigida mais particularmente para a América. Distinguem-se no comércio diversas qualidades, das quais a mais prezada e a mais cara é a goma copal vermelha, logo depois a amarela, sendo a branca considerada de inferior qualidade.

A existência desta substância nas terras ocidentais é conhecida há muito; e, no ano de 1622, Bento Banha Cardoso escrevia a respeito de Angola, «ha anime de duas castas, de pedra, que se acha em minas, e em árvores, que é como resina». O que fosse este *anime* das árvores, é questão sobre que pode haver dúvida; quanto ao *anime de pedra* era evidentemente a goma copal. Embora fosse conhecida, não era aproveitada e não foi exportada senão no nosso século. Depois de 1820, começou a sair dos portos de Angola, primeiro em mui pequenas quantidades, e successivamente em porções maiores, tomando este comércio um desenvolvimento rápido, e chegando a goma copal a ocupar um dos primeiros lugares nas exportações de Angola. Pelos anos de 1850 a 1858 ou 1859 podia calcular-se a goma copal, saída de todos os portos de Angola, em quantidade superior a 900.000 quilogramas, figurando Benguela

nesta exportação por mais de três quartas partes. Como antes dissemos, era especialmente dirigida para os portos dos Estados Unidos e, por ocasião da Guerra de Sucessão, sofreu este comércio uma diminuição considerável. Embora se animasse mais tarde, não voltou por enquanto a atingir a primitiva importância. A média da exportação nos tres anos de 1870, 1871 e 1872 foi inferior a 300.000 quilogramas. Não pude consultar dados completos sobre a exportação nos últimos anos; mas a julgar pela saída do porto de Luanda, não teve grande animação (1).

MOPANÉ. — *Copaifera Mopane* Kirk ex Benth. in Trans. Linn. Soc. XXV, 317; Oliver l. c. 315.

É uma grande e bela árvore, tendo um hábito muito especial, um pouco semelhante ao das *Bauhiniae*. Encontra-se nas terras portuguesas por um lado na região de Bumbo, parte superior dos vales do Bero e do Giraúl, nas bases da serra de Chela (Welw.), e por outro nas serras da Lupata (Kirk). Estende-se a sua habitação entre estes dois pontos, sendo uma das raras árvores que habitam as regiões áridas e desérticas da África austral. Nas terras de leste forma — segundo o dr. Kirk — extensas e monótonas florestas, sem sombra, nas planícies secas e áridas, e na parte ocidental, também parece habitar os limites da região mais árida e arenosa, que avança para norte do Cunene, por detrás dos montes Negros, até às proximidades de Moçâmedes, e é um prolongamento ou continuação da grande região do Calaari. As folhas desta espécie estão reduzidas a um só par de folíolos, que se dobram e levantam na articulação com o pecíolo, de modo que dão muito pouca sombra, sobretudo na estação seca. Esta disposição faz com que sejam menos directamente feridos pelas radiações luminosas e a sua transpiração seja menor.

Segundo o dr. Welwitsch, a madeira desta árvore é rija, duradoura e muito aproveitável, e o dr. Kirk gaba igualmente a sua boa qualidade, dizendo que lhe chamam *pau ferro*, nome que — seja dito de passagem — se aplica do modo o mais caprichoso

(1) A exportação da goma copal das nossas colónias africanas é muito irregular. A Guiné, de 1935 a 1938, exportou 31.525 Kg, mas em 1939, 1941 e 1943 a exportação foi nula e em 1940 e 1942 andou por cerca de 5 toneladas. Em Angola foi irregularíssima, tendo baixado de 83.778 Kg em 1935 a 12.142 em 1942 para subir bruscamente em 1943 a mais de 241 toneladas. Moçambique, de 1935 a 1939, exportou 608.315 Kg, mas nos quatro anos imediatos nada exportou.

O copal de Guiné e o de Angola têm maior valor do que o da costa oriental.

a bem diversas madeiras. Quanto ao nome de *mopané* não é conhecido em Moçâmedes, nem Welwitsch o menciona, mas é usado nas regiões interiores.

Dos troncos desta árvore exsuda uma resina de cor sanguínea — um falso *sangue de drago* (Welw).

CALALANZA — *Cynometra laxiflora* Benth. in Trans. Linn. Soc. XXV, 318; Oliver I. c., 318.

É esta uma das notáveis árvores de Angola, conquanto não seja das maiores nem de tronco mais grosso. Mas a sua madeira é de óptima qualidade e, nos troncos velhos, córada de vermelho no centro, assemelhando-se bastante à do *Pterocarpus tinctorius*, tanto que os Negros lhe dão por vezes o nome de *hula* e os Portugueses o de *tacula falsa*.

Encontra-se na 2.^a região, tanto no Golungo Alto, como em Cazengo, mas não se estende para a 3.^a região de Ambaca e Pungo Andongo. Nas terras de Zenza do Golungo há uma variedade especial.

O dr. Welwitsch referiu esta planta (*Synopse*, 12) a uma espécie de *Baphia* — o que era de certo um erro singular e pouco natural da parte de botânico tão perito! Mas em uma nota escrita posteriormente à margem de um exemplar da *Synopse*, — exemplar que me foi dado pelo meu amigo o sr. Hiern —, explica que aquele erro proviera de uma simples confusão ou troca de informações e notas.

CABILANGAU. — *Burkea africana* Hook. Ic. Pl., tt. 593 et 594; Oliver I. c. 320.

Este nome é dado a uma pequena árvore, que é a variedade — *andongensis* Oliv. — desta espécie, e habita as florestas de Pungo Andongo.

MUAVE. — *Erythrophlæum guineense* G. Don. Gen. Syst. I, 424; Oliver I. c. 320 — *E. ordale* Bolle — *Fillæa suaveolens* Guill. et Perr. — *Mavea judicialis* Bert.

É frequente e geral em muitas regiões da África o emprego de substâncias vegetais venenosas nas *provas judiciaes*, e as espécies que as fornecem, se não podem considerar-se plantas *úteis* na genuína acepção da palavra, devem pelo menos contar-se no número das plantas *usuais*.

O exame das causas, superstições ou crenças, que levam os Negros a recorrerem a estas provas conduzir-me-ia a escrever um

capítulo de psicologia africana, que seria talvez um pouco deslocado. Limite-me a observar que estas provas bárbaras, às quais têm sucumbido milhares de vítimas, a ponto de se lhes atribuir a diminuição da população em algumas regiões, não são da invenção exclusiva da raça negra. Na nossa Europa, e no nosso Portugal, em épocas que não vão ainda demasiado longe, e que por muitos títulos podemos considerar já civilizadas, os chamados *juizos de Deus*, constituíam uma das provas a que frequentes vezes se recorria para demonstrar a inocência ou culpabilidade dos acusados.

Das tres provas mais geralmente usadas na Europa durante a Idade Média, — a prova *caldária* pela água fervente, a do *ferro em brasa* e a do *combate singular* —, há duas, a *caldária* e a do ferro em brasa, que são, ou pelo menos foram, igualmente usadas na África. Nas terras da Guiné portuguesa empregavam uma e outra, segundo refere miudamente André Álvares de Almada (*Tratado breve*, etc., 21). Os acusados eram obrigados a tirar três vezes uma agulha, ou qualquer pequeno objecto, do fundo de uma panela cheia de água a ferver, ou passar tres vezes a língua sobre um ferro em brasa, sendo declarados inocentes no caso pouco provável de saírem incólumes desta prova. Nas regiões da África oriental, entre os juramentos de que usavam os Cafres, e de que fala fr. João dos Santos, havia um — chamado da *xoqua* — que consistia em lamber um ferro elevado à temperatura rubra (*Ethiopia oriental*, cap. XI). Estes hábitos, que hoje nos causam horror, foram com muito pequenas diferenças os dos nossos antepassados (¹).

O que parece ser mais especialmente de invenção africana é o emprego das substâncias venenosas, o qual tem substituído geralmente as outras provas. Os viajantes modernos não falam da água fervente, nem do ferro candente, que, segundo os nossos autores, se usavam no século XVI e, pelo contrário, mencionam repetidas vezes as provas da *água vermelha*, do *eseré*, do *ambundu*, da *cassa*, do *ambunbu*, do *muave*, do *tanguin*, que continuam a ser frequentes.

Como se deve imaginar, estas provas variam de região para região na natureza do veneno empregado, nos sinais que levam a

(¹) Na prova do ferro em brasa, tal qual se usava em Leão e Castela, e que parece ser a mesma que empregavam no norte de Portugal, o acusado não era obrigado a lamber o ferro, mas simplesmente a tomá-lo na mão, andar o espaço de nove pés e pô-lo de vagar no chão. O juiz tapava a mão com cera, pondo por cima estopa e um pano; se ao cabo de três dias, quando se descobria, a mão mostrava sinais de queimaduras, o réu era condenado sem remissão. Veja-se Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, IV, 372.

condenar ou absolver o paciente, nas cerimónias que rodeiam o julgamento, e em muitas outras circunstâncias. Em geral as provas servem para averiguar a culpabilidade ou inocência dos réus acusados de crimes diversos, entre os quais avulta o de *feiticeira*, a que se atribuem quase todos os sucessos notáveis e particularmente as mortes, sobretudo de régulos, sobas, macotas ou pessoas importantes. Para este fim o acusado deve tomar uma certa dose de veneno, cujos efeitos são diversos segundo a natureza da planta, mas que habitualmente produz os seguintes resultados: ou causa a morte, e fica reconhecida a culpabilidade e ao mesmo tempo aplicado o castigo, ou determina evacuações, o que é também considerado sinal certo de que o réu é criminoso, ou finalmente provoca vômitos e neste caso é proclamada a sua inocência.

Variadas vezes as provas se complicam com circunstâncias accésórias, obrigando-se o acusado, quando já está sob a influência do veneno, a percorrer uma linha recta sem cair, ou a reconhecer os objectos que se lhe apresentam, etc.; mas em geral são os citados efeitos do veneno que determinam a convicção verdadeira ou simulada dos juizes.

Recorrendo-se a estas provas sob o mais fútil pretexto, passando os bens do condenado, as suas mulheres e os seus parentes a serem propriedade do rei, e sendo fácil a quem prepara o veneno temperá-lo de modo que denuncie, segundo a sua vontade, a inocência ou culpabilidade do réu, resulta de tudo isto que tão singular modo de administrar a justiça é a origem de extorsões, violências e horrores de toda a natureza. No entanto a crença nestas provas está arraigada no espírito dos Negros, e quando se julgam inocentes submetem-se a elas sem relutância, persuadidos de que as atravessarão sãos e salvos.

A substância mais extensamente empregada nestas provas é a casca do *Erythrophlæum guineense*, espécie muito espalhada pela África tropical, observada em diversas regiões, e descrita sob nomes diferentes, dos quais citamos acima os principais. É uma árvore vistosa, tendo bonitas e perfumadas flores, mas escondendo sob este aspecto enganador alguns princípios enérgicamente tóxicos, localizados principalmente na casca (1).

(1) A parte activa da casca é um alcaloide especial, a *eritrosleína*, descoberto e estudado por Gallois e Hardy. Actua sobre o coração, enfraquecendo os seus movimentos, e determinando afinal a paralisia deste órgão e a morte.

Na Senegâmbia, terras da Guiné de Cabo Verde, e mais para o sul usam geralmente das infusões desta casca, que têm uma cor avermelhada, e são conhecidas pelo nome de *água vermelha*. Já no ano de 1594, André Álvares de Almada descrevia o *juramento da água vermelha*, tal qual se praticava entre os Casangas do Casamansa (*Tratado breve*, etc., 41), e vê-se que era exactamente o mesmo ainda hoje usado.

Em alguns países do golfo de Guiné e, particularmente, no Calabar, empregam uma semente, chamada ali *eseré* e conhecida também pelo nome de *fava de prova* e na Europa pelo de *fava do Calabar*. Pertence a uma Leguminosa trepadeira da família das Papilionáceas, muito próxima ao género *Phaseolus*, que o professor Balfour descreveu sob o nome de *Physostigma venenosum*. Estas sementes são comidas cruas pelo paciente ou tomadas depois de pisadas e misturadas com água numa espécie de emulsão. Se provocam rapidamente vômitos, pode o acusado escapar, e é reconhecida a sua inocência, no caso contrário a morte não se faz esperar. Sendo extremamente venenosas, as sementes têm no entanto um efeito bastante caprichoso e algumas pessoas escapam à acção de doses muito superiores àquelas que determinam a morte em outras: ou em resultado da sua constituição particular ou porque estas doses mais elevadas provoquem imediatamente o vômito. É claro que os Negros interpretam esta desigualdade de acção como sinal da culpabilidade ou inocência do réu, o que contribui para arraigar no seu espírito a crença no valor da prova (1).

No Gabão são usadas igualmente as provas judiciais, mas empregada uma substância diversa — a raiz de uma planta denominada *ambundu*, da qual falam tanto P. du Chaillu como o marquês de Compiègne. Segundo parece resultar da inspecção de alguns

(1) A semente do *Physostigma venenosum* deve as suas propriedades à presença de dois alcalóides especiais, a *fisostigminas*, estudada por Jobst e Hesse, e a *eserina*, descoberta mais tarde por Vée e Leven. Tomada internamente parece sobretudo afectar as contracções cardíacas e determinar a morte por paralização do coração. Tem a faculdade de contrair a pupila e é hoje um medicamento muito conhecido e usado para esse fim. Foi o objecto de estudos e trabalhos importantes feitos, sobretudo em Edimburgo, por Christison, Balfour e Fraser. Vejam-se especialmente o trabalho de Balfour nas *Trans. Roy. Soc. of Edinburgh*, XXII, 305; e uma importante notícia dada pelo sr. António Maria Barbosa, *Investigações sobre a acção da fava do Calabar*, nas *Mem. da Ac. Real das Sciencias de Lisboa*, nova série, III, 2.^a parte. Pode ver-se também a *Pharmacographia* de Flückiger e Hanbury; e especialmente sobre a estrutura anatómica a versão francesa de 1878, nas notas do dr. de Lanessan.

exemplares imperfeitos que dali foram trazidos, o *ambundu* deve ser uma espécie do género *Strychnos* da família das Loganiáceas.

Descendo para o sul, nas margens do Zaire, Congo e parte norte e interior da província de Angola, reaparece o uso da casca do *Erythrophlaeum*. Welwitsch não tem esta planta no seu herbário; e não creio que exemplares autênticos do Congo ou Angola tenham sido cientificamente observados e comparados com os de outras procedências. Chr. Smith obteve notícia desta planta no Zaire, próximo às quedas de Ielala, e diz que os indígenas lhe davam o nome de *cassa*; mas parece não ter trazido exemplares, segundo se depreende do modo por que dela fala Roberto Brown. Há no entanto todas as razões para supor que a *cassa* do Zaire seja especificamente idêntica à árvore da *água vermelha* da Senegâmbia e Serra Leoa — isto é, que seja o *E. guineense*.

As provas judiciais por meio da *cassa* são muito usadas no Congo, e mesmo nos sertões de Angola, ainda que nas terras mais efectivamente sujeitas ao domínio português, sejam severamente proibidas pelas autoridades. O sr. Monteiro teve ocasião de assistir na costa do norte, no Ambrizete, a algumas destas provas e dá sobre elas notícias interessantes. Segundo diz, a *casca* ⁽¹⁾ é reduzida a pó fino pela fricção sobre uma pedra e misturada depois com água fria. Pode actuar como purgante, ou como emético, sendo o primeiro efeito sinal da culpa, e em geral da morte pronta do acusado, e sendo o segundo a prova da sua inocência. Refere a opinião geral de que o feiticeiro que preside ao julgamento, tem na sua mão determinar o efeito que será produzido, quer graduando a dose, quer simplesmente agitando ou deixando repousar o líquido. Nas terras do Congo, como em outras partes, os Negros guardam grande mistério e segredo a respeito das plantas usadas nestas cerimónias. Conta Monteiro, que estando no Bembe pôde obter de um carregador seu um bocado da *casca*, que este lhe trouxe embrulhado e escondido em uns trapos, fiado na promessa de que o não diria a pessoa alguma; mas nunca conseguiu persuadi-lo a mostrar a árvore donde o tinha tirado (*Angola, I, 61*).

Os srs. Capelo e Ivens assistiram — mau grado seu — a uma destas horripilantes cenas. Durante a sua estada em Cassange viram

(1) Monteiro fala sempre desta substância dando-lhe o nome de *casca*, e pareceria que a palavra *cassa* que usou C. Smith, seria simplesmente o vocábulo português, mal pronunciado pelos Negros, ou mal entendido por ele. É certo, no entanto, que nas terras do Ambriz há uma planta denominada *n'cassa* ou *encassa*, cuja casca é emética. Pode talvez ser a nossa, e o nome *encassa* ser realmente africano.

uma pobre preta, acusada de feitiçaria, submeter-se à prova, e morrer no meio das mais fantásticas e repugnantes cerimónias. Os Bangala dali dão à prova o nome de *ambambu*, e empregam a casca de uma árvore que sem dúvida deve ser o mesmo *Erythrophlaëum guineense* (*De Benguela*, I, 349).

Em toda a província de Moçambique, no vale do Zambeze e do Chire, na Macuana e terras limítrofes, é geral o uso das mesmas provas, denominadas ali do *muave* ou *moavi*. Temos sobre esta prática uma notícia dos fins do século XVI. O nosso fr. João dos Santos, depois de descrever o juramento da *xoqua*, ou do ferro em brasa, fala da prova do *lucasse*, que consistia em beber peçonha, e da prova do *calão*, na qual o acusado devia ingurgitar uma enorme quantidade de água amarga. No primeiro caso a culpabilidade era denunciada pela morte, e no segundo pela impossibilidade de engulir o líquido (*Ethiopia orientalis*, cap. XI). Este capítulo é a todos os respeitos curiosíssimo. O excelente fr. João mostra-se profundamente indignado e revoltado contra estes juramentos, que chama *terribilísimos* e *espantosísimos*, mas não se atreve a negar absolutamente a sua eficácia. Conta casos de acusados inocentes que haviam atravessado incólumes aquelas provas, segundo lhe tinham afirmado pessoas dignas de crédito e parece disposto a aceitar a ideia de uma intervenção diabólica ou a admitir que Deus quizesse fazer triunfar a inocência, mesmo naquelas longínquas paragens de infieis, e por aqueles bárbaros meios.

Em relação às épocas modernas temos uma longa e circunstanciada descrição da prova do *muave*, tal qual se usa entre os Maraves, dada pelo major Gamito. Seria inútil apontar aqui todas as pequenas modificações do processo, peculiares àquele povo. Limito-me a dizer que na essência concorda com o das outras regiões, e a indicar, a quem desejar mais ampla informação, o livro extremamente interessante daquello modesto mas inteligente e consciencioso observador (*O Muata Cazembe*, p. 97).

Nestas regiões orientais a prova do *muave* reveste algumas vezes uma forma especial, perdendo parte do seu horror e crueldade, e tornando-se mesmo bastante cómica. Com efeito, usam na decisão de certos pleitos e contendias dar o *muave* a alguns animais domésticos, como cães ou gatos, que representam os seus donos, decidindo em favor daquele cujo animal escapa. O dr. Bolle, fundando-se em informações do dr. Peters, refere-se a esta prática (*Reise Moss. Bot.*, 11). Também na relação da sua viagem pelo interior da Macuana, o sr. O'Neil conta que, em certa localidade, se levantou uma séria questão sobre se ele poderia seguir por uma determinada estrada; então o régulo do lugar e o principal feitiçeiro deram

gravemente *muave* a um cão e, como o infeliz animal morreu, o viajante não teve permissão de tomar o caminho que desejava e foi forçado a fazer um rodeio.

A substância empregada nas provas do *muave* é a casca de uma árvore, chamada pelos Maraves *muâua*, segundo diz Gamito. Esta árvore encontrou o dr. Peters nos terrenos férteis apaulados do Boror, onde os Negros lhe chamam *muavi*. Trouxe dali exemplares sem flores, mas com frutos, que o dr. Bolle descreveu sob o nome de *Erythrophlæum ordale*. Comparados depois estes com os exemplares da Serra Leoa, reconheceu-se a sua identidade. Mais tarde, foram também estudados os exemplares que mandou o dr. Kirk da mesma localidade do Boror, e igualmente referidos à espécie da Senegâmbia, Serra Leoa e outras partes da costa ocidental. Vê-se pois que a árvore empregada nas provas judiciais em Moçambique, é o mesmo *E. guineense* da Guiné, e provavelmente do Congo e Angola (1).

À parte, portanto, o emprego local do *eseré* no Calabar e terras vizinhas, e do *ambundu* no Gabão, é o *Erythrophlæum guineense* a árvore que geralmente serve nas provas judiciais em todo o continente africano, desde a Guiné de Cabo Verde até Moçambique; e pode-se afoitamente afirmar que nenhuma planta tem sido mais prejudicial à África, e nenhuma lhe tem roubado maior número de vidas.

Esta terrível árvore tem uma madeira de excelente qualidade, e sobretudo de uma resistência e duração incomparáveis. Nem o sol nem a chuva a alteram, nem o daninho *salalé* a ataca. Na Guiné portuguesa, chamam-lhe *mancone* e empregam-na na fabricação de caixas e utensílios domésticos. Parece que nas nossas fortalezas de Bissau e de Cacheu se fizeram e fazem com esta madeira de *mancone* os reparos das peças, que duram longos anos, expostos à acção do sol e da chuva daquele clima.

Além das espécies citadas, há nesta família das Cæsalpiniáceas várias árvores que habitam as terras portuguesas e cujas madeiras podem ser aproveitadas, como são o *Peltophorum africanum*, Sond.

(1) O dr. Livingstone havia-se referido, mas muito vagamente, à possibilidade de a árvore do *muave* ser análoga à planta usada em Madagáscar na prova do *tanguin*, no que se enganou. A planta de Madagáscar é uma Apocynácea, extremamente venenosa, descrita sob o nome de *Tanghinia venenifera* Dup., a qual, segundo Bentham e Hooker, deve pertencer ao antigo género *Cerbera*. (*C. Tanghinia* Hook).

Gleditschia africana Welw. *Macrolobium Palisoti* Benth. *Afzelia cuanzensis* Welw. e outras.

XXXII

MIMOSACEAS

SUCUPIRA. — *Pentaclethra macrophylla* Benth. in Hook. Journ. Bot., IV, 330; Oliver l. c. 322.

É uma árvore magnífica, de que alguns indivíduos podem chegar à altura de 100 ou 120 pés. As suas folhas recompostas são muito grandes e formadas de numerosos e pequenos folíolos.

Temos exemplares colhidos por Welwitsch nas florestas elevadas da ilha do Príncipe, onde também a observou G. Mann. Igualmente, temos exemplares da ilha de S. Tomé, das alturas de Monte Café, colhidos por Welwitsch. Nestes, os folíolos são sensivelmente mais pequenos que nos da ilha do Príncipe.

A madeira de *Pentaclethra* é das mais apreciadas daquelas ilhas, tanto pelas suas dimensões como pelas suas qualidades de resistência e duração, podendo com vantagem empregar-se em diversas peças de construção naval, como cavernas e outras (1).

O nome de *sucupira* ou *sicopira* (2) vem do Brasil e é dado ali a uma árvore bem diversa desta, conquanto pertença à próxima família das Papilionáceas — a *Bowdichia virgilioides* H. B. et K. — Os capitães de navio, ou carpinteiros de machado, que foram mandados às ilhas do golfo de Guiné fazer cortes de madeira e conheciam a *sucupira* brasileira, acharam de certo alguma semelhança nas qualidades dos dois lenhos, o que os levou a dar-lhes o mesmo nome. Esta designação é hoje a mais conhecida no comércio e entre os Portuguezes das ilhas, mas os Negros dão à árvore na ilha de S. Tomé o nome de *muandi*, e na do Príncipe os de *ubá* e *mondim*.

(1) Sobre o valor da *sucupira* nas construções navais, pode ver-se uma notícia dada pelo capitão de fragata M. T. da Silva Cordeiro, inserida nos *Ensaíos* de Lopes de Lima, vol. II, 1.ª parte, 17.

(2) No Brasil dão-se estes nomes, — e ainda os de *Sepepira* e *Sebepira* —, não só à *Bowdichia virgilioides*, como ao *Pterodon pubescens* Benth. (*Fava divina*).

Parkia biglobosa Benth. in Hook. Journ. Bot. IV, 328; Oliver *Fl. of Tr. Afr.*, II, 324.

É uma árvore de notáveis dimensões, que habita na Guiné portuguesa e nas terras vizinhas da Senegâmbia francesa e da Serra Leoa. Os seus legumes, bastante grandes, contêm uma polpa comestível e as suas sementes torradas são usadas às vezes como substituto do café ou do chocolate. Em alguns sítios da Senegâmbia é tão abundante que durante um mês ou mais estes legumes fornecem uma boa parte da alimentação dos indígenas.

Os Franceses do Senegal e Casamansa chamam a este fruto *farobe*, que não é mais do que a antiga designação de *farroba*, usada já no século XVI, e não sei se ainda hoje pelos Portugueses. Este nome encontra-se em André Álvares de Almada; diz ele, falando da terra dos Beafares: «Há muita farroba» (*Tratado breve*, 66). A designação de *farroba* resultou evidentemente da semelhança do fruto da *Parkia* com o fruto da *Ceratonia siliqua* L., que era bem conhecido dos navegadores portugueses e mais particularmente dos algarvios, e que, como todos sabem, é a nossa vulgar *alfarroba*.

LUBA ou LUVA. — *Parkia Oliveri* Macbr. in Contr. Gray Herb. New Ser. III 59. 19; *P. intermedia* Oliver l. c. (non Hassk).

É uma árvore de dimensões medianas, tendo folhas grandes, compostas de numerosos e pequenos folíolos. Habita na ilha de S. Tomé, única localidade onde até agora foi encontrada e onde a observaram G. Mann e o dr. Welwitsch.

Parkia filicoidea Welw. ex Oliver l. c. II. 324.

Esta árvore grande, vistosa e de copa larga, foi observada por Welwitsch em Pungo Andongo e por Kirk no vale do Chire na Zambézia. Welwitsch unicamente menciona as qualidades recomendáveis da sua madeira, mas no oriente aproveitam e comem tanto a polpa interior dos legumes como as sementes.

FUGE ou QUIFUGE. — *Entada scandens* Benth. l. c. IV, 332; Oliver l. c. 325.

É um arbusto forte, trepador, que produz vagens lenhosas de grandes dimensões, de 3 a 4 pés de comprimento. Habita principalmente a região do Golungo Alto e encontra-se também na Huila. Do seu tronco extraem os Negros fibras texteis, com que fabricam cordas.

Em uma nota manuscrita do herbário, relata Welwitsch que um dos Negros da sua comitiva, natural de Cabinda, deu a esta planta

o nome de *entada*. O mais natural é supor que o Cabinda havia já viajado na companhia de algum naturalista, de quem tinha aprendido o nome.

MUSÔSO. — *Entada abyssinica* Steud. in Herb. Schimp. Abyss. sect. II, n. 520; Oliver l. c. 327.

Um arbusto ou árvore mediana, mas copada, tendo cachos densos de flores amarelas e perfumadas, muito procuradas pelas abelhas. Frequente no Golungo Alto, em sítios secos e pedregosos.

Os curandeiros negros empregam o cozimento da *casca de musôso* em doenças de peito e tosses crônicas.

CHIPA. — ? *Tetrapleura andongensis* Welw. ex Oliver l. c. 331.

Este nome vulgar é citado pelo sr. Serpa Pinto como pertencendo a um exemplar que, apesar de imperfeito, se pode referir talvez a esta espécie. Welwitsch não cita nome vulgar (1).

PAU MUSENCE ou MUZUNGO. — *Piptadenia africana* Hook. f. ex Benth. in Hook. Niger Fl., 330; Oliver l. c. 328.

Árvore de medianas dimensões das florestas do Golungo Alto.

ESPINHEIRO. — *Acacia albida* Del. Fl. Egypte, 286; Oliver l. c. 339.

É uma bela árvore, muito ramificada, geralmente espinhosa, de casca esbranquiçada ou cinzenta clara. Welwitsch observou-a na região de Luanda, e muito mais frequente na de Moçâmedes; Kirk encontrou-a na Zambézia, e o sr. Oliver mostra-se disposto a considerar idêntica a esta espécie a *Acacia mossambicensis* Bolle, à qual dão em Moçambique o nome de *musanga*.

Quanto ao nome de *espinheiro* é largamente colectivo e dado pelos Portuguezes do modo o mais geral às diversas espécies espinhosas de *Acacia*; a esta, *A. albida*, à *A. erubescens* Welw., à *A. caffra* Willd., à *A. robusta* Burch. e a várias outras. Algumas vezes as distinguem por certos caracteres especiais e chamam, por exemplo, *espinheiro unha de gato* a espécies que têm espinhos curtos e curvos.

A frequência das espécies espinhosas de *Acacia* parece ser uma feição particular da vegetação da extremidade austral da província de Angola.

(1) No Golungo Alto, com o nome de *muanza*, e em S. Tomé, com o de *cuspira*, existe uma árvore de grandes dimensões, próxima desta, a *Tetrapleura tetraptera* (Schum.) Taub.

Como é geralmente sabido, estende-se na África austral, entre a região propriamente tropical e as terras temperadas do Cabo, uma vasta zona árida, seca, arenosa em partes, cortada por depressões salgadas e com todos os caracteres de uma região desértica. Esta zona ou deserto do Calaari representa na África do Sul em muito menores dimensões o Saára da África setentrional. Conquanto seja geralmente desarborizada, não é completamente privada de vegetação arborecente; e nos vales, nos *vleis*, nos sítios mais húmidos, junto ao curso dos raros rios que a atravessam, sobretudo nos confins onde gradualmente se funde na vegetação mais rica das regiões vizinhas, formam-se florestas ou mais frequentemente um mato alto (*bush*) de variadas essências. Nestas florestas ou matos mais ou menos densos, representam as espécies de *Acacia* um papel importante. São geralmente espinhosas e tanto que a uma deram os colonos holandeses um nome vulgar, que se pode traduzir por *espera um pouco*, pois os seus ramos intrincados estão armados de tantos e tão fortes espinhos, que é trabalhoso e demorado desvencilhar-se deles, quando se pegam ao fato. Este predomínio ou frequência dos vegetais espinhosos resulta muito naturalmente da grande lei da luta pela existência e da adaptação da forma orgânica ao meio em que vive, que dessa lei deriva. Em primeiro lugar a forma espinhosa significa uma paragem da evolução, necessária em uma região extremamente seca, onde uma larga superfície de evaporação seria fatal à planta. Esta paragem coincide com a folhagem rara, e composta de folíolos miúdos, que caracteriza as espécies de *Acacia* da África austral, e completa a sua adaptação ao clima seco e à terra árida. Do mesmo modo, mas por diverso processo, se adaptam as espécies de *Acacia* da Nova Holanda a um clima igualmente seco, achando-se as suas folhas reduzidas a filodios, orientados de modo que o sol os fere pelos bordos. E é também uma adaptação da mesma natureza a curvatura singular das folhas do *Mopané*, consócio das espécies de *Acacia* nestas terras do Calaari. A produção dos espinhos acerados e fortes significa também uma defesa necessária contra os grandes ruminantes, que em bandos numerosíssimos percorrem estas extensas planícies, e à falta de erva fazem muitas vezes a sua alimentação das folhas das árvores e arbustos. Alguns mesmo, como as girafas, estão conformados de modo que dificilmente podem buscar outro alimento, e vivem sobretudo à custa de uma *Acacia*, que desta circunstância derivou o nome. Se pois estas plantas estivessem desarmadas dos seus agudos espinhos infra-estipulares, todos os gomos e rebentos novos seriam roídos logo à nascença e a planta sofreria ou mesmo a espécie se extin-

guiria. Destas circunstâncias e de outras, que seria longo referir, resulta o tipo especial de vegetação da região do Calaari ⁽¹⁾.

Esta grande região árida vem bater no Atlântico na costa da terra de Namácuca e do país de Damara e prolongando-se para o norte forma parte do distrito de Moçâmedes. O rio Cunene, abaixo de Dangona, atravessa areais sáfaros que lhe pertencem; e mesmo, ao norte do Cunene e ainda do Coroca, ou Croque, esta região vai correndo entre o mar e a base da serra de Chela até às alturas de Bumbo, conservando quase o mesmo tipo e a mesma vegetação. Funde-se depois gradualmente na vegetação mais rica da costa de Benguela, enquanto pelo oriente, e à medida que a altitude aumenta, se vai transformando na flora variada da Humpata e da Huila. Este caracter fitográfico manifesta-se claramente na presença de algumas formas típicas, como são a *Welwitschia mirabilis*, a *Coparfera Mopane* e algumas espécies espinhosas de *Acacia* — os espinheiros. Nos Montes Negros, nos primeiros contrafortes da Chela, mesmo na Huila, subindo para ali pelo lado do vale do Caculo Var, os espinheiros são frequentes e variados, formam florestas baixas, ou matos mais ou menos ralos, e atestam a influência da zona desértica que ali vem acabar, fundindo-se por um lado na zona tropical da costa de Benguela, por outro na zona alta e plana que termina na Huila.

MUBANGA. — *Acacia Welwitschii* Oliver l. c. 341.

Árvore pequena de ramos contorcidos e irregulares das regiões baixas; Ambriz, Luanda, Zenza do Golungo.

Encontro o nome escrito *mubango* e *mubanga*, mas Welwitsch parece ter-se fixado definitivamente nesta última forma.

CAZEMBI. — *Acacia pennata* (L.) Willd. in L. Sp. Pl. ed., IV, 1090 — var. *dolichosperma* Oliver Fl. of. Tr. Afr., II, 345 — *Acacia pentaptera* Welw. *Apont.* 584.

O nome de *cazembi* é dado, no Golungo Alto e Pungo Andongo, à variedade *dolichosperma*, que é talvez uma espécie distinta e nesse caso deve conservar o nome que lhe deu Welwitsch. É um arbusto algumas vezes erecto, mas com mais frequência trepador.

A forma típica da *A. pennata* habita na Huila e também na Zambézia.

⁽¹⁾ Pode ver-se uma completa descrição do tipo fitográfico do Calaari em Grisebach *La végétation du globe*, trad. de P. Tchihatchef, II, p. 236-271.

ESPONJEIRA. — *Acacia Farnesiana* (L.) Willd. l. c. 1083; Oliver l. c. 346.

Esta pequena árvore, muito conhecida de todos, é provavelmente de origem americana, sendo cultivada com frequência nas regiões tropicais e mesmo temperadas. É plantada pelos Negros de Angola, não tanto por causa do cheiro agradável das suas flores, como porque das suas vagens se servem para preparar tintas negras, empregadas em dar cor aos tecidos de *mabela*. Encontra-se com bastante frequência, e tornou-se mesmo subespontânea em alguns pontos.

MUSSONGUE. — *Acacia Sieberiana* DC. Prod. II, 463; Oliver l. c. 347.

Uma árvore de 25 a 30 pés ou mais de altura, largamente copada, espinhosa, tendo flores brancas. É bastante espalhada em Angola: Ambriz, Cazengo, Pungo Andongo, Huila; nesta última localidade está reduzida a um pequeno arbusto e encontra-se nas partes mais elevadas em sociedade com o *Tarchonanthus*.

A sua madeira é branca, rija e aproveitável.

Acacia etbaica Schweinf. in *Linnaea* XXXV, 330; Oliver l. c. 349.

A bem conhecida *goma arábica* do comércio e das farmácias é produzida por diversas espécies do género *Acacia*. Deve ter vindo primitivamente da Arábia, como o seu nome indica, mas hoje sai dali uma quantidade insignificante e a maior parte vem da África.

Vem principalmente das regiões do Nilo superior, da Núbia, Senaar, Cordofão, etc., ou por via de Cartum ou por via de Suaquim no mar Vermelho; isto é, vinha dessas regiões que — no momento em que escrevo — estão cortadas ao comércio europeu. Procede da *A. Senegal* Willd., da *A. stenocarpa* Hochst., da *A. Seyal* Delile, da *A. arabica* Willd., etc.

Vem igualmente e em grande quantidade do Senegal, procedendo particularmente de grandes florestas de *A. Senegal*, situadas na margem direita daquele rio.

Vem alguma porção da África do Sul, procedente da *A. horrida* Willd., uma das espécies espinhosas mais frequentes nas regiões áridas de que antes falei. Finalmente da Índia e da Austrália também se exporta uma certa quantidade desta substância, procedendo de espécies variadas do mesmo género.

De Angola tem sido exportada — segundo creio — em muita pequena e insignificante quantidade. Não deixa no entanto de ser ali conhecida e colhida, uma ou outra vez, pelos pretos que andam em busca da urzela ou da goma copal.

Welwitsch menciona mais especialmente a boa qualidade da goma arábica, produzida por duas espécies angolenses. A primeira é uma árvore pequena, de 20 ou 25 pés de altura, irregular e tortuosamente ramosa, que habita a região de Benguela, e nomeadamente as margens do rio Cavaco, donde procedem os exemplares que temos no herbário. É esta árvore a *A. etbaica*, descrita por Schweinfurth, que a observou na Núbia e na Abissínia. A segunda é uma espécie privativa de Angola e chamada por Welwitsch *A. erubescens*; habita particularmente na região de Bumbo.

Estas duas espécies não são raras e de certo pesquisas mais demoradas levariam a descobrir outras espécies produtoras. É fora de dúvida que a goma arábica pode no futuro constituir um artigo importante de comércio tanto em Benguela como em Moçâmedes.

Albizzia anthelmintica A. Brongn. in Bull. Soc. Hort. Fr. VII, 902; Oliver l. c. 357.

Habita em Angola, nas terras de Bumbo, onde não excede as dimensões de um arbusto. Encontra-se também na Zambézia, e atinge ali as dimensões de uma árvore mediana, cuja madeira resistente é empregada na construção dos barcos.

Na Abissínia, empregam a casca desta espécie como remédio antelmíntico.

MUZUEMBA. — *Albizzia coriaria* Welw. ex Oliver l. c. 360.

Uma árvore mediana, mas copada e elegante, das montanhas de Cazengo e Golungo Alto. A sua casca é muito adstringente e empregada geralmente no curtimento dos couros, tanto pelos indígenas como pelos colonos.

MUFUFUTU. — *Albizzia angolensis* Welw. ex Oliver l. c., 360.

Uma árvore bastante grande das florestas do Golungo Alto, cuja madeira é de boa qualidade e de bonita cor, sendo aproveitável mesmo na marcenaria.

Dão o mesmo nome vulgar à *A. versicolor* Welw., espécie bem distinta e que habita nas mesmas regiões.

MUANCE. — *Albizzia Welwitschii* Oliver l. c. 362.

Uma árvore que atinge algumas vezes dimensões muito consideráveis e tem uma copa larga e achatada, o que lhe dá um porte particular. É das mais frequentes essências nas florestas virgens do Golungo Alto e habita também Pungo Andongo.

A sua madeira é leve e branda e não tem aplicação em Angola, mas é bastante resistente e sem dúvida aproveitável.

N'GIMO, no plural JINGIMO. — *Chrysobalanus Icaco* L. Sp. Pl., 513; Oliver in Fl. of Trop. Afr. II, 365.

Um arbusto rasteiro, variando até às dimensões de uma pequena árvore. Parece ser indígena na África, conquanto se encontre também perfeitamente espontâneo na América tropical. Prefere os terrenos húmidos, salgadiços, próximos ao mar: praias do Ambriz no território de Mossulo; ilha de Luanda; Benguela. Os seus frutos, do tamanho de uma ameixa, roxos ou amarelados, são comestíveis e conhecidos dos Ingleses pelo nome de *Cocoa plum*. Com o cozimento da casca tingem os pescadores da costa as suas redes, que assim se tornam mais rijas e duradouras.

NOCHA. — *Parinari Mobola* Oliver l. c. 368.

É uma árvore grande, muito copada, de folhagem densa e persistente, extremamente brilhante e vistosa, pois é de um verde intenso na página superior e quase branca na inferior.

Encontra-se em Pungo Andongo, mas é sobretudo abundante na Huila, nos territórios de Lopolo e da Humpata. Também habita a Zambézia, onde não sei que nome lhe é dado. Os Sechuana chamam-lhe *mola* ou *mobola*.

É não só uma das mais bonitas como uma das mais úteis árvores de todo o sertão da Huila. A sua madeira é muito boa e geralmente empregada no fabrico dos utensílios caseiros dos indígenas. Quanto aos seus frutos, do tamanho de um pequeno pêssego, são abundantíssimos e muito apreciados pelos Negros. Na época da maturação — de Novembro a Janeiro — formam a base da alimentação do gentio da Huila, sendo consumidos em grandes quantidades e perfeitamente sadios. As sementes oleosas, contidas nos caroços destes frutos, são igualmente comestíveis e agradáveis ao paladar.

Há alguns anos vieram a Alemanha e a Inglaterra, e chamaram a atenção ás sementes, que se supunha poderem fornecer em abundância óleos de boa qualidade, como eram as sementes ou nozes de *nico* da Libéria, as de *mpoga* do Gabão e as de *mabo* da Libéria. Todas estas sementes pertencem, ao que parece, a plantas do género *Parinari*, sendo as últimas muito semelhantes, se não idénticas ás de *nocha*.

Ignoro se o seu comércio tomou alguma importância e se se conseguiu extrair o óleo por um processo económico; no entanto pareceu-me útil deixar aqui esta indicação, porque o aproveitamento das nozes de *nocha* seria muito interessante para os colonos da Huila, onde a planta abunda.

GUIA. — *Parinari capensis* Harv. in Harv. et Sond. Fl. Cap. II, 597; Oliver l. c.

Um arbusto rasteiro das florestas de Cazengo. Encontra-se também na Huila uma forma de folhas mais estreitas.

Duas espécies deste mesmo género *Parinari*, cujos frutos são comestíveis, habitam na ilha de S. Tomé. São a *P. excelsa*, que é uma grande árvore, de fruto pouco apreciado, chamado na Serra Leoa *gray-plum* e a *P. macrophylla*, a cujo fruto os Ingleses da mesma localidade chamam *ginger-bread plum*. É natural que na nossa ilha tenham nomes vulgares, mas ignoro-os completamente ⁽¹⁾.

MUSUNO. — *Rubus pinnatus* Willd. l. c. II, 1081; Oliver l. c. 374.

Um arbusto trepador, aculeado, semelhante no aspecto às silvas do nosso país, que são, como é sabido, do mesmo género. Habita as matas do Golungo Alto. A infusão das folhas é empregada pelos Negros no tratamento das anginas. É esta planta a que Welwitsch (*Apont.* 571) se refere como idêntica ou próxima ao *R. apetalus* Poir. e é efectivamente muito semelhante àquela espécie.

XXXIV

GRASSULACEAS

TUTA RIAMBULA. — *Kalanchoe Welwitschii* Britt. in Fl. of Tr. Afr., II, 394.

⁽¹⁾ A existência destas duas *Parinari* em S. Tomé, baseia-se única e exclusivamente em dois exemplares de Don, pertencentes ao British Museum (Natural History) de Londres, não tendo sido encontradas por qualquer outro colector naquela ilha. Exell, l. c. p. 171 admite a hipótese dum erro de etiquetagem em plantas colhidas por aquele botânico na Serra Leoa.

Uma planta carnosa, glabra, erecta, com folhas radicais bastante grandes e flores brilhantemente amarelas, reunidas em um cacho corimboso. Temos exemplares do distrito de Luanda, da Maianga e outros pontos; e Welwitsch afirma que a encontrou também no Ambriz e no Golungo Alto.

É cultivada pelos feiticeiros pretos — *jinganga* — que lhe atribuem virtudes especiais e influência sobrenatural. Welwitsch diz que não pôde averiguar qual era a sua virtude mais particular. Acrescenta no entanto que o seu nome *tuta riambula* significa *nuvem de chuva* — seria melhor ortografia escrever *rituta ria nvula* —; sendo assim, podemos imaginar qual seja a sua suposta influência. É bem sabido que a crença na faculdade de produzir ou determinar a queda da chuva é muito espalhada por toda a África. Há para isso processos e encantações especiais; e há *doutores em chuva*, cujo poder é admitido geralmente e cuja reputação se estende ao longe. Do nome vulgar desta planta é pois natural concluir que a *Kalanchoe Welwitschii* seja especialmente empregado na feitiçaria meteorológica.

XXXV

MIROTAMNACEAS

CACHINDE CA NDANGE. — *Myrothamnus flabellifolius* Welw. in Journ. Linn. Soc. III, 155; Apont. 578 (1858) et in *Trans. Linn. Soc.*, XXVII, p. 23, t. 8.

Um arbusto pequeno de porte singular, que habita as rochas nuas e escavadas das regiões mais altas; por exemplo, em Pungo Andongo, nas conhecidas pedras de Guinga e na Huila, no morro de Lopolo. Os Negros consideram-o como um tónico enérgico, aplicando-o em infusão, ou em fumigações, contra dores reumáticas. Os colonos usam perfumar as casas queimando esta planta muito aromática, e dão-lhe o nome de *alecrim das paredes*.

XXXVI

RIZOFORACEAS

MANGUE DA PRAIA OU MANGUE ROXO. — *Rhizophora Mangle* L. Sp. Pl. 443; Oliver l. c. 408.

Árvore que forma nas praias salgadas, nos lodos alagados junto do mar ou da água salobra do curso inferior dos rios, matas densas, sempre verdes, de um tipo particular, denominadas mangais ⁽¹⁾. Frequente ao longo de quase toda a costa ocidental portuguesa, por exemplo, nas margens do Loge no Ambriz, nas vizinhanças de Luanda e em abundância nas duas margens do Cuanza, até à lagoa de Cassaco, formando o bem conhecido mangal do Tombo.

Na primeira edição destes estudos eu tinha julgado que as plantas do herbário se podiam referir a duas espécies — a citada acima e a *R. mucronata* Lam. Apresentava, porém, esta opinião como muito pouco segura. As distinções entre as espécies deste género são bastante difíceis. Welwitsch — nas notas do herbário — mostra-se extremamente perplexo sobre a classificação a dar às suas plantas, e o professor Oliver também não parece absolutamente seguro, quanto às determinações a que chegou. Examinando agora de novo os exemplares da costa angolense, colhidos desde o Ambriz até à foz e ao interior do Cuanza, eu sou levado a considerá-los como pertencendo todos a uma só espécie. Pelas suas folhas sempre obtusas — em nenhum há a forma mucronada que se vê, por exemplo, na estampa de Wight, nem coisa que disso se aproxime — e pelas suas flores pouco numerosas, reduzidas geralmente a duas, eu creio que se devem referir à *R. Mangle*. Devo, no entanto, advertir que não tive oportunidade de comparar os exemplares de Angola com os de outras procedências.

Na costa oriental há extensíssimas matas de mangue, por exemplo, nas bocas do Zambeze, a de Luabo, a de Inhamissengó e outras. Ali, de envolta com a *R. mucronata* Lam., encontra-se a *Ceriops Candolleana* e a *Bruguiera caryophylloides* Bl., sendo todas estas árvores abrangidas debaixo da designação geral de mangue. E não são só estas plantas da mesma família das Rizoforáceas, que se designam pelo nome vulgar de mangue; outras espécies botânicamente bem diversas, mas tendo a mesma habitação marítima, como são as *Laguncularia* e *Avicennia*, se confundem às vezes sob o mesmo nome.

As espécies de *Rhizophora* são no entanto o verdadeiro mangue. Chamam-lhe *da praia* em virtude do seu *habitat* particular; ou também *roxo* por causa da cor da sua madeira. Esta madeira é

(¹) Os mangues são várias vezes mencionados pelos nossos antigos escritores, e vê-se que acertadamente observaram os limites da sua habitação. Diz, por exemplo, Almada: «Esses mangues chegam até onde chega a maré da água salgada e ali acabão». *Tratado breve*, etc., 32.

de qualidade inferior e serve apenas como combustível ou em algumas construções grosseiras. Veremos adiante que o *mangue do monte* é totalmente diverso e tem uma madeira preciosa. A casca do *mangue roxo* abunda em substâncias taninosas e pode ser empregada como curtume.

XXXVII

COMBRETÁCEAS

MUEIA. — *Terminalia sericea* Burch. var. *angolensis* Hiern, Cat. I, 338.

Uma árvore de dimensões regulares, tendo uma madeira amarelada, compacta e rija, de excelente qualidade. Habita as florestas elevadas e um tanto secas dos distritos de Ambaca, Pungo Andongo e Huila.

AMENDOEIRA da ÍNDIA. — *Terminalia Catappa* L. Syst. Nat. ed. 12, II, 674.

Sob este nome cultivam na ilha de S. Tiago e na de S. Tomé, esta conhecida árvore, originária da Índia. As sementes são comestíveis.

Os frutos das *Terminalia* são muito vulgares na Índia e deles tratou largamente o nosso Garcia da Orta, sob o nome de *mira-bolanos*.

MUONDONGOLO. — *Combretum constrictum* Laws., in Fl. of Tr. Afr., II, 423.

Pequeno arbusto muito espalhado pela província: Libongo, Luanda, Icolo e Bengo, Golungo Alto, Ambaca. A raiz é considerada pelos Negros como um poderoso remédio antelmíntico. Parece que lhe chamam também, nas proximidades de Luanda — *mafucarra-hóje*.

CARVALHO ou MUCAGE. — *Combretum lepidotum* A. Rich. Fl. Abyss. I, 268; Laws. l. c. 427.

Uma árvore de notável grandeza, fornecendo madeira de boa qualidade. Encontra-se nas florestas de Golungo Alto e Ambaca, onde os Negros lhe dão o nome de *mucage*. Habita igualmente a região de Bumbo, base e vertentes da serra de Chela, onde alguns colonos portugueses lhe chamam carvalho. Escusado é dizer que

nenhuma relação tem com os carvalhos, a não ser alguma semelhança de aspecto.

Esta semelhança de várias *Combretáceas* com os carvalhos deve ser pronunciada, e feriu não só os rudes e incultos colonos de Bumbo como também o perito botânico Schweinfurth; diz ele em uma passagem do seu livro: «Algumas das árvores apresentam à primeira vista uma semelhança considerável com o nosso carvalho vulgar, e entre estas plantas podemos contar a *Terminalia*...».

GUSSUSU. — *Combretum dipterum* Welw. ex Laws. l. c. 429.

Árvore mediana das florestas do Golungo Alto, tem madeira de excelente qualidade. Welwitsch escreveu em diversas notas *guçusu*, *gususso*, além da forma que adoptei.

LUNGA-LASSOGE — *Combretum tinctorum* Welw. ex Laws., l. c., 430.

É uma árvore de 15 a 25 pés de altura, que habita esporádica na região de Pungo Andongo, na base das celebradas pedras de Guinga. Os Negros obtêm uma cor negra pelo cozimento das folhas, frutos e raízes desta planta, a qual empregam na tintura dos panos.

O professor Lawson cosidera-a como uma variedade do seu *C. Kirkii*, mas afigura-se-me ser uma espécie perfeitamente distinta.

MUBE. — *Combretum holosericeum* Sond. in *Linnaea* XXIII, 44; Laws. l. c. 431.

Uma pequena árvore da região de Luanda.

XXXVIII

M I R T Á C E A S

GOIABEIRA. — *Psidium Guajava* L., Sp. Pl. I, 470.

Esta planta — que é certamente de origem americana e foi sem dúvida introduzida em Angola pelos Portuguezes — apresenta-se hoje perfeitamente naturalizada e encontra-se com frequência nas florestas do Golungo Alto, de Pungo Andongo e das ilhas Calembas. Esta dispersão singular por sítios remotos e pouco trilhados pelo homem, explica-se pelo facto dos pássaros ou outros animais

frugívoros procurarem os seus frutos carnosos e irem expelir as sementes a pontos distantes e selvagens. Em lugares frescos, um pouco secos das regiões tropicais, a planta prospera, pode frutificar logo ao terceiro ou quarto ano e assim se estende rapidamente a área que habita.

O *araçá* — *Psidium littorale Raddi* — originário do Brasil, também é frequente no estado subespontâneo. A *pitangueira* — *Eugenia uniflora L.* — e o *jamboeiro* — *Eugenia jambos L.* — encontram-se em cultura, porém não são frequentes.

XXXIX

MELASTOMATACEAS

COSANZA. — *Memecylon memecyloides* (Benth.), Exell l. c. 181; Fl. of Tr. Afr. — *M. Vogelii* Naud. in Hook. Fl. of., II, 462. pro parte.

Uma pequena árvore das florestas de Pungo Andongo e Songo. A madeira rija e elástica é empregada pelos indígenas no fabrico de cabos de machado, etc.; os pequenos frutos, umas bagas de cor negra azulada, são comestíveis.

Não há no herbário menção deste nome vulgar, e apenas se encontra na *Synopse*, dizendo-se ali que a *cosanza* é uma árvore pequena e elegante da família das *Melastomatáceas*. Uma *Melastomatácea* arborescente e lenhosa é sem dúvida uma espécie de *Memecylon*. Recorrendo ao herbário, encontro aí duas espécies deste género e, em «Nomes vulgares», eu julguei dever referir o nome de *cosanza* a uns exemplares de folhas coriáceas, dizendo então que estava pouco seguro desta identificação. Examinando agora de novo os exemplares e comparando-os com as indicações escassas da *Synopse*, parece-me antes que a *cosanza* será uma espécie de folhas membranosas, que julgo ser o *Memecylon memecyloides*.

XL

PUNICACEAS

ROMEIRA. — *Punica Granatum L.* Sp. Pl. 472; Hiern Fl. of Tr. Afr., II, 468 (in adn.).

Esta árvore, bem nossa conhecida, encontra-se no Golungo Alto em cultura e mesmo já naturalizada, e crescendo livremente em volta das habitações.

Forma, segundo Welwitsch, um arbusto medíocre, de dimensões inferiores às que toma em Portugal.

XL I

PASSIFLORÁCEAS

MOBIRO ou MOBILO. — *Adenia lobata* (Jacq.) Engl., Bot. Jahrb. XIV, 375; *Modecca lobata* Jacq.; Masters in Fl. of Tr. Afr., II, 517.

Uma trepadeira arbustiva das florestas de Cazengo, Golungo Alto e Dembos. Dos frutos amarelos, que têm o tamanho de um ovo de pomba, se pode fazer uma agradável limonada. O cozimento das hastes é considerado como um remédio antelmíntico poderoso.

Também o nome de *mobiro* não consta do herbário e unicamente da *Synopse*. No entanto, parece-me que se pode identificar com a espécie citada, com alguma segurança.

XLII

CARICÁCEAS

MAMOEIRO. — *Carica Papaya* L. Sp. Pl. II, 1036. — *Papaya vulgaris* DC.; A. DC. Prodr. XV, pars I, 415.

Esta árvore, ou antes esta grande planta herbácea, tem uma fâcies muito particular que lhe dão o seu tronco erecto e indiviso, as suas grandes folhas recortadas, reunidas em um feixe terminal, e os seus frutos pendentes do tamanho de um pequeno melão. É de origem americana, e de certo uma das espécies que os Portuguezes espalharam pelos trópicos, introduzindo a sua cultura na África e na Ásia.

É bastante frequente na África portuguesa, nomeadamente nas ilhas de Cabo Verde e em Angola, abundando sobretudo na 2.^a região, do Golungo Alto, etc., onde já se encontra fugida das culturas e semi-espontânea.

O seu fruto, chamado *mamão*, e às vezes também *papaia*, é bastante apreciado; come-se cru, depois de maduro, ou cozido e fervido, quando ainda verde. Em algumas das nossas colónias tem verdadeira importância económica. A propósito da ilha de Santo Antão de Cabo Verde, diz o dr. Hopffer, em um interessante trabalho recentemente publicado (*Bol. da Soc. Geogr. de Lisboa*, 4.^a série, 226): «A papaya é um grande auxiliar alimentício d'esta ilha». E mais adiante: «Como ha grande copia de papaya, o povo emprega parte do fructo na alimentação do gado suino, que é quem aproveita a fibrina do fructo verde. A alimentação publica muito soffreria se a papaya desapparecesse».

XLIII

CUCURBITACEAS

BUMBA-RIACHOLE. — *Trochomeria vitifolia* Hook f. in Fl. of Tr. Afr., II, 525.

Planta herbácea, trepadeira, do Golungo Alto. A sua raiz grande, carnosa, napiforme, serve às vezes de alimento aos Negros, e é considerada como um remédio eficaz na doença a que chamam *ribebo*, a qual, segundo Welwitsch, é uma espécie de angina membranosa.

O mesmo nome vulgar é dado a uma planta de Pungo Andongo, bastante parecida com esta, mas pubescente. Tem também uma grande raiz tuberosa, um tanto drástica. É a *Trochomeria macrocarpa* Hook. f., l. c. 515; var. *Welwitschii* Cogniaux *Mon. Phaner.* III, 399.

BINDA. — *Lagenaria vulgaris* Ser. in Mém. Soc. Phys. Génève, III, 25; Hook. f. l. c. 529.

Esta espécie parece ser indígena na Índia e na Abissínia (De Candolle *Orig.* 196), e desses países se espalhou depois por todas as regiões quentes, e mesmo temperadas, do Velho e do Novo Mundo. Tem variado pela cultura, sobretudo na forma do fruto, e foi descrita e mencionada sob nomes diversíssimos. A sua complicadíssima sinonímia pode ver-se em Cogniaux, *Mon Phaner.* III, 41.

É com frequência cultivada em Portugal, onde algumas das suas variedades mais comuns são conhecidas pelos nomes de *cabaça*, *colombro* e *abóbora carneira*.

Cultiva-se abundantemente em Angola, e em alguns pontos está já naturalizada e espontânea à roda das povoações, como succede no Golungo Alto e na Huila.

Os Negros dão o nome de *binda* à planta, — mais especialmente ao fruto e à sua casca —, chamando *cabinda* a algumas formas mais pequenas. Com efeito, os frutos não são simplesmente apreciados pela sua carne alimentar, mas também pela sua camada exterior resistente. As *bindas*, de variadas conformações e affectando por vezes aquela forma bem conhecida e clássica da *cabaça dos peregrinos*, são um dos utensílios domésticos de uso mais geral entre o gentio de Angola. Nas *bindas* se guarda ou se transporta a água, o *maluvo*, ou a *garapa*; as *bindas* formam as caixas de ressonância das marimbas e outros instrumentos musicais; das pequeninas *cabindas* fazem os caçadores os seus polvorinhos e, finalmente, servem de vaso ou recipiente em variadíssimos misteres. As *bindas* encontram-se, muitas vezes, ornadas de desenhos feitos com um ferro em braza, que são interessantes e alguns bastante graciosos.

MAMALONGO. — *Luffa ægyptiaca* Miller, Gard. Dict. ed. 8; Hook. f. l. c. 530 — *L. cylindrica* Roem.; Cogniaux Mon. Phaner. III, 456 (cum syn.).

Esta espécie é largamente cultivada na zona tropical da Ásia, África, América e Oceânia, por causa dos seus frutos que são comestíveis, enquanto novos. Parece ser indígena em grande parte desta zona, no Velho Mundo.

Welwitsch indica-a como perfeitamente espontânea no Golungo Alto, nem faz menção da sua cultura, nem aponta nome vulgar, que decerto conheceria, se fosse habitualmente cultivada.

NARA ou MNARA. — *Acanthosicyos horrida* Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XXVII, p. 31, t. 11-A; Hook. f. l. c.

Uma planta rasteira, espinhosa, de porte muito especial e bem diverso do que é habitual encontrar nas Cucurbitáceas. Habita os areais móveis, sáfaros e estéreis ao sul de Moçâmedes, para o interior do cabo Negro e de Pinda. Os Negros que vagueiam por aquelas pobríssimas regiões comem a polpa ácida dos seus frutos, bastante grandes, e também as sementes. No entanto, a polpa dos frutos pode ser nociva, quando tomada em quantidade maior.

Parece ser uma espécie limitada àquela zona desértica e foi observada na terra de Namácuá e para o interior da Baía da Baleia, *Walfishbay*.

Cucumeropsis edulis Cogniaux Mon. Phaner, III, 518 — *Cladosicyos edulis* Hook. f. l. c. 534.

É uma planta forte, de caule robusto e folhas grandes. O seu fruto, que atinge um pé de comprimento, é comido pelos Negros do Golungo Alto, onde a planta habita espontânea. Esta espécie foi também observada na Serra Leoa, região do Níger e terra dos Mombutu.

Momordica Charantia L. Sp. Pl. II, 1009; Hook. f. l. c. 537.

Esta graciosa e bem conhecida Cucurbitácea, que se cultiva habitualmente nas regiões quentes, — mais como planta ornamental do que em resultado de algumas propriedades medicinais, pouco usadas, dos seus frutos —, habita espontânea ou cultivada em várias localidades das colónias portuguesas. Temos exemplares da ilha de S. Tiago, de Luanda, Golungo Alto e Moçâmedes.

PEPINO. — *Cucumis sativus* L. Sp. Pl. II, 1012; Hook. f. l. c. 542.

Cultivado em vários pontos pelos colonos; mas não sendo, ao que parece, muito frequente, nem tendo passado ao domínio da cultura indígena.

MELÃO. — *Cucumis Melo* L. Sp. Pl. 1011; Hook. f. l. c. 546.

Diversos botânicos se têm ocupado das questões de origem das Cucurbitáceas cultivadas, devendo citar-se em primeiro lugar C. Naudin e as suas admiráveis *Memórias*. Em relação a esta espécie, pode admitir-se que fosse indígena em grande parte da Ásia e quase toda a África tropical e que das suas formas selvagens procedessem, por aperfeiçoamentos sucessivos, as inúmeras variedades, raças ou castas que hoje se cultivam. Sucede, naturalmente, que, de entre essas raças, algumas se têm aproximado da perfeição e afastado singularmente do tipo primitivo, enquanto outras, sujeitas a uma cultura, ou menos antiga ou menos inteligente e cuidadosa, se conservam ainda próximas desse tipo. Assim, na África, cultivam-se castas de inferior qualidade, tendo o fruto inodoro, insípido e às vezes mesmo um tanto amargo e nauseoso, que ou são degenerações de castas melhores ou antes derivações ainda próximas da forma selvagem e espontânea. Parte dessas castas, incluídas por Naudin na 6.^a secção da sua IV tribo, cultivam-se no Egípto e mesmo em regiões centrais. O dr. Schweinfurth encontrou, entre os Dinca e os Djur, um *Cucumis* cultivado, análogo ou idêntico ao *Cucumis Chate* (uma variedade do *C. Melo*) dos Egípcios, e ao qual atribui uma origem africana. Em algumas localidades podem existir, ao lado

umas das outras, estas raças mais inferiores, formadas na África e cultivadas pelos indígenas, e raças melhores, vindas de fora, e propagadas sob a influência dos estrangeiros. É o que talvez suceda em Angola.

Em primeiro lugar, os colonos cultivam os melões nas suas fazendas e estes procedem de sementes introduzidas de Portugal, pertencem a variedades culturais diversas, algumas das quais naturalmente degeneram nos climas quentes tendo de ser renovadas. Mas ao lado destas formas existem talvez outras, mais próximas ao tipo selvagem, e derivadas directamente desse tipo. No herbário angolense temos um exemplar (n.º 849) de uma planta espontânea nos arredores de Luanda, que eu havia referido ao *Cucumis dipsaceus* Ehrenb., e que é classificado do mesmo modo pelo sr. Cogniaux. No rótulo desse exemplar, diz Welwitsch que a mesma espécie é cultivada na região do Bengo. Ora, não é provável que se cultivem formas do *Cucumis dipsaceus*, cujo fruto é amaríssimo. Creio antes que Welwitsch, não reparando bem nos caracteres do fruto, tomasse por formas do *C. dipsaceus* algumas dessas castas inferiores do *C. Melo*, o que é tanto mais provável quanto as duas espécies — à parte o fruto — são em extremo semelhantes. Seria interessante fazer algumas investigações sobre estas formas de cultura comum.

Creio que estas formas insípidas do *Cucumis Melo* são igualmente cultivadas nas terras de Moçambique, e chamadas às vezes pelos Portuguezes *pepinos*. Diz, por exemplo, Gamito (*Muata Cazembe*, 10) falando de Cucurbitáceas cultivadas em prazos do distrito de Tete: «O pepino é diferente do da Europa, e tem a forma de melão, porém o gosto é de pepino, mas amargoso». Segue dizendo que o cortam em tiras e o secam ao sol e guardam, comendo-o depois cozido em água, sal e pimenta. A estes pepinos chamam *macaca* e depois de secos *copla*. Parece-me evidente por estas indicações que não pode ser o verdadeiro *C. sativus* e será alguma variedade do *C. Melo*, parecida com o *C. Chate*.

Welwitsch diz nos *Apontamentos*: «O *Cucumis africanus* Lindl. f., (*Machiche*) cultiva-se raras vezes». É difícil saber a que espécie se quis referir. Não é provável que fosse ao *Cucumis africanus* Lindl. f., espécie da África austral, e que nenhuma qualidade recomenda para a cultura. O nome de *Machiche* dá-se no Brasil ao *Cucumis Anguria* L. e talvez Welwitsch se refira a esta espécie americana, que efectivamente se parece com o *C. africanus*.

COLOQUINTIDA. — *Citrullus Colocynthis* Schrad. in *Linnaea*, XII, 414; Hook f. l. c. 548.

Esta espécie tem uma vastíssima habitação na zona quente temperada do Velho Mundo, desde a Índia e Ceilão, vindo ao longo de grande parte da bacia mediterrânica até aos arquipélagos das Canárias e de Cabo Verde. Encontra-se, aqui perfeitamente espontânea, nas ilhas de S. Tiago, S. Vicente, Sal e Boa Vista, nas areias estéreis e marítimas.

A polpa amaríssima dos frutos é empregada na preparação de medicamentos purgantes. As sementes torradas ou fervidas servem de alimento a algumas das mais pobres tribos do deserto do Sáara.

NXIBUA ou MAXIBUA. — *Citrullus vulgaris* Schrad. ex Eckl. et Zeyh., Enum. Pl. Af. aust., 279; Hook. f. l. c. 599.

Esta planta, da qual pela cultura saú a vulgar e bem conhecida *melancia*, encontra-se espontânea e comum em grande parte da África tropical e austral.

Os frutos da forma selvagem são pequenos e algumas vezes intensamente amargos. Outras vezes porém — e sem que os caracteres exteriores o revelem — podem ser comidos, e servem efectivamente de alimento aos Negros. É bastante comum em Angola esta forma espontânea; encontra-se na região de Luanda, onde os Negros lhe chamam *nxibua* ou *quixibua*, plural *maxibua*; igualmente nos terrenos arenosos de Moçâmedes do vale do Giraul, onde parece ter o nome de *ditangue*, e onde os Portugueses lhe chamam, com propriedade, *melancia brava*. Esta espécie dá-se bem em terrenos secos e áridos e nessa zona desértica austral de que — como vimos — as nossas terras de Moçâmedes já fazem parte, encontram-se grandes extensões, que em certos anos se cobrem de numerosíssimos pés de *Citrullus vulgaris*. Os seus frutos fornecem então um alimento abundante aos homens e aos animais que vagueiam por essas regiões, em geral pobríssimas.

Não é rara em Angola, nas fazendas dos Portugueses, a forma cultivada, à qual se dá o nome português de *melancia*, que os Negros pronunciam *balacia* — no plural *jibalacia*. Também em Moçambique, na Zambézia, e bastante para o interior a cultivam com certa frequência não só os colonos como os indígenas. Chama-se ali *mavembe* e *pateca*. Este último nome, usado no Oriente, tanto na África como na Ásia, é a antiga designação árabe *bateca*.

Nestas regiões orientais a cultura das Cucurbitáceas é comum, tanto desta *mavembe* como da *macaca*, a que antes me referi, e também do *matêquite*, de que adiante falarei. São quase exclusivamente cultivadas para a produção das sementes, fazendo-se pouco caso da polpa do fruto, de modo que os viajantes indígenas, quando

passam junto das plantações onde há frutos maduros, não têm escrúpulo de comerem quantos querem, nem a isso se opõem os proprietários, contanto que dentro da casca deixem todas as sementes. Destas sementes ou pevides, extraem o óleo pelo processo geral; pisando-as, misturando a massa com água quente e tirando depois o óleo que vai sobrenadando ⁽¹⁾.

DINHÁGOA ⁽²⁾. — *Cucurbita maxima* Duch. in Lam. Encyc. Met. II, 151; Hook f. l. c. 555.

É esta a abóbora comum, de frutos grandes, deprimidos, tendo a polpa cor de laranja, da qual na Europa se cultivam numerosas variedades — a abóbora menina e porqueira, o *potiron* dos Franceses e *gourd* dos Ingleses.

Cultiva-se com frequência em Luanda, Golungo Alto e outras partes da província, e não está limitada às fazendas dos colonos, mas pertence ao número das plantas cultivadas do indígena e encontra-se mesmo espontânea em volta das povoações, resultado de naturalização.

O nome de *abóbora* e mesmo as designações das diversas castas applicam-se tão vaga e irregularmente que não é fácil saber o que alguns escritores pretendem significar quando o empregam. Assim, a *abóbora* chamada em Tete *matêquite*, não é provavelmente o fruto de uma *Cucurbita*, e será talvez uma forma quase selvagem do *Citrullus vulgaris*. Cultiva-se especialmente para a produção da pevide e os Negros só a comem em épocas de fome.

No herbário há exemplares de *Cucurbita Pepo* DC. — a *abóbora moganga* ou *boganga*, *citrouille* dos Franceses e *pumpkin* dos Ingleses — cultivada na Huila. Igualmente há sementes de *Cucurbita ficifolia* Bouché — a *abóbora gila* — provenientes de plantas cultivadas em Moçâmedes. São espécies introduzidas pelos Portugueses, cultivadas nos limites da sua influência, e que não pertencem — como a *Cucurbita maxima* — à pura cultura do Africano.

⁽¹⁾ O óleo extraído das sementes desta melancia é conhecido pelo nome de *eguse* ou *ecose*. Daniell, On Eguse-oil Pharm. Journal, XVI, p. 307.

⁽²⁾ A ortografia que empreguei é adoptada por Welwitsch; Canecatim escreve *rinhâncu*, no plural *manhâncu*; Capelo e Ivens *rinhang* ou *linbang*. As líquidas *r. l.* confundem-se bastante na boca dos Negros e às vezes também com a muda *d.*

UMBELIFERAS

(Apiáceas)

CALUSANGE. — *Peucedanum fraxinifolium* Hiern in *Fl. of Trop. Afr.* III, 22 — *Alvardia arborea* Welw.

Uma árvore chegando a 20 e mais pés de altura, o que é uma excepção na numerosa família das Umbelíferas, que são quase todas plantas herbáceas, pela maior parte anuais. Frequente nas matas virgens do Golungo Alto. As infusões ou cataplasmas das folhas são consideradas pelos curandeiros negros como um poderoso remédio contra tosses e doenças do peito, e de feito como sendo o mais eficaz medicamento peitoral de todo o sertão.

A planta de Angola parece-me ser uma variedade da espécie acima citada ou porventura uma espécie nova, mas muito próxima.

CALUSANGE CAFÉLI. — *Lefeburea angolensis* Welw. ex Fic. in *Bol. Soc. Geog. Lisb.* Ser. 2, 412, — *Alvardia spec.* in *Apont.* 590. *Lefeburia Welwitschii* Engler.

O nome significa *calusange* pequeno, e, de feito, no seu aspecto assemelha-se à precedente, sendo porém uma erva alta. É uma planta aromática, considerada também como medicinal pelos Negros. Habita a região do Golungo Alto.

Diversas Umbelíferas introduzidas em Angola, se encontram em cultura, como são a *salsa*, os *coentros*, as *venouras*, achando-se algumas, por exemplo, o *funcho*, completamente naturalizadas.

Uma espécie — ao que parece nova — de *Pimpinella* é considerada como planta medicinal. Welwitsch diz que tem um nome vulgar, porém nas notas que vi não o cita (1).

(1) *Dongolundo*, *Pimpinella platyphylla* Welw. in Hiern, l. c., I, p. 426.

XLV

ARALIACEAS

MUSASSA. — *Cussonia angolensis* Hiern in Fl. of Tr. Afr., III, 32.

Uma árvore de 20 e mais pés de altura, tendo um tronco não ramificado inferiormente e uma copa esférica, o que lhe dá um porte particular. Florestas de Ambaca e de Pungo Andongo para o lado do Cuanza. Encontra-se também na Huila.

Os Negros empregam os troncos na construção das suas cubatas e das casas feitas de paus a pique.

XLVI

RUBIACEAS

PAU DE ÓLEO. — *Adina microcephala* Hiern in Fl. Trop. Afr., III, 40.

Uma árvore de grandes dimensões, tendo folhas 3-verticiladas, lanceoladas e pequenas flores, dispostas em capítulos globosos, axilares, suportados por pedúnculos comuns bastante grandes e, ao que parece, pendentes. A forma e a disposição das folhas dá aos ramos uma certa semelhança com os de *Nerium Oleander L.*

É uma nova e bem distinta espécie deste género, de que só se conhecia uma espécie africana.

Habita a região de Moçâmedes, nas margens do Béro, e estende-se para o interior pela região de Bumbo.

A madeira ou pau de óleo é uma das mais conhecidas e louvadas na parte austral da província de Angola (1).

(1) Em S. Tomé o nome de *Pau de Óleo* é dado à *Santiriopsis trimera*, cf. p. 111. Segundo Hiern (Cat.) a esta *Adina* e var. *Galpini* (Oliv.) dá-se o nome vulgar de *moambo*, conforme uma nota de Welwitsch; na 1.ª edição está Mohambo como sinónimo da espécie imediata.

MUNGO. — *Mitragyna macrophylla* Hiern Fl. of Tr. Af. III, 41
— *Nauclea stipulosa* DC. — *Nauclea bracteosa* Welw. Syn. 48.

É uma árvore corpulenta, tendo folhas grandes e finamente coriáceas, que habita as florestas do Golungo Alto. Tem boa madeira, que é geralmente aproveitada em obras diversas.

Welwitsch chama a atenção sobre as qualidades medicinais prováveis da sua casca, as quais, no entanto, não são conhecidas dos indígenas.

Dão o mesmo nome vulgar a um arbusto trepador, também do Golungo Alto, que Welwitsch supôs pertencer ao género *Nauclea* e, aparentemente, é uma nova espécie do género *Uncaria*.

MANGUE BRANCO, MANGUE DO MONTE, ou PACO do Golungo.
— *Corynanthe paniculata* Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XXVII, 37, t. 14; Hiern l. c. 43.

Uma árvore de 25 a 40 pés de altura, de tronco recto, frondosa, sempre verde. Habita principalmente na 2.^a região, isto é, nos Dembos, Cazengo e Golungo Alto, onde forma pelos declives das montanhas bosques densos e muito umbrosos, a que os colonos chamam *matas de mangue*.

A madeira desta árvore é clara, densa, rija e resistente, sendo uma das mais conhecidas e apreciadas no sertão angolense e com frequência empregada nas construções e no fabrico de móveis e utensílios diversos, tanto pelos colonos como pelos Negros.

Os Portuguezes dão-lhe o nome de *mangue* e, para a distinguirem do *mangue da praia*, chamam-lhe *mangue branco* ou do *monte*, e também *paco*.

A casca desta árvore é amarga, um tanto adstringente e pode talvez ser febrífuga.

BELENDA ou BEMBI. — *Crossopterix Kotschyana* Fenzl. Nov. Stirp. Dec. VI, 46; Hiern l. c. 44 — *C. febrifuga* Benth. — *Rondeletia febrifuga* Afz.

Um arbusto do Golungo Alto. Os nomes vulgares citados não são usados nas possessões portuguezas; mas são dados a esta planta — segundo Winterbottom — na Serra Leoa. Citei-os para chamar a atenção sobre a existência deste arbusto nas nossas colónias. Com efeito a sua casca tem gozado de uma certa nomeada como febrífuga, podendo considerar-se um bom sucedâneo da *quina*.

QUINEIRA. — *Cinchona* sps. (1).

Não é certamente este o lugar próprio para dar notícia destas importantes plantas, das diversas espécies que constituem o género, da sua habitação no estado espontâneo e da extensão que nos últimos anos se tem dado à sua cultura em diversas regiões do Globo. Tudo isto é bem conhecido e se encontra exposto em numerosas e algumas magníficas publicações (2). Limito-me, pois, a dar uma brevíssima indicação sobre a introdução das plantas nas colónias portuguesas da África, sem a qual estes estudos ficariam incompletos.

Pelo ano de 1864, e por sugestões do dr. Welwitsch, começou a questão da introdução e cultura das quineiras ou árvores da quina na África portuguesa a merecer os cuidados do governo, empenhando-se no seu bom êxito o meu falecido amigo o dr. Bernardino António Gomes, com a sua habitual solicitude. Publicou então o sr. Bernardino Barros Gomes um folheto, destinado a chamar a atenção sobre a nova cultura, relatando os esforços empregados pelos Holandeses e pelos Ingleses para a introduzirem nas suas colónias, e dando outras indicações valiosas (3). As primeiras tentativas de introdução na nossa África não foram felizes, como era natural succeder e como havia succedido em outros países; nem as sementeiras prosperaram. Continuaram, porém, os trabalhos, tomando neles a iniciativa o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, e o seu director, o meu amigo dr. Júlio Henriques, que conseguiu distribuir um número avultado de sementes e plantas das boas espécies — principalmente da *C. succirubra* — e publicou umas utilíssimas instruções práticas sobre a sua cultura (4).

As *Cinchona* prosperaram, pelo menos, em algumas das localidades onde foram introduzidas; em Cabo Verde a cultura não

(1) Introduziram-se na cultura *C. Calisaya* Wedd, *C. caloptera* Miq., *C. cordifolia* Mutis, *C. Hasskarliana* Miq., *C. lancifolia* Mutis, *C. Ledgeriana* Moens, *C. micrantha* Ruiz et Pav., *C. officinalis* L., *C. Pabudiana* Howard e *C. succirubra* Pav.

(2) A bibliografia da quina é riquíssima, podendo citar-se entre as obras mais importantes: Weddell, *Histoire naturelle des Quinquinas*; Howard, *Illustrations of the Nueva Quinologia of Pavon*; Triana, *Nouvelles études sur les Quinquinas*, etc. Pode ver-se um excelente resumo no artigo *Cortex Cinchonæ* da *Pharmacographia* de Flückiger e Hanbury, ou na *Hist. nat. des drogues simples* de Guibourt, III, 102, 7.^a ed.

(3) *Cultura das plantas que dão a quina*, Lisboa, 1864.

(4) *Instruções práticas para a cultura das plantas que dão a quina*, Coimbra, 1880.

passou ainda do período de ensaios, mas bastante satisfatórios. Publicou-se recentemente ⁽¹⁾ uma notícia do dr. F. F. Hopffer — um dos mais zelosos advogados desta cultura — dando conta do estado das plantas cultivadas na ilha de Santo Antão. Refere-se a um período já antigo — ao ano de 1875 — mas inclui algumas indicações interessantes. Havia então na ilha um pequeno número de quinceiras, plantadas no Pico de António, na Igrejinha, no Covão, e na Fajã dos Bois, localidades que variam de 600 a 1.000 metros de altitude. O estado das plantas era na maior parte dos casos próspero, e algumas atingiam mais de 5 metros de altura, notando-se que as plantadas em maiores altitudes se apresentavam mais crescidas e grossas. Acrescentava o dr. Hopffer que, justamente nessas altitudes e em pontos onde outras espécies tropicais começam já a não encontrar boas condições de vida, existiam tratos de terreno, aproveitáveis para viveiros ou definitivas plantações de *Cinchona*. E finalmente dizia «nenhuma planta vinda e posta em boas condições tem morrido». Por onde se vê que a sua opinião sobre a adaptação das plantas ao clima da ilha era de todo o ponto favorável. Continuaram depois os esforços para desenvolver a cultura; e no fim de 1882 havia na ilha de Santo Antão, — segundo informações do sr. Bordalo Pinheiro —, 743 plantas definitivamente colocadas e 3.283 prontas para transplantar. Também se fizeram plantações nas ilhas de S. Tiago e do Fogo, creio que em menor escala. Não há, pois, ainda uma cultura largamente estabelecida e, apenas, como disse, ensaios; mas esses ensaios são suficientes para provar que o clima das ilhas é favorável à vegetação de algumas espécies de *Cinchona*, sendo lícito esperar que a nova cultura venha a transformar em rendosas propriedades algumas terras altas hoje improdutivas.

Também na ilha de S. Tomé as primeiras introduções não deram desde logo notáveis resultados; tanto em 1864, como depois em 1869 e 1871, as distribuições de sementes ou plantas foram feitas com pouco cuidado e colhidas por parte dos proprietários com certa desconfiança ou indiferença. Em 1875, como averiguou J. de Sousa Ribeiro, que se ocupou deste assunto com singular interesse, existia na ilha um pequeno número de plantas. Mas essas plantas prosperavam e frutificavam, faziam-se em Portugal análises

(¹) No *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 4.^a série, 232.

das cascas, que demonstravam a sua riqueza em alcalóides (1), e a desconfiança desaparecia. A 1 de Outubro de 1880, o sr. Vicente Pinheiro dava conta no seu relatório da prosperidade nascente desta cultura e dos esforços feitos pelos agricultores para aumentarem as suas plantações, relatando o facto curioso e significativo de que um desses agricultores havia realizado a venda de alguns milhares de sementes, ao preço elevado de 50 réis por semente (2).

Por outro lado as remessas e distribuições de plantas, feitas pelo Jardim de Coimbra, continuaram; e à espécie *C. succirubra*, que principalmente fora distribuída nos primeiros anos, juntavam-se outras não menos valiosas, como a *C. officinalis*, a *C. Calisaya* e a variedade, ou antes distinta espécie, *C. Ledgeriana* que, pela riqueza da sua casca, tem especialmente atraído as atenções (3).

A cultura entrava, pois, em um período de franco desenvolvimento, como revelam as indicações dadas a 22 de Dezembro de 1882 pelo sr. Teixeira da Silva no seu Relatório, do qual transcrevo, na íntegra, os seguintes períodos:

(1) O dr. Júlio Henriques citava nas suas *Instrucções praticas* o resultado de três análises de cascas da *C. succirubra* de diversas idades, feitas em Coimbra. Eram os seguintes, referidos a 1.000:

Quinina	47,56	40,83	41,21
Cinchonina	7,24	1,64	2,24
	<u>54,80</u>	<u>42,47</u>	<u>43,45</u>

Ultimamente citava os resultados de análises de cascas, provenientes da roça Pouso Alto, parecendo proceder também da *C. succirubra*:

Quinina	26,5	16,1	27,2
Cinchonina	11,0	9,1	16,4
	<u>37,5</u>	<u>25,2</u>	<u>43,6</u>

(2) *Relatorios dos governadores de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe*, etc., Lisboa, 1881, p. 22.

(3) Do *Relatorio* do dr. Júlio Henriques sobre os estabelecimentos a seu cargo no ano lectivo de 1882-1883, se vê que foram distribuídas as seguintes plantas:

Cinchona Calisaya	26
C. Calisaya var. Ledgeriana	257
C. succirubra	70
C. officinalis	180

A história da *C. Ledgeriana*, que com muita razão tem chamado nos últimos tempos a atenção dos cultivadores, pode ver-se no *Report on the*

«O agricultor António Dias Quintas, na sua propriedade «Nova Moka», tem dado grande desenvolvimento à cultura das quinas.

«Em 28 de Outubro de 1869, plantava ele 111 cinchonas. Das sementes destas e de algumas mergulhias possuía já, em Maio de 1880, 493 plantas, das quais tinha em plantação definitiva, em Setembro último, 32.800 plantas e, em mergulhia, prontas a transplantar no fim deste ano, 60.000!

«Dentro de cinco anos, ainda que cada árvore só dê quina que valha uma libra esterlina, 60.000 valerão 270.000\$000 réis.

«Depois deste agricultor segue-se Isaac Amzalak, administrador da roça de S. Nicolau, que já conta 10.804 plantas em óptimo estado de desenvolvimento e 26.018 alporques operados em 3.453 plantas. Conta ter no fim deste ano 45.000 pés.

«Na roça Monte Café, administrada por Hugo de Lacerda, principiou a cultura da quina o ano passado; já conta 1.250 arbustos com 1.219 mergulhias, e em estufim 2.200 estacas.

«Gabriel de Bustamante, na sua roça Pouso Alto, tem plantados 2.690 enxertos; tem 1.500 feitos, e de sementes 1.500 a 2.000 pés.

«Na roça Santa Luzia, de Alfredo Pires, há 800 plantas em estado de serem transplantadas, provenientes de 150 pés.

«D. Francisco Mantero, proprietário da roça Santa Margarida, há pouco tempo que se applicou à cultura das quinas. Tem 25 plantas, mais 5 na sua roça Esperança, na ilha do Príncipe.

«Dei agora a este agricultor algumas plantas» (1).

Tal era o estado daquelas culturas pelos fins do ano de 1882; e notícias posteriores deixam ver que vão continuando a desenvolver-se, estando já próxima a época em que se começarão a fazer os cortes em larga escala.

Depois de escritas e impressas as páginas precedentes foram publicados alguns documentos importantes sobre esta questão. Em primeiro lugar, o relatório do sr. Manuel Bordalo Pinheiro, datado de 27 de Dezembro de 1882, e inserido no *Bol. da Soc. de Geogr. de Lisboa*, 4.^a série, 328. Havia já citado (a pág. 196 na 1.^a ed.) o número de plantas existentes na ilha de Santo Antão, no fim de

R. Gard. at Kew, 1880, p. 32, onde a planta vem figurada; depois o dr. Trimen no *Journ. of bot.*, 1881, p. 321, classificou-a de espécie distinta, dando uma melhor figura, que vem reproduzida no *Report on the R. Gard at Kew.*, 1881, p. 26, tav. 222.

(1) *Relatorios dos governadores de Macau e Timor, etc.*, Lisboa, 1883, p. 368.

1882, que consta desse relatório e fora transcrito pelo dr. Júlio Henriques; mas não conhecia o documento na íntegra. Da sua leitura resulta a necessidade de fazer algumas rectificações. Assim a altitude a que naquela ilha estão estabelecidas as plantações varia de 1.200 metros a 200 ou 300 metros. Pode-se no entanto advertir que as plantações situadas nestas localidades mais baixas são muito novas, e será necessário prolongar a experiência para bem reconhecer se adquirem um bom desenvolvimento. Em todo o caso o sr. Bordalo Pinheiro confirma as asserções do sr. Hopffer, dizendo que as árvores melhor desenvolvidas são as plantadas em pontos mais altos, como o Covão e o Pico de António. As informações gerais sobre o progresso das plantas, e os resultados dos pequenos cortes que já se fizeram são satisfatórios e em abono das esperanças que podem ter no futuro próspero daquela cultura. Na impossibilidade de transcrever aqui todas as informações do Relatório remeto o leitor para aquele interessante documento.

Publicou também recentemente o meu amigo, o sr. Vicente Pinheiro, um livro de notável valor, intitulado *As Ilhas de S. Tomé e Príncipe*. Completa aí as notícias dadas no seu Relatório, e que eu citei atrás, e dá uma história completa da cultura da quineira no período da sua administração. Remeto também o leitor para o que ele diz de pág. 107 a pág. 126 ⁽¹⁾.

DILUIA. — *Mussaenda erythrophylla* Schum. et Thonn. in Dansk. Vidensk. Selsk, III, 136; Hiern in Oliv. l. c. 69 — *M. splendida* Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XXVII, p. 36, t. 13.

Um arbusto pequeno, tomando às vezes o hábito trepador extremamente vistoso quando está em flor. Habita nas florestas do Golungo Alto e Pungo Andongo.

UNDAI ou N'DAI. — *Gardenia Jovis-tonantis* Hiern in Oliv. l. c. 101 — *Decameria Jovis-tonantis* Welw. *Apont.* 579.

É uma pequena árvore, não excedendo 5 a 9 pés de altura; mas tendo um tronco relativamente grosso. Habita os terrenos pedregosos, um pouco secos de Cazengo, Golungo Alto e Ambaca. A sua madeira de cor clara amarelada, extremamente rija e de grão notá-

⁽¹⁾ A grande baixa de valor que teve a quinina originou desânimo pela cultura das quineiras e em 1909 estava quase abandonada (Dr. J. Henriques l. c. pág. 131). A exportação da quina foi em 1938 de 38.010 Kg. n o valor de 182.448\$00 e em 1943 de 88.000 Kg. avaliados em 1.027.000\$00, o que se explica por causa da guerra e procura intensa de quinina. Em 1944 a exportação baixou a 34.043 Kg. com valor levemente inferior a 359.000 escudos.

velmente fino, é parecida com o buxo, que poderia substituir em muitos empregos, talvez mesmo na gravura.

A mesma espécie se encontra na região da Huila, particularmente nas matas vizinhas à lagoa de Iabantala e atinge ali maiores dimensões. Dão-lhe nesta parte o nome de *mulabi*.

Entra no número das plantas *feiticeiras*. Os Negros do sertão angolense julgam-na inviolável aos raios — talvez em virtude da grande rizeza da sua madeira, segundo observa Welwitsch — e usam colocar os seus ramos no alto das cubatas, como uma espécie de pára-raios, julgando pôr-se assim ao abrigo das descargas eléctricas. Desta suposta virtude derivou Welwitsch o nome da espécie: *Jovis-tonantis*, dedicando-a ao Deus dos trovões.

CAFÈZEIRO dos Portugueses, MURIAMBAMBE dos Negros — *Coffea arabica* L. Sp. Pl. I, 172; Hiern. l. c. 180.

Este importantíssimo arbusto é indígena na Abissínia, na região do Niansa, nas matas de Cazengo e de Golungo Alto, e provavelmente nas terras centrais intermédias; encontra-se também espontâneo e bravo na província de Moçambique; cultiva-se na Arábia e aparece ali espontâneo, mas talvez em resultado de naturalização.

Nas matas de Angola atinge as dimensões de uma pequena árvore e chega às vezes a 20 pés de altura, mas torna-se então pouco frutífero. A sua madeira compacta, rija e fina é muito aproveitável mesmo em obras de marcenaria, tendo bonita cor e tomando bem o polimento.

Das numerosas variedades desta espécie, cultivadas hoje na África, América, Ásia e Oceânia procede quase todo o café do comércio, resultando as diversas qualidades comerciais do grão, da variedade cultural a que pertence, do clima e natureza do solo, da região onde foi produzido, da idade da planta e ainda de outras circunstâncias.

O uso do café parece ter sido antiquíssimo na Abissínia, onde ou cultivavam a planta ou simplesmente aproveitavam as sementes dos pés que cresciam selvagens pelos matos. Dali se espalhou pelas regiões vizinhas do Oriente. Contam-se histórias de frades ou deriches — a uns e a outros se attribuiu o facto — que, desejando combater o sono que os vencia nas suas piedosas vigílias, recorreram ao café, cujo uso lhes fora indicado por alguns cabreiros ou guardadores de camelos. Foi só no decurso e já no fim do século XVI que o café começou a ser conhecido na Europa, onde foi umas vezes louvado e outras condenado, mas onde pouco a pouco o seu uso se generalizou. Os Holandeses, depois do meado do século XVII,

levaram a planta para a Ásia e mais tarde para a América, começando então a espalhar-se a sua cultura pelas regiões tropicais ⁽¹⁾.

Todos sabem que esta cultura é hoje a mais importante nas nossas colónias da África e devemos dar sobre a sua história algumas indicações — posto que resumidas — passando em revista as diversas possessões.

Diz-se que o cafézeiro foi introduzido no ano de 1790 na ilha de S. Nicolau de Cabo Verde, ao que parece por António Leite. Pouco depois o semeou Joaquim José Pereira na ilha de S. Tiago, tendo recebido as sementes das Antilhas. Mais tarde, e já no nosso século, passou a planta para a ilha de Santo Antão ⁽²⁾. Desde essa época a cultura progrediu, com fortuna mais ou menos próspera e alternativas de decadência e de incremento, até que nos últimos anos entrou no caminho de um desenvolvimento mais regular e contínuo. Pode hoje calcular-se em quantia de certo não inferior a 70.000\$000 réis o valor do café anualmente exportado pelas ilhas do arquipélago ⁽³⁾. Constitui, portanto, uma verba importante, e o segundo artigo de exportação daquela província, apenas inferior à semente de purgueira. O café de Cabo Verde é, em geral, de boa qualidade, cotado no comércio por um preço elevado e tudo nos leva a crer que constituirá naquelas ilhas um dos principais elementos de futura prosperidade agrícola.

⁽¹⁾ O café tem a sua literatura especial; podemos, por exemplo, citar Ellis, *An historical account of Coffee*, 1774; e Welter, *Essai sur l'histoire du café*, Paris, 1868; encontram-se reunidas as principais indicações em A. de Candolle, *Origine des pl. cult.*, p. 333.

⁽²⁾ Veja-se Lopes de Lima, *Ensaio*, I, 12; e Chelmicki, *Cor. Caboverdiana*, I, 163.

⁽³⁾ No ano económico de 1879-1880, foi o café exportado pelas alfândegas das diversas ilhas na quantidade de 250.181 quilogramas e no valor de 64.918\$040 réis. Figuram nestas quantias as diversas ilhas pelas seguintes verbas:

Santo Antão	117.251	44.769\$140
S. Tiago	57.669	15.544\$230
S. Vicente	7.799	1.923\$150
Fogo	7.246	2.558\$520

E a ilha do Sal por uma quantidade pouco avultada.

Se atendermos ao progressivo aumento que tem tido ali a produção, e que é acusado pela comparação destes dados com os relativos a alguns anos anteriores, não parecerá de certo exagerado o computar a exportação actual no valor aproximado de 70.000\$000 réis.

Pode notar-se que a produção deve ser bastante superior à exportação, pois o uso do café é naquelas ilhas muito geral.

Foi também no princípio deste século que a cultura do café começou nas ilhas de S. Tomé e do Príncipe. Trinta anos depois computava-se a exportação em pròximamente 100.000 quilogramas, e foi sucessivamente crescendo, mas lentamente (1). As repetidas crises económicas por que passou aquela província, a complicada questão do trabalho e as suas transformações dificultavam o desenvolvimento da agricultura. Até 1853 ou 1854 os cafèzais eram poucos e mal tratados e colhiam-se apenas as sementes dos pés tornados quase espontâneos e selvagens (2). Desta data em diante o desenvolvimento da cultura começou a pronunciar-se e nos últimos anos tomou uma importância verdadeiramente notável. Pode hoje calcular-se a produção anual do café nas duas ilhas no valor aproximado de 450.000\$000 réis (3) e dos largos tratos de florestas, desbravados pelo ano de 1877 para plantar cafèzais, é lícito esperar que no ano ou nos próximos a produção venha a crescer consideravelmente (4).

Vimos que o cafèzeiro é perfeitamente indígena em Angola. Correu na verdade a versão, e encontra-se mesmo escrito em alguns livros, que os missionários portugueses introduziram ali essa planta. É possível que, ignorando a sua existência espontânea, a mandassem vir de fora e a plantassem ou semeassem em alguma localidade; mas a natureza indígena da espécie é perfeitamente clara, como é seguro que o cafèzeiro bravo, propagado em viveiros, foi a origem das plantações que hoje existem em Cazengo e Golungo Alto.

O *habitat* da planta espontânea está limitado à 2.^a região de Welwitsch, isto é, às terras montanhosas, acidentadas e relativamente frescas, que ao norte do Cuanza correm pelos distritos de Cazengo e Golungo Alto e, passando além do Zenza e do Lombige, se estendem aos distritos dos Dembos e Encoje. É perfeitamente natural que penetre mais ou menos profundamente no Congo,

(1) Veja-se Lopes de Lima, *Ensaio*, II, 9.

(2) Veja-se Corvo, *Estudos sobre as pr. ultr.*, I, 119.

(3) No ano económico de 1879-1880 a exportação da ilha de S. Tomé foi de 1.717.537 quilogramas no valor de 344.364\$000 réis. Mas esta produção subiu logo no ano seguinte a 2.405.236 quilogramas. A média da produção nos últimos três anos, de 1880-1881, 1881-1882, 1882-1883, foi de 2.227.558 quilogramas na ilha de S. Tomé, e apenas de 746 na ilha do Príncipe, podendo calcular-se o seu valor, como acima disse, em quantia não muito inferior a 450.000\$000 réis. Devo a comunicação dos dados relativos aos últimos anos ao favor do meu amigo o sr. Francisco da Costa e Silva; são portanto de origem oficial. Quanto aos outros andam publicados.

(4) Veja-se o *Relatório* do sr. Vicente Pinheiro a p. 21.

mas não há nesta parte observações exactas. Foi nesta região, na parte mais directamente sujeita ao domínio português, que se começaram a plantar e tratar os cafezais, os quais abundam no Golungo Alto e particularmente em Cazengo.

Estas plantações não são antigas, nem mesmo é antigo o aproveitamento do café bravo. Vemos que a média da exportação deste género, nos três anos, de 1830, 1831 e 1832, foi apenas de 96 arrobas. No ano de 1838, queixava-se o coronel Fortunato de Melo de que ninguém se tivesse aplicado a tirar das matas de café bravo um produto que custaria tão pouco trabalho. Por esse tempo — segundo se lê no relatório do sr. João Baptista de Andrade, relativo ao ano de 1873 — ainda em Angola se importava do Brasil o café para consumo. E alguns anos depois, em 1845, dava-se o hábito da Conceição a um cultivador, Pereira Barbosa, porque tinha conseguido elevar na sua fazenda a produção do café a 600 arrobas. Por certo outros hábitos, ou mesmo comendas, se têm concedido por motivos menos justos.

Correndo, porém, o tempo, a produção aumentou, já nas fazendas e cafezais dos colonos, já mesmo por indústria dos indígenas, que o plantaram, ou limpavam e arrotearam o terreno em volta dos arbustos bravos, ou simplesmente se empregaram na colheita da baga que se encontra pelos matos. O café de Cazengo e Golungo Alto vem geralmente a Luanda, mas o de Dembos e Encoje — procedente da planta espontânea — procura o porto de Ambriz. Mesmo o de Golungo Alto para ali se dirigia às vezes, porque os pretos, indiferentes à demora e ao comprimento do caminho, buscavam as transacções mais fáceis e mais rendosas daquelle porto. Escasseiavam um pouco os dados sobre o comércio de Angola; no entanto, não me parece exagerado calcular o café anualmente produzido naquella provincia em quantia superior a 400.000\$000 réis, e próxima talvez de 450.000\$000 réis ⁽¹⁾. O café de Angola é considerado de qualidade inferior e cotado por um preço relativa-

(¹) Segundo dados já antigos a exportação de Angola foi, em 1870, de 891.000 quilogramas, em 1871 de 1.226.000 e em 1872 de 2.418.000, em números redondos. Houve, pois, nestes anos um aumento extraordinário. Por um mapa do movimento da alfândega de Luanda, no ano civil de 1880, vejo que a exportação de café, em navios nacionais e estrangeiros, foi de 2.457.529 quilogramas, no valor de 372.132\$440 réis. Reparando que falta o movimento dos outros portos, e nomeadamente o de Ambriz, e que, de 1880 para hoje, se pode admitir algum aumento, não julgo exagerado calcular em quantia próxima a 450.000\$000 réis o valor do café exportado anualmente de Angola.

mente baixo. Não vejo bem a razão por que assim deva continuar e estou convencido de que alguns cuidados inteligentes de cultura e de apanha serão suficientes para lhe dar melhor reputação e mais alto preço.

A existência do cafézeiro bravo na região de Moçambique está perfeitamente demonstrada. Deste facto se pode concluir que as condições de clima e solo são favoráveis à sua cultura. No entanto, e apesar de alguns esforços para a desenvolver, não tem até hoje progredido. A desleixo, ou a imperícia dos plantadores, se pode talvez atribuir este malôgro daquelas tentativas, mas sem dúvida procederia principalmente da má escolha dos terrenos, aproveitando-se alguns baixos e muito próximos ao litoral, quando é certo que só em terras altas, e um tanto internadas, o cafézeiro pode ali prosperar. Hoje exporta-se de Moçambique uma certa porção de café bravo. Em Muendazi, na baía de Memba, viu o sr. O'Neil quantidade considerável deste café e foi informado de que vinha dos montes de Eradi e de Muaja, situados a uma distância de três ou quatro dias de viagem da costa. Os indígenas colhiam as bagas dos cafézeiros bravos, que revestiam as encostas daquelas montanhas, e vinham vendê-las aos negociantes da costa. Isto confirma o que disse antes: que só em terras do interior acima de uma certa altitude se encontrarão terrenos e situação própria para esta cultura. Não tenho dados sobre o valor do café exportado da província de Moçambique, mas não é de certo considerável.

Resumindo, pois, temos que a cultura do cafézeiro é importante nas ilhas de Cabo Verde, ilha de S. Tomé e Angola; e que o valor do café hoje produzido não deve estar longe de 1.000.000\$000 réis anuais (1).

CAFÈZEIRO DA LIBÉRIA. — *Coffea liberica* Bull. ex Hiern in *Trans. Linn. Soc., Ser. II*, 171, t. 24; et in *Fl. of Tr. Afr.*, III, 181.

Nas mesmas regiões de Cazengo e Golungo Alto, onde habita a espécie precedente, encontrou o dr. Welwitsch um arbusto ou pequena árvore mais forte, de folhas muito maiores e diferindo ainda por outros caracteres, que distinguiu como uma variedade a que chamou *macrophylla*. Reconheceu-se depois ser uma espécie bem distinta, que cresce também na Serra Leoa e na Libéria, a qual o sr. Hiern descreveu e figurou sob o nome de *Coffea liberica*.

(1) É de notar que este valor pode crescer tanto pelo aumento de produção como pela elevação de preço; e que alguns dos números citados se referem a uma época de preços notavelmente baixos e por certo inferiores aos normais.



Esta espécie parece ser mais robusta que a *Coffea arabica*, sendo ao mesmo tempo mais produtiva e tendo um grão maior e melhor. Dela provém o café da Serra Leoa e Libéria. O governo inglês, por intermédio do Jardim Real de Kew, tem nos últimos anos empregado os maiores esforços para introduzir esta espécie nas suas colónias, tendo-o em grande parte já conseguido.

As circunstâncias apontadas, e que estabelecem a superioridade da *Coffea liberica* sobre o cafézeiro comum, acrescem outras de notável valor.

Os cafezais têm sido atacados em diversas regiões por variadas doenças, que têm causado gravíssimos prejuizos. Citaremos apenas, como as mais conhecidas por terem produzido maiores estragos, a que é devida à acção de um insecto, *Cemlostoma Coffeellum*; a que é devida à invasão de um cogumelo, *Hemileia vastatrix*; e a que os espanhóis chamam *candelillo*, atribuída também a um cogumelo.

A espécie *Coffea liberica* parece resistir com maior energia que a espécie comum a estes inimigos. No que se refere aos ataques do *Cemlostoma*, diz o dr. Imray, que teve ocasião de observar a nova espécie nas Antilhas, onde o insecto fez grave dano aos plantadores de café, «que a *Coffea liberica*, depois de crescida e robusta, resistiu impune a esses ataques». Apenas é necessário tomar algumas precauções para preservar as plantas enquanto muito novas. Em Singapura, observou o sr. Murton que o cafézeiro da Libéria se mostrava isento dos ataques da *Hemileia vastatrix*, enquanto os indivíduos da espécie comum sofriam ou morriam.

Uma observação feita pelo dr. Nicholls, nas Antilhas inglesas, é digna também da maior atenção. Segundo este botânico, o fruto da *Coffea liberica*, depois de maduro, fica por bastante tempo pegado à árvore, sendo possível prolongar a colheita, sem que o fruto caia e se perca a semente, como acontece com a espécie vulgar. É fácil de compreender toda a importância deste carácter nas regiões onde os cultivadores lutam com as dificuldades resultantes da escassez de braços, como succede em S. Tomé e em Angola.

Pois esta valiosíssima planta, que os Ingleses procuram com muitos sacrificios introduzir nas suas colónias, temo-la nós indígena, espontânea e abundante nos matos de Golungo Alto e de Cazengo, e seria fácil aproveitá-la criando viveiros e propagando-a (1).

(1) Esta interessante questão da propagação da *Coffea liberica* pode ver-se melhor nos relatórios dos últimos anos do jardim de Kew. (*Reports on the progress and condition of the royal gardens at Kew.*)

Além das duas espécies antecedentes, introduziu-se em S. Tomé a *C. stenophylla* Don, oriunda da Guiné e da Serra Leoa e encontra-se no Golungo Alto a *C. melanocarpa* Welw. e a *C. jasminoides* Welw.; e em Pungo Andongo a *C. hypoglauca* Welw. Não creio, porém, que estas três espécies venham a ter valor cultural e comercial ⁽¹⁾.

Depois de publicadas em «Nomes vulgares» estas indicações — e em resultado da sua publicação — foi o Cafêzeiro da Libéria introduzido na ilha de S. Tomé, por iniciativa do sr. Francisco de Oliveira Chamiço. É para mim uma grande satisfação o ver que destes estudos se vão derivando alguns resultados práticos.

XLVII

COMPOSTAS

(Asteráceas)

MOLULU. — *Vernonia senegalensis* Less. in *Linnaea* IV, 265; Oliver et Hiern in *Fl. of Tr. Afr.*, III, 283.

Um arbusto de 6 pés e mais de altura, muito espalhado pela província: Ambriz, Dande, Golungo Alto, Pungo Andongo. De resto é uma planta de vasta habitação na África, encontrando-se na Senegâmbia e também na África oriental, tendo sido descrita por vários botânicos sob vários nomes e tendo portanto uma sinonímia complicada.

⁽¹⁾ O café constitui factor de grande importância na economia das colónias portuguesas atlânticas. Em Moçambique as quantidades exportadas são relativamente pequenas e extremamente irregulares. A média anual das quantidades exportadas de 1936 a 1943 é para Cabo Verde 60.600 Kg., para S. Tomé 575.868 Kg., para Angola 17.240.550 Kg.. Esta última exporta também resíduos de café, sendo a média anual para o mesmo periodo bastante importante, 1.980.276 Kg..

Os valores declarados nas alfândegas são muito interessantes, para não dizer extraordinários. Tomando apenas os anos de 1939 e de 1943, muito diferentes entre si por motivos conhecidos, encontramos: em 1939 para Cabo Verde 7.50 esc.; para S. Tomé 4 esc.; para Angola 2.40 esc. e para os resíduos 1.10 esc. por Kg.; e em 1943 acharemos respectivamente para Cabo Verde 11 esc.; para S. Tomé 9.80 esc.; para Angola 3.45 esc. e para os resíduos 2.90 esc. por Kg.. Em 1944 S. Tomé e Príncipe exportaram quantidades sensivelmente iguais à média, mas com valor mais baixo, 5.46 esc. por Kg.; Angola exportou quase tanto como em 1943, quantidade superior à média, com baixa insignificante no valor, e continuou a exportar resíduos, — 584.370 Kg., com valor levemente superior a 1.800.000 esc..

O nome *molulu* é colectivo, dado pelos Negros a esta e a outras espécies de *Vernonia* e também a espécies de *Conyza*. Estas plantas têm cascas muito amargas, tidas por tónicas e fortificantes, cujas infusões são aplicadas principalmente para combater as febres e a diarreia. O seu nome vulgar deriva-se desta qualidade, prendendo-se à raiz *lulu* do verbo *cululu* — amargar.

QUIPUCULO CAFELI. — *Vernonia conferta* Benth. in Hook. Niger Flora, 427; Oliver et Hiern l. c. 294.

É esta planta uma verdadeira árvore, o que — como é geralmente sabido — é uma excepção no grupo numerosíssimo das Compostas. Habita nas margens virgens de Cazengo, Golungo Alto e Dembos, não sendo porém muito frequente. Atinge uma altura de 15 a 25 pés, e as folhas, grupadas em coroa na parte superior do tronco, chegam a ter 4 pés de comprimento, de modo que o porte se assemelha um pouco ao de certas palmeiras e a árvore forma um dos principais ornamentos daqueles matos.

Welwitsch não menciona emprego da sua madeira, ou de outra qualquer parte da planta, e cito-a unicamente, — como de resto tenho citado várias outras —, pela singularidade curiosa do seu aspecto e pelo facto de ter um nome vulgar. Este nome significa *quipuculo* pequeno, e a primeira parte — *quipuculo* — deve derivar do seu porte e das suas grandes folhas, pois, como depois veremos, se aplica também à *Anthocleista*, que à primeira vista se deve parecer com esta espécie, conquanto seja realmente bem diversa.

CALULU. — *Vernonia Calulu* Hiern Cat., I, 525.

Um arbusto de 2 a 3 pés de altura, da região de Cazengo e Golungo Alto. As folhas secas e trituradas são empregadas pelos curandeiros negros no tratamento das úlceras.

LIBÓ. PAU FEDE. — *Vernonia amygdalina* Del. Centr. Pl. Afr., 41.

Um arbusto grande, quase uma pequena árvore, da ilha de S. Tomé. A sua raiz é officinal.

PAU QUICONGO. — *Tarchonanthus camphoratus* L. Sp. Pl., 842; Harv. in Harv. et Sond. Fl. Cap. III, 118; Oliver et Hiern l. c. 321.

Em «Nomes vulgares» havia eu dito que a planta da Huila podia talvez constituir uma nova espécie, em todo o caso muito próxima ao *T. camphoratus*. Examinando-a, agora de novo, não julgo que difira especificamente da planta da região do Nilo e da África austral, e poderá quando muito constituir uma variedade. As folhas dos nossos exemplares têm na página superior o aspecto tesselar

característico, mas variam bastante de dimensões, excedendo muito as marcadas na *Flora of Tropical Africa* e aproximando-se das indicadas na *Flora Capensis*. As dimensões gerais da planta parecem exceder as que toma em outras localidades.

Segundo Welwitsch, é uma verdadeira árvore de 20 a 25 pés de altura, devendo mesmo ter atingido maiores dimensões nas épocas em que as queimadas feitas pelos Negros pastores não destruíam periódicamente a vegetação arbórea, reduzindo-a a dimensões inferiores.

É uma das essências florestais mais frequentes no planalto da Huila, desde a Serra de Chela até à lagoa de Iabantala, formando às vezes por si só extensas matas cujo aspecto recorda os zambujais de Portugal.

A sua madeira densa, pouco alterável, é de cor cinzenta azeitonada e de certo aproveitável no fabrico de diversos objectos. É além disso aromática, tendo um cheiro pronunciado a cânfora, sendo o seu pó frequentes vezes empregado em infusões tónicas e estomacais, e encontrando-se por isso à venda nas *quitandas* da costa. Segundo Welwitsch confundem debaixo deste nome de *quicongo*, diversas madeiras aromáticas, a procedência de algumas das quais lhe foi impossível averiguar (1).

É provável que os Negros lhe liguem também alguma ideia supersticiosa, pois, segundo o nosso minucioso observador, quase todos os que viajam em Angola levam fragmentos de *pau quicongo* pendurados ao pescoço.

(1) Do *pau quicongo* fala Duarte Lopes várias vezes. Diz (*Relat.* 14) que o reduziam a pó, o qual era de cheiro suave e o empregavam em diversas usos medicinais, particularmente no tratamento do «*mal francese, che si chiama in quella lingua Chitangas*». E acrescentava Pigafetta «*Alcuni affermano, che questo sandalo griso è il vero legno dell'Aquila che nasce in India...*» Volta adiante a dar mais indicações, dizendo (p. 69): «*La febbre se guarisce con la polvere del legno nomato Sandalo rosso & griso, che è il legno dell'Aquila, la qual polvere mescolata con olio di palma, & due ò tre volte cõ loro ungendosi il corpo dell'infermo del capo alle piante si trova bene*». E mais adiante: «*L'infermità parimente nomata di sopra Chitangas medicano com la stessa unzione del sandalo, chiamandosi il rosso Tauilla, & il griso Chicongo, essendo il griso più stimato; peroche si da un schiavo per un pezzo di esso...*».

A *tauilla* pode talvez identificar-se com a moderna *tacula*, como já indiquei atrás; mas é mais difícil saber o que era este *legno chicongo*, usado no tratamento das febres e da sífilis e tão prezado que, por um bocado dele, se dava um escravo — é verdade que os escravos valiam pouco. O nosso Duarte Lopes e o seu transcritor Pigafetta dizem que era o *legno dell'Aquila*,

QUITOCO. — *Blumea* sp. et *Pluchea* sp.

Este nome vulgar é, como muitos outros, colectivo, abrangendo plantas diversas um pouco semelhantes. Encontro-o no herbário como dado a uma espécie de *Blumea*, próxima da *B. lacera* DC., que é uma erva do Golungo Alto, muito aromática e anti-escorbútica. Aplica-se também a uma erva de Icolo e Bengo, que julgo ser a *Pluchea Dioscoridis* DC. e a outra do Ambriz, amarga e aromática (*quitoco* verdadeiro, Hiern, l. c., I, p. 557). Outra de menores dimensões, chamada *quitoco pequeno*, tem, ao que parece, propriedades abortivas, sendo a infusão das suas folhas tomada pelas negras com este fim pouco moral.

Este nome de *quitoco* dá-se também vulgarmente no Brasil à *Pluchea Quitoc* DC. Seria o nome vulgar brasileiro introduzido em Angola, ou, mais naturalmente, o nome ambundo levado pelos escravos negros para o Brasil?

NGARACAÇA. — *Melanthera Brownei* Schultz Bip. in Flora, 1844, 673; Oliver and Hiern in *Fl. of Tr. Afr.*, III, 382.

Uma erva áspera, às vezes trepadeira, espalhada pela província: Luanda, Benguela, Moçâmedes.

HACA. — *Dicoma anomala* Sonder et *Pleiotaxis rugosa* O. Hoffm.

Parece ser um nome colectivo, dado a diversas Compostas espinhosas; pelo mesmo modo por que entre nós vulgarmente se aplica o nome de cardo. Dá-se a uma espécie de *Dicoma* do Golungo Alto, e a uma nova e bonita espécie de *Pleiotaxis* também do Golungo Alto.

mas nisto enganaram-se redondamente. O pau de *Aquila*, ou melhor de *aguila*, ou *pau de aloés*, ou *linaloés* (pode ver-se o que eu disse na *Flora dos Lusíadas*, p. 70) vinha do Extremo Oriente, e nunca existiu na África nem coisa que com ele se parecesse. Não admira, porém, que Duarte Lopes, vendo uma madeira preciosa, supusesse ser essa outra madeira que então era celebrada e louvada entre todas; fr. João dos Santos teve o mesmo engano supondo que existia na África oriental.

É também evidente que o *chicongo* de Lopes não era o *Tarchonanthus camphoratus*. Esta espécie habita por um lado a África austral extra-tropical, chegando até Huila já nos trópicos e por outro lado as montanhas elevadas da Abissínia; mas nunca se encontrou, nem por certo se encontrará, nos climas puramente tropicais, como o do Congo. Seria pois um desses *quicongos* indeterminados que, segundo Welwitsch, se encontram nos mercados de Benguela, de Luanda e do Ambriz, e cuja redução científica e habitação ele não teve ocasião de verificar (*Synopse*, 16).

LOSNA DE HUMPATA. — *Artemisia Afra* Jacq. ex Willd. Sp. Pl. III, 1820; Harv. in Harv. et Sond. *Fl. Capensis* III, 170.

Este nome, que encontramos na *Synopse*, vem aí referido a uma espécie de *Artemisia*, e essa espécie que temos no herbário parece-me idêntica à planta bem conhecida da África austral. É frequente no sertão da Huila, sendo uma planta muito amarga e aromática, e devendo ter aplicações medicinais análogas às de outras *Artemisia*.

Algumas Compostas como a *chicória*, variedades de *alface*, o *girassol*, etc., são cultivadas nas hortas de Angola.

Como exemplos curiosos do modo incorrecto por que os nomes vulgares portuguezes se applicam naquellas regiões a plantas que às vezes só têm semelhanças remotas com as plantas da pátria, direi que em Luanda chamam *macela* à *Grangea maderaspatana* Poir.; e, o que é mais singular, em Moçâmedes chamam *carqueja* à *Epaltes garipina* Steetz, talvez porque deste pequeno arbusto se sirvam para acender o lume.

XLVIII

PLUMBAGINACEAS

CADINGA-PUNA. — *Plumbago zeylanica* L. Sp. Pl. 151; Oliver *Fl. of. Tr. Afr.* III, 486.

Esta vulgaríssima planta das regiões quentes é também frequente em Angola: Libongo, Luanda, Golungo Alto, Huila. Os indígenas atribuem-lhe propriedades medicinais, applicando as suas raizes como cáusticos.

XLIX

SAPOTACEAS

DISACO. — *Chrysophyllum Disaco* Hiern, l. c., I, p. 642. — *Sideroxylon* sp. na 1.^a ed.

Os exemplares de *disaco* que temos no herbário sob o n.º 4.812 pertencem a uma árvore vasta, bastante lactescente, assemelhando-se

no porte e forma do fruto a uma Laurácea; tem os pequenos ramos delgados, avermelhados, estriados e folhas sem estípulas, de pecíolo curto, obovadas, cuneadas, de 4 a 5 polegadas de comprimento; flores reunidas em grupos, suportadas por pedúnculos rimosos, duros, quase lenhosos, assim como os cálices (nos exemplares frutíferos); frutos suculentos, contendo uma só semente.

Os nossos exemplares não têm flores perfeitas e só frutos novos. Quanto se pode julgar devem pertencer a uma espécie nova, próxima do *Sideroxylon dulcificum*.

O *disaco* habita no Golungo Alto, o seu fruto é comestível e semelhante às cerejas (*Apont.* 552, vem, aí o nome escrito *dicaso*, creio que por erro de imprensa).

Em «Nomes vulgares» disse eu erradamente que Welwitsch havia dado a esta planta o nome de *Sapota cerasifera* (1); não é assim. A *Sapota cerasifera* (*Apont.* 585) está representada no herbário (n.º 4.822) e difere completamente do *disaco*, na forma das folhas e do cálice, e em serem as flores sesseis, ou quase sesseis. Habita em Pungo Andongo. É uma espécie diversa do mesmo género *Sideroxylon*.

PAU AZEITONA. — ? *Sideroxylon densiflorum* Baker in Oliv. *Fl. of. Tr. Afr.* III, 503.

Temos no herbário apenas um ramo com folhas, procedente de S. Tomé, e portanto a determinação é bem pouco segura. As folhas não têm estípulas, o seu pecíolo mede 1 polegada de comprimento ou pouco mais, e atinge onze polegadas de comprimento por quatro ou mais de largura acima do meio; são curtamente cuspidadas e estreitam gradualmente do meio para a base; têm nervuras laterais finas, distintamente elevadas, um tanto arqueadas. Por todos estes caracteres — e no pouco que por eles se pode julgar — creio que pertencerá à espécie citada, fundada por Baker sobre exemplares perfeitos colhidos por Mann na ilha de S. Tomé.

A madeira de *pau azeitona* é uma das mais conhecidas entre as das ilhas do Príncipe e S. Tomé. Passa por ser resistente, podendo ser empregada nas construções civis e mesmo navais. Segundo uma antiga relação de madeiras daquelas ilhas, publicada nos *Annaes do*

(1) *Sapota cerasifera* Welw. é o *Chrysophyllum, cerasiferum* Hiern (l. c. I, p. 643) espécie próxima do *C. albidum* G. Don, a que se faz referência a p. 210.

Conselho Ultramarino, a árvore pode chegar a ter troncos de 60 pés de altura e 8 de diâmetro (1).

JIMBUNDO. — *Chrysophyllum Welwitschii* Engl.; Hiern, l. c., I p. 641. — *Sideroxylon* sp., na 1.ª ed.

Dão este nome às sementes de um arbusto trepador das florestas do Golungo Alto. Essas sementes, grandes, brilhantes, contidas em geral duas a duas nos frutos apiculados de forma característica, servem de ornato aos Negros. Quanto ao nome do arbusto parece ser *tingingi*.

Em vista de exemplares imperfeitos e sem flores, e tendo à minha disposição em Lisboa escassíssimos materiais para comparação, tenho a maior dúvida, mesmo sobre a determinação desta singular *Sapotácea* trepadora.

CAFEQUESU ou CAFUQUESU. — *Mimusops* sp. (2).

É uma árvore grande, bonita e vistosa, que habita nos vales das montanhas xistosas de Cazengo, Golungo Alto e Dembos. O seu tronco é grosso e a madeira de boa qualidade e susceptível de aplicações variadas.

Deve ser uma espécie próxima da *Mimusops lacera* Bak., se não for aquela mesma espécie, o que só seria possível decidir com absoluta segurança pela comparação com exemplares de outras procedências.

Nas matas elevadas do Golungo Alto, de Quilomboquiacaubia e outras, encontra-se uma árvore mais pequena que chamam *cafuquesu do monte* e também *quisunbunga*. Os seus troncos são com frequência empregados pelos pretos na construção das cubatas.

Creio ser uma espécie nova do mesmo género *Mimusops*, já rico em espécies africanas.

Todas estas árvores merecem especial atenção pela seguinte circunstância: A guta-percha é uma substância valiosa, largamente empregada hoje em diversos usos industriais. É análoga à borracha, mas perfeitamente diversa, mais dura e muito menos elástica, de modo que nem pode substituir nem ser substituída por aquela

(1) Hiern, l. c., I, p. 644, diz que a determinação dos exemplares *welwitschianos* 4839 e 6764 é duvidosa, o que concorda com a interrogação anteposta por Ficalho ao nome específico. Exell, l. c., p. 235, discute a denominação vernácula — *pau azeitona* — e termina opinando «the botanical name of the locally important *pau azeitona* is still uncertain».

(2) Segundo Hiern, l. c., I, p. 645, os nomes vernáculos citados pertencem à *Mimusops frondosa* Hiern e à *M. Welwitschii* Engl.

substância nos seus variados empregos. Ao contrário do que sucede com a borracha, que procede de plantas muito diversas e muito afastadas, a guta-percha só é fornecida por esta família das Sapotáceas. Toda ou quase toda a que se encontra no comércio vem do Oriente, de Malaca e regiões próximas, e procede da *Dichopsis Gutta* Benth. Sucede, porém, que a extracção tem sido ali feita de modo que as árvores têm diminuído em proporção considerável, subindo ao mesmo tempo os pedidos da indústria. A produção, pois, diminui, rapidamente, e em um período próximo pode mesmo cessar. Isto chamou naturalmente a atenção para outras Sapotáceas que possam produzir guta-percha, ou alguma substância muito análoga. É assim que se tem observado com atenção a *gomma balata* da Guiana, produzida por uma espécie de *Mimusops* e a *massaranduba* do Brasil, produzida também por uma espécie do mesmo género, e que se têm igualmente examinado e estudado as árvores dos géneros *Chrysophyllum* e *Sideroxylon*.

Acabámos de ver que temos em Angola várias espécies de *Sideroxylon*, e entre elas o *disaco*, árvore grande, não rara e bastante lactescente, «*valde lactescens*» diz Welwitsch; temos igualmente várias espécies de *Mimusops*; temos em S. Tomé e no Príncipe o *Chrysophyllum albidum* G. Don, uma grande árvore, que não sei se é lactescente, mas algumas espécies próximas são. Não é possível afirmar *à priori* que os seus produtos sejam aceites no comércio; mas em vista da rápida diminuição da legítima guta-percha, valeria por certo a pena fazer algum ensaio ou tentativa de extracção. Pareceu-me pois útil deixar aqui esta indicação que, como várias outras, poderá talvez levar no futuro a resultados práticos.

L

EBENÁCEAS

NBOTO ou EMBOTO. — *Euclea lanceolata* E. Mey. ex Drége, Cat. Pl. Exsicc. Afr. Aust. 7; Hiern *Mon. of Ebenaceæ* in *Trans. of the Cambridge Soc.* vol. VII, Pars. I, 97.

É um arbusto grande, tomando, às vezes as proporções de uma verdadeira árvore (20 a 25 pés de altura), que dá um fruto vermelho comestível. Habita na parte sul da província de Angola, desde Benguela até Moçâmedes e ao Bumbo, e igualmente no

planalto de Huila, onde se reduz às dimensões de um arbusto rasteiro.

Dão também o nome de *emboto* à *Euclea pseudebenus* E. Mey., que é um arbusto grande, ou árvore, frequente nas margens do Bero e do Maiombo. A sua madeira é dura, densa e na parte central do caule corada de negro. A habitação desta espécie estende-se para o centro da África austro-central, sendo a sua madeira conhecida com os nomes de *Ébano* do rio Orange, de *zwartebbenhout* e de *sneezewood*.

No comércio aplica-se de um modo um pouco vago o nome de *Ébano* a madeiras densas, de grão fino, pretas ou quase pretas.

O ébano de boa qualidade não empenando, nem mudando facilmente de formas ou de dimensões sob a influência dos agentes atmosféricos, é por isso empregado na construção de teclas de pianos, cavaletes de rebecas, régua, etc., sendo uma madeira de elevado preço.

Diversas árvores: Leguminosas, Bignoniáceas e outras fornecem madeiras que, possuindo de modo mais ou menos pronunciado estes caracteres, têm sido chamadas ébano, assim como algumas madeiras duras, por exemplo o buxo, artificialmente tintas de preto, passam por ébano. No entanto, o *ébano verdadeiro* obtém-se principalmente desta família, devendo notar-se que a cor negra só se encontra na parte central, ou cerne, e em troncos já idosos. São espécies variadas dos géneros *Diospyros*, *Maba* e *Euclea*, as árvores que na Índia, Ceilão, Madagáscar, África tropical e austral, e outras regiões fornecem este ébano.

Na monografia citada, donde extraímos estas indicações, apresenta o sr. Hiern uma lista dessas espécies, entre as quais encontramos as seguintes que, habitando as terras da África portuguesa, figuram também na nossa enumeração:

Diospyros Dendo Welw.;

Diospyros mespiliformis Hochst.;

Maba Mualala Welw.;

Euclea pseudebenus E. Mey.

Por aqui se vê quanto estas madeiras são preciosas e dignas de atenção as árvores a que pertencem.

MUALALA. — *Maba Mualala* Welw. ex Hiern l. c. 111.

Nas florestas densas do Golungo Alto atinge as dimensões de uma árvore de 30 a 35 pés de altura. Encontra-se também próximo a Luanda, mas aí é rara e não excede os limites de um arbusto.

A sua madeira dura, compacta e muitas vezes de cor negra, pode, como vimos, considerar-se verdadeiro ébano.

MUSOLVEIRA ou SILVEIRA dos colonos, MULENDE dos indígenas. — *Diospyros mespiliformis* Hochst.; Hiern l. c. 165.

Uma árvore de medianas dimensões, mas tendo excelente madeira. Habita nas colinas próximas ao Ambriz, nas florestas do Golungo Alto e no planalto da Huíla. O seu fruto é comestível.

Encontra-se também na África oriental portuguesa ao longo do vale do Zambeze, tendo, no dialecto de Tete, o nome de *casinjamtolmera* e mais para o interior o de *caurabassa* ⁽¹⁾, segundo o dr. Kirk (ex Hiern).

Em Angola dão igualmente o nome de *musolveira* ao *Diospyros platyphylla* Welw. ex Hiern l. c. 267, que habita as regiões de Pungo Andongo e cujo fruto é comestível.

NDENDO ou DENDO. — *Diospyros Dendo* Welw. ex Hiern l. c. 195.

Uma grande árvore, chegando a 40 pés de altura, que se encontra nas matas densas e sombrias do Golungo Alto. A sua madeira é branca com veios pretos ao centro, sendo notavelmente densa, compacta e resistente.

DENDO O FELE. — *Diospyros Loureiriana* G. Don. Gen. Syst., IV, 39 l. c. 194.

Um arbusto ou pequena árvore das florestas do Golungo Alto e Ambaca. Encontra-se também na Zambézia, entre Lupata e Tete, e nas vizinhanças de Sena, onde o seu nome vulgar é *nhamodema*, segundo o dr. Klotzsch. Os indígenas empregam as raízes para tingirem os dentes de vermelho. O nome vulgar de Angola deve significar *dendo pequeno* e seria mais correcto escrever *dendo cafeli*.

LI

APOCINACEAS

LICONGUE no plural MACONGUE. — *Landolphia owariensis* P. de Beauv. Fl. Owar. I. 55; A. DC. prod. VIII, 320.

Uma das plantas que produz a borracha. Esta substância representa já hoje, e está sobretudo destinada a representar no futuro

⁽¹⁾ Há seguramente confusão entre o nome da planta e o do sítio onde foi colhida — os bem conhecidos rápidos de Caurabaça, ou Quebrabaça, que o Zambeze forma acima de Tete.

um papel tão importante entre as exportações africanas, que nos devemos demorar um pouco no exame das plantas de que se extrai.

A borracha, cau-chu, ou goma elástica do comércio, provém de plantas muito diversas. Assim, a que vem do extremo oriente, de Burmá e Pegu, procede de diversas espécies do género *Ficus*, e particularmente da *Ficus elastica*; a de Bornéu e outras partes do arquipélago malaio é extraída de espécies do género *Willoughbya*, da família das Apocináceas; a do Pará de uma espécie de *Hevea*, da família das Euforbiáceas; a do Ceará de uma espécie de *Manihot*, da mesma família; quanto à borracha africana parece ser extraída exclusivamente de espécies do género *Landolphia*.

É verdade que muitas vezes encontramos a asserção de que pode provir de plantas ou árvores diversas; mas parece haver nisto equívoco, causado por informações dos indígenas, falsas ou mal entendidas. Uma destas asserções merece, no entanto, pela sua origem autorizada, um exame especial. Diz Welwitsch (*Synopse exp.*, 49) que a goma elástica do Hungo é tirada de uma árvore chamada *mupapata*, a qual ele, por informações recebidas dos indígenas, julga ser uma espécie de *Ficus*. Note-se, porém, que aquele illustre botânico, sempre exactíssimo quando refere o que viu, procede aqui por informações provavelmente menos exactas. Com efeito, os srs. Capelo e Ivens visitaram o Hungo, viram numerosas plantas de borracha e dizem mui explicitamente (*De Benguella às terras de Iacca*, II, 88) que não são árvores, mas grandes e robustas trepadeiras isto é, segundo todas as probabilidades, espécies de *Landolphia*.

Deixaremos, pois, como assentado, enquanto se não demonstrar o contrário, que *toda* a borracha africana procede da *Landolphia*.

Começaremos agora por examinar de que espécies provém a borracha exportada pela costa ocidental da África (1).

Temos em primeiro lugar a *Landolphia owariensis*, já citada. Esta espécie encontra-se na zona ocidental, desde a Serra Leoa até

(1) Não mencionei em «Nomes vulgares» a exportação da borracha pela Guiné portuguesa que de feito, só muito recentemente tem tomado importância. Eis o que dizia a 10 de Outubro de 1882 o governador daquela província, o sr. Pedro Inácio de Gouveia, no seu *Relatório*: «O comércio da guta-percha principia a desenvolver-se, e em Cacheu apparecem já grandes partidas deste género por um preço convidativo». Segundo diz depois, foram os Balantas que principiam a trazer a Bissau aquele artigo. Mais adiante calcula a produção annual em 20.000 quilogramas. Por algumas notícias posteriores, se vê que este comércio se vai desenvolvendo e tomando importância.

Não tenho notícia alguma sobre a feição da planta que produz a borracha desta região; mas é perfeitamente possível que seja a própria *Landol-*

Angola (*Report on the R. Gard. at Kew*, 1880, 38). Existe no Golungo Alto, nos bosques fechados, sendo uma planta trepadeira de notáveis dimensões. Na época em que Welwitsch visitou a província de Angola, a quantidade de borracha que os Negros traziam ao mercado, proveniente do Golungo Alto e tirada desta planta, era insignificante; e informações posteriores confirmam esta notícia.

Temos depois a *Landolphia florida* Bentham, *Niger Flora*, 444. Encontra-se esta espécie também no Golungo Alto, onde os Negros lhe chamam *rituti*, no plural *matuti*. É uma vistosa e robusta planta trepadeira, cujo fruto é comestível. Não parece ser ali explorada, e Welwitsch nem mesmo diz que desta espécie se tire borracha.

Há ainda no Golungo Alto uma espécie mais pequena que os pretos chamam *rituti na ofeli* e outra na Huíla; ambas têm frutos comestíveis, mas sob o ponto de vista da produção da borracha parecem ter pouca importância.

Vê-se, pois, que nas terras do Golungo Alto, Ambaca e outras mais directamente sujeitas ao domínio português, se extrai pouca borracha, ou por incúria dos Negros e colonos, ou — o que parece mais provável — porque as plantas sejam ali raras e dispersas. Não sucede o mesmo nos sertões interiores.

Às feitorias do Zaire e da costa do norte, desde a foz do mesmo rio até ao Ambrizete, concorre em abundância esta mercadoria. O sr. J. C. Ribeiro calcula (*Bol. da Soc. de Geogr. de Lisboa*, 3.^a série, 220) que o valor desta substância exportada por aquela parte da costa deve subir em alguns anos à soma importante de 720.000\$000 réis. Provém do interior do Congo, do Hungo, terras de Iaca e talvez ainda de além. Os srs. Capelo e Ivens dizem-nos que encontraram a planta com frequência na parte norte da sua viagem, a partir do Hungo. É, sobretudo, nos bosques húmidos, sombrios, muito fechados, denominados *muchito*, que ela abunda. Não é possível, na ausência de exemplares, saber com certeza quanta e quais espécies por ali se encontrarão. Deve ser uma delas a *L. owariensis*, pois sabemos que existe ao sul do Golungo Alto, que se encontra ao norte na Guiné superior e se estende para o interior na zona equatorial, tendo-a observado o dr. Schweinfurth

phia owariensis. Com efeito, esta espécie habita as regiões próximas da Serra Leoa, e nada mais natural do que encontrar-se também no interior da nossa Guiné.

Notarei que o nome de guta-percha que se lê na passagem citada do relatório, provém de um simples equívoco. A substância a que se refere é evidentemente a borracha ou goma elástica.

na região norte-central. Juntamente com aquela espécie existe também a *L. florida*. Monteiro diz (*Angola and the river Congo*, I, 137) que esta espécie é abundante nas terras do Congo, por exemplo, em Quibala, entre o Ambriz e o Bembe, e que os Negros chamam à borracha, por aquelas partes, *tangandando*. Este ilustrado industrial afirma que concorreu muito para que o seu comércio se desenvolvesse, tendo mostrado aos indígenas do interior bocados de borracha e prometido pagar bem a que lhe trouxessem, e acrescenta que do Ambriz se estendeu depois este comércio às regiões do Cuanza. Exagera um pouco nesta parte a importância da sua iniciativa, de certo valiosa, pois parece que esse comércio já existia antes da data a que se refere, conquanto depois tenha singularmente aumentado.

Em resumo, a borracha que alimenta o comércio do Zaire, e em geral do Ambriz para o norte, deve provir principalmente, se não na sua totalidade, das duas espécies *L. owarensis* e *L. florida*.

Ao mercado, ou feira de Cassange, concorre hoje muito esta mercadoria. Os srs. Capelo e Ivens calculam que, sobre 800 a 1.000 cargas — de quatro arrobas — em que se pode computar o movimento geral da feira, 500 serão de borracha.

Dirige-se dali para o litoral, juntando-se-lhe a que vem directamente a Malange pelo caminho de Sanza, evitando assim as *quibucas* do interior o contacto com os Bangala de Cassange; e também alguma que do norte, do Hungo e Ginga, venha por via do Duque de Bragança. Toda esta borracha alimenta o comércio de Luanda, por onde, segundo informações de origem oficial, se exportou em 1873 borracha no valor de 136.000\$000 réis, em 1874 no de 141.000\$000 réis, em 1875 no de 129.000\$000 réis e em 1880 no de 159.000\$000 réis, números redondos.

Sobre a procedência da borracha que concorre a Cassange ou directamente a Malange, nos dão os srs. Capelo e Ivens a seguinte informação: vem das vastíssimas matas Itengo e Caboluma, que entre os paralelos 8° e 10°, se estendem ao longo dos rios Tchicapa e Luajimo. E sobre o limite sul da habitação da planta, também temos uma indicação rigorosa e interessante: diz o sr. Capelo que, caminhando a leste do Cuango, encontrou próximo a Catuchi, no vale do Cuango pequeno, os *primeiros* cipós da borracha (*De Benguella*, etc., I, 272). Vemos, pois, que o limite sul da sua habitação se estende ali até bem próximo do paralelo 11°. Em resumo, a borracha do Peinde e parte norte do Quioco parece vir a Luanda por via de Cassange, enquanto a do sul do Quioco, em muito menor quantidade, vai a Benguela por via do Bié. Qual será nestas vastíssimas regiões interiores a espécie dominante de *Landolphia*? Temos

alguma razão para supor que seja a *L. florida*, pois encontrando-se, como veremos, em Moçambique, é certo que se estende em uma vasta habitação por todo o centro da África; é natural, porém, que a esta espécie se associem outras conhecidas, e provavelmente também algumas ainda não observadas e descritas.

Passemos agora a examinar as espécies da costa oriental. Temos em primeiro lugar a *Landolphia Kirkii* Dyer. Esta parece ser a espécie mais importante e aquela que fornece a maior parte da borracha exportada, tanto pela nossa província de Moçambique, como pela costa de Zanzibar. A natureza especial do seu látex facilita muito o processo de extracção ou colheita da borracha. A borracha do comércio, como é geralmente sabido, é o suco leitoso de algumas plantas, coagulado em contacto com o ar. Esta coagulação é mais ou menos pronta nas diferentes espécies, sendo às vezes necessário aquecer o látex líquido para a promover. Na *Landolphia Kirkii*, porém, a coagulação é tão rápida que o líquido não escorre das incisões feitas nos troncos; por isso que as primeiras gotas, tornando-se logo pastosas, fecham a ferida. É necessário então que os Negros tirem com os dedos a parte que se vai coagulando e a apliquem, ou na bola de borracha que vão formando, ou, como às vezes fazem, nos braços e no peito, revestindo-se assim de uma camada que depois pelam, juntando os bocados em bolas. Um processo mais rápido consiste em, depois de formar sôbre o braço um pequeno núcleo, aplicar esse núcleo à ferida do tronco, porque o látex que sai se lhe vai apegando sem se perder uma gota, ficando a ferida limpa e continuando a escorrer o líquido interior.

A *L. Kirkii*, que habita a região de Zanzibar e de Moçambique, é particularmente abundante no vale do Zambeze, quase a partir do seu delta, pelas terras dos prazos de Luabo, sítio de Marramero e sobretudo da Chupanga, como observou o dr. Kirk. Chamam-lhe os indígenas em Zanzibar *matire* ou *mtiri*.

A segunda espécie em importância é a *Landolphia florida*. Habita em diferentes partes das terras portuguesas de Moçambique, e particularmente no norte desde Cabo Delgado até em frente de Ibo, encontrando-se logo na proximidade do mar, segundo consta de informações do sr. Holmwood, vice-consul britânico em Zanzibar. É conhecida pelo nome vulgar de *mbungu*. O látex do *mbungu* coagula mais difícil e lentamente, do que o da espécie precedente. Diz o sr. Holmwood ter visto os Macuas, que o estavam colhendo, misturarem-lhe alguma areia, não — segundo lhe pareceu — com o intuito de o adulterar, mas simplesmente para provocar a sua coagulação. Em alguns pontos mesmo não o sabem aproveitar. Conta o sr O'Neil que alguns indígenas de Moçambique lhe dis-

seram que era impossível colhê-lo por ser líquido de mais e só o empregavam para armar aos pássaros. Ou porque dos artifícios usados para o coagular resulte vir sujo e inquinado por substâncias estranhas, ou porque seja naturalmente de pior qualidade, é certo que a borracha do *mbungu* é recebida pelos comerciantes da costa com alguma dificuldade e com 25 por cento de abatimento no preço.

A terceira espécie é a *Landolphia Petersiana* (Klotzsch) Dyer, chamada vulgarmente *mtolia*, ou *matatu-bonsu* e cujo fruto é comestível. O seu suco é muito fluído, sendo necessário coagulá-lo empregando o calor ou adicionando-lhe alguma substância ácida, por um modo análogo ao que praticam com outras plantas os naturais de Madagáscar e do Brasil.

Em resumo, temos que das três espécies, é a *L. Kirkii* a mais importante e a que fornece a maior e melhor parte da borracha exportada pela costa oriental, sendo exactamente esta a que existe em maior abundância na Zambézia.

O comércio da borracha tem aumentado de modo considerável na região oriental, tanto em Zanzibar, como nas terras portuguesas. Por um relatório do sr. O'Neil, vemos que a exportação por Moçambique, que no ano de 1873 fora apenas no valor de 1.993\$500 réis, já no ano de 1879 subira a 225.000\$000 réis.

É certo, porém, que pode e deve aumentar muito no futuro. A borracha do vale do Zambeze constituirá por certo uma das principais riquezas desta rica região, quando para ela se voltem as atenções das autoridades e dos homens inteligentes e enérgicos que, como Paiva Raposo e Paiva de Andrade, se empenham na sua exploração.

Não se trata aqui de sertões interiores, como na zona ocidental, mas de terras facilmente acessíveis. Essas terras de Luabo, Chupanga e outras, situadas quase em frente de Mopéa, estabelecimento nascente, mas já importante, não longe da barra do Inhamissengo, que se não é boa parece ser praticável, poderão ser exploradas sem grande dificuldade, logo que se ponham as terras da margem direita — onde parece abundar a borracha — a coberto das correrias dos Landins e se ocupe oficialmente o Inhamissengo, onde está já estabelecida uma grande feitoria holandesa e delegações de outras companhias comerciais.

Será então possível incitar os indígenas a colherem a borracha, e guiá-los no modo de o fazer, o que é muito importante. Os processos empregados na apanha da borracha são muito simples, sobretudo naquelas espécies em que, como na *L. owariensis* e na *L. Kirkii*, o látex coagula prontamente. Apenas é necessário algum cuidado

para que bocados de casca, terra ou areia não vão de envolta com a borracha, depreciando-a. Há, porém, uma parte da extracção mais delicada; é a maneira de ferir ou descascar o tronco da planta. Se essas feridas se fazem cuidadosamente, tirando uma parte limitada da casca, a planta não sofre; mas os Negros tiram muitas vezes a casca brutalmente e fazem mais, cortam os caules, matando assim as plantas. Daqui tem resultado uma lamentável destruição destas úteis trepadeiras. O sr. Holmwood, referindo-se à região de Zanzibar, diz que houve um período em que a colheita da borracha se fazia em uma zona cujo limite interior não ia além de 50 milhas de distância da costa; mas três anos depois já a maior parte vinha de 150 e 200 milhas, pois a primeira região estava quase exausta. O sr. O'Neil, referindo-se à extracção feita pelos Macuas, nas terras de Moçambique, diz que enormes tratos de floresta nas proximidades da costa têm sido destruídos pelo rude processo de extracção. O mesmo tem sucedido na costa ocidental. É, pois, da maior importância o ensinar aos indígenas um processo racional de praticar as incisões na casca, por modo que as plantas não sofram (1).

PAU CADEIRA. — *Apocynacea?*

Enviou-nos o sr. F. de O. Chamiço dois frutos da árvore de S. Tomé, denominada ali *pau cadeira*, que dizem ser abundante e da qual extraem borracha. Diz-me que, tendo mandado algumas sementes para Inglaterra, ali julgaram que deviam pertencer a uma espécie do género *Tabernæmontana*.

Não é possível só pelo fruto — ou metades do fruto que é o que na realidade recebi — decidir com segurança, nem mesmo com um certo grau de probabilidade, qual seja o género da planta, a não ser em certos casos muito especiais. O exemplar que recebi é evidentemente de uma Apocinácea, mas não julgo que pertença a uma *Tabernæmontana*. Fruto e sementes sugerem antes a ideia de que pertençam a uma espécie da tribo das Equitídeas, porventura do género *Strophanthus*. Houve talvez confusão e não foram submetidos ao meu exame exemplares da mesma proveniência que os enviados a Inglaterra.

(1) A exportação de borracha por Moçambique teve alguma importância em 1942 e 1943, ao todo cerca de 44 toneladas; anteriormente era quase nula. Na Guiné subiu constantemente de 1940 a 1943, passando de 204.908 Kg. a 1.236.725 Kg., e o valor que fora em 1940 de 1.268 contos excedeu 18.550 contos em 1943. Em Angola deu-se fenómeno análogo, pois que de 1940 a 1944 saltou de 71.396 Kg. a 1.029.821, sendo os respectivos valores 494.603 esc. e 15.447.315. A exportação de Cabo Verde foi pequena 17.671 Kg. em 1942 e 440 Kg. em 1943.

Tudo quanto se refere à produção de uma substância tão importante como a borracha, é extremamente interessante, e diligenciarei obter exemplares completos do *pau cadeira* (1).

JINGONGONO. — *Carissa edulis* Vahl, Symb. Bot. I, 22; A. DC. Prodr. VIII, 334.

O exemplar em que está indicado o nome vulgar pertence a um arbusto das regiões de Luanda, das colinas de Cacucaco e outros pontos próximos, cujo fruto vermelho é de um gosto agradável. Refiro-o pela diagnose à espécie citada.

MUSSALA-CANJANGA. — *Diplorhynchus psilopus* Welw. ex Ficalho et Hiern in Trans. Linn. Soc. 2.^a série II, 23.

Árvore pequena ou arbusto erecto, às vezes trepador. Habita na região central, margem do Ninda, onde o encontrou o sr. Serpa Pinto, que cita o nome acima; também nas serras da Huíla, próximo a Nene, onde o encontrou Welwitsch, que não menciona nome vulgar.

JASMINEIRO DE ÁFRICA ou de CAZENGO. — *Diplorhynchus angolensis* Büttner in Verh. Bot. Brandenb. XXXI, 85. — *D. Welwitschii* Rolfe in Bol. Soc. Brot., XI, p. 85.

É um arbusto grande, tendo flores brancas extremamente aromáticas, razão por que os colonos lhe dão este nome vulgar. Habita nas florestas do Golungo Alto e de Cazengo.

LII

ASCLEPIADACEAS

BOMBARDEIRA. — *Calotropis procera* Ait., Hortus Kewensis, ed. 2, II, 78; Dcne. in DC. Prodr. VIII, 535.

É um arbusto de 5 a 6 pés de altura, bastante frequente em várias ilhas do arquipélago de Cabo Verde, por exemplo, na ilha

(1) J. Henriques, Bol. Soc. Brot., X, p. 141, refere o nome vernáculo — pau cadeira à *Kickxia africana* Benth. e Exell. l. c., p. 242 à *Funtumia africana* (Benth.) Stapf, nome botânico actual daquela planta, que, de facto, é uma Apocinácea-Equitidea, mas esta espécie não produz borracha, o que está em desacordo com a informação acima citada.

de S. Tiago, na de Santo Antão, na de Maio, e na da Boa Vista.

Dentro dos frutos, encontram-se as sementes revestidas de pêlos longos, brilhantes, sedosos, a que ali chamam *lã de bombardeira*. Servem-se desta lã para encher colchões e têm mesmo conseguido fabricar com ela — misturando-a com algodão — tecidos que, segundo dizem, são duradouros e resistentes.

Valeria a pena fazer algumas experiências metódicas sobre o aproveitamento desta substância, que parece ser abundante. Devo no entanto dizer que as experiências feitas em Inglaterra com o *muddar-cotton* da Índia — que provém de uma espécie próxima, *Calotropis gigantea* (Willd.) R. Br., e, portanto deve ter propriedades análogas — não têm sido felizes, por ser a fibra muito curta e muito leve.

A casca de *mudar*, — sob este nome designam na Índia a *Calotropis gigantea*, que habita na parte sul, e também esta *Calotropis procera*, que se encontra mais ao norte —, é medicinal e muito estimada pelos indígenas da Índia, que a empregam no tratamento de doenças cutâneas e venéreas. Esta casca, e principalmente a da raiz, é tónica, diaforética, e, em maiores doses, emética. Não sei se nas ilhas do Cabo Verde conhecem e utilizam estas propriedades medicinais.

A bombardeira abunda em suco leitoso e acre. O suco da *Calotropis gigantea* — que sem dúvida será idêntico — chamou a atenção, como podendo talvez fornecer uma substância análoga à guta-percha. Ainda por este lado será possível tirar da bombardeira alguma utilidade, no caso de ser realmente aproveitável o seu látex coagulado, o que será necessário verificar pela experiência.

MUNDONDO. — *Chlorocodon* sp (¹).

A nossa planta deve ser uma segunda espécie deste género, constituído até hoje por uma só espécie do Natal, o *Chlorocodon Whittei* Hook. fil. Bot mag. t. 5898. Todavia a prefloração não parece rigorosamente valvar, o que leva a aproximá-la do género *Taccazzea*, ou talvez não haja razão suficiente para distinguir os géneros *Taccazzea* e *Chlorocodon*.

O *mundondo* é uma planta trepadeira, vistosa e de grandes dimensões. Está bastante espalhada pela província de Angola, encon-

(¹) Hiern, Cat., I, 680, considera o *Mundondo* ou *Jindondo* como sendo o *Chlorocodon Whittei* Hook. f.

O nome *mundondo* é também dado a outra Asclepiadácea do Golungo Alto, a *Tylophora conspicua* N. E. Br.; Hiern, l. c., I, 680 e 691.

trando-se no Golungo Alto, em Pungo Andongo, no Bumbo e serra de Chela. Fornece diversos produtos úteis. Em primeiro lugar as raízes doces e aromáticas são consideradas pelos indígenas como medicinais, e empregadas em cozimentos, misturadas com o *mubango* — *Croton Mubango* — ou com a *abútua* — *Tiliacora chrysobotrya* — constituindo a mistura um purgante leve e um remédio peitoral. O sabor destas raízes, quando mastigadas, é muito semelhante ao do *alcaçuz*, chamando-lhe os colonos *alcaçuz do mato* ou *alcaçuz bravo*. Estas propriedades, e até certo ponto o nome, concordam com a notícia que do *Chlorocodon Whittei* dá sir J. Hooker, dizendo-nos que no Natal é chamado *mundi* ou *mindí* pelos indígenas, os quais têm as suas raízes doces e aromáticas na conta de medicinais. Hooker também nota, quanto as raízes são na forma e no gosto semelhantes às *liquorice roots* — raízes de alcaçuz.

As folhas do *mundondo*, cozidas e temperadas com azeite ou manteiga são — na frase de Welwitsch — um saboroso substituto dos espinafres, usado pelos Negros e pelos colonos.

Das suas hastes maceradas se preparam filamentos bastante longos, resistentes e brilhantes que podem servir para o fabrico de cordas ou talvez mesmo de tecidos.

LIII

LOGANIACEAS

QUIPUCULO-PUCÚLO — *Anthocleista macrantha* Gilg in Engl. Bot. Jahrb., XVII, 578; — *A. Vogelii* Fic., non Planch.; Walp. Annales, I, 513.

Uma árvore de 20 a 30 pés de altura, tendo folhas muito grandes e um porte especial, elegante. Habita as florestas do Golungo Alto, no sobado de Quilombo.

As folhas dos nossos exemplares excedem muito as dimensões indicadas na diagnose desta espécie, e aproximam-se do tamanho marcado para as da *A. macrophylla* Don. Parece que as *A. Vogelii* Planch., *A. macrophylla* Don e *A. nobilis* Don, não serão mais do que formas da mesma espécie, e nesse caso seria necessário adoptar o nome de *A. nobilis*, como anterior.

Do nome bundo se vê que este é o verdadeiro *quipuculo*, pois os Negros usam repetir as últimas sílabas das palavras, para afirmarem ou reforçarem o sentido, dizendo, por exemplo, *cafeli* — pequeno, e *cafeli feli* — muito pequeno.

À *Vernonia conferta*, que no hábito externo se parece um pouco com esta árvore mas tem dimensões menores, chamam eles *quipuculo cafeli*, como dissemos antes.

MABOCA. — *Strychnos* sps.

A este género, notável pelas propriedades enèrgicamente tóxicas de grande parte das suas espécies, pertencem no entanto algumas plantas de frutos comestíveis.

Há na Huíla uma árvore pequena, tendo o porte das Ramnáceas e folhas membranosas e caducas, que dá um fruto redondo, amarelo, agradável e perfeitamente inofensivo, o qual, assim como a árvore, é chamado *maboca* pelos indígenas. É bastante frequente nas matas da Huíla, e encontra-se também para o sul nos Gambos, Camba e Humbe, como diz Brochado (*Not. de alg. territorios*, etc., nos *An. do Cons. Ultr.*) que dele fala sob o nome de *maboque* e *laranja do mato*. (*Strychnos cocculoides* Bak., *maboca doce*).

Na Huíla há outra espécie de folhas coriáceas e persistentes, que os indígenas e colonos distinguem como *maboca acida*, cujos frutos são nocivos. (*St. pungens* Solereder).

Também no Golungo Alto e barra do Dande há uns arbustos que dão frutos agradáveis e alimentares, os quais denominam *maboca*. (*St. Welwitschii* Gilg).

Todas estas plantas pertencem ao género *Strychnos*, tomado no sentido lato, adoptado por Bentham e Hooker no *Genera Plantarum*.

LIV

G E N C I A N A C E A S

FEL DA TERRA de flor branca. — *Swertia stellarioides* Fic. — *Adenopogon stellarioides* Welw. *Synopse*, 27.

Planta anual que habita os prados húmidos e elevados do sertão da Huíla. Toda a planta é muito amarga, e Welwitsch supõe que deve ter as propriedades medicinais do comum fel da terra de Portugal — *Erythræa major* Hoff. et Lk. — por isso a designa sob um nome vulgar semelhante. No entanto, os indígenas da Huíla não conhecem essas propriedades nem dão emprego à planta.

Feroa salutaris Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XXVII, p. 46, t. 27.

Uma pequena mas elegante erva que habita os prados um tanto húmidos de quase todo o distrito da Huíla, particularmente junto de Mumpula e de Lopolo. Welwitsch encarece as suas propriedades medicinais, tónicas e fortificantes.

LV

BORAGINACEAS

QUIBOSA IA MUCHITO. — *Cordia* *sps.*

Este nome é colectivo e dado a espécies diversas do género *Cordia*, sobretudo no distrito de Golungo Alto, que habitam em bosques densos e fechados — como, por exemplo, no de Mussengue. Da entrecasca destas pequenas árvores ou arbustos tiram os Negros fibras com que fabricam cordas, que têm em grande conta por serem resistentes e duradouras.

Welwitsch escreve *mugito*, em outras partes *muxito*, mas esta palavra, que significa bosque denso, escreve-se habitualmente com a forma que adoptei; *quibosa* é um nome dado em geral às plantas de entrecasca fibrosas — como vimos a propósito das Tiliáceas e Malváceas — e chamam a esta, *quibosa ia muchito*, isto é, *quibosa dos bosques*, para a distinguir de outras *quibosas* (¹).

LVI

CONVOLVULACEAS

BATATA DOCE. — *Ipomœa Batatas* (L.) Poir. *Encycl. Meth.*, VI, 14. — *Convolvulus Batatas* L. — *Batatas edulis* Choisy in DC. *Prodr.* IV, 338.

Esta conhecida planta, assim como uma espécie próxima, a *Ipomœa paniculata*, cultiva-se na parte norte da província de Angola, desde o litoral até Pungo Andongo, não sendo, porém, muito frequente, segundo diz Welwitsch (*Apont.* 551). É igualmente

(¹) Hiern, *Cat.*, I, 715 atribui este nome à *Cordia aurantiaca* Bak., in *Kew Bull.*, 1894, 26.

cultivada no sul, em Moçâmedes, tanto a forma ordinária como uma variedade de folhas recortadas, que adiante vai mencionada. Nas suas publicações e nos rótulos do herbário, Welwitsch não aponta nome vulgar. Apenas junto de um exemplar imperfeito, proveniente de cultura na proximidade do rio Delamboá, indica o nome indígena de *quidingo-cambonge*. Capelo e Ivens, referindo-se à região de Caconda, mencionam o nome vulgar *nbonzo*, e Serpa Pinto diz que o seu nome em dialecto do Bié — ou lumbundo — é *ecapa*.

A extensão desta cultura na África tem um certo interesse e sobre ela darei algumas indicações. O sr. de Candolle, discutindo a origem um pouco controvertida desta espécie, e inclinando-se a admitir a procedência americana, diz (*Origine*, 45) que a sua cultura não é frequente na África. Isto é decerto verdade para as regiões ocidentais situadas ao norte do Equador, porém, não é perfeitamente exacto relativamente às terras austrais.

Welwitsch, como vimos, menciona a cultura em Luanda, Golungo Alto, etc., e no sul em Moçâmedes, com bastante frequência. Capelo e Ivens dizem (*De Benguella*, etc., I, 54) que em Caconda a batata doce — *nbonzo* — se encontra por toda a parte em profusão. Em regiões mais interiores, nas povoações de Cacapa, das margens do Nhendo, habitadas por Ganguelas sujeitos ao domínio dos Luínas, encontrou Serpa Pinto (*Como eu atravessei a Africa* I, 321) os celeiros cheios de batata doce, e diz que aquelas povoações, cujo verdadeiro nome é Lutué, são conhecidas dos sertanejos bienos pelo nome de Cacapa, em consequência da grande abundância de *ecapa* que ali há. Nas regiões orientais, Speke e Grant encontraram a batata doce cultivada desde Zanzibar até ao Egipto por toda a região dos lagos e do Nilo superior, sendo ali o seu nome *veeazee*, pronunciar *viazi* ⁽¹⁾ (*Trans. Linn. Soc.* XXIX, 115). Também o dr. Schweinfurth a encontrou entre os Niam-

(¹) O ilustre botânico Ascherson publicou no *Botanisches Centralblatt* uma análise em extremo benévola de «Nomes vulgares»; e nota que a indicação do sr. Grant que eu citei nesta passagem, e que ele (Ascherson) havia também aceitado no *Katalog der Pflanzen des Nilgebietes*, não é de todo o ponto exacta, pois a batata doce só se encontra no baixo Nilo, nomeadamente nas proximidades de Alexandria. O dr. Schweinfurth encontrou-a em Cartum, em 1868, mas introduzida havia pouco tempo da terra dos Niam-niam. Fazendo esta correcção, pode-se advertir que a batata doce segue um movimento análogo à mandioca e, como esta planta, ainda não penetrou francamente na região do Nilo superior e médio.

-niam, dizendo que é um dos seus alimentos favoritos (*Heart of Africa* I, 183), e como a não tinha visto entre os Dinca e Bongo, parece que havia sido ali introduzida pelo lado do sul. De tudo isto resulta que a sua cultura é bastante geral e que em algumas regiões representa um papel importante na alimentação.

Não é a sua introdução de origem recente, pois o dr. Lacerda, em uma carta sem data, mas anterior ao ano de 1798, falando das riquezas vegetais da região interior de Benguela, cita entre diversas plantas a *batata doce* (*Lands of Cazembe*, 18) (1). E no diário da sua memorável viagem diz, a 9 de Setembro de 1798 (l. c. 92), que os Muizas — melhor Ba-viza — lhe venderam uma boa porção de batata doce, cortada em tira e seca ao sol, a qual ele julga ser uma das bases da sua alimentação. A este respeito observa o sr. Burton que o mesmo alimento é muito apreciado em Mséne, no Uniamuezi ocidental, onde comem também a folha em salada, o que concorda com a observação de Welwitsch, de que os Negros de Angola comem as folhas cruas ou cozidas. Vê-se pois que esta cultura já no século passado se encontrava generalizada nas regiões centrais de África, o que denota uma introdução bastante antiga. Se a espécie fosse asiática, esta introdução poderia ter sido feita pela costa oriental, e ser devida aos Árabes; mas é sem dúvida devida aos Portugueses, no caso de ser americana, como julgaram De Candolle, Humboldt, Boissier e outros.

Eis o que eu dizia na primeira edição destes estudos («Nomes vulgares»); mas devo agora acrescentar mais algumas indicações sobre esta questão, que não deixa de ser interessante.

Em primeiro lugar é claro que a extensão da cultura pela África tropical nos nossos dias, ou já no século passado, não vai de encontro à hipótese de uma introdução posterior ao descobrimento da América. Desde aquela época até hoje havia tempo de sobejo para explicar a marcha e expansão dessa cultura.

Em segundo lugar a existência na América da batata doce cultivada antes da chegada dos Europeus está perfeitamente demonstrada. Diz Humboldt que — segundo Gomara — entre os produtos do Novo Mundo, oferecidos por Cristóvão Colombo à Rainha Isabel na volta da sua viagem, figuravam as batatas doces. Do modo por que Gonçalo de Oviedo a menciona, resulta que era uma planta

(1) Tenho citado a versão inglesa por não ter à mão o original. Esta versão tem a vantagem de ser ilustrada pelas notas do mais erudito e justo dos modernos viajantes ingleses, R. F. Burton.

comum, conhecida havia muito tempo, e considerada como um dos principais alimentos dos povos da Hispaniola e outras ilhas. Pedro Mártir (cito pela versão ou *Sommario* de Ramusio) conta a história ou lenda, corrente entre os Índios e contada pelos velhos centenários, de um velho sábio e prudente que em tempos remotos iniciara a cultura da *Jucca*, do *Agies* e da *Batatas*. Estas tradições indicam uma cultura antiga, de cujos princípios os naturais se não lembravam. Passando a outro ponto da América, encontramos indicações análogas. Observei já por várias vezes quanto é valioso o testemunho de Gabriel Soares, o qual pelos anos de 1570 a 1580, pouco mais ou menos, foi agricultor na Baía. No seu interessante livro, depois de dedicar alguns capítulos ao estudo da *mandioca*, e das suas diversas preparações, trata no capítulo XLIV dos *mantimentos de raizes que se criam debaixo da terra na Bahia*, e diz «pegueamos logo das batatas, que são naturaes da terra, e se dão nela de maneira que onde se plantam uma vez nunca mais se desinçam...» (1). Passa em seguida a indicar o processo de cultura, e a enumerar uma quantidade considerável de variedades. É evidente que não confunde entre essas variedades outras plantas diversas, porque trata depois dos *carazes* — *Dioscorea* — e dos *mangarazes* — *Caladium* — estabelecendo perfeitamente os seus caracteres distintivos. Considera pois as batatas como *naturais da terra*, e diz que havia já muitas variedades culturais. A estes testemunhos podemos acrescentar o de Clusius que, pelos fins daquele século, visitou Portugal e a Espanha onde comeu batata doce, e lhe disseram que vinha do Novo Mundo.

Tudo isto me parece perfeitamente claro e perfeitamente conclusivo. E de tudo isto resulta muito naturalmente o facto de os Portugueses terem introduzido esta cultura nas suas colónias africanas. Nada mais natural do que terem levado para ali uma planta, cujo produto era muito gabado e apreciado, cuja reprodução era fácil, e que se adaptava admiravelmente ao clima tropical. Podemos pois admitir o transporte para a África, como um facto provável, posto que não tenhamos provas evidentes de que assim succedeu e unicamente algumas indicações um tanto confusas.

Encontram-se essas indicações em primeiro lugar na famosa relação da viagem a S. Tomé, escrita por um piloto de Vila do Conde, pelo ano de 1552 próximamente, e vertido em italiano e publicada por J. B. Ramusio na sua colecção. Diz-se aí: «A rayz a que os Indianos da Ilha Hespanholla chamão batata, chamão os

(1) *Notícia do Brazil nas Noticias ultramarinas*, III, 149.

Negros de S. Thomé inhame, e cultivão-a como fazendo d'ella o seu principal sustento (¹)». Esta passagem não é clara, mas é pelo menos explícita sobre a origem americana da palavra batata e deixa entrever a mesma origem para a planta. Depois o piloto passa a enumerar diferentes variedades: o inhame chicoreiro, o de Benin, o de Manicongo e o amarelo. Eu creio que, sob estas designações, o piloto, que não era agricultor como Gabriel Soares, confundiu e reuniu a batata com os inhames, a *Ipomœa* com a *Dioscorea*. Entre as raízes carnosas e alimentares que menciona, haveria pois a batata doce, e esta teria vindo da América, e haveria os verdadeiros inhames, que podiam ser africanos, ou existir já antes na África (²). A possibilidade de uma confusão entre plantas diversas torna estas indicações muito obscuras, mas, em todo o caso, a abundância de batata doce em S. Thomé, no ano de 1550 e depois, é naturalíssima e não vai por modo algum de encontro à ideia de uma origem americana, pois aquella ilha era frequentada pelos navios que iam carregar o açúcar, e também pelos negreiros, tendo assim relações directas com o Brasil.

Nas terras orientais, o padre João dos Santos menciona às vezes a cultura das batatas; mas, ou junto dos fortes e vilas dos Portugueses, como em Sofala e Tete, ou nas proximidades desses estabelecimentos. Como se refere a um período posterior ao ano de 1585, é perfeitamente admissível que os Portugueses, e alguns Cafres, que com eles tinham contacto, cultivassem já a planta.

Depois, no século XVII, temos uma indicação indirecta, mas curiosa, nas conhecidas obras de Guilherme Piso e Jorge Marcgraff. O primeiro destes autores, depois de falar (*Med. Bras.*, 93, ed. de 1648) da batata doce, à qual chama *Batatas*, trata dos *Inhames*, e diz sobre os seus nomes o seguinte: «*Inhame de S. Thomé, Brasiliensibus Cará, Congensibus Quiquoaquecongo, planta est... etc.*»; e passa a dar uma descrição da planta por onde se vê, assim como pela figura, que é a *Dioscorea*. O segundo, falando da batata doce,

(¹) Veja-se *Not. ultr.*, II, 94, 2.ª ed. A frase italiana é a seguinte: *La radice che appso gl'Indiani dell'isola spagnuola viè chiamata Batatas li negri di S. Thomé chiamano igname...* *Delle nav.*, etc., I, 117 v., ed. de 1603.

(²) Da origem e procedência destas plantas trataremos adiante, e veremos que o nome de *inhame* é de origem bastante embaraçosa. Entre nós dá-se hoje mais habitualmente à *Colocasia*, mas mais correctamente às *Dioscorea*. Alguns o julgam americano, outros africano, e inclino-me muito a admitir esta última opinião.

da qual dá uma boa figura (*Hist. plant.*, 16) diz: «*Jetica* Brasilien-sibus, Congensibus *Quiquoaquianputu*, Lusitanis *Batata*». Deixando de parte o ele supor que o nome de batata é português, o que se explica pelo facto de o ouvir diàriamente aos Portuguezes, examinemos os nomes usados pelos Negros. Podem escrever-se *quiquoa quià Congo*, e *quiquoa quiá N'Puto*. Não sei a significação de *quiquoa*, mas *quiá* é uma das formas do artigo no genitivo, e *N'Puto* é a conhecida designação de Portugal. Os escravos africanos chamavam pois à *Dioscorea* quiquoa do Congo, e á *Ipomæa Batatas* quiquo de Portugal; isto é, supunham a primeira africana e a segunda vinda de fora — de Portugal ou de outra parte, que tanto não sabiam eles — para a sua terra. Não quero dar a esta ilação maior valor do que na verdade tem, mas não deixa de ser curiosa e de vir em apoio de outras provas.

Deixando intencionalmente de parte algumas dúvidas que podem levantar antigas culturas na Ásia e das quais trata largamente o sr. A. de Candolle, limitei-me a considerar a questão em relação à África e não encontrei dificuldade alguma em admitir a origem americana da planta e a sua introdução feita pelos Portuguezes na costa ocidental e na oriental. Quanto à marcha ou difusão da cultura nas terras interiores, foi análoga à da mandioca. Passando de povo para povo penetrou até essas remotas terras dos Niam-niam, onde a encontrou o dr. Schweinfurth; mas não passou ainda para o norte. Como se vê de uma correcção feita nas páginas anteriores, e indicada pelo sr. Ascherson, não se tornou ainda comum nas terras do Nilo. As culturas de batata doce no Nilo inferior, próximo a Alexandria, são um facto local devido à introdução pela via do Mediterrâneo. Esta marcha paralela à da mandioca, este facto de ter penetrado até quase ao mesmo ponto, é por certo mais um argumento em favor da origem americana, e da introdução quase simultânea das duas plantas na África.

A uma variedade da *Ipomæa Batatas*, tendo as folhas profundamente recortadas, e que concorda com a variedade γ *platani-folia* Choisy, chamam em Moçâmedes *cará*. Temos aqui mais um exemplo de um nome que, mudando de pátria, muda de aplicação. *Cará* é o nome dado no Brasil a diversas espécies de *Dioscorea*, segundo diz Martius (*Systema mat. med. Brasiliensis*, 2), nome que foi aplicado na África a esta planta, a qual só tem de comum com aquelas o ter uma parte subterrânea carnosa e comestível. A cultura do *cará* fez-se em Moçâmedes em larga escala, chegando a exportar-se em grande quantidade. Não sei qual seja hoje a sua importância.

BUMBA RIALA. — *Jacquemontia ovalifolia* Hall f. in Engl. Bot. Jahrb. XVI, 96. — *Ipomæa oleracea* Welw. Apont. 459.

Uma erva anual, ou bisanual, tendo caules ramosos na base, ramos alongados, folhas um pouco carnosas, glaucas, brandas ao tacto e pequenas flores azuladas.

Habita na região litoral, por exemplo, no território de Luanda, no Imbondeiro dos lobos, e também próximo a Moçamedes, no vale do Béro. Os Negros comem esta planta cozida com peixe ou temperada de diversas formas.

LVII

SOLANACEAS

NGILÓ. — *Solanum Melongena* L. var. *inerme* (Dunal) Hiern, l. c., I, 748 — *S. edule* Schum et Thonn. Guin., 145; Dun. in DC. Prodr. XIII, 356.

É cultivado pelos Negros e encontra-se subespontâneo nas proximidades das senzalas abandonadas, em todo o distrito do Golungo Alto. É também cultivado nas terras de Cassange e outras partes.

Esta planta é muito semelhante ao *S. esculentum* Dun., *S. Melongena* L. — a nossa *beringela* vulgar — e mesmo para alguns botânicos seria uma simples variedade daquela espécie. Os nossos exemplares concordam bem com a diagnose de Dunal, mas pelas flores 6-8 meras se vê que pertencem a variedade *multifidum*.

Quanto ao nome, é a forma abundante do nome americano *giló*, o qual é dado no Brasil ao *S. Melongena*, e na América meridional a uma espécie próxima, *S. Giló* Raddi.

Segundo Thonning, o nome desta espécie na Guiné é *blafo atropo*.

MAMOTE — *Solanum Thonningianum* Jacq. f. Eclog., I, 123; Dun. Prodr. XIII, 354.

O fruto desta espécie, semelhante na forma e côr a uma tangerina, é agradável ao gosto. Encontra-se nas terras cultivadas, descuidadas, da região de Luanda.

Thonning, que o observou na Guiné, diz que aí chamam ao fruto *atropo*.

JINDONDOLO. — *Solanum albifolium* Wright in Kew Bull., 1894, 127. — *S. saponaceum* Welw. (non Dunal). Apont. 588.

Um arbusto de 5 a 8 pés de altura, do Golungo Alto. A mucilagem dos frutos serve aos Negros como uma espécie de sabão.

DISUÉ. — *Solanum nodiflorum* Jacq. f. Ic. Pl. Rar. II, 11 — *S. tinctorium* Welw: *Synopse*, 29.

Uma planta erbácea do Golungo Alto. As suas bagas negras fornecem uma tinta avermelhada escura, bastante resistente. É uma espécie do grupo das *morellæ veræ*, e muito semelhante à nossa vulgar erva moira, — o *Solanum nigrum* L.

BATATA. — *Solanum tuberosum* L. Sp. Pl. I, 185.

A batata ordinária ou *inglesa*, como às vezes lhe chamam, é uma planta das regiões elevadas e frescas da América, que portanto prospera na zona temperada, ou mesmo fria e se dá mal nos climas tropicais. No entanto cultiva-se com bom êxito em várias colónias africanas, por exemplo, em Angola, nas terras altas de Ambaca, e particularmente na região de Moçâmedes e da Huila, onde a sua produção é importante.

CABOBÁADE. — *Physalis minima* L. Sp. Pl., 183; Hiern, l. c., I, 750.

Uma rasteira erva do Libongo, de que os Pretos comem os frutos pequenos amarelos.

NDUNGU, no plural JINDUNGU. — *Capsicum* sps.

Cultivam-se em Angola diversas espécies e numerosas variedades do género *Capsicum* — os pimentos, pimentões e malaguetas ⁽¹⁾ dos Portugueses, conhecidas dos Ingleses pelos nomes de *chilies* e de *Cayenne pepper*, e dos Franceses pelo de *poivre de Guinée*, conquanto não sejam nem pimenta nem da Guiné.

A forma que se encontra mais frequentemente, sobretudo na região do Ambriz onde se tornou espontânea e cresce livremente em volta das libatas, parece ser do tipo *C. conicum* E. Mey.; mas cultivam-se muitas outras formas de frutos alongados ou redondos.

Os Negros usam com profusão destes frutos, adubando enêrgicamente as suas comidas, o infundi, a quitaba, feita de ginguba ralada, a quiquanga, preparada com a mandioca e outras.

É opinião hoje geralmente recebida que todas as espécies de *Capsicum* são oriundas da América. Quanto ao nome africano não tem semelhança alguma com o antigo nome brasileiro *quiya*, mas

(¹) Não confundir com a verdadeira malagueta, tão celebrada nos séculos passados, que é uma espécie de *Amomum*.

parece-se um pouco com um dos nomes asiáticos. Welwitsch diz que o fruto se chama *ndungu* — no plural *jindungo* e que a planta se chama *molungo*. Ora, em língua Tamul, segundo diz W. Ainslie (*Materia indica* I, 306) o nome do pimento é *mollanghai*, o qual se liga de certo ao da pimenta preta *mellagho* — pronunciar *mèllágu*. Pode haver aqui uma simples coincidência, mas é certo que os Portugueses na época em que introduziram a planta na África, e, segundo hoje se julga, também na Ásia, estavam em contacto com o sul da Índia e costa de Coromandel e deviam ter conhecimento do nome tamul da pimenta, que de feito Garcia da Orta (*Colloquios etc.*, 172) cita sob a forma *molanga*. É possível que o vocábulo *molungo*, de Angola, se prenda a esta origem, se bem que longe de estar provado.

TABACO. — *Nicotiana Tabacum* L. Sp. Pl. I, 180; Dun. in DC. Prodr. XIII, 557.

A história do tabaco é bastante bem conhecida, e a origem americana da *Nicotiana Tabacum* é clara e incontestável (A. de Candolle, *Origine*, 111). Foram os espanhóis os primeiros que tiveram conhecimentos desta planta quando, no fim do século XV, visitaram as Antilhas; e é Oviedo o primeiro que dá sobre ela uma notícia clara, notando com muito acerto que se parecia com o *meimendro* — o *Hyoscyamus*. Diz mais Oviedo que os Índios usavam de um instrumento da forma da letra Y, com o qual recebiam o fumo da planta e que a esse instrumento chamavam *tabaco*. Depois espalhou-se o conhecimento e uso da planta por Espanha e Portugal, onde no meado do século seguinte se cultivava com certa frequência. Era então principalmente conhecida como planta medicinal, à qual se atribuíam grandes e multiplicadas virtudes e recebeu entre nós o nome vulgar de *erva santa*, que ainda conserva. De Lisboa, como é geralmente sabido, a mandou o embaixador João Nicot para França no ano de 1560.

Foi de certo um pouco mais tarde, já nos fins do século XVI ou princípio do seguinte, que os Portugueses a introduziram nas terras africanas, tanto da costa ocidental como da costa oriental que então ocupavam ou frequentavam. Os Negros habituaram-se facilmente ao uso do tabaco e a cultura desta espécie espalhou-se com rapidez. Sucedeu também que a planta, produzindo um número enorme de sementes pequenas, que se disseminam com facilidade, se propagou espontaneamente e naturalizou em muitos pontos. Por esta razão existe a opinião vulgar e se tem dito muitas vezes que o tabaco é indígena na África, quando é certo, e acabamos de ver, que ali foi introduzido. A *Nicotiana rustica* L. — distingue-se

bem da precedente pelas flores amareladas e as folhas peçioladas ovais — é igualmente americana e no entanto observadores cuidadosos, como Barth, também se enganaram julgando-a indígena em algumas localidades de África.

Não é necessário aduzir provas em relação a uma questão perfeitamente clara; mas se fosse, poderíamos notar que os nomes africanos do tabaco revelam quase todos a sua origem estranha. Assim o dr. Schweinfurth cita os nomes *eh-tobboo*, *tab*, *tabba*, usados nas regiões que visitou; em quisuáli chama-se *tombaco*; em quigala *tambo*, e em luchicongo *tabaco* e *fumu*, sendo a origem portuguesa desta última palavra bem clara. Apenas o nome na língua bunda, *ricanha*, no plural *macanha*, é de origem diversa e pouco certa.

A espécie *Nicotiana Tabacum* pertence o maior número das variedades hoje cultivadas em diversas regiões do globo, e logo depois é a *N. rustica* que se cultiva mais geralmente. Ambas as espécies se encontram na África, mas a primeira é muito mais frequente. A *N. rustica* apenas se encontra em abundância em vários pontos do Sudão, entre os Bongo, no vale do Nilo até uma certa altura, e parece haver sido introduzida pelos maometanos na região norte-oriental e não ter penetrado muito profundamente no continente. Nem o dr. Schweinfurth a viu entre os Niam-niam ou os Mombutu, que cultivam a *N. Tabacum*, nem Speke e Grant a observaram na região dos Lagos. Pelo contrário, a *N. Tabacum* é muito frequente tanto na África ocidental como na oriental.

Os Negros empregam o tabaco cheirando-o, fumando-o ou mascando-o; e o dr. Schweinfurth, na parte da África que visitou, observou que o uso de mascar só existia entre os que estão mais directamente sujeitos à influência maometana, enquanto os gentios costumam fumar.

O tabaco encontra-se em todas as colónias portuguesas do continente africano. Quase todos os povos da Guiné e de Cabo Verde o cultivam, mas são talvez os Bijagós, aqueles que empregam maior esmero e cuidado nessa cultura ⁽¹⁾. Usam semear o tabaco em uma espécie de viveiros, donde, quando já está um pouco crescido, o transplantam para terra bem adubada e cavada. Pelos meses de Outubro ou Novembro, colhem as folhas, que, depois de secas e reduzidas a pó, são misturadas com uma pequena quantidade de

(1) Parte destas indicações são extraídas de informações oficiais, inéditas, cuja comunicação devo ao sr. Lopo de Bulhões, a quem agradeço a amabilidade com que as pôs à minha disposição.

cinza de *poilão*, de *bananeira*, ou de *bredos* (espécies de *Amarantus*). Os Bijagós empregam o tabaco cheirando ou mascando. Podemos afirmar que a introdução do tabaco na Guiné não é anterior ao princípio do século XVII. Alvares de Almada, escrevendo em 1594, não o menciona, e seguramente o não teria passado em silêncio se então existisse nas terras que tão minuciosamente descreveu.

Em Angola, a cultura do tabaco é bastante comum, tanto sob a influência dos colonos portugueses (1), como por iniciativa e para consumo dos indígenas. Os srs. Capelo e Ivens mencionam particularmente o uso do tabaco no Hungo. Observaram ali a planta de folha larga, lanceolada — *Nicotiana Tabacum* — e uma forma de folha redonda, que supuseram, provavelmente com razão, ser a *N. rustica*. Usam ali fumar tanto os homens como as mulheres, ou mais habitualmente cheirar. Para isso empregam bocetas cilíndricas, nas quais moem a folha depois de torrada com uma pequena haste de madeira, lançando-lhe também pimenta para aumentar a energia do preparado. Depois com uma haste de massambala, bem cheia de pó, besuntam o nariz e o beijo superior (*De Benguela* etc., II, 72). Este hábito concorre para dar aspecto repelente a uma raça, que de si já não tem muitos atractivos.

Nas terras de Moçambique a cultura do tabaco é muito geral, mas quase unicamente para consumo dos indígenas, não tendo por enquanto dado lugar a exportação importante. De Moçambique para o norte até Cabo Delgado, encontram-se plantações de tabaco nas margens do Lúrio, junto aos rios que vêem desembocar na baía de Fernão Veloso e em outros pontos. Vem também do interior da Macuana e do Macondé. Diz o sr. O'Neil que raras vezes andou pela costa ou pelo interior sem encontrar indígenas carregados de tabaco para vender. Distinguem-se nestas regiões diversas qualidades que resultam do modo de preparação. A maneira mais geral por que o conservam os Macuas e os Jaus — ou Mujaus ou Vajau — é fazendo uma longa trança, que enrolam depois em espiral. Quando a folha está demasiado fresca, estas tranças apodrecem facilmente, e succedeu há tempo — segundo diz ainda o sr. O'Neil — que alguns negociantes Batias, estabelecidos na foz do Lúrio,

(1) Têm-se feito alguns esforços para desenvolver a cultura e preparação do tabaco angolense, e nomeadamente o sr. José Jacinto Ferreira de Cruz, tem conseguido obter um consumo regular para os seus produtos, fabricados com tabaco colhido nas margens do Cuanza. Pode ver-se mais detidamente esta questão em um folheto, *Do tabaco em Angola*, por Francisco de Sales Ferreira, Lisboa, 1877.

compraram grandes porções de tabaco que embarcaram para Moçambique, mas na viagem apodreceu a maior parte, o que de certo não foi devido à sua má qualidade, e simplesmente aos vícios de preparação.

No vale do Zambeze a cultura do tabaco é geral e mais ou menos frequente desde Zumbo até ao mar. Usam por ali fumar e em Tete fabricam cachimbos de barro lustroso, que empregam para esse fim.

Do Zambeze para o sul também se cultiva a planta, nas terras de Sofala, onde usam cheirar, nas de Inhambane e nas de Lourenço Marques. Aqui existe um tabaco, ou antes uma preparação especial, a que chamam *landim*, naturalmente por vir das terras habitadas pelos Cafres deste nome.

Vê-se, em resumo, que as condições do clima, assim como a natureza do solo, favorecem a cultura do tabaco, tanto em Angola como nas vastíssimas terras de Moçambique. Há pois para esta cultura um futuro próspero, quer se estabeleçam plantações por conta e sob a direcção dos colonos ou de companhias, quer — o que seria mais eficaz e rápido, pelo menos em certas regiões — se iniciem os indígenas em processos regionais de secar e guardar a folha, dando-lhes um preço remunerador pelo tabaco bem preparado e incitando-os assim a alargarem as suas culturas (1).

LVIII

PEDALIACEAS

GERGELIM. — *Sesamum orientale* L. Sp. Pl., 634. — *S. indicum* DC. Pl. rar. Jard. Gen. t. 5; DC. Prodr. IX, 250.

Uma erva erecta, pubescente, cujas sementes são frequentemente usadas como alimento na Índia e na África tropical, e das quais se extrai um óleo alimentar, sendo importadas na Europa em grande quantidade, principalmente por Marselha.

(1) Todas as colónias africanas, com excepção de S. Tomé e Príncipe, exportam tabaco, mas é em Angola que a produção é importante; a média anual das exportações de 1935 e 1944 foi de 714.857 Kg., com o valor de 1.197.370 escudos. Nos três últimos anos estas médias foram largamente excedidas.

O sr. A. de Candolle admite como muito provável (*Orig.* 339) que esta espécie seja originária das ilhas de Sunda, e dali fosse introduzida, em épocas muito remotas, na Índia e também na Mesopotâmia, onde já se cultivava no tempo de Heródoto. Passou depois ao Egipto e Teofrasto menciona a sua cultura neste país; mas não há notícia ou prova de que os mais antigos Egípcios a conhecessem, pois não se encontram nem sementes nem desenhos desta planta nos seus monumentos. Ou do Egipto ou directamente da Índia pelo mar Índico, deve ter penetrado, em um período muito antigo, na África trópico-oriental. Na Idade-Média, Marco Polo dá notícia da sua existência na Abissínia, dizendo que os povos do reino de Abash se alimentavam de carne, arroz, leite e *sesame* (1). Os Árabes que, como vimos, se estabeleceram ao longo da costa oriental, levaram, decerto esta cultura para o sul e tornou-se muito frequente por todas aquelas paragens. O nosso Duarte Barbosa, falando dos povos do Monomotapa, a que chama Benametapa, dá conta da sua alimentação, que era semelhante à que Marco Polo marca para os habitantes da Abissínia, dizendo: «sev mantimento he milho, arroz, e carne; serquem-se mvito dazeyte de gergelim» (2).

Em tempos já mais avançados do nosso domínio era o óleo de gergelim uma mercadoria muito conhecida, e no *Livro dos pesos*, escrito no ano de 1554, se diz, falando de Moçambique: «E asy o azeite, que se faz na terra, de gergelim, que se falla por panellas, tem cada panella 6 canadas» (3). Alguns anos mais tarde dizia fr. João dos Santos: «Em todas estas terras ha muito gergelim, muito alvo e bom, de que se faz azeite, e delle comẽ ordinariamẽte todos, como em Portugal se come o de oliveira»; e passa a explicar detidamente o processo de extracção do óleo, que não differia consideravelmente do empregado hoje. Como se vê, a cultura do gergelim parece ter sido muito geral por todas as terras da zona oriental desde uma época remota. Hoje está largamente espalhada tanto pelo litoral, como pelo interior, na província de Moçambique, na parte costeira e interna de Zanzibar, da região dos Lagos até Chopi no Nilo superior, como observou Grant, e nas terras dos A-Banga e Mombutu, como diz Schweinfurth.

O *gergelim* encontrava-se também no tempo de Almada, na

(1) *The book of sir Marco Polo*, edited by Colonel Henry Yule, 1871, II, 364.

(2) *Livro de Duarte Barbosa nas Not. ultram.*, II, 229, ed. de 1867.

(3) *Livro dos Pesos da Yndia*, por António Nunes, a p. 27, nos *Subsidios para a historia da India portugueza*, publicados por Rodrigo Felner.

Guiné de Cabo Verde, mas talvez em resultado de introdução feita pelos Portugueses e nem então teve, nem hoje tem na zona ocidental, importância comparável com a que possui no oriente.

É conhecida esta planta sob variados nomes vulgares, como são: o de *til* em industano, que deriva do sânscrito *tila* ou *tilaha*; o árabe *sem-sem* ou *sim-sim*, a que se prende o *sesamum* dos antigos; o nome quisuáli *mafuta*, que se usa ao longo da costa oriental, e significa simplesmente óleo, dando-se por isso à planta do óleo por excelência; o de *mbellemoh*, na língua dos Mombutu; e os de *ocoto*, *ricota* e *nguilla* usados, segundo Welwitsch, nas terras de Angola. Um grupo de nomes que se ligam entre si, como são *gingeli*, *jingili*, *gegeri*, *gergelim* e ainda outras ortografias, encontra-se empregado pelos Portugueses desde o descobrimento das terras orientais, mas não parece derivar das línguas dessas terras, e é de uma origem bastante obscura.

A cultura do gergelim é importantíssima em Moçambique. Em um relatório extremamente interessante, que foi vertido em português e recentemente publicado, diz o sr. O'Neil que «as únicas indústrias agrícolas que podem considerar-se implantadas firme e prósperamente na província de Moçambique», são a cultura do amendoim e a do gergelim. Estão estas indústrias exclusivamente entregues aos cuidados dos indígenas, e são rudes e primitivos os processos de cultura que eles empregam. Os milhares de hectares, que se acham ocupados por estas culturas, são desbravados só com a ajuda de um pequeno machado de fabricação indígena. É depois o terreno revolvido por homens e mulheres que se servem das conhecidas enxadas, fabricadas no país, e semeia-se o gergelim a lanço — o amendoim semeia-se a covato — caminhando atrás dos semeadores alguns homens munidos de enxadas, que enterram grosseiramente a semente. Os cuidados ulteriores consistem unicamente em mondar o terreno das ervas espontâneas. Quando a planta está crescida e a semente perfeita, é o gergelim ceifado pé a pé com uma faca ordinária, ou simplesmente arrancado à mão, sendo depois atado em pequenos molhos e deixado ao sol até secar. Reconhecendo-se que as sementes se destacam e caem facilmente, sacodem-se esses molhos sobre grandes esteiras, e recolhem-se as sementes em cestos — *quiçapos* — fabricados no país, nos quais são conduzidas às costas e permutadas por fazenda, missanga, pólvora, etc.

Todo este trabalho feito à mão, requer um emprego de tempo e de braços considerável, e como o preço da semente não é elevado, segue-se que o lucro dos indígenas é pequeno. No entanto, os Negros, que vivem pobremente e têm em pequena conta o tempo gasto, continuam a dedicar-se a esta cultura, à qual estão habituados

e lhes não exige grande cuidado. A cultura do gergelim parece ser particularmente abundante ao norte do Zambeze e está entremeada com a do amendoim até pròximamente ao Lúrio. Deste rio para o norte até ao Rovuma, esta última planta diminue de frequência e é quase completamente substituída pelo gergelim, que ali se torna a cultura dominante. Não posso citar dados, dignos de fé, sobre o valor da semente exportada, mas deve ser considerável.

Além das grandes quantidades que vendem ou trocam, os Negros consomem também boa porção da semente, ou extraem dela o óleo que empregam na alimentação e outros misteres. Fr. João dos Santos diz que extraíam este óleo pela simples compressão da massa das sementes pisadas; mas hoje o processo geralmente usado — o mesmo por que extraem o óleo tanto do mendubi, como das pevides de Cucurbitáceas, ou do rícino, etc., — é aquele a que me tenho referido mais de uma vez, e no qual a massa pisada se mistura com água quente e o óleo se destaca, vindo à superfície da água.

Nas terras ocidentais, tanto em Angola, como no Congo e outras, é a cultura desta planta muito menos frequente e não dá lugar a exportação importante; apenas no norte, em volta do Manguê Grande, essa cultura, segundo diz Monteiro (*Angola, etc.*, vol. I, 134) tomou há anos a esta parte algum desenvolvimento.

O gergelim é uma planta muito mucilaginosa e a sua folhagem emprega-se às vezes em infusões emolientes (1).

Linariopsis prostrata Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XXVII, 54.

Uma erva rasteira de caules prostrados, bastante frequente pelo sertão da Huíla, particularmente entre Mumpula e Umpata. Toda a planta abunda em mucilagem clara e insípida, que Welwitsch gaba como sendo emoliente e refrigerante em alto grau, podendo aplicar-se no tratamento de várias afecções e devendo, em muitos casos, preferir-se aos cozimentos de malvas ou de alteia.

(1) A média anual das exportações de gergelim, de 1935 a 1943 foi para Angola de 716.270 Kg. no valor de 1.077.268 escudos e para Moçambique 2.169.000 Kg. no valor de 2.126.710 escudos. A exportação da Guiné foi sempre mínima, a não ser em 1943 que foi de 44.693 Kg. com o valor de 62.571 escudos. Moçambique tem exportado bagaço de gergelim, resto da produção do óleo, embora em pequena quantidade.

LIX.

VERBENACEAS

CACHINDE CA MENHA. — *Stachytarpheta jamaicensis* Vahl Enum. Pl. I, 106; *S. indica* Vahl, Schauer in DC. Prodr. XI, 564.

Uma planta de folhas grosseiras e serradas, e flores dispostas em uma espiga terminal alongada, que se acha muito espalhada pelas regiões quentes de quase todo o globo. É frequentíssima em Angola, em volta de Luanda, Pungo Andongo e Huila. É empregada com bons resultados nos casos de disenteria.

MUSALENGUE. — *Premna* sp.

Uma árvore de 20 a 30 pés de altura, que se encontra nos Dembos, no Golungo Alto e também em Pungo Andongo, não sendo, porém, frequente. A sua madeira é branca, densa e aproveitável.

MUXILO-XILO. — *Vitex* sp.

É uma árvore vasta, copada e vistosa, cuja altura varia de 30 a 50 pés. Encontra-se nas florestas do Golungo Alto. A sua madeira é de boa qualidade e os seus frutos, vermelhos quando maduros, são comidos pelos Negros.

Esta planta parece-me bastante próxima, senão idêntica, à *Vitex cuneata* Sch. et Thonn., e igualmente afim da *Vitex Cienkowski* Kotschy et Peyr., da qual difere pelas folhas maiores e inflorescências um pouco menores e mais fracas (¹).

Nas florestas de Angola existem outras espécies de *Vitex*, que podem igualmente fornecer madeiras muito aproveitáveis.

LX

LABIADAS

(Lamiáceas)

CAPIANA. — *Æolanthus elongatus* Briq., in Engl. Bot. Jahrb., XIX, 188.

Esta pequena planta é cultivada pelos Negros da Huila, por causa do seu cheiro forte e suave, e também às vezes no Golungo

(¹) Hiern, Cat., I, 836 considera como nome vernáculo da *V. Cienkowski* «muxilo-xilo».

Alto. Welwitsch observa que lhe parece introduzida nas regiões orientais ou boreais, pois nunca a encontrou no litoral. É muito semelhante ao *Æolanthus suavis* Mart.

De passagem direi que a cultura desta e de outras plantas aromáticas, assim como a de algumas espécies vistosas e de bonitas flores, feita pelos Negros com o fim de ornarem as suas libatas, — como observou o dr. Schweinfurth, e nas regiões ocidentais o sr. Anchieta —, denuncia entre eles umas certas ideias de civilização, não puramente utilitária, que são um traço curioso e muito digno de se notar.

A propósito de plantas aromáticas, mencionarei também que uma espécie de *Ocimum* é cultivada pelos colonos no Golungo, dando-lhe estes, como é natural, o nome português de *mangericão* — nome que os pretos pronunciam *ngilicá*.

CATETE-BULA. — *Tinnea antiscorbutica* Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XXVII, 58.

Uma planta herbácea, vivaz, de 4 a 5 pés de altura. É frequente nos matos ralos, um pouco umbrosos, do distrito do Golungo Alto, em volta de Sangue e nas vertentes da serra de Queta; também se encontra em Pungo Andongo. Os Negros gabam a infusão das hastes novas e folhas, como eficaz remédio contra o escorbuto.

LXI

NICTAGINACEAS

ERVA TOSTÃO. — *Boerhaavia diffusa* L. Sp. Pl. I, 3. — *B. adscendens* Willd.; Choisy in DC. *Prodr.* XIII, sect. II, 451.

A raiz desta planta, bastante vulgar em Angola, em S. Tomé e no Príncipe, é aplicada pelos curandeiros negros contra a icterícia. O mesmo nome de *erva tostão* é dado no Brasil à *B. hirsuta* L., igualmente considerada como um bom remédio em afecções do fígado.

Monteiro fala de uma *Boerhaavia* de Angola, de cujas raízes se servem nas doenças do fígado e estômago; pela sua curta descri-

ção parece-me não ser esta espécie, e corresponder a um exemplar do herbário de Welwitsch (n.º 5.394), que julgo uma espécie nova, afim da *B. verticillata* Poir. (¹).

LXII

AMARANTACEAS

JIMBOA — *Amarantus* *sps.*

Diversas espécies — uma das quais é o *A. caudatus* L. — são frequentes, tanto espontâneas como cultivadas, mesmo em volta de Luanda, sendo comidas, depois de cozidas, pelos Negros e colonos. Também entre nós alguns *Amarantus* — os *bredos* — são às vezes lançados na panela. No Brasil e nas Antilhas o *A. tristis* L. é considerado uma hortaliça saborosa e alimentar.

Mboa, no plural *jimboa*, parece significar simplesmente erva, mas é aplicado determinadamente a esta planta.

MADEAT NGOMBE. — *Alternanthera repens* (L.) O. Kuntze. Rev. Gen. Pl., II, 540.

Uma erva prostrada, tendo junto aos nós do caule pequenos capítulos espinhosos. Os Negros conhecem-na bem, porque é frequente nos carreiros e trilhos de Angola e os seus espinhos são muito dolorosos para quem anda descalço.

LXIII

QUENOPODIACEAS

ERVA DE SANTA MARIA. — *Chenopodium ambrosioides* L. Sp. Pl. I, 219.

Esta conhecidíssima planta tem uma vasta habitação nas diversas regiões do globo; é frequente entre nós, nos lugares húmidos, como, por exemplo, nas lezírias do Tejo, sendo vulgarmente chamada *erva formigueira*, e é do mesmo modo muito frequente em

(¹) *Boerhaavia plumbaginea* Cav. Icon., II, 7.

Angola onde os portuguezes lhe dão o nome de *erva de Santa Maria*, pelo qual também é conhecida no Brasil.

Segundo nos dizem os viajantes, é considerada pelos Negros uma verdadeira panacea, sendo a primeira coisa que applicam para qualquer doença. Quando lhes doem as costas, por terem conduzido alguma carga mais pesada, esfregam o sítio dorido com as folhas verdes esmagadas; para qualquer incómodo interno bebem infusões dessas folhas; nos casos de febres tomam banhos de vapor sobre um vaso em que tenha sido fervida e, pura ou misturada com outras plantas, entra na constituição de quase todos os seus remédios.

O caso em que a sua applicação parece ser mais eficaz é na curiosa doença denominada *maculo*. Os Negros são sujeitos a esta doença quando mudam de lugar e os do interior são por ela atacados quase sempre que passam da sua pobre alimentação para o regime mais farto da costa. Na região do Nilo, o dr. Schweinfurth notou também que os escravos estão muito sujeitos à disenteria, complicada com a ulceração interna e externa do anus, que constitue o *maculo*, doença muitas vezes fatal. Naturalmente agrava-se quando à mudança de regime acrescem a acumulação e mau alojamento, e nos antigos barracões de escravos, de nefasta memória, succumbiam ao *maculo* centenaes de vítimas. O sr. Monteiro conta (*Angola, etc.*, II, 253) que nos depósitos franceses de Banana, onde embarcaram milhares de Negros, sob o nome de *emigrantes livres*, estes morriam em número de cinquenta ou sessenta por dia, sendo tratados pelos médicos franceses, e, quando mais tarde ficaram entregues ao tratamento africano, a mortalidade decresceu rapidamente. Consiste este tratamento heróico em introduzir no anus um rolo feito de *erva de Santa Maria* pisada e misturada com pólvora moída e aguardente forte, renovando a applicação ao cabo de algumas horas, e dando ao mesmo tempo ao doente algumas bebidas adstringentes, como, por exemplo, infusões de *erva tostão* e de *empebi*, (as sementes da *Annona muricata*).

LXIV

POLIGONACEAS

AZEDAS BRAVAS. — *Oxygonum acetosella* Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XXVII, 60.

Uma planta anual, de cor glauca, um pouco carnosa, que habita com frequência os areais ao sul de Moçâmedes, particularmente na

praia da Amélia. Tem um sabor ácido agradável e as suas folhas são comidas pelos colonos, que lhes dão o nome citado, por se assemelharem no gosto às verdadeiras azedas, — o *Rumex Acetososa* L.

LXV

HIDNORACEAS

Hydnora africana Thunb. var. *longicollis* Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XXVII, 66, t. 21.

Esta curiosa planta, de aspecto muito particular — é um pouco semelhante às *pútegas* que se encontram em Portugal, parasitas sobre as raízes de *Cistus* — habita o distrito de Moçâmedes, nos areais marítimos, desde o Giraúl até ao Cabo Negro, e vive parasita sobre as raízes das espécies arbóreas de *Euphorbia* e também de *Zygophyllum*.

Toda a planta abunda em um suco avermelhado e adstringente, que os indígenas empregam para tingirem as redes da pesca e também alguns panos. Este suco tem qualidades eminentemente estípticas e Welwitsch recomenda o estudo do seu emprego medicinal.

LXVI

PIPERACEAS

JIEFO. — *Piper guineense* Schuhmach. in Kong. Dansk. Vid. Selsk III, 39 — *P. Clusii* C.DC. in DC. *Prodr.* XVI, sect. I, 340.

É uma robusta planta trepadeira, cujos frutos são semelhantes à pimenta ordinária. Habita nas regiões da costa ocidental, que orlam as baías de Benim e de Biafra, também na ilha de S. Tomé, e nas florestas do Golungo Alto. Em S. Tomé — donde temos exemplares das alturas da fazenda de Monte Café — é geralmente usado o seu fruto ou pequena baga como condimento estimulante, sendo conhecido mesmo em outros pontos pelo nome de *pimenta de*

S. Tomé. Os Negros do Golungo Alto também colhem a baga e usam dela no tempero das suas comidas, chamando-lhe *jiefo* ou *jieso*.

Esta pimenta foi encontrada pelos Portugueses ainda no século XV, e sendo então rara e caríssima na Europa a pimenta da Índia, é fácil compreender o alvoroço com que foi recebida a nova do descobrimento desta especiaria, sendo logo mandada aos mercados da Flandres. É geralmente atribuído a João Afonso de Aveiro o descobrimento desta planta, que ele encontrou no reino de Benim, na viagem que ali fez, pelo ano de 1486, e trouxe a Portugal, onde muito naturalmente chamou desde logo as atenções (1). Durou pouco o período em que se fizeram esforços para a introduzir nos mercados europeus, porque, passados poucos anos, começou a vir em abundância a pimenta da Índia; e não só a droga africana, chamada então *pimenta de rabo*, não podia competir com ela em qualidade, como era mesmo proibida a sua exportação para não diminuir o preço da droga asiática, cujo comércio estava já então na mão dos Portugueses (2).

Parece que alguma porção desta droga foi exportada nos tempos

(1) Eis, por exemplo, o que diz o contemporâneo Garcia de Rezende: «O Reyno e terra de Beni foi primeiramente descuberta neste ano (1486) por hum Joam Affonso Daveiro q̄ lá faleceo, e d'ahi veyo a Portugal a primeyra pimenta que se viu de Guiné. Da qual foy logo mandado a Frandes e foy logo avida em grande preço e estima», *Chronica de D. João II*, fol. 43 v.º, ed. de 1622. João de Barros diz o mesmo, excepto no que se refere à aceitação que teve a droga. Falando de João Afonso de Aveiro e de um embaixador que trouxe, acrescenta «...e assi trouxe a primeira pimenta q̄ veo daquellas partes de Guiné a este Reyno, a que nós ora chamamos de rabo pola differença que tem da outra da Índia, por nella vir pegado o pé em que nace; a qual ElRei mandou a Frandes, mas não foi tida em tanta estima como a da Índia». *Decadas*, I, III, 3.

Parece no entanto que já anteriormente a vira Martim Behaim, na viagem que no ano de 1484 fez com Diogo Cão, pois diz nos rótulos gravados no seu célebre globo: «passámos depois ao payz do rei de Furfur, que está a mil e duzentas léguas, onde cresce a pimenta chamada de Portugal». Ou a visse, ou obtivesse informações posteriores, que inseriu no seu globo, o que parece certo é que foi João Afonso de Aveiro quem trouxe a primeira porção avultada de droga e a tornou conhecida.

(2) O Piloto anónimo estabelece perfeitamente a distinção entre o *Piper Clusii*, a *Xilopia aethiopica*, e o *Amomum grana-paradisi*, e a propósito da primeira planta dá conta das proibições que vedavam a sua exportação pela costa de Benim, para não «embaratar» a grande quantidade de pimenta que vinha de Calecute. Diz também que alguma saía às escondidas e se

modernos para o Brasil; mas em quantidade insignificante e hoje apenas serve de condimento nas terras de onde é natural.

LXVII

MIRISTICACEAS

MUTUGE. — *Pycnanthus angolensis* (Welw.) Exell. 1. c., 278.
Myristica angolensis Welw. *Apont.* 554 et *Synopse*, 51 (1).

É uma árvore alta — de 60 a 80 pés — copada, que se pode considerar como uma das mais formosas e notáveis das matas virgens dos sertões angolenses. As suas folhas, bastante grandes, estão revestidas na página inferior — sobretudo enquanto novas — de abundante tomento ferrugíneo. Produz anualmente crescida quantidade de frutos, bivalvares quando maduros, dentro dos quais se contém a semente envolvida em um arilo carnoso, de cor rosada, aromático e muito amargo; as sementes são extremamente oleosas, e tanto que se inflamam e ardem com grande facilidade. Habita com bastante frequência as matas do Golungo Alto e Dembos.

Nem o fruto nem as sementes e os seus arilos são tão aromáticos como os da *noz moscada* — a *Myristica fragrans* Houtt. —, mas o óleo abundantíssimo das sementes é talvez susceptível de aplicações industriais ou medicinais.

LXVIII

LAURACEAS

AVACATE ou ABACATE. — *Persea americana* Mill. *Gard. Dict.* — *P. gratissima* Gært. n.; Meiss. in *DC. Prodr.* XV, sect. I, 52.

Esta árvore produz um fruto saboroso, muito estimado nas

vendia em Inglaterra por um preço dobrado do da pimenta ordinária. *Not. ultram.*, II, 85.

Clúcio dá igualmente notícia destas proibições e diz que a pimenta africana se encontrava antigamente nos mercados de Flandres: «*Olim Antuerpian inveni solebat aliud piperis genus quod Lusitani Pimenta del rabo, id est caudatum piper appellabant*». Dá depois a descrição e uma boa figura de uns cachos de frutos, copiada de exemplares que recebera de Londres. *Exoticorum libri decem*, p. 184, ed. de 1605.

(1) Exell atribui-lhe os nomes vernáculos de *cachão* e *cassa* em S. Tomé.

regiões quentes, a que os Franceses chamam *avocat* e os Ingleses *alligator pear*. É originária da América, donde, em períodos bastante recentes, se espalhou pelas regiões tropicais.

Temos exemplares de alguns pés, cultivados em S. Tomé, onde não é frequente mas prospera admiravelmente. Foi sem dúvida introduzida do Brasil, e os nomes vulgares que cito, e julgo serem também usados na ilha, são brasileiros.

CANELEIRA. — *Cinnamomum zeylanicum* Garc. ex Blume, Fl. Ned. Ind. 568; Meiss. in DC. *Prodr.* XV, sect. I, 13.

É bem conhecida esta pequena árvore, originária de Ceilão e parte da Índia, cuja casca — a canela do comércio — representou antigamente um papel tão importante nas relações comerciais de Portugal com o Oriente.

Foi introduzida nas duas ilhas portuguesas do golfo de Guiné, encontrando-se cultivada em S. Tomé, e sendo mais abundante e em alguns pontos já espontânea e naturalizada no Príncipe.

Também temos um exemplar de Angola, de uma fazenda das margens do Dande, para onde fora levada de S. Tomé. A cultura da caneleira parece-me susceptível de dar bons resultados em parte das terras portuguesas.

Nalgumas roças de S. Tomé cultiva-se a *canforeira*. *Cinnamomum Camphora* Nees et Eckherm.

LXIX

HERNANDIACEAS

BUNGA. — *Hernandia beninensis* Welw. ex J. Henr. Bol. Soc. Brot., X, 155.

Uma árvore da ilha de S. Tomé, da fazenda de Monte Café. De uma nota curta e pouco explícita de Welwitsch parece depreender-se que os Negros empregam a sua madeira no fabrico dos instrumentos de música.

Temos apenas no herbário um exemplar, não muito completo, e eu não estou por modo algum seguro, em relação à determinação apontada, sendo necessário compará-lo atentamente com outros para reconhecer se de facto é uma espécie não descrita.

LXX

P R O T E A C E A S

Faurea speciosa Welw. in *Trans. Linn. Soc.* XVII, 63, t. 20 —
Trichostachys speciosa Welw. in *Synopse*, 19.

É um arbusto ou pequena árvore, coberta de tomento lanuginoso abundante, e produzindo grandes e robustas espigas de flores. Habita nas partes mais altas da região da Huíla, principalmente nos sítios de Lopolo e da Umpata.

A madeira desta planta é forte, pesada, duradoura e susceptível de várias aplicações.

Outras espécies de Proteáceas, tanto deste género *Faurea*, como do género *Leucadendron* se encontram por estes planaltos austrais da província de Angola, e contribuem para caracterizar a vegetação, estabelecendo mais um ponto de contacto entre a Flora destas regiões, e a das zonas temperadas da África do Sul.

LXXI

E U F O R B I A C E A S

CASSONEIRA. — *Euphorbia Tirucalli* L. Sp. Pl., 452; Boiss. in DC. Prodr. XV, sect. 2, 96 — *E. rhipsaloides* Welw. in *Rel. de sem.* nos *An. do Cons. Ultr.*, 252.

Os nossos exemplares não são bastante completos para dar a determinação com inteira segurança; mas julgo-a muito provável. Welwitsch propõe para esta planta o nome de *E. rhipsaloides*, que já fora dado por Lemaire a uma plante incluída também na espécie *E. Tirucalli*.

A cassoneira é um arbusto de porte muito especial, que chega a 10, 15 ou mesmo 20 pés de altura. Habita no Ambriz, em volta de Luanda, no Icolo e Bengo, e Zenza do Golungo, servindo aos indígenas para formarem sebes e tapumes em volta dos quintais e arimos, ao que se presta o seu crescimento rápido e os seus ramos virgados, numerosos, intrincados e quase afilos. Esta planta é vulgaríssima em grande parte da Índia, onde serve para o mesmo fim,

mas parece não ser ali indígena e ter sido levada da África e introduzida pelos Portugueses.

Creio que em Angola se tem tentado obter *borracha* do abundante suco leitoso da *cassoneira*, mas tais tentativas não deram por enquanto resultado satisfatório.

TORTA-OLHO ou TIRA-OLHO. — *Euphorbia Tukeyana* Steud. Nom. Bot. I, 615; Boiss. in DC. *Prodr.* XV, sect. II, 109.

Um arbusto forte e carnoso das ilhas de Santo Antão, S. Tiago, Brava, S. Nicolau e S. Vicente do arquipélago de Cabo Verde. O nome vulgar parece ser derivado da inflamação que produz nos olhos o suco acre desta planta.

Houve em tempo no arquipélago uma grande abundância de gado, e dali se exportaram, e ainda se exportam, couros e peles em quantidade considerável. Estes couros saem pela maior parte antes de curtidos, mas não deixa o processo de curtir de ser ali conhecido, e algumas peles — particularmente as de cabra — eram tão bem preparadas que passaram em tempos antigos por rivalizar com os bons mroquins. Usam para curtir de diversas cascas, mas uma das mais empregadas, e que se julga dar melhores resultados, é a deste *torta-olho*.

CARETETE. — *Phyllanthus discoideus* (Baill.) Müll. Arg. in *Linnaea* XXXII, 51 et in DC. *Prodr.* XV, sect. II, 416.

Uma árvore de mediana altura, podendo chegar a 30 pés, tendo madeira branca de boa qualidade. Habita no Golungo Alto, não longe da povoação de Sange e nas matas de Quisucula. A mesma espécie se encontra na ilha do Príncipe, onde não sei se tem nome vulgar.

NBULA. — *Uapaca benguellensis* Müll. Arg. in *Seeman Journ. of Bot.* II, 232 et in DC. *Prodr.* XV, sect. II, 491.

Uma pequena árvore de 15 a 20 pés de altura, tendo folhas grandes e lembrando um pouco no porte duas plantas fundamentalmente bem diversas — a *Mitragyna* e a *Anthocleista*. O seu suco, pouco abundante, é leitoso a princípio e depois de coagular amarelo escuro com brilho resinoso. Os pretos disseram a Welwitsch que o fruto se comia, asserção que ele não pôde verificar. Encontra-se esporádica nas matas compostas de Proteáceas, Mirtáceas, Combretáceas, etc., desde Lopolo até Monino e margens da lagoa Iabantala.